



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

# **Câmara Especializada de Agronomia – CEA –**

***Reunião Ordinária nº 528***

***18/02/2016***

***Local: Sede Nestor Pestana***

***Endereço: Rua Nestor Pestana, 87 – 1ª Sobreloja – São Paulo/SP***



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA  
SESSÃO ORDINÁRIA nº 528, DE 18/02/2016**

LOCAL: Sede Rebouças - Edifício "Santo Antônio de Sant'Anna Galvão"  
Av. Rebouças, 1.028 - Auditório 2º andar - Horário: 9h00 às 12h00

**ORDEM DO DIA**

**I – Verificação do *quorum*;**

**II – Eleição e posse do Coordenador e Coordenador Adjunto para o exercício 2016 (art. 60º do Regimento do Crea/SP).**

**III – Leitura, apreciação, aprovação da Súmula da Reunião Ordinária nº 527, de 03/12/15.**

**IV – Assuntos:**

**IV.1 – Processo C – 332/09 DT- Plano Anual de Trabalho para 2016**

**IV.2 – Processo C – 811/2013 - Plano de Fiscalização 2016**

**IV.3 – Processo C – 331/2009 DT – Calendário da Câmara Especializada de Agronomia.**

**IV.4 – Processo C – 594/2014 CL – Decisão PL – 2771/15 CONFEA – Tec. Agroecologia.**

**IV.5 - Consultas em Processos:**

C – 1087/15 CL Inform 0186/15 UCT/DAC/SUPCOL Tec Agrop Luiz Antonio Tortorelli

C – 0059/16 CL Inform 002/16 UCT/DAC/SUPCOL Eng. Agrª Marcia de Lima Knapp

C – 0065/16 CL Inform 003/16 UCT/DAC/SUPCOL Eng. Agr. Franciele Ariane Guiotto

**IV.6 - GTTs - Grupos Técnicos de Trabalho.**

**IV.7 - Resolução nº 399/95 do Confea – Medalha de Mérito/Livro de Mérito**

**IV.8 - Composição de Assuntos para relatos de processo – 2016**

**V – Leitura de extrato de correspondências recebidas e expedidas.**


**VI – Comunicados:**

**VII – Apresentação da Pauta:**

**VII.1 - Interrupção de Registro de Profissionais:**

**VII.2 – Julgamento de Processos.**

**VIII – Discussão dos assuntos da pauta.**

  
**Engº Agrônomo Glaucio Eduardo Pereira Cortez**  
**Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia**  
**Creasp nº 0601936083**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

# **SÚMULA**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

**Data:** 03 de dezembro de 2015.

**Local:** Espaço Técnico Cultural – Sede Angélica - Av. Angélica, 2364 – São Paulo/SP

**Coordenação:** Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez

**Início:** 9h00

**Término:** 12h00

**PRESENTES:**.....

Eng. Agr. e Seg. Trab. ADILSON BOLLA, Eng. Agr. ANA MEIRE COELHO FIGUEIREDO NATIVIDADE, Eng. Agr. ANTONIO DE PÁDUA SOUSA, Eng. Agr. BENITO SAES JUNIOR, Eng. Agr. FÁBIO OLIVIERI DE NÓBILE, Eng. Agr. FRANCISCA RAMOS DE QUEIROZ, Eng. Agr. GISELE HERBST VAZQUEZ, Eng. Agr. GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ, Eng. Agr. HÉLIO PERECIN JÚNIOR, Eng. Agr. JOÃO LUÍS SCARELLI, Eng. Agr. JOSÉ EDUARDO ABRAMIDES TESTA, Eng. Ftal. JOSÉ RENATO CORDAÇO, Eng. Agr. JOSÉ RENATO ZANINI, Eng. Agr. JULIANA MARIA MANIERI VARANDAS, Eng. Agr. MARCOS ROBERTO FURLAN, Eng. Agr. MARGARETI APARECIDA STACHISSINI NAKANO, Eng. Ftal. MARIA ANGELA DE CASTRO PANZIERI, Eng. Agr. NELSON BARBOSA MACHADO NETO, Eng. Agr. PATRÍCIA GABARRA MENDONÇA, Eng. Agr. PAULO ROBERTO ARBEX SILVA, Eng. Agr. PEDRO HENRIQUE LORENZETTI LOSASSO, Eng. Agr. RICARDO ALVES PERRI, Meteorol. RICARDO HALLAK, Eng. Agr. RICARDO VICTORIA FILHO, Eng. Agr. TAÍS TOSTES GRAZIANO, Eng. Agr. VALDEMAR ANTONIO DEMÉTRIO, Eng. Agr. VALÉRIO TADEU LAURINDO, Eng. Agr. VALTER FRANCISCO HULSHOF, Eng. Agr. VASCO LUIZ ALTAFIN e Eng. Agr. WILLIAM ALVARENGA PORTELA.....

**CONVIDADOS:**.....

Eng. Agr. SILVIA REGINA PATRÍCIO SARTORELLI VAN ROOIJEN (Suplente).....

**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:**.....

Eng. Agr. JOÃO ANTONIO GALBIATTI, Eng. Agric. JOÃO DOMINGOS BIAGI, Meteorol. RITA YURI YNOUE e Eng. Agrim. FRANCISCO DE SALES VIEIRA DE CARVALHO (Representante do Plenário).....

**LICENCIADO:**.....

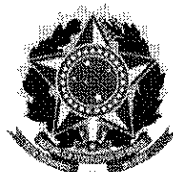
Eng. Agr. JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN.....

**APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO:**.....

Assistentes Técnicos: Eng. Agr. ANDRÉ LUIS SANCHES e Agente Administrativa: Adm. ADRIANA REGINA NORKEVICIUS.....

**ORDEM DO DIA** .....

**ITEM I - VERIFICAÇÃO DO QUORUM**.....



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Após verificação do quórum regimental, iniciou-se a 527ª Reunião Ordinária da Câmara Especializada de Agronomia, sob a Coordenação do Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, com a presença de 30 Conselheiros, observando-se que o Conselheiro Representante não tem direito a voto, nem compõe o quórum, conforme o artigo 1º, parágrafo 2º da Resolução nº 1039/12, do Confea.-----

**ITEM II – LEITURA E APRECIACÃO DA SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA NÚMERO 526, DE 05/11/15:** Aprovada por unanimidade.-----

**ITEM III – ASSUNTOS DA CEA:**-----

**III.1.** - Considerando pedido da Superintendência de Colegiados, o Coordenador informa que a data da 1ª Reunião da CEA no exercício de 2016, passará a ser 18 de fevereiro, data aprovada pelos Conselheiros da CEA, mediante assinatura em lista que circulou na Sessão Plenária de 26 de novembro de 2015 pela Coordenadora Adjunta Consª Margareti.-----

**III.2.** - Processo C – 460/2012 DS - Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas – FENATA. Face processo recebido e Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100 (Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100), que trata de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP, por meio do qual foi determinado que o CREA-SP cumpra integralmente a ordem no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que “a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional”, apresenta à CEA, seu relato, informando da obrigatoriedade de cumprimento da referida Decisão, onde os Técnicos em Agricultura, Técnico em Agroecologia, Técnico em Agropecuária e Técnico em Zootecnia, desde que comprovem filiação à ATAESP, terão anotadas as atribuições para prescreverem receita agrônômica. Colocado em discussão, o relato a seguir, foi aprovado por unanimidade.-----

**“À Câmara Especializada de Agronomia**

**I – Histórico:**

*Este processo foi instaurado, devido notificações extrajudiciais de profissionais de formação de nível médio, solicitando a anotação de atribuições profissionais para prescreverem receita agrônômica.*

*Foi analisado pela Câmara Especializada de Agronomia em 2012, pelo então Coordenador da CEA, e conforme consta de fls. 63 a 67, informou ao Superintendente de Fiscalização – SUPFIS, o seguinte:*

*“Acusamos o recebimento do presente processo referente ao Mandado de Segurança nº 2006.34.00.026625-8 pela FENATA, contra o CONFEA, bem como do despacho de fls. 61/62, e a consulta se o Crea-SP deve conceder atribuições integrais da Lei 5524/68, Decreto Federal 90922/85, com alteração do Decreto Federal 4560/02, aos Técnicos Agrícolas filiados à ATAESP/FENATA, face ao referido Mandado de Segurança.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Ressaltamos a **Decisão CEA/SP 221/11**, encaminhada ao SUPOPE – Superintendência Operacional em 27/12/11, por meio do Memorando nº 145/11 – CEA, conforme segue:

**EMENTA: Anotação dos Decretos 90922/85 e 4560/02 aos Técnicos Agrícolas.**

“ A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de setembro de 2011, analisou a Decisão PL – 1307/11 do CONFEA, que revoga a Decisão nº PL-0145/2006.

“O Plenário do CONFEA, reunido em Brasília no período de 24 a 26 de agosto de 2011, apreciando a Deliberação nº 0525/2011-CEEP, denominada Proposta 1 e o Relatório e Voto Fundamentado, em Pedido de Vista, exarado pelo Conselheiro Federal Dirson Arthur Freitag, denominada Proposta 2, que tratam do Ofício nº 1734/2011 – CTUR8, datado de 23 de maio de 2011, encaminhado pelo Coordenador da Oitava Turma, Sr. Jesus Narvaez da Silva, ao Presidente do CONFEA, notificando para fiel e imediato cumprimento do despacho **proferido nos autos da Apelação Cível em epígrafe e considerando que:**

- no teor da fundamentação da sentença o Juiz Federal Substituto, da 22ª Vara do DF, Rogério Volpatti Polezze decidiu confirmar a liminar e conceder a segurança para revogar os efeitos da Decisão nº PL-0145/2006 do CONFEA, determinando que a autoridade coatora se abstenha de reduzir as atribuições concedidas aos técnicos agrícolas, pelo Decreto nº 90.922, de 1985;

- a Procuradoria Jurídica do CONFEA manifestou-se através do Memorando nº 026/2011-PROJ no sentido de encaminhar o protocolo CF 2188/2011 à Superintendência de Integração do Sistema – SIS para que sejam tomadas as medidas necessárias no âmbito dos Regionais e, que esses, provisoriamente, não mais exijam os reflexos da Decisão Plenária nº 0145/2006 que decidiu que as Câmaras Especializadas competentes procedam a análise dos conteúdos profissionalizantes das disciplinas cursadas pelos profissionais, **restringindo ou confirmando suas atribuições naquilo que legalmente compete;**

- a Lei nº 5.194/66, em seu art. 27, alínea c, estabelece que compete ao CONFEA examinar e decidir em última instância sobre os assuntos relativos ao exercício das profissões de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, bem como em seu art. 27, alínea e, julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;

- as alterações sugeridas em Plenário e acatadas pela Comissão.

**DECIDIU:**

- aprovar a Deliberação nº 0525/2011-CEEP, denominada Proposta 1 que conclui:

- 1) Revogar os efeitos da Decisão nº PL-0145/2006, nos exatos termos da sentença exarada no mandado de segurança nº 2006.34.00.026625-8, da E. 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, até que esteja transitado e julgado o processo.

- 2) Orientar os Regionais cumprir, nos exatos termos, a sentença exarada no mandado de segurança nº 2006.34.00.026625-8, da E. 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

- Presidiu a sessão o **Presidente MARCOS TULIO DE MELO**. Votaram favoravelmente à proposta 1 os senhores Conselheiros Federais ADRIANO HENRIQUE MARTINS RABELO, GRACIO PAULO PESSOA SERRA, JOSE CICERO ROCHA DA SILVA, JOSE GERALDO DE VASCONCELLOS BARACUHY, JOSE ROBERTO GERALDINE JÚNIOR, LUIS EDUARDO CASTRO QUITÉRIO, MARCOS VINICIUS SANTIAGO SILVA, MARIA LUIZA POCI PINTO, MELVIS BARRIOS JUNIOR, PETRUCIO CORREIA FERRO e VERA THEREZINHA DE ALMEIDA DE OLIVEIRA SANTOS. Votaram favoravelmente à proposta 2 os senhores Conselheiros Federais DIRSON ARTUR FREITAG, JOSE LUIZ MOTA MENEZES e KLEBER SOUZA DOS SANTOS. Absteram-se de votar os senhores Conselheiros Federais ANDERSON FIORETI DE MENEZES e ORLANDO CAVALCANTI GOMES FILHO.”

Considerando que:

- a referida Deliberação 0525/2011, que orienta os CREAs, ao revogar os efeitos da Decisão nº PL-0145/2006, se abstenham de reduzir as atribuições concedidas aos Técnicos Agrícolas, no Decreto 90922/85.

- o exposto e de acordo com a legislação vigente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

- A Câmara Especializada do CREA-SP, reunida em 22/09/11, DECIDIU:

**1) As atribuições do profissional Técnico de Nível Médio deverão ser aquelas que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam contempladas no projeto pedagógico do curso.**

**2) As UGIs e Postos de Atendimento deverão ser orientadas neste sentido.**

Coube destacar:

\*A Decisão PL - 1307, de 01 de setembro de 2011, do CONFEA, foi analisada na reunião ordinária da CEA nº 480, de 22 de setembro de 2011. Com base nesta análise foi aprovada a Decisão CEA/SP nº 221/11 (fls. 68/69), citando o 1º parágrafo, da referida Decisão:

**As atribuições do profissional Técnico de Nível médio, deverão ser aquelas que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam contemplados no Projeto Pedagógico do curso."**

Portanto, "Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e com o **projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional"**

Obs: As UGIs deverão ser orientadas neste sentido cabendo lembrar que conferir atribuições é competência da Câmara.

\*Ofício Circular do CONFEA, nº 0493 (fls. 70/74) encaminhado pelo Presidente do Crea-SP, Eng. Francisco Kurimori a este Coordenador, onde cita a Decisão PL -1307, de 01 de setembro de 2011, do CONFEA, que recomenda:

No item 1) suspensão dos efeitos da Decisão PL- 0145/2006, nos exatos termos da sentença exarada no mandado de segurança nº 200634.00.026658-8,

No item 2) Orienta os Regionais a cumprir os exatos termos e a sentença exarada e que o CONFEA se abstenha de reduzir as atribuições aos Técnicos Agrícolas citadas no Decreto nº 90922/85.

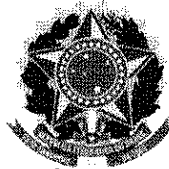
Obs: a PL - 0145/2006 dava prerrogativas, de restringir atribuições **com base na análise de seus currículos escolares, respeitados seus títulos de sua formação.**

A Sra. Chefe de Gabinete foi informada em 27 de abril de 2012, por este Coordenador, que está sendo cumprido o referido Mandado de Segurança, ou seja, não mais está sendo utilizada a PL – 0145/06.

\*Conforme o Advogado Humberto Marques de Jesus (Memorando nº 16/2010-Supjur/, (fls 75/78), a análise foi efetuada com base no Memorando nº 110/09 - CEA: "Solicitação do Coordenador da CEA relacionada ao fornecimento de cópia do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.026625-8 e de esclarecimentos quanto a validade da referida Decisão para os Técnicos de 2º grau, registrados antes da data da concessão da Segurança e se ainda existe instância recursal possibilitando o cancelamento da Decisão Judicial,

\*Destaca-se, no 2º parágrafo (fls 12), a seguinte manifestação do SUPJUR: "Conforme podemos observar acima, a Lei n. 5.524/66 e o Decreto 90.922/85, com as alterações efetuadas pelo Decreto n. 4.560/02, possibilitam a Câmara Especializada impor limitações as atribuições profissionais, desde que elas estejam pautadas em Decisão devidamente fundamentada, levando em **consideração o currículo escolar do profissional e os conhecimentos técnicos adquiridos pelo profissional**. Por fim, reitero, o já informado acima, que contra a Decisão proferida pela 22ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal foi apresentado recurso de apelação, ainda está em fase de julgamento."

\*Ofício 2001 de 22/08/1, (fls.79/83) o qual informa sobre o arquivamento do Inquérito Civil Público Procedimento Administrativo nº 1.34.001.007602/2011 – 13 (Volume I), relativo as restrições das atribuições profissionais dos técnicos agrícolas e industriais – Promoção de arquivamento nº 664/2012.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Face a competência conferida ao Sistema CONFEA/CREAs Lei Federal 5194/66, de 24 de dezembro de 1966, compete aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, orientar e fiscalizar o exercício das profissões do Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo com o fim de salvaguardar a sociedade:

Art. 24 - A aplicação do que dispõe esta Lei, a verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.

Art. 34 - São atribuições dos Conselhos Regionais - i) sugerir ao Conselho Federal medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta Lei;

Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas - e) elaborar as normas para a fiscalização das respectivas especializações profissionais;

Art. 84 - "O graduado por estabelecimento de ensino agrícola ou industrial de grau médio, oficial ou reconhecido, cujo diploma ou certificado esteja registrado nas repartições competentes, só poderá exercer suas funções ou atividades após registro nos Conselhos Regionais. \_ Parágrafo único - As atribuições do graduado referido neste Artigo serão regulamentadas pelo Conselho Federal, tendo em vista seus currículos e graus de escolaridade."

As atribuições do profissional Técnico de Nível médio, deverão ser aquelas que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam contemplados no Projeto Pedagógico do curso.

Portanto, "Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e com o projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional, no mínimo de **1200 horas**."

A formação, tem um conteúdo programático, com duração de **3.600 horas**, e só é encontrado nos currículos dos Cursos Superiores de **Engenharia Agrônoma e Engenharia Florestal**, não estando contemplados nos currículos dos cursos de Nível Médio.

Os profissionais que completam o Curso Superior ou Pleno tem uma formação, quando comparado ao Curso de Nível Médio, de **4.800 horas**, sendo 3600 horas do Curso Superior, mais o mínimo de 1200 horas, correspondente ao colegial ou ao nível médio.

Pelos Históricos Escolares, apresentados pelos interessados e pelas Escolas, constam que os mesmos recebem apenas noções dos conteúdos necessários.

**Ressaltou-se que um Curso Técnico, corresponde ao Colegial, preparatório para a Universidade.**

Destacou-se do Histórico Escolar de um Curso Médio, os seguintes componentes curriculares: Produção Vegetal I (100 horas aula), Produção Vegetal II (100 horas aula), Produção Vegetal III (80 horas aula) e Exploração Florestal (100 horas aula), com o total de **1500 horas**.

Pelos conteúdos das disciplinas, observa-se:

Produção Vegetal I - Nutrição vegetal, cultivo, propagação, fisiologia.

Produção Vegetal II - Métodos silviculturais, Crescimento florestal, Manejo de Florestas, Produção Florestal, Processos de cultivo de Florestas, Processos de Condução de Florestas, Formação de Florestas, Proteção de Florestas, Reflorestamento, Arborismo.

Produção Vegetal III - Morfologia das Espécies Florestais, Dendometria, Cálculo volumétrico de madeira.

Exploração Florestal - Biometria, Silvimetria, Inventários relativos a Meios Florestais.

A Câmara Especializada de Agronomia define as atribuições individualmente, ao analisar a formação educacional do interessado com base na legislação, confere atribuições, conforme a Lei





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

5.524/68; do artigo 3º, do Decreto 90.922/85, do artigo 6º, do Decreto 90.922/85, alterado pelo Decreto 4.560/02, circunscritas ao âmbito da modalidade cursada."

Portanto todos os profissionais citados na relação de fls. 27, deverão ser orientados a solicitar revisão de atribuições, por meio de processo de Ordem PR, com apresentação de Histórico Escolar. O Mandado referido suspende os efeitos da Decisão PL – 0145/06, porém não sobrepõe a Lei."

Após esta fase de análise e resposta ao SUPFIS, verifica-se no processo de fls. 84, Despacho de 30/01/13, da Gerente do Deptº de Registro – DRE, ao Sr. Superintendente de Fiscalização, informando que a CEA, define as atribuições individualmente ao analisar a formação educacional do interessado, com base na legislação, e confere atribuições, conforme Lei 5524/68, do artº 3º e 6º do Decreto 90922/85, e alterados pelo Decreto 4560/02, circunscritas ao âmbito da modalidade cursada.

Portanto todos os profissionais citados na relação de fls. 27, deverão ser orientados a solicitar revisão de atribuições, por meio de processo de Ordem PR, com apresentação de histórico escolar. O Mandado referido suspende os efeitos da PL – 0146/06, porém não sobrepõe a Lei.

Face o exposto, foram sugeridos o envio de expediente à FENATA, dando conhecimento do posicionamento da CEA, e quanto as notificações extrajudiciais enviar à UGIs, para instauração de processo PR e juntada de histórico escolar.

A FENATA – Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas, foi comunicada, por meio do Ofício nº 293/13 – DRE, emitido pelo Sr. Secretário Geral do CREA-SP, contido fls. 92/93.

Ressalta-se de fls. 98, Memorando nº 123/2013 – SUPJUR Rebouças, informando Suspensão da Medida Cautelar concedida nos autos do Mandado de segurança Impetrado pela ATAESP, o que foi reiterado por meio do Memorando nº 010/2014 – SUPJUR Rebouças, de que permanece vigente a Suspensão da Medida Cautelar concedida nos autos do Mandado de segurança Impetrado pela ATAESP.

Cabe destacar em 24 de junho de 2015, o **Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR**, encaminhado pela Advogada Denise Rodrigues, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.

"Todos os profissionais **associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas** deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas : **"por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo"**

Portanto, no que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito. Em virtude do contido no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, recebido e de informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, grau médio, não o teriam, consultamos a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão, a qual informa:

**"De:** Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]

**Enviada em:** quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16

**Para:** andre.sanches1848@creasp.org.br;

**Cc:** renata.casale3850@creasp.org.br

**Assunto:** RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato  
A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo CONFEA, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de "Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades".

Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria "uma espécie de gênero" do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do CONFEA, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões (\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições. Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR"

**Em virtude do Exposto, a resposta do Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, foi pautada e discutida na Reunião Ordinária da CEA de 02 de julho de 2015, sendo aprovada a Decisão CEA/SP nº 167/2015 (ref. ao Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR):**

**"EMENTA: Mandado de Segurança Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo – ATAESP- DECISÃO -** A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 02 de julho de 2015, considerando o Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR –Mandado de Segurança ATAESP - 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR (Advogada Dra. Denise Rodrigues), a qual informa que **Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas** deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas : **"por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo"**. No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito; considerando informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam; considerando em virtude do exposto nova consulta a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão; considerando que a mesma informou:

**"De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]**

**Enviada em:** quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16

**Para:** [andre.sanches1848@creasp.org.br](mailto:andre.sanches1848@creasp.org.br);

**Cc:** [renata.casale3850@creasp.org.br](mailto:renata.casale3850@creasp.org.br)

**Assunto:** RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato

"A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas. No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo CONFEA, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de "Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades". Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria "uma espécie de gênero" do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do CONFEA, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões (\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições. Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR"; considerando o exposto em referência, e colocada a questão em discussão, **DECIDIU: por unanimidade de votos que O Técnico Agrícola possui atribuição específica, e não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-01-00 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do CONFEA) filiados a ATAESP, o que deve ser encaminhado à Dra. Denise Rodrigues, objetivando avalização da Decisão da CEA pela mesma.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Votaram



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Antonio de Pádua Sousa, Eng. Agr. Benito Saes Junior, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, Eng. Agr. Gisele Herbst Vazquez, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Antonio Galbiatti, Eng. Agric. João Domingos Biagi, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Eduardo Abramides Testa, Eng. Agr. José Otávio Machado Menten, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marcos Roberto Furlan, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson Barbosa Machado Neto, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Paulo Roberto Arbex Silva, Eng. Agr. Pedro Henrique Lorenzetti Losasso, Eng. Agr. Ricardo Alves Perri, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Taís Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valter Francisco Hulshof, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. Cientifique-se e cumpra-se. São Paulo, de julho de 2015. **Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez**. CREASP nº 0601936083 Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia".

Por meio do Memorando nº 029/15 – CEA e anexos, de fls. 196 a **Decisão CEA/SP nº 167/2015**, foi encaminhada Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para a devida avalização, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.

**Recebemos o Memorando nº 236/2015-Projur em resposta ao Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), avalizando que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas (código 313-01-00).**

Também foi recebido o Memorando nº 237/2015/2015 – PROJUR, cujo assunto trata da listagem de profissionais Técnicos Agrícolas filiados à ATAESP.

Consta de fls. 183, no Ofício nº 002/2015 encaminhado pela ATAESP, ao Sr. Presidente do CREA-SP, no item 2, referidas inclusões de 5 profissionais.

Porém, verificado nos apontamentos do CREA-SP, não consta nenhum processo de ordem PR, dos profissionais referidos solicitando revisão de atribuições e ou anotação.

Face relato de fls. 190/191, consta despacho do Superintendente Operacional pelo encaminhamento do Memorando nº 237/2015 – PROJUR, e expedientes inerentes.

Consta de fls. 202/203, relação de nomes de profissionais com permissão para prescrição de receituário agrônomo, mesmo não tendo título de técnico agrícola, sendo que na lista enviada pela ATAESP, apenas possui o Título de Técnico Agrícola Camilo Lelis dos Reis – CREASP nº 5061906420 – fls. 141.

Face o exposto, foram adotadas as seguintes providências;

- 1) Envio da Decisão CEA nº 167/2015, e memorando nº 236/2015 – PROJUR à SUPFIS
- 2) Comunicar a ATAESP, da impossibilidade de anotar os profissionais referidos no processo, uma vez que nenhum deles possui Título de Técnico Agrícola.

De fls. 204, consta memorando nº 33/15 – CEA, para que o SUPFIS de conhecimento às UGIs e Postos de Atendimento do Memorando nº 236/2015, e o determinado na Decisão CEA/SP nº 167/2017

De fls. 206, consta ofício nº 2485/2015-UIR/DOP, informando a ATAESP, do cumprimento do Mandado de Segurança impetrado, está sendo atendido na íntegra, bem como da impossibilidade de anotação de profissionais não técnicos agrícolas

Anexamos de fls. 209 a 212 e-mail da FENATA, ao Presidente do CREA-SP, com publicação denunciando que a Câmara de Agronomia do CREA-SP, descumpra a Decisão Judicial.

Anexamos de fls. 213 a 215, e-mail do Gerente DAC/SUPCOL, encaminhando documentação apresentada pelo Sr. Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, o qual expôs na reunião de Coordenadores de 15/10/2015, suas considerações em relação ao Boletim Informativo da FENATA, onde disponibilizou a documentação física ao Sr. Presidente Kurimori, esta já parte integrante deste processo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Da documentação referida, destaque para e-mail de 18/08/2015, do Dr. Humberto Marques de Jesus, anexado de fls. 216 a 219, informando que em relação ao mandado de segurança coletivo impetrado pela ATAESP, foi interposto apelação pelo CREA-SP, que está pendente de julgamento pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Ressaltamos que, conforme e-mail de fls. 220, foi fornecido a pedido da Dra. Denise Rodrigues do PROJUR, cópia da Decisão CEA/SP nº 167/2015, ref. Memorando nº 151 2015 UCC DJO SUPJUR ATAESP, bem como cópia do Memorando nº 236/2015- PROJUR e documentação para análise e subsídio, para fins de elaboração de recurso

Julgamos oportuno, objetivando subsidiar o recurso a ser elaborado, juntar ao presente, PARECER nº JA – 01/04/2100, do Advogado José Adilson de Oliveira – OAB-ES 11.260, com destaque às fls. 14, anexado neste de fls. 221 a 235.

Carece observar do histórico escolar dos Técnicos Agrícolas, comparativamente ao dos demais Técnicos de formação Pecuária, Agricultura, Agropecuária, se constam dos históricos destes profissionais elencados, disciplinas que lhes dão capacitação para prescrição de receituário agrônomo.

**Cabe reforçar o já informado em 2012 que um Curso Técnico, corresponde ao Colegial, preparatório para a Universidade.**

Destaca-se do Histórico Escolar de um Curso Médio, os seguintes componentes curriculares: Produção Vegetal I (100 horas aula), Produção Vegetal II (100 horas aula), Produção Vegetal III (80 horas aula) e Exploração Florestal (100 horas aula), com o total de **1500 horas**.

Pelos conteúdos das disciplinas, observa-se:

Produção Vegetal I - Nutrição vegetal, cultivo, propagação, fisiologia.

Produção Vegetal II - Métodos silviculturais, Crescimento florestal, Manejo de Florestas, Produção Florestal, Processos de cultivo de Florestas, Processos de Condução de Florestas, Formação de Florestas, Proteção de Florestas, Reflorestamento, Arborismo.

Produção Vegetal III - Morfologia das Espécies Florestais, Dendometria, Cálculo volumétrico de madeira.

Exploração Florestal - Biometria, Silvimetria, Inventários relativos a Meios Florestais.

Anexamos Memorando nº 398/2015 – PROJUR, e anexos, recebido na CEA em 24/11/15, encaminhado pelo Sr. Secretário Geral, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100 (Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100), que trata de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que “a decisão judicial se aplica à **todos os técnicos agrícolas associados da impetrante**, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional”.

**II – Parecer:**

**Considerando a legislação que trata do assunto:**

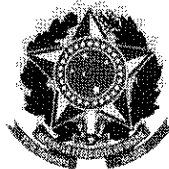
\*Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.

\*Memorando nº 029/15 – CEA- Mandado de Segurança ATAESP, encaminhando Decisão da CEA, referente o informado no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR,

\*Resolução 473/2002 do CONFEA)

\*Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011 - “Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a

9



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional.

**III – Voto:**

**Que este processo, seja utilizado como base de análise pela SUPJUR, com a documentação e análise anexada, e como base de procedimentos aprovados pela Câmara Especializada de Agronomia, para a gerência DOP e a SUPFIS.**

1. Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o expediente por e-mail da Dra. Denise Rodrigues que a CEA deva definir se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões mencionadas na Tabela de Títulos do CONFEA, neste caso, o Técnico em Agropecuária, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões, mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições e a análise efetuada, que resultou na Decisão CEA/SP nº 167/2015, anexada de fls. 1001, a mesma deve ser encaminhada ao Jurídico, por Memorando, aguarde a avaliação da área jurídica cujo entendimento é que somente o Técnico Agrícola (código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do CONFEA) filiados a ATAESP, é que tem este direito com o objetivo de se dar a devida tramitação aos processos de **registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas;**

2. Memorando nº 029/15 – CEA, Mandado de Segurança ATAESP, encaminhado Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsídio ao SUPJUR, para ciência, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.

3. Memorando nº 236/2015-Projur, de fls. 195 a 195 (respondendo ao memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313-01-00.

4. Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100 (Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100), que trata de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP, por meio do qual foi determinado que o CREA-SP cumpra integralmente a ordem no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que “a decisão judicial se aplica a **todos os técnicos agrícolas associados da impetrante**, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional”.

Em virtude do exposto, sugiro aprovar os seguintes procedimentos:

Nos processos de Ordem PR, será acatado o pedido para prescrição de receituário agrônômico, pelo requerente que apresentar comprovação de filiação a ATAESP em cumprimento ao informado no Memorando nº 398/15 – PROJUR. Após a decisão aprovada pela CEA, o processo será encaminhado à Gerência Operacional, objetivando a anotação das atribuições, para prescrição de receita agrônômica, no CREAMET.

Caberá ao SUPFIS orientar as UGIs, UOps e Postos de Atendimento, da obrigação de comprovação de filiação a ATAESP, pelo requerente para estes casos.

Nos processos de Ordem C, por não se tratar de pedido individual, para prescrição de RA, ou comprovação de concluintes serem filiados à ATAESP.

Após a Decisão aprovada pela CEA, de concessão de título e atribuições, face análise curricular, o processo será encaminhado à Gerência Operacional, objetivando verificação junto a ATAESP, de possíveis filiados, registrando informação no processo C, dos confirmados, procedendo anotação das atribuições para prescrição de receita agrônômica no CREAMET, “ad referendum” da CEA. A Gerência Operacional deverá disponibilizar listagem à CEA dos profissionais constatados como filiados à ATAESP, para referendo.

A listagem destes profissionais com direito a prescrição de receita agrônômica, deverá constar em banco de dados do Programa de Potencial de Danos, que está sendo desenvolvido pela SUPFIS, como opção de controle da aplicação de defensivos por região do estado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

*Em virtude do exposto, da ciência dada à CEA, do informado pela Assistência Técnica, da legislação vigente, da documentação encaminhada ao PROJUR da Decisão CEA nº 167/2015, Memorando nº 236/2015 PROJUR, de que o Técnico Agrícola possui atribuição específica, e não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-01-00 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do CONFEA) filiados a ATAESP e do Memorando nº 398/2015 – PROJUR, e anexos, recebido na CEA em 24/11/15, encaminhado pelo Sr. Secretário Geral, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, que trata de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que “a decisão judicial se aplica a **todos os técnicos agrícolas associados da impetrante**, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional”, encaminhe-se o processo ao Senhor Secretário Geral, para envio ao PROJUR, preliminarmente dando-se ciência à Gerência – DOP, anexado da Decisão da CEA aprovada em 03/12/15, quanto ao cumprimento do estabelecido, bem como dos procedimentos a serem adotados.”*

**III.3- Curso de Legislação Profissional:**

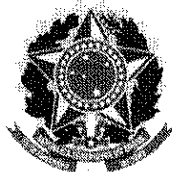
O Coordenador atualiza a CEA sobre a realização dos Cursos no interior, totalizando 32 escolas. Informa que até o momento houve a participação de 1.780 profissionais. Ressalta que dia 22 de dezembro será realizado o último Curso na Capital. Agradece a participação e apoio de todos os Palestrantes, informando que irão receber Certificados. Reitera as datas já aprovadas para os Cursos na Capital para o 1º trimestre de 2016, sendo: 26/01/16, 23/02/2016 e 29/03/2016.

**III.4 - GTTs - Grupos Técnicos de Trabalho:**

Coordenador passa a palavra aos Coordenadores dos GTTs que relatam sobre os trabalhos realizados em 2015, conforme segue:

**GTT Acervo Técnico:** A Coordenadora Consª Gisele, explana sobre os tópicos:

**1)** Análise do Programa CREAMET, para as possíveis complementações na ART referentes ao paisagismo, para Inserir na tabela ART CONFEA; **2)** Consulta de Técnico Florestal para se responsabilizar pela produção de mudas de espécies florestais; **3)** Consulta de Eng. Agrônoma Márcia Provinzano Braga Xavier, solicitada a ser Responsável Técnica de Estação de Tratamento de Efluentes de abatedouro de frangos de uma empresa que fica sediada em uma fazenda em Ipeúna; **4)** Ato Administrativo nº 29/2015 (Processo C – 622/2012, sobre procedimentos para regularização de obras e serviços de Engenharia ou Agronomia; **5)** Anteprojeto de Resolução nº 001/2015. (Processo C-584/2015); **6)** Cartilha de Emissão de Acervo Técnico; **7)** Revisão da Instrução nº 2565, anexo, referente atribuições provisórias de Técnicos de 2º Grau; **8)** Análise de 29 processos (ordens A, C, PR e SF); **9)** Providências solicitadas para se obter os Projetos Pedagógicos de Cursos de Engenharia Ambiental, do Estado de São Paulo, objetivando estudo sobre as reais competências e atribuições sombreadas com as Ciências Agrárias.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

**GTT Prefeituras Municipais:** A Coordenadora Consª Francisca relata sobre os trabalhos executados pelo Grupo em 2015: 1) Consecução do Cadastramento dos Processos no Programa de Controle de resultados da Fiscalização efetuada, nas seguintes unidades: GRE – 2 Campinas → Aguai, Amparo, Espírito Santo do Pinhal, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Nova Odessa, São João da Boa Vista, Serra Negra, Socorro, Vargem Grande do Sul. GRE – 3 Ribeirão Preto → Mococa, São José do Rio Pardo. GRE – 5 São Paulo → São Paulo. GRE – 7 Pirassununga → Descalvado. GRE – 8 Bauru → Jaú, Pirajuí. GRE – 9 São José do Rio Preto → Mirassol. GRE – 10 Araraquara → Américo Brasiliense, Araraquara, Guariba, Ibaté, Itápolis, Jaboticabal, Matão, Monte Alto, São Carlos, Taquaritinga; 2) Consecução de Relatório dos trabalhos realizados para apresentação na Câmara Especializada de Agronomia; 3) Providências solicitadas: reiterar à SUPFIS, a agilização do andamento da fiscalização das Subprefeituras do município de São Paulo, para que o GTT possa providenciar a análise e finalização do Processo P-667/00 V3. 4) Análise de 54 processos (Ordens P e SF )

.....  
**GTT Fiscalização:** O Coordenador Consº Benito Saes relata: 1) Projetos de fiscalização à distância e adaptação do "Potencial de Danos": estudos para elaboração de programa de informática visando a análise automática do potencial de danos da propriedade fiscalizada, propiciando ao fiscal a possibilidade de decidir no próprio local de fiscalização as providências necessárias e imediatamente dar sequência às mesmas. Foram discutidas e apresentadas à SUPFIS todas as necessidades do Programa de "Potencial de Danos" a ser desenvolvido pela IF, com o apoio da Superintendência Operacional. 2) Proposta de treinamento dos fiscais: para a efetivação, em campo, dos procedimentos acima propõe a realização de treinamentos para todas as UGIs por meio de reuniões entre as GREs (Gerências Regionais) e este GTT, para compreensão do conceito de Potencial de Danos e sua aplicação na fiscalização de propriedades rurais. 3) Inclusão de novos itens no "Potencial de Danos": com vistas à melhor compreensão e maior facilidade de uso do "Potencial de Danos" o GTT solicitou a inclusão de alguns novos itens/subitens: Plantio de Fumo (estimulantes); Plantio de raízes e tubérculos; em Grãos e cereais incluir algodão (fibras); Plantio de especiarias; Inclusão de minhocultura e inclusão da criação de inimigos naturais Insetos) para controle biológico. 4) Prioridades de fiscalização para 2016: o GTT definiu, como prioridades para 2016, a fiscalização de Produtores Rurais, através do "Potencial de Danos" e, como segunda prioridade a fiscalização da Presença de profissionais da área da Agronomia nas Prefeituras Municipais, responsabilizando-se pelas atividades da área. 5) Análise de 40 processos (F e SF).  
Em suma, o Plano de Fiscalização para 2016, teve o mérito de análise, elaborado pelos GTTs, referidos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

**III.5 – Consultas sobre atribuições profissionais, analisadas pela Assistência Técnica da CEA.** Nenhuma consulta nova recebida.....

**III.6 – Plano de Fiscalização 2016 (Plano de Trabalho 2016):** Apresentado o Plano de Fiscalização da CEA, para o exercício de 2016, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, cabendo ressaltar que foi mantida a base do Plano de 2015, com sugestões de aprimoramento, oriunda dos GTTs Acervo Técnico, Prefeituras Municipais e Fiscalização, Decisão CEA/SP nº 319/2015 ).....

**III.7- Outros assuntos.....**  
**Comissão de Meio Ambiente** - Coordenador destaca as questões sobre indicações para as Comissões, conforme já discutido na reunião anterior, e destacando a necessidade de haver componente da CEA integrante na Comissão Permanente de Meio Ambiente, apresentando-se os Conselheiros Willian e Francisca para titularidade e para a suplência o Conselheiro Vasco. Colocando-se em votação a indicação da titularidade, foi eleita a Consª Francisca.....

**Colégio de Inspectores:** Coordenador Glauco informa sobre a realização do Colégio de Inspectores, ocorrido no dia 14 de novembro no município de Araraquara, com a participação de cerca de 1300 Inspectores, Inspectores Chefes e Inspectores Especiais representantes do Crea-SP.....

**1ª Reunião Extraordinária da CEAGRO em Brasília/DF:** Coordenador Glauco informa sobre Ação Parlamentar visando acompanhar os processos de interesse dos Eng. Agrônomos: PL-2043 que regula o exercício da profissão de Paisagista; PL-531/15, que cria a profissão de Agroecólogo; PL-3200/15 que regulamenta o uso de defensivos fitossanitários; PL-3423/12 que permite aos Biólogos a responsabilidade técnica para produção de sementes e mudas; PL 1016/15 – Lei dos Zootecnistas.....

**IV – LEITURA DE EXTRATO DE CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS E EXPEDIDAS:.....**

O Coordenador parabeniza os aniversariantes do mês de **DEZEMBRO:** dia 02 - Valter Francisco Hulshof e dia 24 - João Luís Scarelli. Datas Comemorativas: 11- Dia do Sistema Confea/Creas; 13- Dia do Avaliador – Dia do Perito de Engenharia; 14- Dia do Engenheiro de Pesca e 29- Dia Internacional da Biodiversidade.....

O Coordenador discorre sobre o Resumo da Pasta Circular – RO Nº 527 de 03/12/2015:.....

**DOCUMENTOS RECEBIDOS:.....**

1. Memorando nº 041/2015-CEA – Retorno do GP autorizando a inclusão dos relatórios de agronomia no GIDFis.....





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

2. Memorando nº 043/2015-CEA – Retorno do GP autorizando a realização dos Cursos de Legislação Profissional no 1º trimestre de 2016. ....
3. Memorando nº 398/2015-PROJUR – Mandato de Intimação movido pela ATAESP – Técnicos Agrícolas. ....
4. Memorando nº 1265/2015-SUPFIS – Responde denúncia da CEA quanto a empresa Jimmy Urbanismo e Serviços. ....
5. Ofício nº 4092 Confea, de 09/11/2015 – Encaminha Decisão PL-2265/2015: “responde o questionamento da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais referente as áreas profissionais e atribuições dos profissionais regulamentados pela Sistema Confea/Crea.”. ....
6. Ofício nº 4160 Confea, de 11/11/2015 – Encaminha Decisão PL-2271/2015: “Não insere na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/CREAs, anexa à Resolução nº 473, de 26 de dezembro de 2002, o título de Técnico em Agricultura Familiar, visto que essa denominação não consta do Catálogo nacional dos Cursos Técnicos do Ministério da educação e dá outras providências.”. ....
- DOCUMENTOS EXPEDIDOS:** .....
7. Memorando nº 044/15-CEA, de 10/11/2015 – Convite para o Sr. Presidente participar da na última reunião da Câmara Especializada de Agronomia – 2015.-
8. Memorando nº 045/15-CEA, de 10/11/2015 – Convite para a Diretoria participar da última reunião da Câmara Especializada de Agronomia – 2015.-
9. Memorando nº 046/15-CEA, de 10/11/2015 – Convite para a Sra. Chefe de Gabinete e Assessoria para participar da última reunião da Câmara Especializada de Agronomia – 2015.-
10. Memorando nº 047/15-CEA, de 10/11/2015 – Composição da Comissão Especial Valorização Profissional. ....
11. Memorando nº 048/15-CEA, de 10/11/2015 – Indica nomes para compor a comissão para o Concurso Cultural Prêmio Crea de Acessibilidade. ....

**V- Comunicados dos Conselheiros:** .....

**Diretoria:** Diretor Administrativo Consº Scarelli .....

**Representantes de Comissões:** Não houve manifestação. ....

**Representantes de GTs:** Não houve manifestação. ....

**Representantes de GTTs:** Não houve manifestação. ....

**Coordenador:** Informa que em 15/12/2015, ocorrerá eleição para Conselheiro Federal. Solicita participação dos representantes de instituições de ensino inscritos. ....

**Coordenadora Adjunta:** Agradece o apoio que recebeu de todos se despedindo da coordenadoria, desejando à todos boas festas e feliz natal. ....

**Conselheiros:** Não houve manifestação. ....

**VI – Apresentação da Pauta:** .....

**VI. 1 - Interrupção de Registro de Profissionais:** .....



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Referendou-se as relações de interrupção de registro profissional, emitidas por UGIs e UOP, exceto os nomes indeferidos, os quais deverão ser encaminhados os motivos do indeferido a esta CEA:.....

UGI Barretos – Relação nº 018/2015-BAR, exceto profissional FERNANDO CLÁUDIO.....

UGI Botucatu – Relação nº 10/2015.....

UGI Mogi Guaçu – Relação nº 008/2015.....

UGI Presidente Prudente – Relação nº 004/2015, exceto profissional LEONARDO HENRIQUE ESCARELLI.....

UGI São José do Rio Preto – Relação nº 24/2015.....

UOP Descalvado – Relação nº 004/2015, profissional RAPHAEL BENASSATTO.....

**VI.2 – JULGAMENTO DE PROCESSOS.** (Pauta com 66 Processos, sendo 44 da Pauta e 22 da pauta complementar).....

**Destaques da Mesa:** Foram destacados pela Mesa, o processo de **Ordem 47**

– **SF-183/2013:** Deixar claro no VOTO que o cancelamento do ANI nº 233/2014 OS 2772/2013, pelo artigo 59 da Lei 5196/66, se refere a empresa, não contra a profissional. Em discussão. Aprovado.....

**Destaques dos Conselheiros:** Foram destacados pelo Conselheiro Valdemar Demétrio os processos de **Ordem 01; 03 e 31**. Após discussão e esclarecimentos prestados, ficou aprovado o que segue: Ordem 01: A-625/1994 V6 - concedido pedido de "vistas" ao Consº Demétrio. Ordem 03: A-357/2003 V6 - retirado de pauta, para revisão do relato emitido. Ordem 31: R-36/15 - esclarece a Relatora Consª Tais que o interessado receberá o Título de TECNÓLOGO, devido carga horária do curso inferior a 3600 horas. Após discussões o processo foi retirado de pauta, objetivando seja contatada a Universidade de Viçosa, sobre como contabilizaram a carga horária, para nível pleno.....

Foi destacado pelo Conselheiro Adilson Bola, o processo de **Ordem 12**. Após esclarecimentos pela Consª relatora Ana Meire, o relato foi aprovado.....

Foram destacados pela Conselheira Ana Meire, os processos de **Ordem 34 e 37**. Após discussão, foi aprovado o de Ordem 34, com a inclusão "...e notificação do empresário quanto a situação irregular da profissional.". Ordem 37: Após esclarecimentos foi aprovado o relato.....

Os demais processos da pauta, foram julgados em bloco e aprovados por unanimidade.....

Da Pauta Complementar, a mesa comunica que: Todos os processos de Ordem 48 a 56, são de Técnicos de 2º Grau de formações diferentes, e serão acrescidos nos Pareceres de todos, a seguinte informação: "considerando que em 24/11/15, recebemos da Secretaria Geral do CREA-SP, o Memorando nº 398/2015 – PROJUR, anexado de fls. ....a ... onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**SÚMULA DA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

*Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional"; considerando que a SUPFIS – Superintendência de Fiscalização, deverá orientar as UGIs, UOPs, Postos de Atendimento, que os formandos para a prescrição de receita agrônômica, deverão requerer individualmente, por meio de processo PR, devendo comprovar que são filiados à ATAESP.*

Os Processos PR-148/15 (Eng. Agr. Gildriano Soares de Oliveira), PR-22/2015 (Eng. Agr. Kenji Claudio Augusto Seno), PR-410/2014 (Eng. Agr. Maurilio Uso), PR-501/2014 (Rogerio Fontes Pereira), PR-84/2015 (Eng. Agr. Ivan Paulo Mendes Negreiros), tratam do mesmo caso dos processos de ordem 23 a 30. Em discussão, todos os destacados, aprovados.

Foi ressaltado que em 24/11/15, foi recebido da Secretaria geral do CREA-SP, Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100. Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independente da modalidade ou ênfase da graduação profissional". A SUPFIS – Superintendência de Fiscalização, deverá orientar as UGIs, UOPs, Postos de Atendimento, que os formandos para a prescrição de receita agrônômica, deverão requerer individualmente, por processo PR, devendo comprovar que são filiados à ATAESP.

Foi discutido e analisado também os processos de Ordem E-14/15 e Ordem F-1166/15, tendo sido aprovados.

**VII – Discussão dos assuntos da pauta.** Não houve.

**ENCERRAMENTO.**

O Coordenador Cons. Glauco Eduardo Pereira Cortez, agradeceu a presença de todos e, não havendo nada mais a ser tratado, deu por encerrada a sessão às doze horas.

São Paulo, 03 de dezembro de 2015.

**Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez**

CREA-SP nº 0601936083

Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

# **Relações de Interrupção de Registro Profissional**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

PREADOC 308 943  
100 953  
90036  
79014  
6444

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUÇÃO DE REGISTRO

RELAÇÃO Nº 021/2015  
PROCESSO C – 000196/2015 V2  
UGI- AMERICANA

CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA - CEA				
NOME	CREASP	TÍTULO PROFISSIONAL	DATA DE INTERRUÇÃO	SITUAÇÃO
Adelson Antonio Guidolin Perez	5062678066	Engenheiro Agrônomo	15/01/2015	Deferido
Angela Daniela Pertile Dozzo	5062159984	Engenheira Florestal	25/06/2015	Deferido
Ricardo Campos Scaff	601953554	Engenheiro Agrônomo	02/06/2015	Deferido
Thayse Apa. Dourado Hernandez	5068963450	Engenheira Agrícola	05/08/2015	Indeferido
Wagner Cardoso Balan	506098998	Técnico em Agropecuária	21/07/2015	Deferido

Americana, 20 de novembro de 2015.

Engº Alexandre S. Barbin  
Chefe da UGI de Americana  
Registro 4081



CREADOC 127399

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**

RELAÇÃO Nº 0001/2016  
PROCESSO C – 000013/2016  
UGI- AMERICANA

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA AGRÔNOMICA				
NOME	CREASP	TÍTULO PROFISSIONAL	DATA DE INTERRUPÇÃO	SITUAÇÃO
Kaliana Moro Tanganelli	5062657370	Engenheira Florestal	16/09/2015	Deferido

Americana, 04 de janeiro de 2016.

Engº Alexandre S. Barbin  
Chefe da UGI de Americana  
Registro 4081

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREASP

ANEXO V DA INSTRUÇÃO Nº 2560

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPTÃO DE REGISTRO

RELAÇÃO Nº 257/2015

PROCESSO: C- 247/03 -V22

CREADOC Nº 147016/15

UNIDADE DE GESTÃO DE INSPETORIA DE ARARAQUARA/SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA				
Nome	CREA-SP	Título Profissional	Data de Interrupção	Situação
FABIO ALESSANDRO PADILHA VIANA	5060905499	Engenheiro Agrônomo	10/09/2015	DEFERIDA
LEANDRO MANOEL MARIA	5062295058	Engenheiro Agrônomo	26/10/2015	DEFERIDA

Araraquara, 30 de outubro de 2015.

Engº Civil Vicente Malzoni Netto  
CREA-SP nº 0601502083  
Gerente GRE 10 – Reg. Func. Nº 4126



Serviço Público Federal  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREASP

ANEXO V DA INSTRUÇÃO Nº 2560

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPTÃO DE REGISTRO

RELAÇÃO Nº 262/2015  
PROCESSO: C- 247/03 -V23  
UNIDADE DE GESTÃO DE INSPEÇÃO DE ARARAQUARA/SP

CREADOC Nº 173480/15

CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA				
Nome	CREA-SP	Título Profissional	Data de Interrupção	Situação
GUILHERME AUGUSTO ROBLES ANGELINI	5062247136	Engenheiro Agrônomo	30/11/2015	DEFERIDA
KATIA LANDGRAF	0605017060	Engenheira Agrônoma	30/11/2015	DEFERIDA
ROBERTO AVALLONI DE MORAIS	0601241780	Engenheiro Agrônomo	25/11/2015	DEFERIDA
PATRICIA APARECIDA DE CARVALHO	5068891076	Engenheira Agrônoma	26/11/2015	DEFERIDA
GUILHERME FELISBERTO	5068927127	Engenheiro Agrônomo	26/11/2015	DEFERIDA
JOSE FERNANDO DURIGAN	0600973020	Engenheiro Agrônomo	03/12/2015	DEFERIDA
LIVIA MARIA FERMINO DE SOUZA	5069000562	Engenheira Agrônoma	08/12/2015	DEFERIDA
ELIAS DIB FILHO	0601398966	Engenheiro Agrônomo	11/12/2015	DEFERIDA
MYLAINE CRISTINA DOS SANTOS	5069594984	Engenheira Agrônoma	26/12/2015	DEFERIDA

Araraquara, 30 de dezembro de 2015.

Engº Civil Vicente Malzoni Netto  
CREA-SP nº 0601502083  
Gerente GRE 10 - Reg. Func. Nº 4126



**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPTÃO  
DE REGISTRO**

RELAÇÃO Nº 45/2015

REFERÊNCIA Setembro/ 2015


PROCESSO C-227/2014 VOLUME 29

UGI - CAMPINAS

*Guaclos  
1604/62*

CAMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA				
NOME	CREA-SP	TITULO PROFISSIONAL	DATA DA INTERRUPTÃO	SITUAÇÃO
Priscila Helena da Silva Macedo	5062599544	Engenharia Agrônômica	28/01/2014	Deferido
Eduardo Rodrigues Tonon	5062227334	Engenheiro Agrícola E Eng. Segurança do Trabalho	04/03/2015	Deferido

Campinas, 30 de Novembro de 2015.

  
Eng.º Eletr. e Seg. Trab. Antônio Robles Sobrinho  
CREASP 0601401478  
Chefe da UGI-Campinas

CEA

CREADOC 2446/16



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

ANEXO V DA INSTRUÇÃO Nº 2560

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE  
INTERRUPÇÃO DE REGISTRO

Relação nº 005/2016

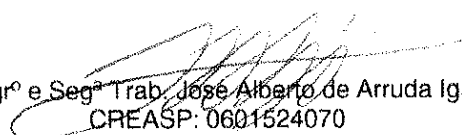
Processo C-23/2016

UGI-Jundiaí

Meses de referência: Julho a Novembro de 2015

CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA				
Nome	CREA-SP	Título profissional	Data de Interrupção	Situação
Lia Amadio	5062685571	Téc. em Pecuária	10/11/2015	DEFERIDO

Jundiaí, 07 de Janeiro de 2016



Eng. Agrº e Segº Trab. José Alberto de Arruda Ignácio  
CREASP: 0601524070  
Gerente Regional 12ª Região - Jundiaí



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

ANEXO V DA INSTRUÇÃO Nº 2560

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPÇÃO DE REGISTRO

*Protocolo: 163492*

RELAÇÃO Nº 009/2015

PROCESSO C-000010/2010 VOLUME 9 DT

UGI MOGI GUAÇU

<b>CÂMARA ESPECIALIZADA EM AGRONOMIA</b>				
<i>Nome</i>	<i>CREA-SP</i>	<i>Título profissional</i>	<i>Data de interrupção</i>	<i>Situação</i>
<i>Eugênio Orcini Neto</i>	<i>5069386424</i>	<i>Engenheiro Agrônomo</i>	<i>20/11/2015</i>	<i>DEFERIDA</i>
<i>Luis Gustavo Tonizza Andrade Silva</i>	<i>5061932886</i>	<i>Engenheiro Agrônomo</i>	<i>23/11/2015</i>	<i>DEFERIDA</i>

Mogi Guaçu, 04 de dezembro de 2015.

Flávio de Castro Alves  
Engenheiro Civil  
Chefe da UGI Mogi Guaçu  
CREA-SP 0600999285 – Reg. 4386



RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPTÃO DE REGISTRO

[illegible]

Eng. Civil André Sierra Filho  
CREASP 0600980137  
Chefe da UGI-Oeste



**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUÇÃO DE REGISTRO**

[illegible]

Eng. Civil André Sierra Filho  
CREASP-0600980137  
Chefe da UGI-Oeste

Eng. Civil André Sierra Filho  
CREASP 0600980137  
Chefe da UGI—Oeste/Capital

CREADOC 3606/16



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP


**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPTÃO DE  
REGISTRO**

RELAÇÃO Nº 002/2015  
PROCESSO C-538/07 VOLUME 7  
UGI-PIRASSUNUNGA

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Nome	CREA-SP	Título profissional	Data de interrupção	Situação
Paulo Cesar Selarin	5063816011	Tec. em Agropec.	11/03/15	DEFERIDA
Sylvia Raquel Gomes Moraes	5063461417	Eng. Agrônomo	08/05/15	DEFERIDA
Andre Bragagnoli Scatolini	5069172999	Tec. em Agropec.	15/05/15	DEFERIDA
José Oswaldo Junqueira Mendonça	0601368317	Eng. Agrônomo	22/06/15	DEFERIDA
Helio Carlos Fávaro	0601102815	Eng. Agrônomo	20/08/15	DEFERIDA
Carlos José Pegorari	0640816679	Tec. em Agropec.	03/09/15	DEFERIDA
Julio Cesar Veneroso Mello	5069031744	Eng. Agrônomo	02/09/15	DEFERIDA

Pirassununga, 06 de Janeiro de 2016.

  
Eng. Civil Nilson Ferraz de Arruda  
CREA-SP 0600836575  
Chefe da UGI-Pirassununga

CREADOC 162425



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo**  
**CREA-SP**

**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**

RELAÇÃO Nº 04/2015  
 PROCESSO C-000253/2003 – Vol. XIV, XV, XVI  
 UGI RIBEIRÃO PRETO

<b>CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA</b>				
<b>Nome</b>	<b>CREA-SP</b>	<b>Título profissional</b>	<b>Data de interrupção</b>	<b>Situação</b>
Mauricio Taveira Engler Pinto	5060344677	Engenheiro Agrônomo	15/08/2014	DEFERIDA
Geraldo Silva de Campos Almeida	5061029231	Engenheiro Agrônomo	11/12/2014	DEFERIDA
Matheus Vinicius Alves Ferreira Baroza	5063289101	Engenheiro Agrônomo	19/01/2015	DEFERIDA
Nivaldo Donizeti da Silva	5060512296	Técnico Agrícola	05/03/2015	DEFERIDA
José Igor Sponton Pinha	5063323237	Engenheiro Agrônomo	03/03/2015	DEFERIDA
Luis Arnaldo de Assis Delfanti	5069373658	Engenheiro Agrônomo	30/03/2015	DEFERIDA
Carlos Eduardo Fernandes Delfante	5069395083	Engenheiro Agrônomo	30/03/2015	DEFERIDA
Samira Carolina da Silva	5063379844	Engenheira Agrônoma	30/04/2015	DEFERIDA
Dairo Cavalheiro	0601098883	Engenheiro Agrônomo	01/07/2015	DEFERIDA
Aline Beatriz Lippi	5063009349	Engenheiro Agrônomo	22/04/2015	DEFERIDA
Bruno Pegorer Santos	5069348284	Engenheiro Agrônomo	05/05/2015	DEFERIDA
Erlon Cássio Rigobelo	5061992567	Engenheiro Agrônomo	06/05/2015	DEFERIDA
Fernanda Scaranello Drudi	5069451626	Engenheira Agrônoma	27/07/2015	DEFERIDA
Ana Regina Schiavetto	5062411417	Engenheira Agrônoma	27/10/2015	DEFERIDA
Márcio Theodoro de Figueiredo	5061426004	Técnico em agropecuária	07/10/2015	DEFERIDA
Márcio Genari Severino	5062600627	Técnico em agropecuária	07/10/2015	DEFERIDA




**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo**

**CREA-SP**

Ivan Bertachini	0601315394	Engenheiro Agrônomo	09/11/2015	DEFERIDA
Luís Fernando Pimentel do Nascimento Filho	5063277563	Engenheiro Agrônomo	16/11/2015	DEFERIDA

Ribeirão Preto, 23 de novembro de 2015.



Engº Mec. Araken Seror Mutran  
Gerente da GRE-3  
Portaria 001/2010-SUPOPE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CREADOC 4156/16

Fis. Nº 5759  
Silvia Regina Sargenti  
Téc. Serv. ADM. REG. Nº 4162  
UGI - SÃO CARLOS

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

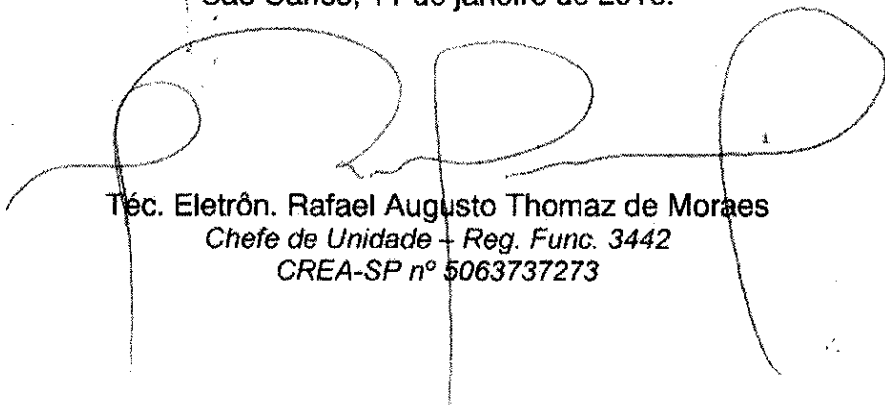
RELACÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO PROFISSIONAL  
PARA REFERENDUM  
**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**  
Nº 20/15-UGISC

UGI-SÃO CARLOS  
Processo C-265/03- V22 e V23

Ord.	Nº Reg.	Nome	Título
01	5060277566 (visto)	CARLOS AUGUSTO DE SOUSA MARTINS FILHO (FALECIMENTO)	Engº. Agrônomo
02	5063544075	ANA CAROLINA REVOREDO FORESTI	Engª. Agrônoma

Conforme previsto na Instrução nº 2357/03.

São Carlos, 11 de janeiro de 2016.

  
Téc. Eletrôn. Rafael Augusto Thomaz de Moraes  
Chefe de Unidade - Reg. Func. 3442  
CREA-SP nº 5063737273

CREADOC 165744



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**RELAÇÃO Nº 25 – REF. CANCELAMENTO DE REGISTRO PROFISSIONAL PARA  
REFERENDO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

**UGI SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
PROCESSO C-210/2010 V27**

Ordem	Nº de Registro	Nome	Título	Data do Cancelamento	Situação
01	5062209603	CLEIDE HONORIO DE MELLO FERRARI	Engenheira Agrônoma	12/11/2015	DEFERIDO
02	5061879443	MARCUS VINÍCIUS FURLAN BRIONI	Engenheiro Agrônomo	20/11/2015	DEFERIDO
03	0600760721	JOSÉ LAERTE DE FARIA	Engenheiro Agrônomo	23/11/2015	DEFERIDO
04					

Conforme previsto na Instrução 2560/2013.

São José do Rio Preto, 11 de dezembro de 2015.

Eng. A. J. José Paulo Saes  
CREA-SP 0800470248 Matr. 43008  
Chefe UGI São José do Rio Preto  
Portaria 01/10 - SUPOPE

CREADOC 173390



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

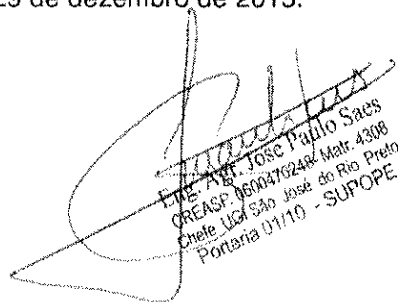
**RELAÇÃO Nº 26 – REF. CANCELAMENTO DE REGISTRO PROFISSIONAL PARA  
REFERENDO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

**UGI SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
PROCESSO C-210/2010 V28**

Ordem	Nº de Registro	Nome	Título	Data do Cancelamento	Situação
01	5063673949	BRUNO LUIZ VEIGA AVANÇO	Técnico em Agropecuária	14/12/2015	DEFERIDO
02	5069641258	RENAN HERNANDES TREVIZAN	Engenheiro Agrônomo	17/12/2015	DEFERIDO
03	5062973666	MARIA SUELY ALVES DE OLIVEIRA ORTOLAN	Técnico em Agropecuária	16/12/2015	DEFERIDO
04					

Conforme previsto na Instrução 2560/2013.

São José do Rio Preto, 29 de dezembro de 2015.

  
Eng. Agr. José Paulo Saes  
CREASP 160047024R Matr. 4308  
Chefe UGI São José do Rio Preto  
Portaria 01/10 - SUPOPE



CRESP  
Câmara Especializada de Agronomia  
do Estado de São Paulo  
CRESP - CREA-SP


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUÇÃO DE REGISTRO

RELAÇÃO Nº 1/2016  
PROCESSO C- 00982/2013  
UGI TAUBATÉ -- CREADOC 117/2016

CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA				
NOME	CREA-SP	TÍTULO PROFISSIONAL	DATA DE INTERRUÇÃO	SITUAÇÃO
RICARDO VASCONCELOS SIQUEIRA	5060351473	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	22/12/2015	DEFERIDO
BRUNO LUIZ NUNES PERES GUERREIRO	5063123445	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	23/12/2015	DEFERIDO

  
ENGO<sup>o</sup> ROBERTO GYORI  
CREASP 0601544467  
Gerente Regional - GRE-6  
CREASP

P. 220



CREADOC nº 169310

18/12/2015

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE  
INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**

RELAÇÃO Nº 06/2014

REFERÊNCIA: Dezembro/2014

PROCESSO: C-00992/2014 VOLUME 1

UOP ARTUR NOGUEIRA

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENG. AGRIMENSURA – A6				
NOME	CREASP	TÍTULO PROFISSIONAL	DATA DA INTERRUPÇÃO	SITUAÇÃO
Jorge Hamilton Fadel	0682406109	Eng. Agrônomo	03/12/2014	Deferido

Artur Nogueira, 10 de dezembro de 2015.

Eng. Eletr. Antonio Robles Sobrinho  
CREASP 0601401478

Chefe de Unidade de Gestão de Inspetorias – Campinas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPTÃO DE REGISTRO

RELAÇÃO Nº. 1284/2015

PROCESSO C- 00144/2015

UOP CAMPOS DO JORDÃO – CREADOC Nº. 126875/2015

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA AGRONÔMICA				
NOME	CREA-SP	TÍTULO PROFISSIONAL	DATA DE INTERRUPTÃO	SITUAÇÃO
MARA CRISTINA CASTILHO	5061494569	TÉCNICA EM AGROPECUÁRIA	09/12/2014	DEFERIDO
GÍLSON JOSÉ DA SILVA	5061494470	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	11/02/2015	DEFERIDO

Rua Inácio Caetano, 467 - sala 2 - Abernécia - Campos do Jordão, cep 12460-000  
(Call Center 0800 17 18 11)  
( [www.creasp.org.br](http://www.creasp.org.br) )

CREADOC 163849/15



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

ANEXO I DA INSTRUÇÃO Nº 2560

RELAÇÃO DE REFERENDO PARA ENCAMINHAMENTO À CÂMARA

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPÇÃO DE REGISTRO

RELAÇÃO Nº /2015

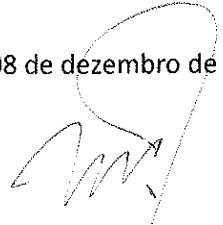
PROCESSO C-000306/2014 FS

UOP- GARÇA

CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

NOME	CREA	TÍTULO	DATA INTERRUPÇÃO	SITUAÇÃO
PRISCILLA REIS GARCIA MIRANDA	5069314852	ENGENHEIRA AGRÔNOMA	24/04/15	DEFERIDO

Garça, 08 de dezembro de 2015.

  
Engº Eugenio Oliveira de Carvalho  
CREASP nº 0681976370  
CHEFE D.G.I. Matrícula - 323



CREADOC 170873



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
do Estado de São Paulo – CREA-SP

**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE  
INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**

RELAÇÃO Nº 12/2014  
REFERÊNCIA: AGOSTO/2014  
PROCESSO: C-225/2014 VOLUME 2  
UOP PAULÍNIA

CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA – C1				
NOME	CREASP	TÍTULO PROFISSIONAL	DATA INTERRUPÇÃO	SITUAÇÃO
Cristiano Zampieri Romaneli	5062828140	Engenheiro Agrônomo	—	Indeferido
Pedro Vitor Ferrari Machado	5063635081	Engenheiro Agrônomo	25/08/2014	Deferido

Paulínia, 10 de Dezembro de 201.

Eng.º Eletr. e Seg. Trab. Antônio Robles Sobrinho  
CREASP 0601401478  
Chefe da UGI-Campinas

CREADOC 175243



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
do Estado de São Paulo – CREA-SP

**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE  
INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**

RELAÇÃO Nº 02/2015  
REFERÊNCIA: JANEIRO/2015  
PROCESSO: C-1041/2015  
UOP PAULÍNIA

CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA – C1				
NOME	CREASP	TÍTULO PROFISSIONAL	DATA INTERRUPÇÃO	SITUAÇÃO
Flávia de Angele Ferreira	5063388240	Engenheira Agrônoma	28/01/2015	Deferido

Paulínia, 10 de Dezembro de 2015.

Eng.º Eletr. e Seg. Trab. Antônio Robles Sobrinho  
CREASP 0601401478  
Chefe da UGI-Campinas

CREADOC 173372



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
do Estado de São Paulo – CREA-SP

**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE  
INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**

RELAÇÃO Nº 10/2015  
REFERÊNCIA: ABRIL/2015  
PROCESSO: C-1041/2015  
UOP PAULÍNIA

CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA – C1				
NOME	CREASP	TÍTULO PROFISSIONAL	DATA INTERRUPÇÃO	SITUAÇÃO
Camila Beij Jordão	5062610552	Engenheira Agrônoma	24/04/2015	Deferido

Paulínia, 10 de Dezembro de 2015.

Eng.º Eletr. e Seg. Trab. Antônio Robles Sobrinho  
CREASP 0601401478  
Chefe da UGI-Campinas



CREDOC 2380

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO  
DE SÃO PAULO – CREA-SP


**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUÇÃO DE REGISTRO**  
RELAÇÃO Nº 002/2015

PROCESSO C-978/2009

UOP PRESIDENTE VENCESLAU  
**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Nome	CREA-SP	Título profissional	Data de interrupção	Situação
José Augusto Alves Cardoso	5069317973	Técnico em Agropecuária	30/11/2015	DEFERIDA

Presidente Venceslau, 30 de dezembro de 2015.



Eng.º Civil Márcio Sérgio S. Duarte  
CREA-SP n.º 0601065768 – Matr. 3961  
Chefe de Unidade



CREADOC 6635

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO  
DE SÃO PAULO – CREA-SP

**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**  
RELAÇÃO Nº 002/2015

PROCESSO C-000226/2014 FS

UPS TEODORO SAMPAIO  
**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Nome	CREA-SP	Título profissional	Data de interrupção	Situação
Gustavo Rocha Silvério	5062497905	Técnico em Agropecuária	17/12/2015	DEFERIDA

Teodoro Sampaio, 31 de Dezembro de 2015.

  
Eng.º Civil Márcio Sérgio S. Duarte  
CREA-SP n.º 0601065768 – Matr. 3961  
Chefe de Unidade



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

# **PAUTA**

**Processos para Julgamento**

**RO nº 528 de 18/02/2016**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

### ***I - PROCESSOS DE VISTAS***

#### **I.1 - PROCESSOS DE VISTAS QUE RETORNAM À CÂMARA**

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI JUNDIAÍ****Nº de  
Ordem Processo/Interessado**

<b>1</b>	<b>A-625/1994 V6</b> <b>JOSÉ FLÁVIO MACHADO CESAR LEÃO</b>
<b>Relator</b>	RELATOR: MARCOS ROBERTO FURLAN / VISTOR: VALDEMAR ANTONIO DEMÉTRIO

**Proposta****PARECER DO RELATOR: MARCOS ROBERTO FURLAN**

Processo Nº A-625/1994 V6

Interessado: José Flávio Machado Cesar Leao.

Assunto: Requer Certidão de Acervo Técnico – CAT

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I – Histórico:**

Trata-se de pedido por meio do WEB Atendimento, de Certidão de Acervo Técnico com registro de Atestado – Atividade concluída por parte do Eng. Agrônomo José Flávio Cesar Leão, possuidor das atribuições do art. 5º da Resolução 218/73 do CONFEA.

Cabe ressaltar:

De fls. 04, consta a ART nº 92221220150360801, do requerente, responsável por atividades técnicas de Execução, diagnóstico, resíduos da construção civil, e Atestado ref ao serviço, de fls. 05, emitido pela PM de Araras.

De fls. 09, consta a ART retificadora nº 92221220150942176, do requerente, responsável por atividades técnicas de Estudo, classificação, resíduos da construção civil, e Atestado ref. ao serviço, de fls. 05, emitido pela PM de Araras.

O Atestado de Capacidade Técnica atende o disposto no anexo IV da Resolução nº 1025/09 do CONFEA. O processo é encaminhado para análise e manifestação da Câmara Especializada quanto à emissão da CAT solicitada.

O processo é encaminhado à CEA, para análise e emissão de parecer.

**II – Parecer:**

Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966

“Art. 24 - A aplicação do que dispõe esta Lei, a verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.”

“Art. 45 - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.”

“Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas:

- a) julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica;
- b) julgar as infrações do Código de Ética;
- c) aplicar as penalidades e multas previstas;

...”

“Art. 27 - São atribuições do Conselho Federal:

...”





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente Lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;  
..."*

*"Art. 7º- As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:*

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;*
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;*
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;*
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;*
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;*
- f) direção de obras e serviços técnicos;*
- g) execução de obras e serviços técnicos;*
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.*

*Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões."*

*Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977*

*"Art. 1º- Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)."*

*"Art. 2º- ...*

*§ 2º- O CONFEA fixará os critérios e os valores das taxas da ART "ad referendum" do Ministro do Trabalho."*

*Resolução Confea nº 1.025, de 30 de outubro de 2009*

*"Art. 4º O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do Crea e o recolhimento do valor correspondente.*

*§ 1º O início da atividade profissional sem o recolhimento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.*

*..."*

*"Art. 28. ...*

*§ 2º É vedado o registro da ART relativa à execução de obra ou à prestação de serviço concluído, cuja atividade técnica tenha sido iniciada após a data de entrada em vigor desta resolução."*

*"Art. 25. A nulidade da ART ocorrerá quando:*

- I – for verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão insanáveis de qualquer dado da ART;*
- II – for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART;*
- III – for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado;*
- IV – for caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão;*
- V – for caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado; ou*
- VI – for indeferido o requerimento de regularização da obra ou serviço a ela relacionado."*

*"Art. 26. A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART.*

*§ 1º No caso da constatação de lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão dos dados da ART, preliminarmente o Crea notificará o profissional e a pessoa jurídica contratada para proceder às correções*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016***necessárias no prazo de dez dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.**§ 2º No caso em que a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão.”**...**“Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.” (...)**Da Emissão de Certidão de Acervo Técnico**“Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.”**(...)**Do Registro de Atestado**“Art. 57. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.**Parágrafo único. O atestado é a declaração fornecida pela contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.”**(...)**“Art. 63. O Crea manifestar-se-á sobre o registro do atestado após efetuar a análise do requerimento e a verificação dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea relativos às ARTs registradas.”**(...)**“Art. 65. É facultado ao profissional, brasileiro ou estrangeiro, registrado no Crea, que executou obra, prestou serviços ou desempenhou cargo ou função no exterior, requerer a inclusão desta atividade ao seu acervo técnico por meio do registro da ART correspondente, desde que tenha sido realizada após sua diplomação em curso técnico de nível médio ou de nível superior nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.**Parágrafo único. O profissional terá o prazo de um ano para requerer a inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior, contados da data de registro no Crea ou de sua reativação após entrada no país.**Art. 66. A inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior deve ser requerida ao Crea por meio de formulário, conforme o Anexo III, e instruída com cópia dos seguintes documentos:**I – formulário da ART, assinado pelo responsável técnico e pelo contratante, indicando o nível de participação e as atividades desenvolvidas pelo profissional; e**II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente.**§ 1º O Crea dispensará a assinatura do contratante na ART caso seja apresentada cópia do contrato ou de documento equivalente que comprove a relação jurídica entre as partes.**§ 2º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela autoridade consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado.**Art. 67. O requerimento de inclusão ao acervo técnico será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação brasileira em vigor à época de sua execução.**Parágrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.**Art. 68. A câmara especializada competente decidirá sobre o requerimento de registro da ART após a*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*verificação das informações apresentadas.*

§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.

§ 2º Após o deferimento, o profissional será comunicado para efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro da ART."

*Resolução Confea nº 1.033, de 05 de setembro de 2011.*

" Art. 1º Alterar o caput do art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 31 de dezembro de 2009 – Seção 1, pág. 119 a 121, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. O profissional terá o prazo de vinte e quatro meses para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta que tenha sido iniciada até 31 de dezembro de 2011."

*Resolução Confea nº 1.042, de 29 de junho de 2012.*

"Art. 1º Alterar o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, cujo caput foi anteriormente alterado por meio da Resolução nº 1.033, de 2011, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 12 de setembro de 2011 – Seção 1, pág. 195 e 196, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. O profissional terá até o dia 31 de dezembro de 2012 para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta.

*Resolução nº 1.050, de 13 de dezembro de 2013.*

Art. 2º A regularização da obra ou serviço concluído deve ser requerida no Crea em cuja circunscrição foi desenvolvida a atividade pelo profissional que executou a obra ou prestou o serviço, instruída com cópia dos seguintes documentos:

I – formulário da ART devidamente preenchido;

II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente; e

III – comprovante de pagamento do valor correspondente à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído.

§ 1º Mediante justificativa fundamentada, poderá ser aceita como prova de efetiva participação do profissional declaração do contratante, desde que baseada em iníciode prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.

§ 2º A falta de visto do profissional no Crea em cuja circunscrição a atividade foi desenvolvida não impede a regularização da obra ou serviço, desde que a situação do profissional seja previamente regularizada.

Art. 3º O requerimento de regularização da obra ou serviço será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação em vigor à época de sua execução, e após a verificação pelo Crea da existência de obra ou serviço concluído.

Parágrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.

Art. 4º Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.

§ 1º No caso de a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, a matéria, obrigatoriamente, será apreciada por todas as câmaras especializadas competentes.

§ 2º Ocorrendo divergência nas decisões das câmaras especializadas no caso previsto no § 1º, o requerimento será encaminhado ao Plenário do Crea para deliberação.

§ 3º Não havendo câmara especializada da categoria ou modalidade do profissional requerente, o processo será apreciado diretamente pelo Plenário do Regional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Art. 5º Deferido o requerimento, o profissional será comunicado para efetuar o registro da anotação de responsabilidade técnica mediante o recolhimento do valor da ART.*

*Art. 6º A regularização de obra ou serviço na forma desta resolução não exime o interessado de outras cominações legais cabíveis.*

*Art. 7º Os valores referentes ao registro da ART e à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído a serem aplicados pelos Creas serão aqueles constantes de resolução específica, em vigor à época do requerimento.*

*Art. 8º Esta resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.*

*Art. 9º Ficam revogados o §2º do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.*

*Resolução Confea nº 394, de 17 de março de 1995*

*“Art. 1º - A fim de registrar atividade cuja Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se fez na época devida, deverá o interessado requerer o registro, por escrito, ao CREA em cuja jurisdição foi exercida a atividade.*

*§ 1º - O requerimento referido no "caput" deste artigo, juntamente com a documentação probatória, constituirá um processo administrativo a ser analisado e aprovado pela Câmara Especializada.*

*§ 2º - No requerimento referido no parágrafo anterior deverá o requerente especificar formalmente a sua participação na atividade e a que título.*

*Art. 2º - A atividade a registrar deverá ser condizente com as atribuições do profissional requerente, à época de sua realização.*

*Art. 3º - O processo administrativo para registro da atividade deverá conter:*

*a) o requerimento, conforme Art. 1º;*

*b) a ART;*

*c) documento comprobatório da real participação do profissional na atividade.*

*Parágrafo Único - Como documentos comprobatórios da real participação do profissional, entendem-se projetos, atestados de execução, contratos, ordens de serviço, portarias, correspondências, diários de obras, declaração de testemunhas e outros.*

*Art. 4º - O cálculo da ART referente à atividade a ser registrada será feito com base no valor atualizado da atividade, à época de seu registro. O requerente deverá apresentar ao CREA o contrato firmado com o proprietário por ocasião da realização da atividade. Na falta do contrato, o valor será estimado pela Câmara Especializada, utilizando tabelas de honorários, obras e/ou serviços existentes no CREA ou nas Entidades de Classes Regionais.*

*Art. 5º - A Câmara Especializada respectiva, após análise da documentação apresentada, eventuais diligências ou solicitação de outros documentos, emitirá o seu parecer sobre o registro da ART requerida.*

*Parágrafo Único - O valor da ART cujo registro está sendo requerido somente poderá ser recolhido após a aprovação do requerimento pela Câmara.*

*Art. 6º - O registro de atividade não anotada na época devida poderá ser feito pelo profissional a partir da data da publicação desta Resolução.*

*§ 1º - A atividade exercida anteriormente à Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, desde que devidamente comprovada, terá sua regularização efetuada sem qualquer penalização.*

*§ 2º - A falta de visto do profissional, na Região do CREA onde se realizou a atividade requerida, não impede o registro da ART, ficando o profissional, quando for o caso, sujeito à multa prevista na alínea "a", do Art. 73, da Lei nº 5.194/66.*

*Art. 7º - Será considerado infrator o profissional que requerer o registro de atividade não condizente com suas atribuições profissionais, ficando sujeito à multa prevista na alínea "b" do Art. 73 da Lei nº 5.194/66, sem prejuízo da responsabilidade ética.*

*Art. 8º - É vedada a regularização e autuado o profissional, observados os prazos prescricionais da Lei nº 6.838, de 29 de outubro de 1980, quando:*

*a) a atividade requerida para registro de ART tenha sido executada em data anterior ao registro do profissional no CREA;*

*b) à época da realização da atividade, o profissional estiver com seu registro no CREA cancelado, ou suspenso.”*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*III – Voto:*

*Em virtude do exposto, e da legislação vigente, em conformidade as atribuições que possui, as atribuições do Art. 5.º da Resolução n.º 218/73, não está legalmente habilitado para atuar estudo, classificação, resíduos da construção civil.*

*Nosso voto, em virtude de o interessado estar exorbitando de suas atribuições, é pelo indeferimento da solicitação, bem como pela autuação do mesmo por infração à alínea “b” do artigo 6.º da Lei 5.194/66.*

**PARECER DO VISTOR: VALDEMAR ANTONIO DEMÉTRIO**

*Processo Nº A-625/1994 V6*

*Interessado: José Flávio Machado Cesar Leao.*

*Assunto: Requer Certidão de Acervo Técnico – CAT*

**\*\*\* RELATO ANEXO.**

---





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

### ***II - PROCESSOS DE ORDEM A***

**II . I - REQUER CERTIDÃO DE ACERTO TÉCNICO - CAT**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI LESTE**

Nº de Ordem	Processo/Interessado
----------------	----------------------

<b>2</b>	<b>A-646/2015 V5</b> <i>JOÃO MARCOS FERNANDES COSTA</i>
	<b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo nº A – 646/2015 V5.

Interessado: Eng. Agrônomo João Marcos Fernandes Costa.

Assunto: Requer Certidão de Acervo Técnico

**I – Histórico:**

Processo constituído de requerimentos de solicitação de Acervos Técnicos do Eng<sup>a</sup> Agrônomo João Marcos Fernandes Costa, conforme fls. 02, e fls. 07, respectivamente.

Verificamos constar anexados:

Às fls. 04, ART nº 92221220111425572.

Às fls. 05, Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Autopista Regis Bitencourt - arteris, a qual refere-se aos Serviços Técnicos de Drenos de pavimento longitudinais e transversais entre o KM 371+00, ao KM 511+000, na rodovia BR 116 São Paulo – Curitiba.

Às fls 06, onde cabe ressaltar o Anexo I - Escopo dos serviços, especialmente “ aplicação de Selo em CBUQ “ ( aplicação de manta asfáltica )

Às fls. 08, ART nº 92221220110601814.

Às fls. 10, Atestado de Capacidade Téc Técnica emitido pela Autopista Regis Bitencourt - arteris, a qual refere-se aos Serviços Técnicos de Drenos de pavimento longitudinais e transversais pista norte e sul entre o KM 370+000, na rodovia BR 116 São Paulo – Curitiba.

Às fls. 11, onde cabe ressaltar o Anexo I - Escopo dos serviços, especialmente “ aplicação de Selo em CBUQ “ ( aplicação de manta asfáltica )

Verifica-se às fls. 12, que o requerente possui atribuições do Decreto Federal 23569/33, artº 37, Decreto 23196/33, Resolução 184/69.

Às fls. 14, Despacho da Chefe da UGI São José dos Campos, encaminhando o processo a CEA para análise e manifestação

**II – Com relação à legislação:**

Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966

“Art. 24 - A aplicação do que dispõe esta Lei, a verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.”

“Art. 45 - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.”

“Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas:

a) julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica;

b) julgar as infrações do Código de Ética;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

c) aplicar as penalidades e multas previstas;

...

*"Art. 27 - São atribuições do Conselho Federal:*

...

*f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente Lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;*

...

*"Art. 7º- As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:*

*a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;*

*b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;*

*c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;*

*d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;*

*e) fiscalização de obras e serviços técnicos;*

*f) direção de obras e serviços técnicos;*

*g) execução de obras e serviços técnicos;*

*h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.*

*Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões."*

*Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977*

*"Art. 1º- Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)."*

*"Art. 2º- ...*

*§ 2º- O CONFEA fixará os critérios e os valores das taxas da ART "ad referendum" do Ministro do Trabalho."*

*Resolução Confea nº 1.025, de 30 de outubro de 2009*

*"Art. 4º O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do Crea e o recolhimento do valor correspondente.*

*§ 1º O início da atividade profissional sem o recolhimento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.*

...

*"Art. 28. ...*

*§ 2º É vedado o registro da ART relativa à execução de obra ou à prestação de serviço concluído, cuja atividade técnica tenha sido iniciada após a data de entrada em vigor desta resolução."*

*"Art. 25. A nulidade da ART ocorrerá quando:*

*I – for verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão insanáveis de qualquer dado da ART;*

*II – for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART;*

*III – for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado;*

*IV – for caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão;*

*V – for caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado; ou*

*VI – for indeferido o requerimento de regularização da obra ou serviço a ela relacionado."*

*"Art. 26. A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA****Julgamento de Processos****REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016***administrativo de anulação da ART.**§ 1º No caso da constatação de lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão dos dados da ART, preliminarmente o Crea notificará o profissional e a pessoa jurídica contratada para proceder às correções necessárias no prazo de dez dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.**§ 2º No caso em que a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão."**...**"Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica." (...)**Da Emissão de Certidão de Acervo Técnico**"Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional."**(...)**Do Registro de Atestado**"Art. 57. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.**Parágrafo único. O atestado é a declaração fornecida pela contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas."**(...)**"Art. 63. O Crea manifestar-se-á sobre o registro do atestado após efetuar a análise do requerimento e a verificação dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea relativos às ARTs registradas."**(...)**"Art. 65. É facultado ao profissional, brasileiro ou estrangeiro, registrado no Crea, que executou obra, prestou serviços ou desempenhou cargo ou função no exterior, requerer a inclusão desta atividade ao seu acervo técnico por meio do registro da ART correspondente, desde que tenha sido realizada após sua diplomação em curso técnico de nível médio ou de nível superior nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.**Parágrafo único. O profissional terá o prazo de um ano para requerer a inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior, contados da data de registro no Crea ou de sua reativação após entrada no país.**Art. 66. A inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior deve ser requerida ao Crea por meio de formulário, conforme o Anexo III, e instruída com cópia dos seguintes documentos:**I – formulário da ART, assinado pelo responsável técnico e pelo contratante, indicando o nível de participação e as atividades desenvolvidas pelo profissional; e**II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente.**§ 1º O Crea dispensará a assinatura do contratante na ART caso seja apresentada cópia do contrato ou de documento equivalente que comprove a relação jurídica entre as partes.**§ 2º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela autoridade consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado.**Art. 67. O requerimento de inclusão ao acervo técnico será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação brasileira em vigor à época de sua execução.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Parágrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.*

*Art. 68. A câmara especializada competente decidirá sobre o requerimento de registro da ART após a verificação das informações apresentadas.*

*§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.*

*§ 2º Após o deferimento, o profissional será comunicado para efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro da ART."*

*Resolução Confea nº 1.033, de 05 de setembro de 2011.*

*" Art. 1º Alterar o caput do art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 31 de dezembro de 2009 – Seção 1, pág. 119 a 121, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"Art. 79. O profissional terá o prazo de vinte e quatro meses para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta que tenha sido iniciada até 31 de dezembro de 2011."*

*Resolução Confea nº 1.042, de 29 de junho de 2012.*

*"Art. 1º Alterar o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, cujo caput foi anteriormente alterado por meio da Resolução nº 1.033, de 2011, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 12 de setembro de 2011 – Seção 1, pág. 195 e 196, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"Art. 79. O profissional terá até o dia 31 de dezembro de 2012 para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta.*

*Resolução nº 1.050, de 13 de dezembro de 2013.*

*Art. 2º A regularização da obra ou serviço concluído deve ser requerida no Crea em cuja circunscrição foi desenvolvida a atividade pelo profissional que executou a obra ou prestou o serviço, instruída com cópia dos seguintes documentos:*

*I – formulário da ART devidamente preenchido;*

*II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente; e*

*III – comprovante de pagamento do valor correspondente à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído.*

*§ 1º Mediante justificativa fundamentada, poderá ser aceita como prova de efetiva participação do profissional declaração do contratante, desde que baseada em iníciode prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.*

*§ 2º A falta de visto do profissional no Crea em cuja circunscrição a atividade foi desenvolvida não impede a regularização da obra ou serviço, desde que a situação do profissional seja previamente regularizada.*

*Art. 3º O requerimento de regularização da obra ou serviço será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação em vigor à época de sua execução, e após a verificação pelo Crea da existência de obra ou serviço concluído.*

*Paragrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.*

*Art. 4º Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.*

*§ 1º No caso de a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, a matéria, obrigatoriamente, será apreciada por todas as câmaras especializadas competentes.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA****Julgamento de Processos****REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

§ 2º Ocorrendo divergência nas decisões das câmaras especializadas no caso previsto no § 1º, o requerimento será encaminhado ao Plenário do Crea para deliberação.

§ 3º Não havendo câmara especializada da categoria ou modalidade do profissional requerente, o processo será apreciado diretamente pelo Plenário do Regional.

Art. 5º Deferido o requerimento, o profissional será comunicado para efetuar o registro da anotação de responsabilidade técnica mediante o recolhimento do valor da ART.

Art. 6º A regularização de obra ou serviço na forma desta resolução não exime o interessado de outras cominações legais cabíveis.

Art. 7º Os valores referentes ao registro da ART e à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído a serem aplicados pelos Creas serão aqueles constantes de resolução específica, em vigor à época do requerimento.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Art. 9º Ficam revogados o §2º do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009. Resolução Confea nº 394, de 17 de março de 1995

“Art. 1º - A fim de registrar atividade cuja Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se fez na época devida, deverá o interessado requerer o registro, por escrito, ao CREA em cuja jurisdição foi exercida a atividade.

§ 1º - O requerimento referido no "caput" deste artigo, juntamente com a documentação probatória, constituirá um processo administrativo a ser analisado e aprovado pela Câmara Especializada.

§ 2º - No requerimento referido no parágrafo anterior deverá o requerente especificar formalmente a sua participação na atividade e a que título.

Art. 2º - A atividade a registrar deverá ser condizente com as atribuições do profissional requerente, à época de sua realização.

Art. 3º - O processo administrativo para registro da atividade deverá conter:

a) o requerimento, conforme Art. 1º;

b) a ART;

c) documento comprobatório da real participação do profissional na atividade.

Parágrafo Único - Como documentos comprobatórios da real participação do profissional, entendem-se projetos, atestados de execução, contratos, ordens de serviço, portarias, correspondências, diários de obras, declaração de testemunhas e outros.

Art. 4º - O cálculo da ART referente à atividade a ser registrada será feito com base no valor atualizado da atividade, à época de seu registro. O requerente deverá apresentar ao CREA o contrato firmado com o proprietário por ocasião da realização da atividade. Na falta do contrato, o valor será estimado pela Câmara Especializada, utilizando tabelas de honorários, obras e/ou serviços existentes no CREA ou nas Entidades de Classes Regionais.

Art. 5º - A Câmara Especializada respectiva, após análise da documentação apresentada, eventuais diligências ou solicitação de outros documentos, emitirá o seu parecer sobre o registro da ART requerida.

Parágrafo Único - O valor da ART cujo registro está sendo requerido somente poderá ser recolhido após a aprovação do requerimento pela Câmara.

Art. 6º - O registro de atividade não anotada na época devida poderá ser feito pelo profissional a partir da data da publicação desta Resolução.

§ 1º - A atividade exercida anteriormente à Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, desde que devidamente comprovada, terá sua regularização efetuada sem qualquer penalização.

§ 2º - A falta de visto do profissional, na Região do CREA onde se realizou a atividade requerida, não impede o registro da ART, ficando o profissional, quando for o caso, sujeito à multa prevista na alínea "a", do Art. 73, da Lei nº 5.194/66.

Art. 7º - Será considerado infrator o profissional que requerer o registro de atividade não condizente com suas atribuições profissionais, ficando sujeito à multa prevista na alínea "b" do Art. 73 da Lei nº 5.194/66, sem prejuízo da responsabilidade ética.

Art. 8º - É vedada a regularização e autuado o profissional, observados os prazos prescricionais da Lei nº 6.838, de 29 de outubro de 1980, quando:

a) a atividade requerida para registro de ART tenha sido executada em data anterior ao registro do profissional no CREA;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*b) à época da realização da atividade, o profissional estiver com seu registro no CREA cancelado, ou suspenso.”*

*III – Voto:*

*Em virtude do exposto em conformidade a legislação vigente, e considerando que cabe às Câmaras Especializadas a análise do requerimento do registro da ART, nos termos do §1º e caput do art. 1º da Resolução 394/1995, corroborada pelas Resoluções 1.033/2011, 1042/2012, 1044/13 e, face as atribuições profissionais do interessado, voto pelo indeferimento das CATs requeridas pelo Engº Agrônomo João Marcos Fernandes Costa, bem como pelo encaminhamento do presente processo a CEECivil.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI SÃO JOSÉ DO RIO PRETO****Nº de  
Ordem** **Processo/Interessado**

<b>3</b>	<b>A-444/2013 V2</b> JOSÉ ROBERTO PAVAN <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
----------	---

**Proposta**

Processo Nº A- 000444/2013 V2.

Interessado: José Roberto Pavan.

Assunto: Requer Certidão de Acervo Técnico – CAT

A Câmara Especializada de Agronomia,

I – Histórico:

Processo de pedido de Certidão de Acervo Técnico por parte do Engenheiro Agrônomo José Roberto Pavan, possuidor das atribuições do art. 5º da Resolução 218/73 do CONFEA, sem prejuízo às do Decreto Federal 23196/33.

Verifica-se que o processo foi encaminhado pela UOP Vargem Grande Paulista em 26/11/2015, para análise da CEA, mas foi recebido por esta Assistência Técnica somente na data de 06/01/16, às 13:30 horas, conforme informado pelo mesmo, e documentação comprobatória anexada ao processo.

Verifica-se no processo que o requerente apresenta:

1. Requerimento de Certidão de Acervo Técnico (fls 09), protocolado em 19.10.15, relacionando ART referente aos serviços executados.
2. Atestado de Capacidade Técnico Operacional, emitido pela PM Municipal de S J Rio Preto – SEMAE – Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto, de fls. 12.
3. Anotação de Responsabilidade Técnica de fls. 10.

Face contato mantido pelo interessado, por e-mail, verifica-se que a licitação referente ao pedido de Acervo Técnico solicitado ocorrerá no dia 12/01/16.

Face a Lei 9784 de 29 de janeiro de 1999, a Assistência Técnica fez registrar no processo, os contatos por e-mails mantidos com o Sr. Samuel, representante do Engenheiro Agrônomo José Roberto Pavan, o contato mantido com o Chefe da UGI São José do Rio Preto, Eng. José Paulo Saes, bem como registrar o conhecimento dado ao Gerente da DAC, e Chefe da UCT/DAC em exercício.

De fls. 52 a 55 segue anexado e-mail de 06/01/16, às 11:23, do Assistente Técnico, ao Gerente DAC/SUPCOL, e Chefe da UCT em exercício, informando posicionamento sobre o Processo A – 444/2013 V2, a seguir:

- 1) Que face a ausência do processo, o caso em questão poderá ser resolvido diretamente pela UGI São José do Rio Preto, conforme orientações do Assistente Técnico ao consultante. Porém da importância de localização do processo.
- 2) Da informação da UCP sobre o Processo A- 444/2013 V2, de que: "a entrada de processos naquela Unidade está prejudicada em função da proximidade das reuniões do mês de Dezembro e das rotinas de fim de ano. Que o processo tem data de carga de 26 de novembro mas não sabe-se quando e se foi colocado no malote. Que Estão tratando hoje os processos que chegaram no dia 23, 28 e 29 de dezembro. Que deve-se verificar no protocolo (Sede Faria Lima) se tem o registro de recebimento do SEDEX de envio do processo e em qual data foi encaminhado para a Rebouças. Em caso da negativa a informação lhe dará





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016***maior segurança para tratar com a UGI.*

3) Da informação da UCI, a pedido do Assistente Técnico, sobre a localização do Processo, de que a carga do Processo A-444/2013 V2 consta encaminhamento da UOP de Vargem Grande Paulista à UCP em 26.11.2015 sem recebimento.

4) Do e-mail do Sr. Samuel Ramos Venancio de 4 de janeiro de 2016 às 14:35, ao Assistente Técnico, que face contato com a UOP-Varzea grande Paulista, foi encaminhado a esta respeitável câmara o processo em título, para parecer quanto a solicitação de CAT com registro de atestado - atividade em andamento do profissional JOSE ROBERTO PAVAM- CREA/SP 5060156345, solicitando parecer com a máxima urgência, para análise dos documentos encaminhados, pois dependem do referido documento para conclusão dos trabalhos com o contratante, e na mesma oportunidade para participação de processo licitatório conforme encaminhada nos autos do protocolo A2015036716, protocolado em 02/10/2015 as 14:03.

De fls. 56 a 61 consta e-mail de 06/01/16, às 14:06, do Assistente Técnico, ao Gerente DAC/SUPCOL, e Chefe da UCT em exercício, Chefe da UGI de São José do Rio Preto José Paulo Saes, e Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia Glauco Eduardo Pereira Cortez, informando sobre contato à UGI São José do Rio Preto que se propôs a colaborar da análise da documentação levada em mãos por representante do interessado, havendo possibilidade após análise, do fornecimento da CAT pretendida, onde, destaca:

1) Registra-se o recebimento do processo pela UCP, no dia 06/01/16, às 13:30 horas, pelo Assistente Técnico, com o processo em mãos, onde foi verificado que:

De fls. 10 - A ART nº 92221220140115429, do Eng. Agr. José Roberto Pavan, é contratado da empresa Rosangela Moura de Campos S.J. Rio Preto ME F.I., cujo serviço foi prestado à SEMAE - Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto - PM S. J. Rio Preto.

Da ART, verifica-se no item 4. atividades técnicas de execução e manutenção de desentupimento, esgotamento e desobstrução de água e esgoto na rede pública, portanto não trata-se especificamente de plantio de sementes por hidrojetamento, conforme entendimento inicial me informado verbalmente.

De fls. 48 - O Eng. Agr. José Roberto Pavan, é portador das atribuições do artigo 5º da Resolução nº 218/73 do CONFEA sem prejuízo às do Decreto 23196/33.

O entendimento para atividade de execução e manutenção para desentupimento, esgotamento e desobstrução de água e esgoto em rede pública, com respectivo fornecimento de CAT, deve ser em conformidade às atribuições do profissional requerente.

2) Do e-mail de 06 de janeiro de 2016 às 11:13, com o Eng. Jose Paulo Saes, (sem o processo em mãos) do Assistente Técnico, o qual foi contactado pela empresa, e face o informado verbalmente, informou que não haveria impedimento de fornecer a Certidão de Acervo solicitada, tendo em vista as atribuições do profissional que é Engº Agrônomo, e as atividades de hidrojetamento conforme informou constar na ART do mesmo, o que poderia ver a possibilidade de atendimento, junto à UGI de São José do Rio Preto.

3) Da necessidade de apurar onde está o Processo A - 444/2013 V2, devido não constar que foi recebido pela UCP - Unidade de Controle de Processos, a qual distribui às Câmaras, apesar da UOP de Várzea Paulista informar que foi encaminhado em 26/11/15.

4) Do e-mail encaminhado pelo Sr. Samuel Ramos Venancio, representante da interessada de 06 de janeiro de 2016 às 10:06, encaminhado a CEA e a ouvidoria do CREA-SP, e por orientação da Assistência Técnica solicitando a abertura de procedimentos para o processo A2015036716, PROTOCOLADO EM 02/10/2015 tendo enviado documentos complementares no dia 30/10/2015 conforme copia de AR anexo, porem ate a presente data o referido protocolo não foi enviado para a devida câmara de agronomia. Destarte que o Sr Andre Rodrigues da UOP - de Varzea Grande, informa que finalizou seus trabalhos em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

30/11/2015 e encaminhou o referido expediente a camara de agronomia sob numero A444/2013V2, portanto a referida camara até o momento não acusou o recebimento deste expediente. Senhores conforme anexo necessitamos deste acervo tecnico para participar de processo licitatorio em 12/01/2016, conforme edital também anexo. Diante de todo o constrangimento aqui exposto e extravio de documentação por parte deste conselho de classe solicito providencias IMEDIATAMENTE, sob pena de ação judicial cabivel.

5) Do e-mail encaminhado pelo Sr. Samuel Ramos Venancio ao Assistente Técnico, que estão aguardando parecer desta ilustríssima camara, levando em consideração que o processo licitatório esta previsto para o dia 12/01/2016, conforme edital anexo  
Cabe ressaltar que foi anexado de fls. 62, relação de documentos encaminhados pela USG –Faria Lima , em 23/12/15, onde verifica-se no item 18, o Processo A – 444/13 V2.  
Também cabe ressaltar, que foi anexado de fls. 63, comprovante de que o processo, foi encaminhado pela UCO, e recebido pela UCT-CEA em 06/01/2016, pelo Assistente que solicitou posse do processo na mesma data à 13:30, horas, conforme já informado.  
Concomitantemente às providências que estão sendo tomadas pela UGI São José do Rio Preto, objetivando não prejudicar o interessado, carece de melhor análise o requerido, por parte da CEA.

Verifica-se o Despacho de fls. 51, do Chefe da UGI Osasco, para emissão de voto e parecer.

Também cabe ressaltar que, conforme contato mantido pelo Assistente Técnico, em 07/01/2016, com o Chefe da UGI São José do Rio Preto, Eng. José Paulo Saes, este informou que fez exigência ao interessado, para melhor explicitar sobre a questão do hidrojateamento por sucção, utilizado na desobstrução de redes de esgoto, tendo em vista as atribuições do Engº Agrônomo José Roberto Pavan.

Consta, a seguir, resposta pelo requerente, ao solicitado pela UGI São José do Rio Preto, encaminhado a CEA, abaixo transcrito, e anexado de fls. 64 a 72.

“ EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) PRESIDENTE(A) DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
A CAMARA DE AGRONOMIA - PROTOCOLO: NºA2015036716 (PROCESSO Nº A444/2013V2)

JOSE ROBERTO PAVAM, Engenheiro Agrônomo, devidamente inscrito no CREA/SP sob nº 5060156342, devidamente qualificado nos autos do processo em epigrafe, vem com o devido respeito à presença de Vossa Excelência, juntamente com seu procurador que esta subscreve (procuração nos autos), expor e requerer como segue:

Diante das exigências expostas no processo em epigrafe vem por meio deste responder e fundamentar o quanto segue:

**1. EXPLIQUE A EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE HIDROJATO COM SUCÇÃO AUTO-JATO, ONDE FOI EXECUTADO, ÁREA EXTERNA OU ÁREA INTERNA, DETALHAR AS ATIVIDADES EXECUTADAS.**

Diante do pré-questionamento informamos que a execução do serviço com sucção auto-vácuo, foi executado em sua maior parte cerca de 80% internamente nas dependências da contratante, ou seja na estação de tratamento de esgoto (ETE), da cidade de São José do Rio Preto, localizada na confluência do rio Preto com o córrego São Pedro, na rodovia Délcio Custódio da Silva, quilômetro 4,5, vicinal que liga a Ipiruá, ambas cidades no estado de São Paulo., sendo que esporadicamente num total de 20% externamente nas elevatórias e coletas sépticas de propriedade do contratante, ou seja, Sema e conforme atestado técnico.

**2. EXPLIQUE A EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE BOMBEAMENTO PARA ESGOTO BRUTO E AGUAS SERVIDAS, DETALHAR AS ATIVIDADES EXECUTADAS.**

Quanto ao processo de bombeamento para esgoto é executado com caminhão auto-vácuo, limpeza técnica, saneamento, socorro Ambiental, retirada e coleta de resíduos fecais em fossa Séptica e outros nas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

elevatórias e estações de tratamento de esgotos, também acoplado ao mesmo, tendo o caminhão uma bomba de HIDROJATO, que utiliza o reservatório de água limpa, para a devida limpeza e desobstrução das tubulações por meio da pressão de água através de mangueiras adequadas aos serviço, e quanto aos resíduos que são coletados, os mesmos são descartados de forma adequada na estação de tratamento de esgotos da contratada, ou seja, ETE-SeMAE, dando o devido destino final aos resíduos mencionados.

3. ONDE O SERVIÇO FOI EXECUTADO, ÁREA URBANA OU RURAL, DETALHAR.

80% dos serviços executados foram internamente na estação de tratamento de esgoto (ETE), da cidade de São José do Rio Preto/SP, localizada na confluência do rio Preto com o córrego São Pedro, na rodovia Délcio Custódio da Silva, quilômetro 4,5, vicinal que liga a Ipiguá/SP, ZONA RURAL.

20% dos serviços executados foram externamente nas elevatórias e coletas de fossa Sépticas de propriedade e controle do contratante, ou seja, Semae, em perímetros como estâncias, Vilas Rurais (condomínios de chácaras), e outras localidades que são pertinentes a ZONA URBANA.

Em defesa apresentada e anteriormente recebida por este órgão em novembro de 2015, foi solicitado indagado quanto a observação exposta pelo analista do processo em questão, momento em que foi indagado quanto ao artigo 5º da RES 218/1973, do COFEA, sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23196, de 12 de outubro de 1933, disponível em <http://normativos.cofea.org.br/apresentacao/apresentacao.asp>, que diz quanto a competência ao Engenheiro Agrônomo:

"Art. 5º - Compete ao ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

I - o desempenho das atividades 01a 18do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zimotecnica; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos." (grifou-se)

Diante do exposto pelo analista do processo em tela podemos ter uma melhor análise com a legislação vigente quanto a competência do profissional em questão.

Vejamos no próprio artigo indagado pelo analista compete ao profissional questionado, Defesa Sanitária e seus serviços afins e correlatos, conforme grifou-se.

Ademais na legislação patente a seguir vejamos:

LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966.

Art. 24. A aplicação do que dispõe esta lei, a verificação e fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação. (Revigorado pelo Decreto-Lei nº 711, de 1969).

Em análise mais aprofundada no MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA A VERIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, disponível em

<http://www.confea.org.br/media/Manual%20de%20Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20FINAL.pdf>, que diz: Modalidade Agronomia

Integram esta modalidade os engenheiros agrícolas, os engenheiros agrônomos, os engenheiros de pesca, os engenheiros florestais, os meteorologistas, os engenheiros de aquicultura, bem como os tecnólogos e os técnicos de nível médio desta área.

Os engenheiros agrícolas atuam nas atividades referentes à aplicação de conhecimentos tecnológicos para a solução de problemas relacionados à produção agrícola, envolvendo energia, transporte, sistemas estruturais e equipamentos, nas áreas de solos e águas, construções para fins rurais, eletrificação, máquinas e implementos agrícolas, processamento e armazenamento de produtos agrícolas,





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016***controle da poluição em meio rural, seus serviços afins e correlatos.*

*Os engenheiros agrônomos atuam nas atividades referentes à engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos.*

**IV. A VERIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

*O objetivo da fiscalização é verificar o exercício e atividades das profissões reguladas pela Lei n° 5.194, de 1966, nos seus níveis superior e médio, de forma a assegurar a prestação de serviços técnicos ou execução de obras com participação de profissional habilitado e em observância aos princípios éticos, econômicos, tecnológicos e ambientais compatíveis com as necessidades da sociedade.*

*A fiscalização deve apresentar um caráter educativo e preventivo em um primeiro momento e, não obtendo êxito, de caráter coercitivo. Sob o aspecto educativo e preventivo deverá a fiscalização do Crea orientar os profissionais, órgãos públicos, dirigentes de empresas e outros segmentos sociais sobre a legislação que regulamenta o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea e os direitos da sociedade, documentando as inconformidades identificadas e as penalidades previstas na legislação vigente. Sob o aspecto coercitivo, a fiscalização deve ser célere, clara, objetivando o cerceamento total do exercício ilegal da profissão. Estão sujeitos à fiscalização as pessoas físicas - leigos ou profissionais - e as pessoas jurídicas que executam ou se constituam para executar serviços ou obras de Engenharia ou de Agronomia.*

*Nobre julgadores, cabe a esta casa orientar o profissional no momento adequado, ou seja momento em que o profissional procurou a unidade crea e a mesma aceitou suas ART's devidamente recolhidas, ora vejamos para o recebimento dos numerários inerentes ao contrato este órgão de eleger competente para tanto, momento para conceder o devido acervo, esta casa se demonstra inerte sem sua função de orientar o profissional.*

*Destarte o contrato se iniciou em 2010, desde então sendo devidamente recolhido as ART's devida aos serviços prestados, sendo recebida e anotada sem qualquer orientação contrária ao profissional em questão, após 5 anos exatamente no ano de 2015 houve se dúvida que conforme anteriormente exposto a legislação patente é claro quanto sua competência caindo por terra as indagações do analista inicial.*

*Frisa-se que o profissional indagado conforme trechos do manual de procedimento para a verificação do exercício da profissão em nenhum momento questiona os equipamentos utilizados e sim a área de atuação.*

*Desta forma o processo de solicitação de CAT com registro de atestado solicitado em 02/10/2015, com previsão inicial de conclusão em 19/10/2015, deve ser julgado TOTALMENTE PROCEDENTE, uma vez que mesmo se fosse correta a indagação do analista singular o que não procede conforme a legislação patente aqui mencionada.*

*Face ao exposto é de se indagar a morosidade do processo, sendo que seu prazo de conclusão está excedido, e quanto a necessidade do referido documentos para regularização do contrato e participação em processo licitatório já encaminhado a esta casa.*

**PEDIDO**

*Ante o exposto requer Vossa Excelência:*

*a) Seja deferida a juntada deste documento ao processo em discussão.*

*b) Seja JULGADA INTEIRAMENTE PROCEDENTE A DEFESA, bem como os presentes pedidos em todos os seus termos, com o ARQUIVAMENTO e a EMISSÃO IMEDIATA DO CAT, aqui pleiteado, por estar nitidamente satisfeitas e regularizadas, e sanadas as dúvidas, inerentes a supostas irregularidades apontadas.*

*Termos em que,*

*Pede e espera deferimento.*

*São José do Rio Preto/SP, 07 de Janeiro de 2016. JOSE ROBERTO PAVAMCREA/SP nº 5060156342*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

SAMUEL RAMOS VENÂNCIO OAB/SP nº 210.329-2

II – Parecer:

*Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966**“Art. 24 - A aplicação do que dispõe esta Lei, a verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.”**“Art. 45 - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.”**“Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas:*

- a) julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica;*
- b) julgar as infrações do Código de Ética;*
- c) aplicar as penalidades e multas previstas;*
- ...”*

*“Art. 27 - São atribuições do Conselho Federal:*

- ...*
- f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente Lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;*
- ...”*

*“Art. 7º- As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:*

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;*
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;*
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;*
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;*
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;*
- f) direção de obras e serviços técnicos;*
- g) execução de obras e serviços técnicos;*
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.*

*Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.”**Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977**“Art. 1º- Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).”**“Art. 2º- ...**§ 2º- O CONFEA fixará os critérios e os valores das taxas da ART "ad referendum" do Ministro do Trabalho.”**Resolução Confea nº 1.025, de 30 de outubro de 2009**“Art. 4º O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do Crea e o recolhimento*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

do valor correspondente.

§ 1º O início da atividade profissional sem o recolhimento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.

...

“Art. 28. ...

§ 2º É vedado o registro da ART relativa à execução de obra ou à prestação de serviço concluído, cuja atividade técnica tenha sido iniciada após a data de entrada em vigor desta resolução.”

“Art. 25. A nulidade da ART ocorrerá quando:

I – for verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão insanáveis de qualquer dado da ART;

II – for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART;

III – for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado;

IV – for caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão;

V – for caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado; ou

VI – for indeferido o requerimento de regularização da obra ou serviço a ela relacionado.”

“Art. 26. A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART.

§ 1º No caso da constatação de lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão dos dados da ART, preliminarmente o Crea notificará o profissional e a pessoa jurídica contratada para proceder às correções necessárias no prazo de dez dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.

§ 2º No caso em que a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão.”

...

“Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.” (...)

*Da Emissão de Certidão de Acervo Técnico*

“Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.”

(...)

*Do Registro de Atestado*

“Art. 57. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

Parágrafo único. O atestado é a declaração fornecida pela contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.”

(...)

“Art. 63. O Crea manifestar-se-á sobre o registro do atestado após efetuar a análise do requerimento e a verificação dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea relativos às ARTs registradas.”

(...)

“Art. 65. É facultado ao profissional, brasileiro ou estrangeiro, registrado no Crea, que executou obra, prestou serviços ou desempenhou cargo ou função no exterior, requerer a inclusão desta atividade ao seu acervo técnico por meio do registro da ART correspondente, desde que tenha sido realizada após sua diplomação em curso técnico de nível médio ou de nível superior nas profissões abrangidas pelo Sistema



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016***Confea/Crea.*

*Parágrafo único. O profissional terá o prazo de um ano para requerer a inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior, contados da data de registro no Crea ou de sua reativação após entrada no país.*

*Art. 66. A inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior deve ser requerida ao Crea por meio de formulário, conforme o Anexo III, e instruída com cópia dos seguintes documentos:*

*I – formulário da ART, assinado pelo responsável técnico e pelo contratante, indicando o nível de participação e as atividades desenvolvidas pelo profissional; e*

*II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente.*

*§ 1º O Crea dispensará a assinatura do contratante na ART caso seja apresentada cópia do contrato ou de documento equivalente que comprove a relação jurídica entre as partes.*

*§ 2º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela autoridade consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado.*

*Art. 67. O requerimento de inclusão ao acervo técnico será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação brasileira em vigor à época de sua execução.*

*Parágrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.*

*Art. 68. A câmara especializada competente decidirá sobre o requerimento de registro da ART após a verificação das informações apresentadas.*

*§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.*

*§ 2º Após o deferimento, o profissional será comunicado para efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro da ART.”*

*Resolução Confea nº 1.033, de 05 de setembro de 2011.*

*“Art. 1º Alterar o caput do art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 31 de dezembro de 2009 – Seção 1, pág. 119 a 121, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:*

*“Art. 79. O profissional terá o prazo de vinte e quatro meses para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta que tenha sido iniciada até 31 de dezembro de 2011.”*

*Resolução Confea nº 1.042, de 29 de junho de 2012.*

*“Art. 1º Alterar o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, cujo caput foi anteriormente alterado por meio da Resolução nº 1.033, de 2011, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 12 de setembro de 2011 – Seção 1, pág. 195 e 196, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:*

*“Art. 79. O profissional terá até o dia 31 de dezembro de 2012 para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta.*

*Resolução nº 1.050, de 13 de dezembro de 2013.*

*Art. 2º A regularização da obra ou serviço concluído deve ser requerida no Crea em cuja circunscrição foi desenvolvida a atividade pelo profissional que executou a obra ou prestou o serviço, instruída com cópia dos seguintes documentos:*

*I – formulário da ART devidamente preenchido;*

*II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente; e*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*III – comprovante de pagamento do valor correspondente à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído.*

*§ 1º Mediante justificativa fundamentada, poderá ser aceita como prova de efetiva participação do profissional declaração do contratante, desde que baseada em iníciode prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.*

*§ 2º A falta de visto do profissional no Crea em cuja circunscrição a atividade foi desenvolvida não impede a regularização da obra ou serviço, desde que a situação do profissional seja previamente regularizada.*

*Art. 3º O requerimento de regularização da obra ou serviço será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação em vigor à época de sua execução, e após a verificação pelo Crea da existência de obra ou serviço concluído.*

*Paragrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.*

*Art. 4º Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.*

*§ 1º No caso de a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, a matéria, obrigatoriamente, será apreciada por todas as câmaras especializadas competentes.*

*§ 2º Ocorrendo divergência nas decisões das câmaras especializadas no caso previsto no § 1º, o requerimento será encaminhado ao Plenário do Crea para deliberação.*

*§ 3º Não havendo câmara especializada da categoria ou modalidade do profissional requerente, o processo será apreciado diretamente pelo Plenário do Regional.*

*Art. 5º Deferido o requerimento, o profissional será comunicado para efetuar o registro da anotação de responsabilidade técnica mediante o recolhimento do valor da ART.*

*Art. 6º A regularização de obra ou serviço na forma desta resolução não exime o interessado de outras cominações legais cabíveis.*

*Art. 7º Os valores referentes ao registro da ART e à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído a serem aplicados pelos Creas serão aqueles constantes de resolução específica, em vigor à época do requerimento.*

*Art. 8º Esta resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.*

*Art. 9º Ficam revogados o §2º do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.*

*Resolução Confea nº 394, de 17 de março de 1995*

*“Art. 1º - A fim de registrar atividade cuja Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se fez na época devida, deverá o interessado requerer o registro, por escrito, ao CREA em cuja jurisdição foi exercida a atividade.*

*§ 1º - O requerimento referido no "caput" deste artigo, juntamente com a documentação probatória, constituirá um processo administrativo a ser analisado e aprovado pela Câmara Especializada.*

*§ 2º - No requerimento referido no parágrafo anterior deverá o requerente especificar formalmente a sua participação na atividade e a que título.*

*Art. 2º - A atividade a registrar deverá ser condizente com as atribuições do profissional requerente, à época de sua realização.*

*Art. 3º - O processo administrativo para registro da atividade deverá conter:*

*a) o requerimento, conforme Art. 1º;*

*b) a ART;*

*c) documento comprobatório da real participação do profissional na atividade.*

*Parágrafo Único - Como documentos comprobatórios da real participação do profissional, entendem-se projetos, atestados de execução, contratos, ordens de serviço, portarias, correspondências, diários de obras, declaração de testemunhas e outros.*

*Art. 4º - O cálculo da ART referente à atividade a ser registrada será feito com base no valor atualizado da atividade, à época de seu registro. O requerente deverá apresentar ao CREA o contrato firmado com o proprietário por ocasião da realização da atividade. Na falta do contrato, o valor será estimado pela Câmara Especializada, utilizando tabelas de honorários, obras e/ou serviços existentes no CREA ou nas Entidades*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016***de Classes Regionais.**Art. 5º - A Câmara Especializada respectiva, após análise da documentação apresentada, eventuais diligências ou solicitação de outros documentos, emitirá o seu parecer sobre o registro da ART requerida.**Parágrafo Único - O valor da ART cujo registro está sendo requerido somente poderá ser recolhido após a aprovação do requerimento pela Câmara.**Art. 6º - O registro de atividade não anotada na época devida poderá ser feito pelo profissional a partir da data da publicação desta Resolução.**§ 1º - A atividade exercida anteriormente à Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, desde que devidamente comprovada, terá sua regularização efetuada sem qualquer penalização.**§ 2º - A falta de visto do profissional, na Região do CREA onde se realizou a atividade requerida, não impede o registro da ART, ficando o profissional, quando for o caso, sujeito à multa prevista na alínea "a", do Art. 73, da Lei nº 5.194/66.**Art. 7º - Será considerado infrator o profissional que requerer o registro de atividade não condizente com suas atribuições profissionais, ficando sujeito à multa prevista na alínea "b" do Art. 73 da Lei nº 5.194/66, sem prejuízo da responsabilidade ética.**Art. 8º - É vedada a regularização e autuado o profissional, observados os prazos prescricionais da Lei nº 6.838, de 29 de outubro de 1980, quando:**a) a atividade requerida para registro de ART tenha sido executada em data anterior ao registro do profissional no CREA;**b) à época da realização da atividade, o profissional estiver com seu registro no CREA cancelado, ou suspenso."***III – Voto:***Em virtude do exposto em conformidade a legislação vigente, e considerando que cabe às Câmaras Especializadas a análise do requerimento do registro da ART, nos termos do §1º e caput do art. 1º da Resolução 394/1995, corroborada pelas Resoluções 1.033/2011, 1042/2012, 1044/13 e 1050/13, e considerando:**De fls. 10, da ART, no item 4. atividades técnicas de execução e manutenção de desentupimento, esgotamento e desobstrução de água e esgoto na rede pública, com utilização de máquinas de hidrojateamento, com alta pressão e sucção, por auto-vácuo, ferramentas e mão de obra em unidades operacionais dos sistemas de água e de esgoto pertencentes ou de responsabilidade do SEMAE, situados nos Municípios e Distritos de São José do Rio Preto.**De fls. 48, onde verifica-se que o Eng. Agr. José Roberto Pavan, é portador das atribuições do artigo 5º da Resolução nº 218/73 do CONFEA sem prejuízo às do Decreto 23196/33;**Da atividade de execução e manutenção para desentupimento, esgotamento e desobstrução de água e esgoto em rede pública, com respectivo fornecimento de CAT, que deve ser em conformidade às atribuições do profissional requerente;**Do informado pelo Chefe da UGI São José do Rio Preto, Eng. José Paulo Saes, da exigência ao interessado José Roberto Pavan, objetivando explicitar sobre a questão do hidrojateamento por sucção, utilizado na desobstrução de redes de esgoto, tendo em vista as atribuições profissionais do mesmo, o qual é Engº Agrônomo;**Do expediente do Eng. Agrônomo José Roberto Pavan, em resposta ao solicitado pela UGI São José do Rio Preto, encaminhado ao Coordenador da CEA, anexado de fls. 64 a 72, onde o interessado informa que 80% dos serviços ocorrem na zona rural e 20 % se referem à zona urbana, bem como que o CREA aceita o recolhimento da ART, para após, questionar atribuições;**Da análise do requerido e alegações do interessado a esta Coordenadoria da CEA, em conformidade à legislação vigente;**1)Somos pelo indeferimento da CAT solicitada pelo Engº Agrônomo José Roberto Pavan “ ad referendum” da CEA, bem como pelo envio de resposta ao mesmo pela UGI São José do Rio Preto, onde protocolou o expediente analisado.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*2) Após todas as providências no âmbito da Agronomia, o processo deve ser encaminhado a Câmara Especializada de Engenharia Civil.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI SUL**

Nº de Ordem	Processo/Interessado
----------------	----------------------

<b>4</b>	<b>A-357/2003 V16</b> ROBERTO OCTAVIO DUTRA RODRIGUES NETO
	<b>Relator</b> MARCOS ROBERTO FURLAN

**Proposta**

A Câmara Especializada de Agronomia,

*I – Histórico:*

Tendo em vista que a Decisão CEA/SP nº 323/2015 de fls. 35, retirou o processo de pauta, para revisão do relato de fls. 29 a 35, e após re-análise, vimos encaminhar o seguinte:

Trata-se de processo referente pedido de Certidão de Acervo Técnico por parte do Engenheiro Civil Roberto Octavio Dutra Rodrigues Neto, possuidor das atribuições do art. 7º da Resolução 218/73 do CONFEA.

Verifica-se no cadastro Creanet, às fls. 14, que o interessado está registrado sob nº 5061369775, desde 24/05/2002.

O requerente apresenta:

Requerimento de Certidão de Acervo Técnico (fls 04), protocolado em 13.03.15, relacionando ARTs - Anotação de Responsabilidade Técnica de fls. 05, 07 e 08, referente atividades de execução e reforma “piscininha” em Taboão da Serra.

Atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, (fls. 09), onde descreve a empresa DB Construções Ltda, como executora dos serviços prestados, e informa que os serviços contaram com a responsabilidade técnica de dois Engºs Cíveis e uma Arquiteta Urbanista.

Verifica-se que o interessado é sócio da empresa DB Construções Ltda, a qual está registrada sob nº 536633, desde 28/06/1999, estando quite com 2015.

Cabe ressaltar que o próprio interessado não é citado no Atestado, apesar de sócio.

Porém verifica-se às fls. 15, no Creanet da empresa, que constam como responsáveis técnicos, além de outros, o interessado, Engenheiro Civil Roberto Octavio Dutra Rodrigues Neto, também o Engº Agrônomo João Carlos Pettan Dassié.

No Atestado são descritas além de outras atividades realizadas da Engª Civil, “o paisagismo, a aplicação de calcário dolomítico, adubo químico NPK 10:10:10, o plantio de diversas espécies arbóreas”

Não consta no processo se as atividades ligadas à agronomia, citadas no Atestado de fls. 09, também tiveram a participação de um Eng. Agrônomo.

De fls. 20, consta informação do interessado que a aplicação de ADUBO Químico NPK, na quantidade de 183,25 Kg, foi realizado pela própria empresa detidora do Atestado de Capacidade Técnica, ou seja a empresa DB Construções Ltda.

O processo é encaminhado pela UGI Araçatuba, para análise, com destaque para observância do item 4.5 do MPO – Manual de Procedimentos Operacionais, aprovado pela Decisão Normativa nº 85/11 do CONFEA.

“4.5. Em caso de dúvida, o requerimento será encaminhado à câmara especializada referente à atividade para apreciação.”

O processo foi encaminhado para análise e manifestação quanto à compatibilidade dos serviços executados conforme Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público fls. 09 a 11, e as atribuições do profissional em questão (fls. 14) que são do art. 7º da Resolução 218/73 do CONFEA

*II – Parecer:*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016***Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966*

*“Art. 24 - A aplicação do que dispõe esta Lei, a verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.”*

*“Art. 45 - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.”*

*“Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas:*

- a) julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica;*
- b) julgar as infrações do Código de Ética;*
- c) aplicar as penalidades e multas previstas;*
- ...”*

*“Art. 27 - São atribuições do Conselho Federal:*

- ...*
- f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente Lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;*
- ...”*

*“Art. 7º- As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:*

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;*
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;*
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;*
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;*
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;*
- f) direção de obras e serviços técnicos;*
- g) execução de obras e serviços técnicos;*
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.*

*Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.”*

*Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977*

*“Art. 1º- Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).”*

*“Art. 2º- ...*

*§ 2º- O CONFEA fixará os critérios e os valores das taxas da ART "ad referendum" do Ministro do Trabalho.”*

*Resolução Confea nº 1.025, de 30 de outubro de 2009*

*“Art. 4º O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do Crea e o recolhimento do valor correspondente.*

*§ 1º O início da atividade profissional sem o recolhimento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

...

“Art. 28. ...

§ 2º É vedado o registro da ART relativa à execução de obra ou à prestação de serviço concluído, cuja atividade técnica tenha sido iniciada após a data de entrada em vigor desta resolução.”

“Art. 25. A nulidade da ART ocorrerá quando:

I – for verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão insanáveis de qualquer dado da ART;

II – for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART;

III – for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado;

IV – for caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão;

V – for caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado; ou

VI – for indeferido o requerimento de regularização da obra ou serviço a ela relacionado.”

“Art. 26. A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART.

§ 1º No caso da constatação de lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão dos dados da ART, preliminarmente o Crea notificará o profissional e a pessoa jurídica contratada para proceder às correções necessárias no prazo de dez dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.

§ 2º No caso em que a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão.”

...

“Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.” (...)

**Da Emissão de Certidão de Acervo Técnico**

“Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.”

(...)

**Do Registro de Atestado**

“Art. 57. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

Parágrafo único. O atestado é a declaração fornecida pela contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.”

(...)

“Art. 63. O Crea manifestar-se-á sobre o registro do atestado após efetuar a análise do requerimento e a verificação dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea relativos às ARTs registradas.”

(...)

“Art. 65. É facultado ao profissional, brasileiro ou estrangeiro, registrado no Crea, que executou obra, prestou serviços ou desempenhou cargo ou função no exterior, requerer a inclusão desta atividade ao seu acervo técnico por meio do registro da ART correspondente, desde que tenha sido realizada após sua diplomação em curso técnico de nível médio ou de nível superior nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Parágrafo único. O profissional terá o prazo de um ano para requerer a inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior, contados da data de registro no Crea ou de sua reativação após entrada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

no país.

Art. 66. A inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior deve ser requerida ao Crea por meio de formulário, conforme o Anexo III, e instruída com cópia dos seguintes documentos:

I – formulário da ART, assinado pelo responsável técnico e pelo contratante, indicando o nível de participação e as atividades desenvolvidas pelo profissional; e

II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente.

§ 1º O Crea dispensará a assinatura do contratante na ART caso seja apresentada cópia do contrato ou de documento equivalente que comprove a relação jurídica entre as partes.

§ 2º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela autoridade consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado.

Art. 67. O requerimento de inclusão ao acervo técnico será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação brasileira em vigor à época de sua execução.

Parágrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.

Art. 68. A câmara especializada competente decidirá sobre o requerimento de registro da ART após a verificação das informações apresentadas.

§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.

§ 2º Após o deferimento, o profissional será comunicado para efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro da ART.”

Resolução Confea nº 1.033, de 05 de setembro de 2011.

“Art. 1º Alterar o caput do art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 31 de dezembro de 2009 – Seção 1, pág. 119 a 121, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 79. O profissional terá o prazo de vinte e quatro meses para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta que tenha sido iniciada até 31 de dezembro de 2011.”

Resolução Confea nº 1.042, de 29 de junho de 2012.

“Art. 1º Alterar o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, cujo caput foi anteriormente alterado por meio da Resolução nº 1.033, de 2011, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 12 de setembro de 2011 – Seção 1, pág. 195 e 196, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 79. O profissional terá até o dia 31 de dezembro de 2012 para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta.

Resolução nº 1.050, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º A regularização da obra ou serviço concluído deve ser requerida no Crea em cuja circunscrição foi desenvolvida a atividade pelo profissional que executou a obra ou prestou o serviço, instruída com cópia dos seguintes documentos:

I – formulário da ART devidamente preenchido;

II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente; e

III – comprovante de pagamento do valor correspondente à análise de requerimento de regularização de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*obra ou serviço concluído.*

§ 1º *Mediante justificativa fundamentada, poderá ser aceita como prova de efetiva participação do profissional declaração do contratante, desde que baseada em iníciode prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.*

§ 2º *A falta de visto do profissional no Crea em cuja circunscrição a atividade foi desenvolvida não impede a regularização da obra ou serviço, desde que a situação do profissional seja previamente regularizada.*

Art. 3º *O requerimento de regularização da obra ou serviço será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação em vigor à época de sua execução, e após a verificação pelo Crea da existência de obra ou serviço concluído.*

*Parágrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.*

Art. 4º *Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.*

§ 1º *No caso de a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, a matéria, obrigatoriamente, será apreciada por todas as câmaras especializadas competentes.*

§ 2º *Ocorrendo divergência nas decisões das câmaras especializadas no caso previsto no § 1º, o requerimento será encaminhado ao Plenário do Crea para deliberação.*

§ 3º *Não havendo câmara especializada da categoria ou modalidade do profissional requerente, o processo será apreciado diretamente pelo Plenário do Regional.*

Art. 5º *Deferido o requerimento, o profissional será comunicado para efetuar o registro da anotação de responsabilidade técnica mediante o recolhimento do valor da ART.*

Art. 6º *A regularização de obra ou serviço na forma desta resolução não exime o interessado de outras cominações legais cabíveis.*

Art. 7º *Os valores referentes ao registro da ART e à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído a serem aplicados pelos Creas serão aqueles constantes de resolução específica, em vigor à época do requerimento.*

Art. 8º *Esta resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.*

Art. 9º *Ficam revogados o §2º do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009. Resolução Confea nº 394, de 17 de março de 1995*

*“Art. 1º - A fim de registrar atividade cuja Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se fez na época devida, deverá o interessado requerer o registro, por escrito, ao CREA em cuja jurisdição foi exercida a atividade.*

§ 1º *- O requerimento referido no "caput" deste artigo, juntamente com a documentação probatória, constituirá um processo administrativo a ser analisado e aprovado pela Câmara Especializada.*

§ 2º *- No requerimento referido no parágrafo anterior deverá o requerente especificar formalmente a sua participação na atividade e a que título.*

Art. 2º *- A atividade a registrar deverá ser condizente com as atribuições do profissional requerente, à época de sua realização.*

Art. 3º *- O processo administrativo para registro da atividade deverá conter:*

a) o requerimento, conforme Art. 1º;

b) a ART;

c) documento comprobatório da real participação do profissional na atividade.

*Parágrafo Único - Como documentos comprobatórios da real participação do profissional, entendem-se projetos, atestados de execução, contratos, ordens de serviço, portarias, correspondências, diários de obras, declaração de testemunhas e outros.*

Art. 4º *- O cálculo da ART referente à atividade a ser registrada será feito com base no valor atualizado da atividade, à época de seu registro. O requerente deverá apresentar ao CREA o contrato firmado com o proprietário por ocasião da realização da atividade. Na falta do contrato, o valor será estimado pela Câmara Especializada, utilizando tabelas de honorários, obras e/ou serviços existentes no CREA ou nas Entidades de Classes Regionais.*

Art. 5º *- A Câmara Especializada respectiva, após análise da documentação apresentada, eventuais*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*diligências ou solicitação de outros documentos, emitirá o seu parecer sobre o registro da ART requerida.*  
*Parágrafo Único - O valor da ART cujo registro está sendo requerido somente poderá ser recolhido após a aprovação do requerimento pela Câmara.*

*Art. 6º - O registro de atividade não anotada na época devida poderá ser feito pelo profissional a partir da data da publicação desta Resolução.*

*§ 1º - A atividade exercida anteriormente à Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, desde que devidamente comprovada, terá sua regularização efetuada sem qualquer penalização.*

*§ 2º - A falta de visto do profissional, na Região do CREA onde se realizou a atividade requerida, não impede o registro da ART, ficando o profissional, quando for o caso, sujeito à multa prevista na alínea "a", do Art. 73, da Lei nº 5.194/66.*

*Art. 7º - Será considerado infrator o profissional que requerer o registro de atividade não condizente com suas atribuições profissionais, ficando sujeito à multa prevista na alínea "b" do Art. 73 da Lei nº 5.194/66, sem prejuízo da responsabilidade ética.*

*Art. 8º - É vedada a regularização e autuado o profissional, observados os prazos prescricionais da Lei nº 6.838, de 29 de outubro de 1980, quando:*

*a) a atividade requerida para registro de ART tenha sido executada em data anterior ao registro do profissional no CREA;*

*b) à época da realização da atividade, o profissional estiver com seu registro no CREA cancelado, ou suspenso."*

**III – Voto:**

*Em virtude do exposto em conformidade a legislação vigente, não há impedimento da concessão CAT – Certidão de Acervo Técnico, ao Engenheiro Civil Roberto Octavio Dutra Rodrigues Neto, no âmbito das suas atribuições, profissionais, que são do art. 7º da Resolução 218/73 do CONFEA referente às atividades de execução e reforma da "piscininha" de Taboão da Serra, no âmbito da Engª Civil, excetuando-se às atividades descritas no Atestado de fls. 09, referente a paisagismo, aplicação de calcário, adubo químico e plantio de diversas espécies arbóreas, tendo em vista:*

*1)As ARTs - Anotação de Responsabilidade Técnica de fls. 05, 07 e 08, referente atividades de execução e reforma "piscininha" em Taboão da Serra.*

*2) O Atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, de fls. 09, onde descreve a empresa DB Construções Ltda, registrada sob nº 536633, desde 28/06/1999, estando quite com 2015 a qual o mesmo é sócio e um dos Responsáveis Técnicos, é a executora dos serviços prestados, também sob a responsabilidade técnica de dois Engºs Cíveis e uma Arquiteta Urbanista.*

*3)No Atestado são descritas além de atividades realizadas da área da Engª Civil, também as atividades de "paisagismo, a aplicação de calcário dolomítico, adubo químico NPK 10:10:10, o plantio de diversas espécies arbóreas"*

*4)Consta às fls. 15, no Creanet da empresa, como responsáveis técnicos, além de outros, o interessado, Engenheiro Civil Roberto Octavio Dutra Rodrigues Neto, e também o Engº Agrônomo João Carlos Pettan Dassie.*

*5)De fls. 20, consta informação do interessado que a aplicação de ADUBO Químico NPK, na quantidade de 183,25 Kg, foi realizado pela própria empresa detentora do Atestado de Capacidade Técnica, ou seja a empresa DB Construções Ltda.*

*Portanto, não condicionado ao Acervo Técnico, que deve ser concedido ao Engenheiro Civil Roberto Octavio Dutra Rodrigues Neto, também seja verificado junto ao Eng. Agrônomo José Carlos Pettan Dassie, Responsável Técnico da empresa, se o mesmo recolheu ART dos serviços de recomendação da calagem e adubação, e plantio de espécies diversas, referidas no Atestado de Capacidade Técnica, nº*

*41/SMO/2014, de fls. 09/11.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UOP ARARAS**

Nº de Ordem	Processo/Interessado
----------------	----------------------

5	A-24/1996 T1	JOSÉ SALIM CHAIB DE OLIVEIRA
	Relator	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo Nº A – 24/1996 T1.

Interessado: Engº Agrônomo José Salim Chaib de Oliveira.

Assunto: Regularização de Obra/Serviço concluído sem a devida ART

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I – Histórico:**

Processo que trata de pedido de regularização de obra/serviço concluído sem a devida ART, do Engª Agrônomo José Salim Chaib de Oliveira, conforme requerimento de fls. 02.

Constam anexados:

De fls. 03, ART nº 92221220151318121.

De fls. 04, Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Iracemápolis, a qual refere-se também ao Contrato nº 38/12, iniciado em 08/02/2014, e concluído em 08/02/2015.

De fls. 10, cabe ressaltar referente ao Despacho do Chefe da UGI Limeira, itens:

1) Foi deferida a regularização de obra/serviço concluída, devendo-se efetuar o pagamento da ART nº 92221220151317561.

2) Após cumprido o item 1, e juntada a nova ART de regularização registrada, encaminhe-se o presente processo ao Sr. Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia para referendo.

**II – Com relação à legislação:**

Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966

“Art. 24 - A aplicação do que dispõe esta Lei, a verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.”

“Art. 45 - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.”

“Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas:

a) julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica;

b) julgar as infrações do Código de Ética;

c) aplicar as penalidades e multas previstas;

...”

“Art. 27 - São atribuições do Conselho Federal:

...”

f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente Lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

...

*“Art. 7º- As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:*

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;*
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;*
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;*
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;*
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;*
- f) direção de obras e serviços técnicos;*
- g) execução de obras e serviços técnicos;*
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.*

*Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.”*

*Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977*

*“Art. 1º- Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica” (ART).”*

*“Art. 2º- ...*

*§ 2º- O CONFEA fixará os critérios e os valores das taxas da ART “ad referendum” do Ministro do Trabalho.”*

*Resolução Confea nº 1.025, de 30 de outubro de 2009*

*“Art. 4º O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do Crea e o recolhimento do valor correspondente.*

*§ 1º O início da atividade profissional sem o recolhimento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.*

*...”*

*“Art. 28. ...*

*§ 2º É vedado o registro da ART relativa à execução de obra ou à prestação de serviço concluído, cuja atividade técnica tenha sido iniciada após a data de entrada em vigor desta resolução.”*

*“Art. 25. A nulidade da ART ocorrerá quando:*

- I – for verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão insanáveis de qualquer dado da ART;*
- II – for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART;*
- III – for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado;*
- IV – for caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão;*
- V – for caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado; ou*
- VI – for indeferido o requerimento de regularização da obra ou serviço a ela relacionado.”*

*“Art. 26. A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART.*

*§ 1º No caso da constatação de lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão dos dados da ART, preliminarmente o Crea notificará o profissional e a pessoa jurídica contratada para proceder às correções necessárias no prazo de dez dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.*

*§ 2º No caso em que a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA****Julgamento de Processos****REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão.”*

...

*“Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.” (...)*

*Da Emissão de Certidão de Acervo Técnico*

*“Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.”*

(...)

*Do Registro de Atestado*

*“Art. 57. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.*

*Parágrafo único. O atestado é a declaração fornecida pela contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.”*

(...)

*“Art. 63. O Crea manifestar-se-á sobre o registro do atestado após efetuar a análise do requerimento e a verificação dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea relativos às ARTs registradas.”*

(...)

*“Art. 65. É facultado ao profissional, brasileiro ou estrangeiro, registrado no Crea, que executou obra, prestou serviços ou desempenhou cargo ou função no exterior, requerer a inclusão desta atividade ao seu acervo técnico por meio do registro da ART correspondente, desde que tenha sido realizada após sua diplomação em curso técnico de nível médio ou de nível superior nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.*

*Parágrafo único. O profissional terá o prazo de um ano para requerer a inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior, contados da data de registro no Crea ou de sua reativação após entrada no país.*

*Art. 66. A inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior deve ser requerida ao Crea por meio de formulário, conforme o Anexo III, e instruída com cópia dos seguintes documentos:*

*I – formulário da ART, assinado pelo responsável técnico e pelo contratante, indicando o nível de participação e as atividades desenvolvidas pelo profissional; e*

*II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente.*

*§ 1º O Crea dispensará a assinatura do contratante na ART caso seja apresentada cópia do contrato ou de documento equivalente que comprove a relação jurídica entre as partes.*

*§ 2º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela autoridade consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado.*

*Art. 67. O requerimento de inclusão ao acervo técnico será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação brasileira em vigor à época de sua execução.*

*Parágrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.*

*Art. 68. A câmara especializada competente decidirá sobre o requerimento de registro da ART após a verificação das informações apresentadas.*

*§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

resolução.

§ 2º Após o deferimento, o profissional será comunicado para efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro da ART."

Resolução Confea nº 1.033, de 05 de setembro de 2011.

"Art. 1º Alterar o caput do art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 31 de dezembro de 2009 – Seção 1, pág. 119 a 121, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. O profissional terá o prazo de vinte e quatro meses para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta que tenha sido iniciada até 31 de dezembro de 2011."

Resolução Confea nº 1.042, de 29 de junho de 2012.

"Art. 1º Alterar o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, cujo caput foi anteriormente alterado por meio da Resolução nº 1.033, de 2011, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 12 de setembro de 2011 – Seção 1, pág. 195 e 196, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. O profissional terá até o dia 31 de dezembro de 2012 para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta.

Resolução nº 1.050, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º A regularização da obra ou serviço concluído deve ser requerida no Crea em cuja circunscrição foi desenvolvida a atividade pelo profissional que executou a obra ou prestou o serviço, instruída com cópia dos seguintes documentos:

I – formulário da ART devidamente preenchido;

II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente; e

III – comprovante de pagamento do valor correspondente à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído.

§ 1º Mediante justificativa fundamentada, poderá ser aceita como prova de efetiva participação do profissional declaração do contratante, desde que baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.

§ 2º A falta de visto do profissional no Crea em cuja circunscrição a atividade foi desenvolvida não impede a regularização da obra ou serviço, desde que a situação do profissional seja previamente regularizada.

Art. 3º O requerimento de regularização da obra ou serviço será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação em vigor à época de sua execução, e após a verificação pelo Crea da existência de obra ou serviço concluído.

Parágrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.

Art. 4º Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.

§ 1º No caso de a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, a matéria, obrigatoriamente, será apreciada por todas as câmaras especializadas competentes.

§ 2º Ocorrendo divergência nas decisões das câmaras especializadas no caso previsto no § 1º, o requerimento será encaminhado ao Plenário do Crea para deliberação.

§ 3º Não havendo câmara especializada da categoria ou modalidade do profissional requerente, o processo será apreciado diretamente pelo Plenário do Regional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Art. 5º Deferido o requerimento, o profissional será comunicado para efetuar o registro da anotação de responsabilidade técnica mediante o recolhimento do valor da ART.*

*Art. 6º A regularização de obra ou serviço na forma desta resolução não exime o interessado de outras cominações legais cabíveis.*

*Art. 7º Os valores referentes ao registro da ART e à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído a serem aplicados pelos Creas serão aqueles constantes de resolução específica, em vigor à época do requerimento.*

*Art. 8º Esta resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.*

*Art. 9º Ficam revogados o §2º do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.*

*Resolução Confea nº 394, de 17 de março de 1995*

*“Art. 1º - A fim de registrar atividade cuja Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se fez na época devida, deverá o interessado requerer o registro, por escrito, ao CREA em cuja jurisdição foi exercida a atividade.*

*§ 1º - O requerimento referido no "caput" deste artigo, juntamente com a documentação probatória, constituirá um processo administrativo a ser analisado e aprovado pela Câmara Especializada.*

*§ 2º - No requerimento referido no parágrafo anterior deverá o requerente especificar formalmente a sua participação na atividade e a que título.*

*Art. 2º - A atividade a registrar deverá ser condizente com as atribuições do profissional requerente, à época de sua realização.*

*Art. 3º - O processo administrativo para registro da atividade deverá conter:*

*a) o requerimento, conforme Art. 1º;*

*b) a ART;*

*c) documento comprobatório da real participação do profissional na atividade.*

*Parágrafo Único - Como documentos comprobatórios da real participação do profissional, entendem-se projetos, atestados de execução, contratos, ordens de serviço, portarias, correspondências, diários de obras, declaração de testemunhas e outros.*

*Art. 4º - O cálculo da ART referente à atividade a ser registrada será feito com base no valor atualizado da atividade, à época de seu registro. O requerente deverá apresentar ao CREA o contrato firmado com o proprietário por ocasião da realização da atividade. Na falta do contrato, o valor será estimado pela Câmara Especializada, utilizando tabelas de honorários, obras e/ou serviços existentes no CREA ou nas Entidades de Classes Regionais.*

*Art. 5º - A Câmara Especializada respectiva, após análise da documentação apresentada, eventuais diligências ou solicitação de outros documentos, emitirá o seu parecer sobre o registro da ART requerida.*

*Parágrafo Único - O valor da ART cujo registro está sendo requerido somente poderá ser recolhido após a aprovação do requerimento pela Câmara.*

*Art. 6º - O registro de atividade não anotada na época devida poderá ser feito pelo profissional a partir da data da publicação desta Resolução.*

*§ 1º - A atividade exercida anteriormente à Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, desde que devidamente comprovada, terá sua regularização efetuada sem qualquer penalização.*

*§ 2º - A falta de visto do profissional, na Região do CREA onde se realizou a atividade requerida, não impede o registro da ART, ficando o profissional, quando for o caso, sujeito à multa prevista na alínea "a", do Art. 73, da Lei nº 5.194/66.*

*Art. 7º - Será considerado infrator o profissional que requerer o registro de atividade não condizente com suas atribuições profissionais, ficando sujeito à multa prevista na alínea "b" do Art. 73 da Lei nº 5.194/66, sem prejuízo da responsabilidade ética.*

*Art. 8º - É vedada a regularização e autuado o profissional, observados os prazos prescricionais da Lei nº 6.838, de 29 de outubro de 1980, quando:*

*a) a atividade requerida para registro de ART tenha sido executada em data anterior ao registro do profissional no CREA;*

*b) à época da realização da atividade, o profissional estiver com seu registro no CREA cancelado, ou suspenso.”*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

### *III – Conclusão*

*Em virtude do exposto em conformidade a legislação vigente, e considerando que cabe às Câmaras Especializadas a análise do requerimento do registro da ART, nos termos do §1º e caput do art. 1º da Resolução nº 394/1995, corroborada pelas Resoluções 1.033/2011, 1042/2012, 1044/13 e 1050/13, pela aprovação do referendo conferido pela UGI Limeira, com fornecimento da CAT solicitada pelo Engº Agrônomo José Salim Chaib de Oliveira.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UOP ARARAS****Nº de  
Ordem** **Processo/Interessado**

<b>6</b>	<b>A-24/1996 V4</b> JOSÉ SALIM CHAIB DE OLIVEIRA <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
----------	--

**Proposta**

Processo Nº A – 24/1996 T1.

Interessado: Engº Agrônomo José Salim Chaib de Oliveira.

Assunto: Regularização de Obra/Serviço concluído sem a devida ART

**I – Histórico:**

Processo que trata de pedido de regularização de obra/serviço concluído sem a devida ART, do Engª Agrônomo José Salim Chaib de Oliveira, conforme requerimento de fls. 02.

**Constam anexados:**

De fls. 03, ART nº 92221220151317561.

De fls. 05, Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, a qual refere-se também ao Contrato nº 89 - Pregão nº 47/12, iniciado em 10/12/2012, e concluído em 09/12/2013.

De fls. 10, cabe ressaltar referente ao Despacho do Chefe da UGI Limeira, itens:

1) Foi deferida a regularização de obra/serviço concluída, devendo-se efetuar o pagamento da ART nº 92221220151317561.

2) Após cumprido o item 1, e juntada a nova ART de regularização registrada, encaminhe-se o presente processo ao Sr. Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia para referendo.

**II – Com relação à legislação:**

Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966

“Art. 24 - A aplicação do que dispõe esta Lei, a verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.”

“Art. 45 - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.”

“Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas:

a) julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica;

b) julgar as infrações do Código de Ética;

c) aplicar as penalidades e multas previstas;

...”

“Art. 27 - São atribuições do Conselho Federal:

...”

f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente Lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;

...”



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*“Art. 7º- As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:*

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;*
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;*
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;*
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;*
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;*
- f) direção de obras e serviços técnicos;*
- g) execução de obras e serviços técnicos;*
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.*

*Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.”*

*Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977*

*“Art. 1º- Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).”*

*“Art. 2º- ...*

*§ 2º- O CONFEA fixará os critérios e os valores das taxas da ART "ad referendum" do Ministro do Trabalho.”*

*Resolução Confea nº 1.025, de 30 de outubro de 2009*

*“Art. 4º O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do Crea e o recolhimento do valor correspondente.*

*§ 1º O início da atividade profissional sem o recolhimento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.*

*...”*

*“Art. 28. ...*

*§ 2º É vedado o registro da ART relativa à execução de obra ou à prestação de serviço concluído, cuja atividade técnica tenha sido iniciada após a data de entrada em vigor desta resolução.”*

*“Art. 25. A nulidade da ART ocorrerá quando:*

- I – for verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão insanáveis de qualquer dado da ART;*
- II – for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART;*
- III – for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado;*
- IV – for caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão;*
- V – for caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado; ou*
- VI – for indeferido o requerimento de regularização da obra ou serviço a ela relacionado.”*

*“Art. 26. A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART.*

*§ 1º No caso da constatação de lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão dos dados da ART, preliminarmente o Crea notificará o profissional e a pessoa jurídica contratada para proceder às correções necessárias no prazo de dez dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.*

*§ 2º No caso em que a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA****Julgamento de Processos****REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão.*"

...

*"Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica." (...)*

*Da Emissão de Certidão de Acervo Técnico*

*"Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional."*

(...)

*Do Registro de Atestado*

*"Art. 57. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos."*

*Parágrafo único. O atestado é a declaração fornecida pela contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas."*

(...)

*"Art. 63. O Crea manifestar-se-á sobre o registro do atestado após efetuar a análise do requerimento e a verificação dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea relativos às ARTs registradas."*

(...)

*"Art. 65. É facultado ao profissional, brasileiro ou estrangeiro, registrado no Crea, que executou obra, prestou serviços ou desempenhou cargo ou função no exterior, requerer a inclusão desta atividade ao seu acervo técnico por meio do registro da ART correspondente, desde que tenha sido realizada após sua diplomação em curso técnico de nível médio ou de nível superior nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea."*

*Parágrafo único. O profissional terá o prazo de um ano para requerer a inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior, contados da data de registro no Crea ou de sua reativação após entrada no país."*

*Art. 66. A inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior deve ser requerida ao Crea por meio de formulário, conforme o Anexo III, e instruída com cópia dos seguintes documentos:*

*I – formulário da ART, assinado pelo responsável técnico e pelo contratante, indicando o nível de participação e as atividades desenvolvidas pelo profissional; e*

*II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente."*

*§ 1º O Crea dispensará a assinatura do contratante na ART caso seja apresentada cópia do contrato ou de documento equivalente que comprove a relação jurídica entre as partes."*

*§ 2º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela autoridade consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado."*

*Art. 67. O requerimento de inclusão ao acervo técnico será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação brasileira em vigor à época de sua execução."*

*Parágrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas."*

*Art. 68. A câmara especializada competente decidirá sobre o requerimento de registro da ART após a verificação das informações apresentadas."*

*§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução."*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

§ 2º Após o deferimento, o profissional será comunicado para efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro da ART."

Resolução Confea nº 1.033, de 05 de setembro de 2011.

"Art. 1º Alterar o caput do art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 31 de dezembro de 2009 – Seção 1, pág. 119 a 121, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. O profissional terá o prazo de vinte e quatro meses para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta que tenha sido iniciada até 31 de dezembro de 2011."

Resolução Confea nº 1.042, de 29 de junho de 2012.

"Art. 1º Alterar o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, cujo caput foi anteriormente alterado por meio da Resolução nº 1.033, de 2011, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 12 de setembro de 2011 – Seção 1, pág. 195 e 196, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. O profissional terá até o dia 31 de dezembro de 2012 para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta.

Resolução nº 1.050, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º A regularização da obra ou serviço concluído deve ser requerida no Crea em cuja circunscrição foi desenvolvida a atividade pelo profissional que executou a obra ou prestou o serviço, instruída com cópia dos seguintes documentos:

I – formulário da ART devidamente preenchido;

II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente; e

III – comprovante de pagamento do valor correspondente à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído.

§ 1º Mediante justificativa fundamentada, poderá ser aceita como prova de efetiva participação do profissional declaração do contratante, desde que baseada em iniciais de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.

§ 2º A falta de visto do profissional no Crea em cuja circunscrição a atividade foi desenvolvida não impede a regularização da obra ou serviço, desde que a situação do profissional seja previamente regularizada.

Art. 3º O requerimento de regularização da obra ou serviço será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação em vigor à época de sua execução, e após a verificação pelo Crea da existência de obra ou serviço concluído.

Parágrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.

Art. 4º Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.

§ 1º No caso de a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, a matéria, obrigatoriamente, será apreciada por todas as câmaras especializadas competentes.

§ 2º Ocorrendo divergência nas decisões das câmaras especializadas no caso previsto no § 1º, o requerimento será encaminhado ao Plenário do Crea para deliberação.

§ 3º Não havendo câmara especializada da categoria ou modalidade do profissional requerente, o processo será apreciado diretamente pelo Plenário do Regional.

Art. 5º Deferido o requerimento, o profissional será comunicado para efetuar o registro da anotação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016***responsabilidade técnica mediante o recolhimento do valor da ART.**Art. 6º A regularização de obra ou serviço na forma desta resolução não exime o interessado de outras cominações legais cabíveis.**Art. 7º Os valores referentes ao registro da ART e à análise de requerimento de regularização de obra ou serviço concluído a serem aplicados pelos Creas serão aqueles constantes de resolução específica, em vigor à época do requerimento.**Art. 8º Esta resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.**Art. 9º Ficam revogados o §2º do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.**Resolução Confea nº 394, de 17 de março de 1995**“Art. 1º - A fim de registrar atividade cuja Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se fez na época devida, deverá o interessado requerer o registro, por escrito, ao CREA em cuja jurisdição foi exercida a atividade.**§ 1º - O requerimento referido no "caput" deste artigo, juntamente com a documentação probatória, constituirá um processo administrativo a ser analisado e aprovado pela Câmara Especializada.**§ 2º - No requerimento referido no parágrafo anterior deverá o requerente especificar formalmente a sua participação na atividade e a que título.**Art. 2º - A atividade a registrar deverá ser condizente com as atribuições do profissional requerente, à época de sua realização.**Art. 3º - O processo administrativo para registro da atividade deverá conter:**a) o requerimento, conforme Art. 1º;**b) a ART;**c) documento comprobatório da real participação do profissional na atividade.**Parágrafo Único - Como documentos comprobatórios da real participação do profissional, entendem-se projetos, atestados de execução, contratos, ordens de serviço, portarias, correspondências, diários de obras, declaração de testemunhas e outros.**Art. 4º - O cálculo da ART referente à atividade a ser registrada será feito com base no valor atualizado da atividade, à época de seu registro. O requerente deverá apresentar ao CREA o contrato firmado com o proprietário por ocasião da realização da atividade. Na falta do contrato, o valor será estimado pela Câmara Especializada, utilizando tabelas de honorários, obras e/ou serviços existentes no CREA ou nas Entidades de Classes Regionais.**Art. 5º - A Câmara Especializada respectiva, após análise da documentação apresentada, eventuais diligências ou solicitação de outros documentos, emitirá o seu parecer sobre o registro da ART requerida.**Parágrafo Único - O valor da ART cujo registro está sendo requerido somente poderá ser recolhido após a aprovação do requerimento pela Câmara.**Art. 6º - O registro de atividade não anotada na época devida poderá ser feito pelo profissional a partir da data da publicação desta Resolução.**§ 1º - A atividade exercida anteriormente à Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, desde que devidamente comprovada, terá sua regularização efetuada sem qualquer penalização.**§ 2º - A falta de visto do profissional, na Região do CREA onde se realizou a atividade requerida, não impede o registro da ART, ficando o profissional, quando for o caso, sujeito à multa prevista na alínea "a", do Art. 73, da Lei nº 5.194/66.**Art. 7º - Será considerado infrator o profissional que requerer o registro de atividade não condizente com suas atribuições profissionais, ficando sujeito à multa prevista na alínea "b" do Art. 73 da Lei nº 5.194/66, sem prejuízo da responsabilidade ética.**Art. 8º - É vedada a regularização e autuado o profissional, observados os prazos prescricionais da Lei nº 6.838, de 29 de outubro de 1980, quando:**a) a atividade requerida para registro de ART tenha sido executada em data anterior ao registro do profissional no CREA;**b) à época da realização da atividade, o profissional estiver com seu registro no CREA cancelado, ou suspenso.”*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*Em virtude do exposto em conformidade a legislação vigente, e considerando que cabe às Câmaras Especializadas a análise do requerimento do registro da ART, nos termos do §1º e caput do art. 1º da Resolução nº 394/1995, corroborada pelas Resoluções 1.033/2011, 1042/2012, 1044/13 e 1050/13, pela aprovação do referendo conferido pela UGI Limeira, com fornecimento da CAT solicitada pelo Engº Agrônomo José Salim Chaib de Oliveira.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

### ***III - PROCESSOS DE ORDEM C***

#### **III . I - ATRIBUIÇÃO - NÍVEL PLENO**

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI BAURU**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>7</b>	<b>C-102/2015 V5 C/</b> FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU - FIB <b>V4,V3,V2 E</b> <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
----------	---

**Proposta**

Processo n.º: C – 102/2015 ( apensos V2, V1 e original)

Interessado: Faculdades Integradas de Bauru – FIB.

Assunto: Exame de Atribuições – Curso de Agronomia

A Câmara especializada de Agronomia,

**I - Histórico:**

Trata-se de processo encaminhado a esta CEA, sendo que em 2015, foi analisado e deferido por esta Câmara Especializada de Agronomia, o cadastro de curso novo e fixação de atribuições concedidas aos formandos da 1ª turma – 2014 – 2º semestre, no curso de Engenheiro(a) Agrônomo(a) das Faculdades Integradas de Bauru, segundo os critérios da Resolução 1010/05 (após suspensão) e Resolução 218/73. No processo V3, verifica-se de fls 494 a 496, que foi aprovado conforme Decisão CEA/SP nº 47/2015, de fls. 497 a 498.

Foi aprovado o seguinte:

“1) Pelo cadastro do curso e fixação de atribuições aos formandos da 1ª turma – 2014 – 2º semestre, no curso de Engenheiro(a) Agrônomo(a) das Faculdades Integradas de Bauru - FIB, às do artigo 5º da Resolução 218/73 do Confea, sem prejuízo às do Decreto 23196/33.

2) Pela concessão do Título Profissional de Engenheiro(a) Agrônomo(a) ( código 311 – 02 – 00 da Resolução nº 473/02 do Confea) atribuições aos formandos da 1ª turma – 2014 – 2º semestre, no curso de Engenheiro(a) Agrônomo(a) das Faculdades Integradas de Bauru – FIB.

3) À UGI Bauru”

De fls. 875, este processo V5, e os demais, são encaminhados à CEA para a concessão de atribuições e título profissional aos formandos do 2º semestre de 2015.

A UGI Bauru, em conformidade as Instruções 2312, 2405 e 2565, entendeu por conceder atribuições provisórias do artigo 5º da Resolução nº 218/73 do CONFEA, sem prejuízo às do Decreto 23196/33 aos concluintes do 2º semestre de 2015.

Ressaltamos o informado, que esta turma de 2015 – 2º semestre, teve alteração curricular, em relação a turma anterior, verificadas estas, não relevantes.

Quanto a relação de docente é informado que não foi encaminhada por falta de disponibilidade do recurso no novo sistema informatizado do CREA-SP.

**II – Parecer.**

Do processo, ressaltamos:

-Instrução nº 2312, que dispõe sobre o cadastramento de cursos.

-Instrução nº 2405, de 23.03.2005, que “dispõe sobre os procedimentos para registro de profissional”:

“7. Deverão ser solicitadas às escolas sediadas no Estado de São Paulo, anualmente, as grades curriculares com cargas horárias e respectivo programa das disciplinas de cada curso, ou comunicação de não alteração dessas grades, visando a fixação das atribuições dos seus diplomados, bem como a relação de seus docentes com respectiva disciplina que ministram e o número de Crea dos que possuírem, os quais serão examinados em processo “C” de curso correspondente, obedecendo o seguinte critério:

a) a escola comunica que não houve alteração curricular e/ou programática: (grifo nosso) - estender as atribuições anteriormente concedidas para o ano em questão, proceder a informação quanto à situação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*registro dos docentes e elaborar despacho para referendo da Câmara Especializada”.*

*- Instrução nº 2565, de de 23.04.2014, que “dispõe sobre os procedimentos para registro de profissional”. Dispõe sobre a excepcionalidade de procedimentos para registro profissional e a anotação em registro de concluintes do curso de pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, com a concessão de atribuições de caráter provisório até que as Câmaras Especializadas fixem as atribuições definitivas, bem como o registro de formados em outro Estado, e dá outras providências.*

*- Resolução 218/73, do Confea.*

*- Resolução nº 1048/3013 do Confea – Consolida as áreas de atuação, as atribuições e as atividades profissionais relacionadas nas leis, nos decretos-lei e nos decretos que regulamentam as profissões de nível superior abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.*

*- Resolução nº 1051/2013 do Confea- Suspende a aplicabilidade da resolução nº 1010/05 do Confea.*

*- Decisão CEA/SP nº 220/11, que tem como ementa: Anotação do Decreto 23196/33 aos Engºs Agrônomos, anexado às fls. 486/490.*

*- Decisão PL – 0094/2014 do Confea – Firma o entendimento de que os Decretos nº 23196/33, e nº 23569/33 se encontram em pleno vigor no que tange às atribuições e atividades profissionais, respeitados os limites de sua formação educacional, e dá outras providências.*

*- Recomendação da CCEAGRO de 28 de Maio de 2014 – de que as Câmaras Especializadas de Agronomia determinem a atribuição profissional do Engº Agrônomo, sem prejuízo da análise da formação profissional, mediante a aplicação dos artigos 6º ao 10º do decreto nº 23.196/33, combinado com o artigo 5º da Resolução Confea nº 218/73.*

*Cabe ressaltar que em conformidade, a Decisão CEA/SP nº 220/11; Decisão PL – 0094/2014 do Confea, e a Recomendação da CCEAGRO de 28 de Maio de 2014, as atribuições concedidas pela CEA aos egressos dos Cursos de Agronomia, são as previstas no artigo 5º da Resolução nº 218/73, podendo solicitar atribuições do Decreto Federal 23196/33.*

*Ressaltamos também:*

*- Memorando nº 234/2010 – SUPJUR, que tem como assunto: Concessão de Antecipação de Tutela em Ação Civil Pública – Ministério Público Federal x Crea/SP e Confea – Processo 0018401-12.2010.403.6100 – 9ª Vara Federal de São Paulo/SP;*

*- Memorando nº 240/2010 – SUPJUR, referente: Despacho – Memorando 234 – SUPJUR;*

*- Memorando nº 71/10 – SUPTEC, que tem como assunto: Cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos da Ação Pública movida pelo Ministério Público Federal em face do Crea-SP (Autos nº 0018401-12.2010.403.6100 – 9ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo).*

**III - Voto:**

*Em virtude do exposto, em conformidade a Decisão CEA/SP nº 220/11 e legislação vigente, somos:*

*1) Pelo referendo das atribuições já conferidas, aos concluintes de 2015 – 2º semestre, no curso de Engenheiro(a) Agrônomo(a) das Faculdades Integradas de Bauru - FIB, às do artigo 5º da Resolução 218/73 do Confea, sem prejuízo às do Decreto 23196/33.*

*2) Pela concessão do Título Profissional de Engenheiro(a) Agrônomo(a) ( código 311 – 02 – 00 da Resolução nº 473/02 do Confea) atribuições aos concluintes de 2015 – 2º semestre, no curso de Engenheiro(a) Agrônomo(a) das Faculdades Integradas de Bauru – FIB.*

*3) À UGI Bauru.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

**UOP ITAPETININGA**

---

**Nº de  
Ordem** **Processo/Interessado**

<b>8</b>	<b>C-869/2015</b> <i>FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CAPÃO BONITO</i>
<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta***Processo n.º: C- 869/2015 FS**Interessado: Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito.**Assunto: Cadastro/Exame de Atribuições – Curso TECNOLOGIA EM AGROINDÚSTRIA*\*\*\* **RELATO EM ANEXO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UOP JABOTICABAL****Nº de  
Ordem Processo/Interessado**

<b>9</b>	<b>C-1074/2015 V2 E ORIGINAL</b> <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE TAQUARITINGA - FATEC
----------	--	---

**Proposta**

Processo n.º: C-1074/2015 V2 FS

Interessado: Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga - FATEC.

Assunto: Cadastro/Exame de Atribuições – Curso TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

À CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

I – Histórico:

Processo que trata de Cadastramento de Curso Novo, e concessão de título e atribuições para os formandos do Curso de Tecnologia em Agronegócio, da Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga, 1ª turma concluinte do ano letivo de 2009 – 1º semestre.

Objetivando subsidiar a análise, consultamos processo análogo, da Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente Processo C -582/2014 onde foi aprovada a Decisão CEA/SP nº 604/2014, a qual decidiu:

“1) Pelo cadastramento do Curso de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente;

2) Por conceder o Título Profissional Tecnólogo em Administração Rural ( código 312.02.00 ) à época.

De acordo com a Decisão PL – 0423/05 do Confea, após manifestação e aprovação desta Câmara e parecer da assessoria jurídica. A UGI deverá encaminhar cópia deste processo ao Confea, para a inclusão do título na tabela de títulos profissionais do sistema Confea/Creas, anexa à Resolução nº 473/02.”

3) O Tecnólogo poderá responsabilizar-se, tecnicamente, por pessoa jurídica, desde que o objetivo social seja compatível com suas atribuições. Conceder as atribuições aos formandos de 2011, primeiro semestre, em conformidade à Resolução nº 313/86 do Confea, disposto no item 2.2 – Legislação que trata do assunto de fls. 73, em conformidade ao Perfil Profissional ( e competências, referidos às fls. 75. De acordo com a Decisão PL – 0423/05 do Confea, após manifestação e aprovação desta Câmara e parecer da assessoria jurídica.

4) A UGI deverá encaminhar cópia deste processo ao Confea, para a inclusão do título na tabela de títulos profissionais do sistema Confea/Creas, anexa à Resolução nº 473/02.”

Ressaltamos que a tabela de títulos foi atualizada em 30/03/2015, com a inclusão do título de Tecnólogo em Agronegócios (código 312-29-00)

À fls. 401/402, Despacho da UOP Jaboticabal, citando o encaminhamento da documentação pertinente.

Em atendimento a Instrução nº 2312, que “Dispõe sobre procedimentos para cadastramento de instituições de nível superior ou médio, bem como de seus respectivos cursos, no CREA-SP”, relacionamos os documentos apresentados:

**1.2. ESCOLA TÉCNICAS DE NÍVEL SUPERIOR**

1.2.a- ofício com timbre da escola solicitando o seu cadastramento e de seus cursos na área do crea, e informando quando se formaram ou se formarão as primeiras turmas ..... 02 a 04

1.2.b- cópia do regimento escolar

obs.: para cadastrar somente o curso, quando a escola já está cadastrada, dispensar o item

“1.1.b”..... -----



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

1.2.c- cópia da publicação no diário oficial do estado sobre a autorização de funcionamento da escola e de seus cursos ..... 06 a 09

1.2.d- grades curriculares e conteúdo programático das disciplinas ..... 13 a 14

1.2.e- relação nominal do corpo docente de cada curso informando a disciplina que cada professor ministra e o número de crea dos que possuírem, conforme anexo ..... 87 a 89

Do processo destacou-se:

O título de Engenheiro (a) de Técnico em Agronegócios (código 312-29-00 ) está inserido na tabela anexa a Resolução 473, do CONFEA.

A carga horária total do curso citada às fls. 13 (matérias + atividades complementares + estágio) é de 2880 horas, atendendo, portanto, à Decisão PL - 1333/2015, que estabelece a carga horária mínima de 2400 horas para os cursos de Tecnologia.

De fls. 401/402, a UGI encaminha o presente processo para cadastro.

Apresenta, ainda, as fls. 395/397, os formulários A e B, respectivamente, em cumprimento a Resolução 1010/05, do CONFEA, apesar de suspensão

II – Parecer:

Resolução nº 313, de 26 de setembro de 1986.

Art. 1º - Os Tecnólogos, egressos de cursos de 3º Grau cujos currículos fixados pelo Conselho Federal de Educação forem dirigidos ao exercício de atividades nas áreas abrangidas pela Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, terão os seus registros e atribuições regulados por esta Resolução.

Art. 2º - É assegurado o exercício da profissão de Técnico a que se refere o Art. 1º:

a) aos que possuam, devidamente registrado, diploma de nível superior expedido pela conclusão de curso reconhecido pelo Conselho Federal de Educação;

b) aos que possuam, devidamente revalidado e registrado no País, diploma de instituição estrangeira de ensino técnico superior, bem como aos que tenham exercício profissional, no País, amparado por convênios internacionais.

Art. 3º - As atribuições dos Tecnólogos, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional, e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

- 1) elaboração de orçamento;
- 2) padronização, mensuração e controle de qualidade;
- 3) condução de trabalho técnico;
- 4) condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- 5) execução de instalação, montagem e reparo;
- 6) operação e manutenção de equipamento e instalação;
- 7) execução de desenho técnico.

Parágrafo único - Compete, ainda, aos Tecnólogos em suas diversas modalidades, sob a supervisão e direção de Engenheiros, Arquitetos ou Engenheiros Agrônomos:

- 1) execução de obra e serviço técnico;
- 2) fiscalização de obra e serviço técnico;
- 3) produção técnica especializada.

Art. 4º - Quando enquadradas, exclusivamente, no desempenho das atividades referidas no Art. 3º e seu parágrafo único, poderão os Tecnólogos exercer as seguintes atividades:

- 1) vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
- 2) desempenho de cargo e função técnica;
- 3) ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, extensão.

Parágrafo único - O Técnico poderá responsabilizar-se, tecnicamente, por pessoa jurídica, desde que o objetivo social desta seja compatível com suas atribuições.

Art. 5º - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*características do seu currículo escolar, consideradas em cada caso apenas as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade.*

*Parágrafo único - Serão discriminadas no registro profissional as atividades constantes desta Resolução.*

*Resolução nº 1052/2014 do CONFEA- Suspende a aplicabilidade da Resolução nº 1010/05 do CONFEA. Resolução nº 473/02 do Confea – Tabela de títulos profissionais.*

*Decisão PL-425/03, do CONFEA, observa que: “O CREA analisará o projeto pedagógico do curso, verificando o conteúdo curricular e título profissional a ser conferido, sendo que o conteúdo curricular deve ser caracterizado pela extensão e o grau de profundidade com que as disciplinas e conteúdos são tratados, assim como a orientação dada no sentido da aplicação dos conhecimentos e prática da profissão.”*

*No caso de escolha do novo título, ainda de acordo com a Decisão PL-0423/05, do CONFEA, após a manifestação e aprovação desta Câmara e parecer da assessoria jurídica, a UGI deverá encaminhar cópia deste processo ao CONFEA, para a inclusão do título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema CONFEA/CREAs, anexa à Resolução 473/02.*

*Instrução 2312 do CREA -SP que trata do cadastramento de Cursos no CREA-SP.*

*Também cabe ressaltar:*

*Grade Curricular do Curso de Tecnologia em Agronegócio - fls. 13.*

*Perfil Profissional – fls 11.*

*“É o Profissional de nível superior que viabiliza soluções tecnológicas competitivas, para o desenvolvimento de negócios na agropecuária a partir do domínio dos processos de gestão e das cadeias produtivas do setor. Prospecção de novos mercados, análise de viabilidade econômica, identificação de alternativas de captação de recursos, beneficiamento, logística, e comercialização são atividades gerenciadas por este profissional. O profissional do agronegócio está atento às novas tecnologias do setor rural, à qualidade de produtividade do negócio, definindo investimentos, insumos e serviços, visando à otimização da produção e o uso racional dos recursos.*

*Competências – fls 12.*

*Capacidade para executar intervenção direta ou indireta nos processos do Agronegócio, assim como, controlar e avaliar as múltiplas variáveis encontradas neste segmento produtivo.*

*Aplicar tecnologias e conhecimentos sobre produção vegetal e animal; cadeias agroindustriais; planejamento estratégico; análise e controle de custos de produção; marketing, finanças; gestão da qualidade; políticas agrícolas nacionais e internacionais; organização empresarial; macro e microeconomia; planejamento e controle de produção; gestão de recursos humanos; empreendedorismo; legislação; análise de investimentos; logística; gestão ambiental; tecnologia da informação; administração de estoques; contabilidade; comércio internacional; procedimentos de exportação; políticas agrícolas e desenvolvimento de produtos.*

*III - Voto:*

*Em virtude do exposto, em conformidade a legislação, nosso entendimento é:*

*1) Pelo cadastramento do curso de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga.*

*2) Pela concessão do título Tecnólogo em Agronegócios (código 312-29-00), a 1ª turma de formandos do ano letivo de 2009 – 1º semestre, inserido em 30/03/15 na tabela de títulos profissionais, anexa à Resolução nº 473/02 do Confea.*

*3) Pela concessão de atribuições a 1ª turma de formandos do ano letivo de 2009 – 1º semestre, em conformidade à Resolução nº 313/86 do Confea, bem como ao Perfil Profissional e Competências.*

*Art. 3º - As atribuições dos Tecnólogos, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional, e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:*

*1) elaboração de orçamento;*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA****Julgamento de Processos****REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

- 2) padronização, mensuração e controle de qualidade;
- 3) condução de trabalho técnico;
- 4) condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- 5) execução de instalação, montagem e reparo;
- 6) operação e manutenção de equipamento e instalação;
- 7) execução de desenho técnico.

*Parágrafo único - Compete, ainda, aos Tecnólogos em suas diversas modalidades, sob a supervisão e direção de Engenheiros, Arquitetos ou Engenheiros Agrônomos:*

- 1) execução de obra e serviço técnico;
- 2) fiscalização de obra e serviço técnico;
- 3) produção técnica especializada.

*Art. 4º - Quando enquadradas, exclusivamente, no desempenho das atividades referidas no Art. 3º e seu parágrafo único, poderão os Tecnólogos exercer as seguintes atividades:*

- 1) vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
- 2) desempenho de cargo e função técnica;
- 3) ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, extensão.

*Parágrafo único - O Tecnólogo poderá responsabilizar-se, tecnicamente, por pessoa jurídica, desde que o objetivo social desta seja compatível com suas atribuições.*

*Art. 5º - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características do seu currículo escolar, consideradas em cada caso apenas as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade*

- 4) À UOPJaboticabal.
-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

**III . II - ATRIBUIÇÃO - NÍVEL MÉDIO**

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI ARAÇATUBA****Nº de  
Ordem Processo/Interessado**

<b>10</b>	<b>C-1072/2015</b> ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL "JOÃO JORGE GERAISATE"
<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo n.º: C – 1072/2015

Interessado: ETEC João Jorge Geraissate.

Assunto: Exame de atribuições – curso: Técnico em Agronegócio

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I - Histórico:**

Processo que trata de solicitação da interessada, objetivando cadastramento e a definição de atribuições às turmas que se formaram nos anos letivos de 2010 a 2015, no curso de Técnico em Agronegócio Face a instrução n.º 2312/00, deste Crea-SP, que dispõe sobre o cadastro de escolas e alunos, foram relacionados os documentos apresentados, conforme consta no Despacho da UGI Araçatuba de fls. 111.

Em conformidade a Instrução n.º 2312/00, que "Dispõe sobre procedimentos para cadastramento de instituições de nível superior ou médio, bem como de seus respectivos cursos, no CREA-SP", relacionamos os documentos apresentados:

**1.2. ESCOLA TÉCNICAS DE NÍVEL SUPERIOR**

1.2.a- ofício com timbre da escola solicitando o seu cadastramento e de seus cursos na área do Crea, e informando quando se formaram ou se formarão as primeiras turmas ..... 03

1.2.b- cópia do regimento escolar

obs.: para cadastrar somente o curso, quando a escola já está cadastrada, dispensar o item "1.1.b"

..... -----

1.2.c- cópia da publicação no diário oficial do estado sobre a autorização de funcionamento da escola e de seus cursos ..... 04 a 08

1.2.d- grades curriculares e conteúdo programático das disciplinas ..... 09 a 12 / 13 a 75

1.2.e- relação nominal do corpo docente de cada curso informando a disciplina que cada professor ministra e o número de crea dos que possuem, conforme anexo ..... 108 a 109

Cumpre-nos destacar que o Título de Técnico em Agronegócios, foi incluído em 11/04/14, no anexo da Resolução n.º 473/02 na tabela de Títulos com o cód 313-29-00.

A carga horária total do curso citada às fls. 09 é de 1620 horas, atendendo, portanto, à Decisão PL – 1333/15 ( revoga PL - 087/2004 ) que estabelece a carga horária mínima de 1.200 horas para os cursos de Engenharia;

Apresenta, ainda, as fls. 76 a 107, os formulários A, B e C, respectivamente, em cumprimento a Resolução 1010/05, do CONFEA, apesar de suspensa;

A Instituição de Ensino não apresentou cópia do Regimento Escolar, conforme determinado no item 1.2.b da Instrução n.º 2312, do CREA-SP, porém apresentou os Formulários A, B e C, referidos no Anexo III da Resolução n.º 1010/05 do CONFEA.

A UGI Araçatuba às fls. 111, citou as atribuições provisórias ao profissional em pauta, referidas na



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Instrução 2565 de 23/04/14, porém a qual teve alterações em seu anexo, pela CEA, conforme Decisão CEA/SP nº 295/2015 de 08 de outubro de 2015.*

*O processo foi encaminhado à CEA, para análise quanto à documentação apresentada.*

*II – Parecer.*

*\* Instrução nº 2312/00, do CREA-SP - Dispõe sobre procedimentos para cadastramento de instituições de nível superior ou médio, bem como de seus respectivos cursos, no CREA-SP.*

*\*Memorando nº 234/2010 – SUPJUR - assunto: Concessão de Antecipação de Tutela em Ação Civil Pública – Ministério Público Federal x Crea/SP e Confea – Processo 0018401-12.2010.403.6100 – 9ª Vara Federal de São Paulo/SP;*

*Memorando nº 240/2010 – SUPJUR, referente: Despacho – Memorando 234 – SUPJUR;*

*Memorando nº 71/10 – SUPTEC, que tem como assunto: Cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos da Ação Pública movida pelo Ministério Público Federal em face do Crea-SP (Autos nº 0018401-12.2010.403.6100 – 9ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo).*

*\*Resolução 473/2002 do CONFEA.*

*\*Informação do SUPJUR-REB do Advogado Humberto Marques de Jesus, comunicando Decisão liminar para cumprimento imediato, referente ao Processo n.º 0012882-51.2013.403.6100/SP - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO- ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-ATAESP, onde é destacado que " todos os atos e procedimentos que representem a redução de atribuições profissionais dos técnicos Agrícolas deverão ser suspensos, especialmente eventual condição que esteja sendo estabelecida quanto à exigência de análises curriculares como condição para a validade das atribuições previstas em Lei e no Decreto Federal ..."*

*Destacamos o informado pelo Advogado Humberto Marques de Jesus que a liminar é válida para os Técnicos agrícolas.*

*\*Memorando nº 010/2014 SUPJUR Rebouças (anexo Memorando nº 123/2013 – SUPJUR Rebouças), informando da manutenção da decisão proferida pelo Desembargador Federal Newton de Lucca, referida no Memorando nº 123/2013 – SUPJUR Rebouças.*

*\*Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011 - "Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional."*

*\* Decisão CEA/SP nº 295/2015 de 08 de outubro de 2015 - revisão das atribuições provisórias-anexo da Instrução nº 2565/14 do CREA-SP*

*\* Decisão PL – 1333/15 (revoga PL - 087/2004 ) que estabelece a carga horária mínima de 1.200 horas para os cursos de Engenharia.*

*\*Anexo III da Resolução nº 1010/2005 do Confea, incluído pela Resolução nº 1016/06, do COPNFEA.*

*\*Resolução nº 1048/2013 do Confea – Consolida as áreas de atuação, as atribuições e as atividades profissionais relacionadas nas leis, nos decretos-lei e nos decretos que regulamentam as profissões de nível superior abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.*

*\*Resolução nº 1062/2014 do Confea- Suspende a aplicabilidade da Resolução nº 1010/05 do Confea.*

*Tratar-se de Curso Técnico, e cabe ressaltar neste processo que recebemos em 24 de junho de 2015, o Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, encaminhado pela Advogada Denise Rodrigues, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.*

*Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas : " por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP –*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016***Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo**No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito.**Em virtude do contido no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, recebido e de informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam, consultamos a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão, a qual informa:**“De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]**Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16**Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br**Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato**A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas.**No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”.**Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.**Atenciosamente,**Denise/UCC/SUPJUR”**Em virtude do Exposto, o assunto foi pautado na Reunião Ordinária da CEA de 02 de julho de 2015, onde após várias discussões foi emitida a Decisão CEA/SP nº 167/2015, (ref ao Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR):**“EMENTA: Mandado de Segurança Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo – ATAESP- DECISÃO - A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 02 de julho de 2015, considerando o Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR –Mandado de Segurança ATAESP - 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR (Advogada Denise Rodrigues), a qual informa que Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas : “ por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo. No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito; considerando informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam; considerando em virtude do exposto nova consulta a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão; considerando que a mesma informou: “De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br], Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16 Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br - Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato – “A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas. No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”. Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições. Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”; considerando o exposto em referência, e colocada a questão em discussão, DECIDIU: por unanimidade de votos que O Técnico Agrícola possui atribuição específica, e*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, o que deve ser encaminhado à Dra Denise Rodrigues, objetivando avaliação da Decisão da CEA pela mesma. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Antonio de Pádua Sousa, Eng. Agr. Benito Saes Junior, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, Eng. Agr. Gisele Herbst Vazquez, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Antonio Galbiatti, Eng. Agr. João Domingos Biagi, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Eduardo Abramides Testa, Eng. Agr. José Otávio Machado Menten, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marcos Roberto Furlan, Eng. Agr. Fdal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson Barbosa Machado Neto, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Paulo Roberto Arbex Silva, Eng. Agr. Pedro Henrique Lorenzetti Losasso, Eng. Agr. Ricardo Alves Perri, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Taís Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valter Francisco Hulshof, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. Cientifique-se e cumpra-se. São Paulo, de julho de 2015. Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Creasp nº 0601936083 Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia".*

*Não temos informação de que os formandos, sejam filiados à ATAESP.*

*Por meio do Memorando nº 029/15 – CEA e anexos, a Decisão CEA/SP nº 167/2015, foi encaminhada Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para a devida avaliação, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.*

*Também cabe ressaltar que em 24/11/15, recebemos da Secretaria Geral do CREA-SP, o Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100. Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional. A SUPFIS – Superintendência de Fiscalização, deverá orientar as UGIs, UOPs, Postos de Atendimento, que os formandos para a prescrição de receita agrônômica, deverão requerer individualmente, por meio de processo PR, devendo comprovar que são filiados à ATAESP.*

**III - Voto:**

*Em virtude do exposto, em conformidade a legislação vigente, e especificamente Decisão CEA/SP nº Decisão CEA/SP nº. 221/11, de 22 de setembro de, voto pelo seguinte:*

- 1-) Pelo cadastramento do Curso.*
- 2-) Pelo enquadramento do Título Profissional a ser concedido às turmas de 2010 a 2015, como Técnico em Agronegócio (cód. 313-29-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA)*
- 3-) Pela concessão das seguintes atribuições às turmas de 2010 a 2015, dispostas, conforme Decisão CEA/SP nº 295/2015 de 08 de outubro de 2015 - revisão as atribuições provisórias-anexo da Instrução nº 2565/14 do CREA-SP*

*Do artigo 3º do Decreto 90.922/85:*

*Art. 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:*

- I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;*
- IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;*
- V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016***Do artigo 6º do Decreto 90.922/85 alterado pelo Decreto 4.560/02,**Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:*

- I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;*
  - II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, e divulgação técnica;*
  - III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino;*
  - VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:*
    - a) coleta de dados de natureza técnica;*
    - \*c) elaboração de orçamentos de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão-de-obra.*
    - \*d) detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural.*
    - g) administração de propriedades rurais; comuns e melhoradas, com restrição a serviços de drenagem e irrigação.*
  - VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;*
  - IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;*
  - XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;*
  - XVII - analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as peculiaridades da área a serem implementadas.*
  - \*\* XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;*
  - XXV - implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária;*
  - XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;*
  - XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.*
- § 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto.*
- § 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. (NR)*
- Do artigo 7º do Decreto 90.922/85,*
- Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.*
- 4-) A UGI Araçatuba*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI MARÍLIA****Nº de  
Ordem Processo/Interessado**

<b>11</b>	<b>C-379/1980 V5 C/</b> ETAE AUGUSTO TORTOLERO ARAÚJO <b>ORIGINAL,V2,V3 E</b> <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
-----------	--

**Proposta**

Processo n.º: C – 379/1980 V5 ( V4 e original apensos ).

Interessado: ETAE Augusto Tortorelo Araújo.

Assunto: Exame de Atribuições – Técnico em Agropecuária

A Câmara Especializada de Agronomia,

I - Histórico:

Trata-se de Processo encaminhado pela UGI Ourinhos, conforme fls. 1162/1163 deste processo Volume V, , objetivando Fixar atribuições das turmas de concluintes de 2009 a 2014.

Verifica-se no processo C – 379/1980 V2, fls. 377, que as últimas atribuições conferidas pela Câmara Especializada de Agronomia, foram aos formandos de 2014, cujas atribuições conferidas foram às do artigo 5º da Resolução nº 278/83 do CONFEA.

São remetidos à CEA, o processo Volume V, acompanhado dos volumes anteriores e o original, onde destacamos no processo V2, de fls. 378, Ofício encaminhado à instituição de Ensino, solicitando informar se houve alterações curriculares para as turmas de 2005 e 2006, relação nominal de docentes, e Declaração da Unidade de Supervisão do estabelecimento sobre o funcionamento regular da Instituição com seu Curso Técnico.

De fls. 379, outro Ofício, agora solicitando informações referente às turmas de 2005 a 2007.

De fls. 380, consta Ofício nº 16/10 scrp, à Diretoria da Instituição, perguntando para as turmas de 2005 a 2010, além das outras questões e solicitando o preenchimento dos formulários A,B e C do anexo da resolução nº 1010/05.

De fls. 381, ofício nº 53/11 scrp, agora sobre as turmas de 2005 a 2011.

De fls. 382, Ofício nº 73/11 scrp, solicitando a Grade Curricular de diversos cursos técnicos, entre outros, o de Técnico em Agropecuária referente a este processo.

De fls. 383, Ofício nº 92/12 scrp, , para diversos cursos, no caso de técnico em Agropecuária para as turmas de 2004 a 2012..

De fls. 384, recebemos o Ofício nº 12/2015 da Instituição de ensino, encaminhando documentos do Curso de Técnico em Agropecuária, e também o anexos solicitados.

Cabe ressaltar que de fls. 385 do Processo Volume II, até fls. 1161, do Volume 5, consta toda documentação solicitada, composta por formulários A e B, preenchidos, Grades curriculares, relação de docentes, relativo às turmas concluintes de 2010 até a turma de 2014

A partir da Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011, a Câmara Especializada de Agronomia, passou a conferir, o seguinte título e atribuições

1)Pelo enquadramento do Título Profissional a ser concedido como Técnico em Agropecuária (cód. 313-05-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA).

2)Pela concessão de atribuições Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011 -“Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional, portanto pela concessão das atribuições:

Art. 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

- I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;*  
*II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;*  
*III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;*  
*IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;*  
*V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.*

*Do artigo 6º do Decreto 90.922/85 alterado pelo Decreto 4.560/02:*

*Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:*

- I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;*  
*II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo e divulgação técnica;*  
*III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino;*  
*VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:*  
*a) coleta de dados de natureza técnica;*  
*b) desenho de detalhes de construções rurais;*  
*e) manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas;*  
*f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários.*  
*g) administração de propriedades rurais; comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação.*

*VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;*

*IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;*

*XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;*

*XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;*

*XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;*

*XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;*

*XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;*

*XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.*

*§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto.*

*§ 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. (NR)*

*Do artigo 7º do Decreto 90.922/85:*

*Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.*

*Cabe destacar que recebemos em 24 de junho de 2015, o Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, encaminhado pela Advogada Denise Rodrigues, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.*

*Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo*

*No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito.*

*Em virtude do contido no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, recebido e de informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam, consultamos a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão, a qual informa:*

*“De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]*

*Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16*

*Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br*

*Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato*

*A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas.*

*No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”.*

*Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.*

*Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”*

*Em virtude do Exposto, a resposta do Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, foi pautada e discutida na Reunião Ordinária da CEA de 02 de julho de 2015, sendo aprovada a Decisão CEA/SP nº 167/2015, (ref ao Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR):*

*“EMENTA: Mandado de Segurança Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo – ATAESP- DECISÃO - A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 02 de julho de 2015, considerando o Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR –Mandado de Segurança ATAESP - 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR (Advogada Denise Rodrigues), a qual informa que Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas : “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo. No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito; considerando informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam; considerando em virtude do exposto nova consulta a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão; considerando que a mesma informou: “De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br], Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16 Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br - Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato – “A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas. No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”. Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.*

*Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”; considerando o exposto em referência, e colocada a questão em discussão, DECIDIU: por unanimidade de votos que O Técnico Agrícola possui atribuição específica, e não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

473/02 do Confea) filiados a ATAESP, o que deve ser encaminhado à Dra Denise Rodrigues, objetivando avalização da Decisão da CEA pela mesma. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Antonio de Pádua Sousa, Eng. Agr. Benito Saes Junior, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, Eng. Agr. Gisele Herbst Vazquez, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Antonio Galbiatti, Eng. Agric. João Domingos Biagi, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Eduardo Abramides Testa, Eng. Agr. José Otávio Machado Menten, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marcos Roberto Furlan, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson Barbosa Machado Neto, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Paulo Roberto Arbex Silva, Eng. Agr. Pedro Henrique Lorenzetti Losasso, Eng. Agr. Ricardo Alves Perri, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Taís Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valter Francisco Hulshof, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. Cientifique-se e cumpra-se. São Paulo, de julho de 2015. Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Creasp nº 0601936083 Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia".

Por meio do Memorando nº 029/15 – CEA e anexos, a Decisão CEA/SP nº 167/2015, foi encaminhada Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para a devida avalização, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.

**II – Parecer:**

Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.

Memorando nº 029/15 – CEA- Mandado de Segurança ATAESP, encaminhando Decisão da CEA, referente o informado no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, Resolução 473/2002 do CONFEA)

Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011 - "Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional.

Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01-00.

**III – Voto:**

Em virtude do exposto, quanto à concessão de título e atribuições aos formandos Técnicos em Agropecuária concluintes de 2009 a 2014, é de que em decorrência de:

1. Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o expediente por e-mail da Dra. Denise Rodrigues que a CEA deva definir se o Técnico Agrícola seria "uma espécie de gênero" do qual decorrem as demais profissões mencionadas na Tabela de Títulos do Confea, neste caso, o Técnico em Agropecuária, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições e a análise efetuada, que resultou na Decisão CEA/SP nº 167/2015, anexada de fls 1001., a mesma deve ser encaminhada ao Jurídico, por Memorando, aguarde a avalização da área jurídica cujo entendimento é que somente o Técnico Agrícola ((código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, é que tem este direito com o objetivo de se dar a devida tramitação aos processos de registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas;

2. Memorando nº 029/15 – CEA- Mandado de Segurança ATAESP, encaminhado Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para ciência, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

3. anexar ao processo, Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01-00.

4. Conceder aos Técnicos em Agropecuária concluintes de 2009 a 2014, o Título Profissional como Técnico em Agropecuária (cód. 313-05-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA), bem como as atribuições já dispostas pela CEA, em conformidade a Decisão CEA nº 221/11, ou seja:

Art. 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:

I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Do artigo 6º do Decreto 90.922/85 alterado pelo Decreto 4.560/02:

Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;

II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo e divulgação técnica;

III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino;

VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:

a) coleta de dados de natureza técnica;

b) desenho de detalhes de construções rurais;

e) manejo e regulagem de máquinas e implementos agrícolas;

f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários.

g) administração de propriedades rurais; comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação.

VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;

IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;

XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;

XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;

XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;

XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;

XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;

XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto.

§ 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. (NR)

Do artigo 7º do Decreto 90.922/85:

Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.

5. Retornar à UGI de origem – Ourinhos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI SÃO JOSÉ DO RIO PRETO****Nº de  
Ordem Processo/Interessado**

<b>12</b>	<b>C-484/2011 V2 E</b> ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DR. JOSÉ LUIZ VIANA COUTINHO <b>ORIGINAL</b> <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
-----------	--

**Proposta**

Processo n.º: C – 484/2011 V2 DT

Interessado: Escola Técnica Estadual Dr. José Luiz Viana Coutinho.

Assunto: Exame de Atribuições – Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio

A Câmara especializada de Agronomia,

I - Histórico:

Trata-se de Processo encaminhado pela UGI São José do Rio Preto, o qual já analisado pela CEA, tratou da concessão de título e fixação de atribuições aos formandos do ano de 2011, do curso de Técnico em Agropecuária da ETEC Dr. José Luiz Viana Coutinho.

A ETEC apresentou os documentos previstos na Instrução 2312 e na Decisão Plenária 423/05, do Confea, bem como os formulários A, B e C, em cumprimento a Resolução 1010/05, do Confea, contido de fls. 122 a 136.

O processo foi analisado em 22 de março de 2012, conforme relato de fls. 166 a 168, sendo aprovada a Decisão CEA/SP nº 69/2012, às fls. 169, onde foram referendadas atribuições as turmas concluintes de 2011, em conformidade a Decisão CEA/SP nº 221/2011 de fls. 159.

Foram conferidos o Título, e atribuições para os concluintes de 2011, respectivamente:

1) Pelo enquadramento do Título Profissional a ser concedido como Técnico em Agropecuária (cód. 313-05-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA).

2) Pela concessão de atribuições Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011 - "Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional, portanto pela concessão das atribuições:

Art. 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:

I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Do artigo 6º do Decreto 90.922/85 alterado pelo Decreto 4.560/02:

Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;

II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo e divulgação técnica;

III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino;

VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

- a) coleta de dados de natureza técnica;  
 b) desenho de detalhes de construções rurais;  
 e) manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas;  
 f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários.  
 g) administração de propriedades rurais; comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação.

VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;

IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;

XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;

XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;

XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;

XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;

XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;

XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto.

§ 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. (NR)

Do artigo 7º do Decreto 90.922/85:

Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.

Verifica-se às fls. 181, do processo original, Ofício nº 101/2012 do Centro Paula Souza, onde é informado que o Curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio passou por alterações curriculares com o início de novo Plano de Curso a partir de 2012.

Também de fls 182 consta Grade até 2014, e fls. 183 a 210 o Ementário do Curso.

Continuando, no Processo V2 DT, segue o Ementário de fls. 213 a 243.

De fls. 244 a 246, anexado o Formulário A

De fls. 247 a 251, anexado o Formulário B

De fls. 252 a 256, anexado o Formulário C

De fls. 260, relação nominal do corpo docente, com nº do CREA e disciplinas.

Conforme fls. 263, verso, o processo é encaminhado para referendar atribuições aos concluintes de 2012 a 2015, face o já conferido "ad referendum" pela UGI São José do Rio Preto, abaixo descrito:

- Foram conferidas pela UGI São José do Rio Preto, título e atribuições "ad referendum" da CEA às turmas de 2012 e 2013.
- Foram estendidas atribuições provisórias aos concluintes de 2014 e 2015 "ad referendum" da CEA.

Face tratar-se de Técnico de 2º Grau, cabe ressaltar:

Recebemos em 24 de junho de 2015, Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, encaminhado pela Advogada Denise Rodrigues, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas. Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo

No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito.

Em virtude do contido no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, recebido e de informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam, consultamos a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão, a qual informa:

“De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]

Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16

Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br

Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato

A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas.

No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”.

Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.

Atenciosamente,

Denise/UCC/SUPJUR”

Em virtude do Exposto, o assunto foi pautado na Reunião Ordinária da CEA de 02 de julho de 2015, onde após várias discussões foi emitida a Decisão CEA/SP nº 167/2015, (ref ao Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR):

“EMENTA: Mandado de Segurança Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo – ATAESP- DECISÃO - A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 02 de julho de 2015, considerando o Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR –Mandado de Segurança ATAESP - 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR (Advogada Denise Rodrigues), a qual informa que Todos os profissionais associados à ATAESP, que requerem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônomicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo. No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito; considerando informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam; considerando em virtude do exposto nova consulta a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão; considerando que a mesma informou: “De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br], Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16 Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br - Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato – “A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas. No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”. Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições. Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”; considerando o exposto em referência, e colocada a questão em discussão, DECIDIU: por unanimidade de votos que O Técnico Agrícola possui atribuição específica, e não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, o que deve ser encaminhado à Dra Denise Rodrigues, objetivando avaliação da Decisão da CEA pela mesma. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Antonio de Pádua Sousa, Eng. Agr. Benito Saes Junior, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, Eng. Agr. Gisele Herbst Vazquez, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Antonio Galbiatti, Eng. Agric. João Domingos Biagi, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Eduardo Abramides Testa, Eng. Agr. José Otávio Machado Menten, Eng. Ftl. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marcos Roberto Furlan, Eng. Ftl. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson Barbosa Machado Neto, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Paulo Roberto Arbex Silva, Eng. Agr. Pedro Henrique Lorenzetti Losasso, Eng. Agr. Ricardo Alves Perri, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Taís Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valter Francisco Hulshof, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. Cientifique-se e cumpra-se. São Paulo, de julho de 2015. Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Creasp nº 0601936083 Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia”. Não temos informação no processo, de que os formandos de 2011 a 2015, sejam filiados à ATAESP.*

*Por meio do Memorando nº 029/15 – CEA e anexos, a Decisão CEA/SP nº 167/2015, foi encaminhada Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para a devida avaliação, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.*

*Também cabe ressaltar que em 24/11/15, recebemos da Secretaria Geral do CREA-SP, o Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de*

*Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100.*

*Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que “a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.*

*A SUPFIS – Superintendência de Fiscalização, deverá orientar as UGIs, UOPs, Postos de Atendimento, que os formandos para a prescrição de receita agrônômica, deverão requerer individualmente, por meio de processo PR, devendo comprovar que são filiados à ATAESP.*

**II – Parecer:**

*• Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.*

*• Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01- 00.*

*• Resolução 473/2002 do CONFEA)*

*• Decisão CEA/SP no. 221/11 ( fls. 550/551), de 22 de setembro de 2011 -“Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo,*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional.*

• Memorando nº 398/2015 – PROJUR, anexado de fls. 635 à 640, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100. Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que “a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.

**III – Voto:**

*Em virtude do exposto, o entendimento quanto à concessão de título e atribuições aos formandos Técnicos em Agropecuária concluintes de 2012 a 2015, em conformidade a Decisão CEA/SP nº 69/2012, às fls. 169 e o já informado é de que em decorrência de:*

7. Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o expediente por e-mail da Dra. Denise Rodrigues que a CEA deva definir se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões mencionadas na Tabela de Títulos do Confea, neste caso, o Técnico em Agropecuária, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições e a análise efetuada, que resultou na Decisão CEA/SP nº 167/2015, anexada de fls 1001., a mesma deve ser encaminhada ao Jurídico, por Memorando, aguarde a avaliação da área jurídica cujo entendimento é que somente o Técnico Agrícola ((código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, é que tem este direito com o objetivo de se dar a devida tramitação aos processos de registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas;

8. Memorando nº 029/15 – CEA- Mandado de Segurança ATAESP, encaminhado Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsídio ao SUPJUR, para ciência, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.

9. Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01- 00.

10. Referendar aos Técnicos em Agropecuária concluintes de 2012 a 2015, o Título Profissional como Técnico em Agropecuária (cód. 313-05-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA),

11. Referendar aos Técnicos em Agropecuária concluintes de 2012 a 2015 as atribuições já dispostas pela CEA, em conformidade a Decisão CEA nº 221/11 de 22 de setembro de 2011 - “Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional, portanto pela concessão das atribuições:

Art. 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:

I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;  
V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.*

*Do artigo 6º do Decreto 90.922/85 alterado pelo Decreto 4.560/02:*

*Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:*

*I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;*

*II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo e divulgação técnica;*

*III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino;*

*VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:*

*a) coleta de dados de natureza técnica;*

*b) desenho de detalhes de construções rurais;*

*e) manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas;*

*f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários.*

*g) administração de propriedades rurais; comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação.*

*VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;*

*IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;*

*XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;*

*XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;*

*XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;*

*XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;*

*XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;*

*XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.*

*§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto.*

*§ 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. (NR)*

*Do artigo 7º do Decreto 90.922/85:*

*Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.*

12. Retornar à UGI de origem – UGI São José do Rio Preto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI SOROCABA**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>13</b>	<b>C-86/2002</b>	ETA E DE SEGUNDO GRAU MARTINHO DI CIERO
	<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo n.º: C- 86/2002

Interessado: Escola Técnica Estadual Martinho Di Ciero

Assunto: Exame de Atribuições – Técnico em Agricultura

A Câmara Especializada de Agronomia,

I - Histórico:

Trata-se de Processo encaminhado pela UGI Sorocaba para referendar título e atribuições, já conferidas aos concluintes de 2008-1, conforme Despacho de fls. 160, da UGI Sorocaba.

Analisado em outubro de 2006, conforme relato de fls. 49, foi aprovada Decisão da CEA às fls. 49, verso, em 16/11/2006, onde foram referendadas atribuições as turmas concluintes de 2002/2003, e concessão de atribuições às turmas de 2004 e 2005, com base no artigo 84 da Lei 5194/66, parágrafo único.

Cabe, face a importância, ressaltar:

Expediente de fls. 157, da Instituição de Ensino, informando que houve alteração a partir do 1º semestre de 2007, alteração na organização curricular, bem como não houve turma em 2006.

Cabe destacar que recebemos em 24 de junho de 2015, anexado às fls. 583, Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, encaminhado pela Advogada Denise Rodrigues, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.

Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo

No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito.

Em virtude do contido no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, recebido e de informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam, consultamos a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão, a qual informa:

“De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]

Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16

Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br

Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato

A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas.

No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.*

*Atenciosamente,*

*Denise/UCC/SUPJUR”*

*Não temos informação de que os formando de 2014, sejam filiados à ATAESP.*

*Quanto aos de 2015, ainda não formados não são filiados.*

*Em virtude do Exposto, o assunto foi pautado na Reunião Ordinária da CEA de 02 de julho de 2015, onde após várias discussões foi emitida a Decisão CEA/SP nº 167/2015, (ref ao Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR):*

*“EMENTA: Mandado de Segurança Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo – ATAESP- DECISÃO - A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 02 de julho de 2015, considerando o Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR –Mandado de Segurança ATAESP - 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR (Advogada Denise Rodrigues), a qual informa que Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo. No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito; considerando informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam; considerando em virtude do exposto nova consulta a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão; considerando que a mesma informou: “De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br], Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16 Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br - Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato – “A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas. No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”. Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições. Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”; considerando o exposto em referência, e colocada a questão em discussão, DECIDIU: por unanimidade de votos que O Técnico Agrícola possui atribuição específica, e não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, o que deve ser encaminhado à Dra Denise Rodrigues, objetivando avaliação da Decisão da CEA pela mesma. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortez. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Antonio de Pádua Sousa, Eng. Agr. Benito Saes Junior, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, Eng. Agr. Gisele Herbst Vazquez, Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Antonio Galbiatti, Eng. Agr. João Domingos Biagi, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Eduardo Abramides Testa, Eng. Agr. José Otávio Machado Menten, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marcos Roberto Furlan, Eng. Agr. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson Barbosa Machado Neto, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Paulo Roberto Arbex Silva, Eng. Agr. Pedro Henrique Lorenzetti Losasso, Eng. Agr. Ricardo Alves Perri, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Taís*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valter Francisco Hulshof, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. Cientifique-se e cumpra-se. São Paulo, de julho de 2015. Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Creasp nº 0601936083 Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia". Não temos informação de que os formandos de 2015, sejam filiados à ATEASP.*

*Por meio do Memorando nº 029/15 – CEA e anexos, a Decisão CEA/SP nº 167/2015, foi encaminhada Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para a devida avaliação, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.*

*Também cabe ressaltar que em 24/11/15, recebemos da Secretaria Geral do CREA-SP, o Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100.*

*Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.*

*A SUPFIS – Superintendência de Fiscalização, deverá orientar as UGIs, UOPs, Postos de Atendimento, que os formandos para a prescrição de receita agrônômica, deverão requerer individualmente, por meio de processo PR, devendo comprovar que são filiados à ATAESP.*

**II – Parecer:**

*Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.*

*Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01- 00.*

*Resolução 473/2002 do CONFEA)*

*Decisão CEA/SP no. 221/11 ( fls. 550/551), de 22 de setembro de 2011 -"Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional.*

*Memorando nº 398/2015 – PROJUR, anexado de fls. 161 a 166 onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100. Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.*

**III – Voto:**

*Em virtude do exposto, tendo em vista que já foram conferidas atribuições e título aos Técnicos em Agricultura, concluintes de 2004 e 2005, conforme Decisão da CEA de fls. 49, verso, e que foram concedidas "ad referendum" da CEA, pela UGI Sorocaba, as mesmas atribuições, aos Técnicos em Agricultura, concluintes de 2008-1, nosso entendimento é pelo referendo do título e atribuições aos formandos concluintes de 2008-1, em decorrência de:*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

1. Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o expediente por e-mail da Dra. Denise Rodrigues que a CEA deva definir se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões mencionadas na Tabela de Títulos do Confea, neste caso, o Técnico em Agropecuária, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições e a análise efetuada, que resultou na Decisão CEA/SP nº 167/2015, anexada de fls 1001., a mesma deve ser encaminhada ao Jurídico, por Memorando, aguarde a avaliação da área jurídica cujo entendimento é que somente o Técnico Agrícola ((código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, é que tem este direito com o objetivo de se dar a devida tramitação aos processos de registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas;

2. Memorando nº 029/15 – CEA- Mandado de Segurança ATAESP, encaminhado Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para ciência, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.

3. Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01- 00.

4. Retornar à UGI de origem – UGI Sorocaba.

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI SOROCABA**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>14</b>	<b>C-87/2002</b> <i>ETA E DE 2º GRAU MARTINHO DI CIERO</i>
<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo n.º: C – 087/2002.

Interessado: *Escola Técnica Estadual Martinho Di Ciero.*Assunto: *Exame de Atribuições – Curso Técnico em Pecuária*

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I - Histórico:**

Trata de processo já analisado pela CEA, que verifica-se de fls. 23, foi aprovada Decisão da CEA em 03/04/2003 onde foram fixadas atribuições do artigo 3º, da Resolução nº 262/79 do CONFEA, aos formandos de 2001.

De fls. 128, verifica-se que o processo está sendo encaminhado pela UGI Sorocaba a esta Câmara Especializada de Agronomia, objetivando a concessão de título e atribuições a turma de 2008 - 2, no curso de Técnico em Pecuária.

Também, face o expediente de fls. 27, a UGI solicita que a turma considerada com formação em 2001, seja considerada como 2002 – 2.

Às fls. 126 a Instituição informa que não houve alteração na grade curricular a partir de 2007 -2.

Cabe destacar que recebemos em 24 de junho de 2015, o Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, encaminhado pela Advogada Denise Rodrigues, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.

Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo

No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito.

Em virtude do contido no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, recebido e de informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam, consultamos a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão, a qual informa:

“De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]

Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16

Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br

Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato

A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas.

No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”.

Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições. Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”*

*Em virtude do Exposto, a resposta do Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, foi pautada e discutida na Reunião Ordinária da CEA de 02 de julho de 2015, sendo aprovada a Decisão CEA/SP nº 167/2015, (ref ao Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR):*

*“EMENTA: Mandado de Segurança Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo – ATAESP- DECISÃO - A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 02 de julho de 2015, considerando o Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR –Mandado de Segurança ATAESP - 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR (Advogada Denise Rodrigues), a qual informa que Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas : “ por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo. No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito; considerando informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam; considerando em virtude do exposto nova consulta a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão; considerando que a mesma informou: “De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br], Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16 Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br - Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato – “A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas. No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”. Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições. Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”; considerando o exposto em referência, e colocada a questão em discussão, DECIDIU: por unanimidade de votos que O Técnico Agrícola possui atribuição específica, e não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, o que deve ser encaminhado à Dra Denise Rodrigues, objetivando avaliação da Decisão da CEA pela mesma. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Antonio de Pádua Sousa, Eng. Agr. Benito Saes Junior, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, Eng. Agr. Gisele Herbst Vazquez, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Antonio Galbiatti, Eng. Agr. João Domingos Biagi, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Eduardo Abramides Testa, Eng. Agr. José Otávio Machado Menten, Eng. Agr. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marcos Roberto Furlan, Eng. Agr. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson Barbosa Machado Neto, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Paulo Roberto Arbex Silva, Eng. Agr. Pedro Henrique Lorenzetti Losasso, Eng. Agr. Ricardo Alves Perri, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Taís Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valter Francisco Hulshof, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. Cientifique-se e cumpra-se. São Paulo, de julho de 2015. Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Creasp nº 0601936083 Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia”.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Por meio do Memorando nº 029/15 – CEA e anexos, a Decisão CEA/SP nº 167/2015, foi encaminhada Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para a devida avaliação, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.*

*Também cabe ressaltar que em 24/11/15, recebemos da Secretaria Geral do CREA-SP, o Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100.*

*Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receiptuários agrônômicos, consignando que “a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.*

*A SUPFIS – Superintendência de Fiscalização, deverá orientar as UGIs, UOPs, Postos de Atendimento, que os formandos para a prescrição de receita agrônômica, deverão requerer individualmente, por meio de processo PR, devendo comprovar que são filiados à ATAESP.*

**II – Parecer:**

*Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.*

*Memorando nº 029/15 – CEA- Mandado de Segurança ATAESP, encaminhando Decisão da CEA, referente o informado no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, Resolução 473/2002 do CONFEA)*

*Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011 - “Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional.*

*Memorando nº 398/2015 – PROJUR, anexado de fls. 129 a 134, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100. Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receiptuários agrônômicos, consignando que “a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.*

**III – Voto:**

*Em virtude do exposto nosso entendimento, quanto à concessão de título e atribuições aos formandos Técnicos em Pecuária concluintes de 2008-2, é de em decorrência de:*

*1. Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o expediente por e-mail da Dra. Denise Rodrigues que a CEA deva definir se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões mencionadas na Tabela de Títulos do Confea, neste caso, o Técnico em Agropecuária, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições e a análise efetuada, que resultou na Decisão CEA/SP nº 167/2015, anexada de fls 1001., a mesma deve ser encaminhada ao Jurídico, por Memorando, aguarde a avaliação da área jurídica cujo entendimento é que somente o Técnico Agrícola ((código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, é que tem este direito com o objetivo de se dar a devida tramitação aos processos de registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas;*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

2. Memorando nº 029/15 – CEA- Mandado de Segurança ATAESP, encaminhado Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para ciência, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.

3. anexar ao processo, Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01-00.

4. Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01- 00.

5. Referendar aos Técnicos em Pecuária concluintes em 2008-2, o Título Profissional como Técnico em Pecuária (cód. 313-18-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA).

6. Pela concessão de atribuições Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011 -“Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional, portanto pela concessão das atribuições:

Do artigo 3º do Decreto 90.922/85: Art. 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão: I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade; II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas; III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações; IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados; V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Do artigo 6º do Decreto 90.922/85 alterado pelo Decreto 4.560/02: Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em: I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas; II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo e divulgação técnica; III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino; VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas: a) coleta de dados de natureza técnica; b) desenho de detalhes de construções rurais; e) manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas; f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários. g) administração de propriedades rurais; comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação. VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional; IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade; XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial; XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção; XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade; XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético; XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos; XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional. § 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto. § 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstatam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. (NR) Do artigo 7º do Decreto 90.922/85: Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*7. Que a turma com formação em 2001, seja considerada como 2002 – 2.*

*8. Retornar à UGI de origem – Botucatu.*

---





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI SOROCABA**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>15</b>	<b>C-477/2006</b> <i>E.T.E. DR. DARIO PACHECO PEDROSO</i> <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
-----------	---

**Proposta**

Processo n.º: C-477/2006 DT

Interessado: Escola Técnica Estadual Dr. Dario Pacheco.

Assunto: Exame de Atribuições – Técnico em Agricultura Familiar

A Câmara Especializada de Agronomia,

I - Histórico:

Trata-se de Processo encaminhado para referendar título e atribuições, já conferidas aos Técnicos em Agricultura, concluintes de 2009-2, conforme Despacho de fls. 145, da UGI Sorocaba.

Analisado em junho de 2009, conforme relato de fls. 133/134, foi aprovada Decisão da CEA n.º 230/2009, às fls. 135, em 23/07/2009, onde foram referendadas atribuições as turmas concluintes de 2008, conferidas pela UGI Sorocaba, com base no artigo 84 da Lei 5194/66, parágrafo único.

Face a importância, cabe ressaltar:

Expediente de fls. 143, da Instituição de Ensino, informando que não houve alteração a partir do 2º semestre de 2008, na organização curricular, para a turma concluinte do 2º semestre de 2009.

Há informação que o referido Curso, se encerrou no 2º semestre de 2009.

Cabe destacar que recebemos em 24 de junho de 2015, anexado às fls. 583, Memorando n.º 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, encaminhado pela Advogada Denise Rodrigues, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.

Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo n.º 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo

No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando n.º 010/2014, perdeu seu efeito.

Em virtude do contido no Memorando n.º 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, recebido e de informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução n.º 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam, consultamos a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão, a qual informa:

“De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]

Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16

Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br

Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato

A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de "Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades".

Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria "uma espécie de gênero" do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.

Atenciosamente,

Denise/UCC/SUPJUR"

Não temos informação de que os formando de 2014, sejam filiados à ATEASP.

Quanto aos de 2015, ainda não formados não são filiados.

Em virtude do Exposto, o assunto foi pautado na Reunião Ordinária da CEA de 02 de julho de 2015, onde após várias discussões foi emitida a Decisão CEA/SP nº 167/2015, (ref ao Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR):

"EMENTA: Mandado de Segurança Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo – ATAESP- DECISÃO - A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 02 de julho de 2015, considerando o Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR –Mandado de Segurança ATAESP - 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR (Advogada Denise Rodrigues), a qual informa que Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas : " por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo. No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito; considerando informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam; considerando em virtude do exposto nova consulta a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão; considerando que a mesma informou: "De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br], Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16 Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br - Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato – "A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas. No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de "Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades". Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria "uma espécie de gênero" do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições. Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR"; considerando o exposto em referência, e colocada a questão em discussão, DECIDIU: por unanimidade de votos que O Técnico Agrícola possui atribuição específica, e não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, o que deve ser encaminhado à Dra Denise Rodrigues, objetivando avaliação da Decisão da CEA pela mesma. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Antonio de Pádua Sousa, Eng. Agr. Benito Saes Junior, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, Eng. Agr. Gisele Herbst Vazquez, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Antonio Galbiatti, Eng. Agr. João Domingos Biagi, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Eduardo Abramides Testa, Eng. Agr. José Otávio Machado Menten, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

Eng. Agr. Marcos Roberto Furlan, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson Barbosa Machado Neto, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Paulo Roberto Arbex Silva, Eng. Agr. Pedro Henrique Lorenzetti Losasso, Eng. Agr. Ricardo Alves Perri, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Taís Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valter Francisco Hulshof, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. Cientifique-se e cumpra-se. São Paulo, de julho de 2015. Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Creasp nº 0601936083 Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia". Não temos informação de que os formandos de 2015, sejam filiados à ATEASP.

Por meio do Memorando nº 029/15 – CEA e anexos, a Decisão CEA/SP nº 167/2015, foi encaminhada Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para a devida avaliação, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.

Também cabe ressaltar que em 24/11/15, recebemos da Secretaria Geral do CREA-SP, o Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100.

Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.

A SUPFIS – Superintendência de Fiscalização, deverá orientar as UGIs, UOPs, Postos de Atendimento, que os formandos para a prescrição de receita agrônômica, deverão requerer individualmente, por meio de processo PR, devendo comprovar que são filiados à ATAESP.

**II – Parecer:**

- Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.

- Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01- 00.

- Resolução 473/2002 do CONFEA)

- Decisão CEA/SP no. 221/11 ( fls. 550/551), de 22 de setembro de 2011 -"Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional.

- Memorando nº 398/2015 – PROJUR, anexado de fls. 146 a 150 onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100. Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.

**III – Voto:**

Em virtude do exposto, tendo em vista que já foram conferidas atribuições e título aos Técnicos em Agricultura, concluintes de 2009-2, conforme Decisão CEA/SP nº 230/2009, de fls. 135, e que foram





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*concedidas “ad referendum” da CEA, pela UGI Sorocaba, as mesmas atribuições, aos concluintes de 2008-1,, nosso entendimento é pelo referendo do título e atribuições aos formandos concluintes de 2009-2, em decorrência de:*

*1.Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o expediente por e-mail da Dra. Denise Rodrigues que a CEA deva definir se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões mencionadas na Tabela de Títulos do Confea, neste caso, o Técnico em Agropecuária, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições e a análise efetuada, que resultou na Decisão CEA/SP nº 167/2015, anexada de fls 1001., a mesma deve ser encaminhada ao Jurídico, por Memorando, aguarde a avaliação da área jurídica cujo entendimento é que somente o Técnico Agrícola ((código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, é que tem este direito com o objetivo de se dar a devida tramitação aos processos de registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas;*

*2.Memorando nº 029/15 – CEA- Mandado de Segurança ATAESP, encaminhado Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsídio ao SUPJUR, para ciência, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.*

*3.Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01- 00.*

*4.Retornar à UGI de origem – UGI Sorocaba.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI SOROCABA**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>16</b>	<b>C-613/2007 V2 E</b> ETE MARTINHO DI CIERO <b>ORIGINAL</b> <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
-----------	---

**Proposta**

Processo n.º: C – 613/2007 Ve ( e original ) .

Interessado: Escola Técnica Estadual Martinho Di Ciero

Assunto: Exame de Atribuições – Técnico em Gestão de Empresa Rural (em Agricultura)

A Câmara Especializada de Agronomia,

I - Histórico:

Trata-se de Processo encaminhado pela UGI Sorocaba para referendar título e atribuições, já conferidas aos Técnicos em Agricultura, concluintes de 2009-1, conforme Despacho de fls. 284, da UGI Sorocaba. Analisado em julho de 2009, conforme relato de fls. 138 do processo original, foi aprovada Decisão CEA/SP nº 281/2009 às fls. 139, em 20/08/2009, onde foram conferidas atribuições as turmas concluintes de 2004 - 2, com base no artigo 84 da Lei 5194/66, parágrafo único.

Cabe, face a importância, ressaltar:

Cabe destacar que recebemos em 24 de junho de 2015, anexado às fls. 583, Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, encaminhado pela Advogada Denise Rodrigues, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.

Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo

No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito.

Em virtude do contido no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, recebido e de informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam, consultamos a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão, a qual informa:

“De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]

Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16

Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br

Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato

A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas.

No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”.

Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.*

*Atenciosamente,*

*Denise/UCC/SUPJUR*

*Não temos informação de que os formando de 2014, sejam filiados à ATEASP.*

*Quanto aos de 2015, ainda não formados não são filiados.*

*Em virtude do Exposto, o assunto foi pautado na Reunião Ordinária da CEA de 02 de julho de 2015, onde após várias discussões foi emitida a Decisão CEA/SP nº 167/2015, (ref ao Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR):*

*“EMENTA: Mandado de Segurança Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo – ATAESP- DECISÃO - A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 02 de julho de 2015, considerando o Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR –Mandado de Segurança ATAESP - 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR (Advogada Denise Rodrigues), a qual informa que Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo. No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito; considerando informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam; considerando em virtude do exposto nova consulta a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão; considerando que a mesma informou: “De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br], Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16 Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br - Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato – “A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas. No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”. Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.*

*Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”; considerando o exposto em referência, e colocada a questão em discussão, DECIDIU: por unanimidade de votos que O Técnico Agrícola possui atribuição específica, e não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, o que deve ser encaminhado à Dra Denise Rodrigues, objetivando avalidação da Decisão da CEA pela mesma. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Antonio de Pádua Sousa, Eng. Agr. Benito Saes Junior, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, Eng. Agr. Gisele Herbst Vazquez, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Antonio Galbiatti, Eng. Agr. João Domingos Biagi, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Eduardo Abramides Testa, Eng. Agr. José Otávio Machado Menten, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marcos Roberto Furlan, Eng. Agr. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson Barbosa Machado Neto, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Paulo Roberto Arbex Silva, Eng. Agr. Pedro Henrique Lorenzetti Losasso, Eng. Agr. Ricardo Alves Perri, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Taís Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valter Francisco Hulshof, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*contrários ou abstenções. Cientifique-se e cumpra-se. São Paulo, de julho de 2015. Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Creasp nº 0601936083 Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia". Não temos informação de que os formandos de 2015, sejam filiados à ATEASP.*

*Por meio do Memorando nº 029/15 – CEA e anexos, a Decisão CEA/SP nº 167/2015, foi encaminhada Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para a devida avaliação, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.*

*Também cabe ressaltar que em 24/11/15, recebemos da Secretaria Geral do CREA-SP, o Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100.*

*Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.*

*A SUPFIS – Superintendência de Fiscalização, deverá orientar as UGIs, UOPs, Postos de Atendimento, que os formandos para a prescrição de receita agrônômica, deverão requerer individualmente, por meio de processo PR, devendo comprovar que são filiados à ATAESP.*

**II – Parecer:**

*Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.*

*Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01- 00.*

*Resolução 473/2002 do CONFEA)*

*Decisão CEA/SP no. 221/11 ( fls. 550/551), de 22 de setembro de 2011 -"Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional.*

*Memorando nº 398/2015 – PROJUR, anexado de fls. 161 a 166 onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100. Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.*

**III – Voto:**

*Em virtude do exposto, tendo em vista que já foram conferidas atribuições e título aos Técnicos em Agricultura, concluintes de 2004 e 2005, conforme Decisão da CEA de fls. 49, verso, e que foram concedidas "ad referendum" da CEA, pela UGI Sorocaba, as mesmas atribuições, aos Técnicos em Agricultura, concluintes de 2008-1, nosso entendimento é pelo referendo do título e atribuições aos formandos concluintes de 2008-1, em decorrência de:*

*1. Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o expediente por e-mail da Dra. Denise Rodrigues que*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA****Julgamento de Processos****REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

a CEA deva definir se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões mencionadas na Tabela de Títulos do Confea, neste caso, o Técnico em Agropecuária, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições e a análise efetuada, que resultou na Decisão CEA/SP nº 167/2015, anexada de fls 1001., a mesma deve ser encaminhada ao Jurídico, por Memorando, aguarde a avaliação da área jurídica cujo entendimento é que somente o Técnico Agrícola ((código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, é que tem este direito com o objetivo de se dar a devida tramitação aos processos de registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas;

2.Memorando nº 029/15 – CEA- Mandado de Segurança ATAESP, encaminhado Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para ciência, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.

3.Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01- 00.

4.Retornar à UGI de origem – UGI Sorocaba.

---





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UOP JABOTICABAL**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>17</b>	<b>C-889/1980 V7</b> COLÉGIO TÉCNICO AGRÍCOLA JOSÉ BONIFÁCIO - CAMPUS JABOTICABAL
<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo n.º: C – 889/1980 V7.

Interessado: Colégio Técnico Agrícola José Bonifácio – Campus Jaboticabal.

Assunto: Exame de Atribuições – Técnico em Agropecuária

A Câmara especializada de Agronomia,

**I - Histórico:**

Trata-se de Processo encaminhado pela UGI Jaboticabal, para concessão de título e atribuições aos concluintes de 2015, conforme Despacho de fls. 634, da UOP Jaboticabal.

Foi analisado em julho de 2015, conforme relato de fls. 596 a 621, sendo aprovada a Decisão CEA/SP nº 179/2015, às fls. 626, onde foram referendadas atribuições as turmas concluintes de 2013 e 2014, com base nas atribuições já conferidas às turmas de 2011 e 2012, em conformidade a Decisão CEA/SP nº 81/2013 de fls. 555/556..

Não foi localizado no processo, Despacho conferindo atribuições para os concluintes de 2013 e 2014, “ad referendum” da CEA.

Para as turmas de 2011 e 2012, referidas, aprovou-se:

1) Pelo enquadramento do Título Profissional a ser concedido como Técnico em Agropecuária (cód. 313-05-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA).

2) Pela concessão de atribuições Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011 - “Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional, portanto pela concessão das atribuições:

Art. 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:

I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Do artigo 6º do Decreto 90.922/85 alterado pelo Decreto 4.560/02:

Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;

II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo e divulgação técnica;

III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino;

VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:

a) coleta de dados de natureza técnica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

- b) desenho de detalhes de construções rurais;  
 e) manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas;  
 f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários.  
 g) administração de propriedades rurais; comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação.

VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;

IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;

XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;

XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;

XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;

XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;

XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;

XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto.

§ 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. (NR)

Do artigo 7º do Decreto 90.922/85:

Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.

Face a importância, cabe novamente ressaltar:

De fls. 559, consta Ofício nº 01/2015/COORD CTA, onde constam informações de que não ocorreram alterações curriculares para as turmas de 2013 e 2014.

De fls. 564/566, consta relação nominal do Corpo Docente.

Cabe destacar que recebemos em 24 de junho de 2015, anexado às fls. 583, Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, encaminhado pela Advogada Denise Rodrigues, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.

Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônomicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo

No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito.

Em virtude do contido no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, recebido e de informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam, consultamos a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão, a qual informa:

“De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]

Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16

Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br

Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato

A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas.

No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

88

## CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Julgamento de Processos

REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016

*Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”.*

*Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.*

*Atenciosamente,*

*Denise/UCC/SUPJUR”*

*Não temos informação de que os formando de 2014, sejam filiados à ATEASP.*

*Quanto aos de 2015, ainda não formados não são filiados.*

*Em virtude do Exposto, o assunto foi pautado na Reunião Ordinária da CEA de 02 de julho de 2015, onde após várias discussões foi emitida a Decisão CEA/SP nº 167/2015, (ref ao Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR):*

*“EMENTA: Mandado de Segurança Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo – ATAESP- DECISÃO - A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 02 de julho de 2015, considerando o Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR –Mandado de Segurança ATAESP - 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR (Advogada Denise Rodrigues), a qual informa que Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas : “ por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo. No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito; considerando informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam; considerando em virtude do exposto nova consulta a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão; considerando que a mesma informou: “De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br], Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16 Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br - Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato – “A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas. No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”. Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.*

*Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”; considerando o exposto em referência, e colocada a questão em discussão, DECIDIU: por unanimidade de votos que O Técnico Agrícola possui atribuição específica, e não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, o que deve ser encaminhado à Dra Denise Rodrigues, objetivando avaliação da Decisão da CEA pela mesma. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Antonio de Pádua Sousa, Eng. Agr. Benito Saes Junior, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, Eng. Agr. Gisele Herbst Vazquez, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Antonio Galbiatti, Eng. Agr. João Domingos Biagi, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Eduardo Abramides Testa, Eng. Agr. José Otávio Machado Menten, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marcos Roberto Furlan, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson Barbosa*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Machado Neto, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Paulo Roberto Arbex Silva, Eng. Agr. Pedro Henrique Lorenzetti Losasso, Eng. Agr. Ricardo Alves Perri, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Taís Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valter Francisco Hulshof, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. Cientifique-se e cumpra-se. São Paulo, de julho de 2015. Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Creasp nº 0601936083 Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia". Não temos informação de que os formandos de 2015, sejam filiados à ATEASP.*

*Por meio do Memorando nº 029/15 – CEA e anexos, a Decisão CEA/SP nº 167/2015, foi encaminhada Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para a devida avaliação, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.*

*Também cabe ressaltar que em 24/11/15, recebemos da Secretaria Geral do CREA-SP, o Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100.*

*Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.*

*A SUPFIS – Superintendência de Fiscalização, deverá orientar as UGIs, UOPs, Postos de Atendimento, que os formandos para a prescrição de receita agrônômica, deverão requerer individualmente, por meio de processo PR, devendo comprovar que são filiados à ATAESP.*

**II – Parecer:**

*Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.*

*Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01- 00.*

*Resolução 473/2002 do CONFEA)*

*Decisão CEA/SP no. 221/11 ( fls. 550/551), de 22 de setembro de 2011 -"Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional.*

*Memorando nº 398/2015 – PROJUR, anexado de fls. 635 à 640, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100. Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional.*

**III – Voto:**

*Em virtude do exposto, o entendimento quanto à concessão de título e atribuições aos formandos Técnicos em Agropecuária concluintes de 2015, em conformidade a Decisão CEA/SP nº 179/2015, às fls. 626 e o já informado é de que em decorrência de:*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

1. Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, o expediente por e-mail da Dra. Denise Rodrigues que a CEA deva definir se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões mencionadas na Tabela de Títulos do Confea, neste caso, o Técnico em Agropecuária, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições e a análise efetuada, que resultou na Decisão CEA/SP nº 167/2015, anexada de fls 1001., a mesma deve ser encaminhada ao Jurídico, por Memorando, aguarde a avaliação da área jurídica cujo entendimento é que somente o Técnico Agrícola ((código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, é que tem este direito com o objetivo de se dar a devida tramitação aos processos de registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas;

2. Memorando nº 029/15 – CEA- Mandado de Segurança ATAESP, encaminhado Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para ciência, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.

3. Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01- 00.

4. Conceder aos Técnicos em Agropecuária concluintes de 2015, o Título Profissional como Técnico em Agropecuária (cód. 313-05-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA),

5. Conceder aos Técnicos em Agropecuária concluintes de 2015 as atribuições já dispostas pela CEA, em conformidade a Decisão CEA nº 221/11 de 22 de setembro de 2011 -“Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional, portanto pela concessão das atribuições:

Art. 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:

I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Do artigo 6º do Decreto 90.922/85 alterado pelo Decreto 4.560/02:

Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;

II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo e divulgação técnica;

III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino;

VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:

a) coleta de dados de natureza técnica;

b) desenho de detalhes de construções rurais;

e) manejo e regulagem de máquinas e implementos agrícolas;

f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

g) administração de propriedades rurais; comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação.

VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;

IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;

XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;

XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;

XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;

XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;

XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;

XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto.

§ 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. (NR)

Do artigo 7º do Decreto 90.922/85:

Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.

6.Retornar à UGI de origem – UOP Jaboticabal.

**UOP SANTA CRUZ DO RIO PARDO**

Nº de Ordem	Processo/Interessado
<b>18</b>	<b>C-534/2015</b> ETAE ORLANDO QUAGLIATO <b>Relator</b> HÉLIO PERECIN JUNIOR

**Proposta**

Processo : C – 534/2015.

Interessado: ETAE Orlando Guagliato

Assunto: Exame de Atribuições – Cadastro Curso Técnico em Piscicultura

\*\*\* RELATO EM ANEXO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

### ***IV - PROCESSOS DE ORDEM F***

**IV . I - Registro**

---





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI SÃO CARLOS****Nº de  
Ordem Processo/Interessado**

<b>19</b>	<b>F-1246/1982</b> AGROPECUÁRIA E COMERCIAL CONQUISTA LTDA
<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo n.º: F – 1246/1982 .

Interessado: Agropecuária e Comercial Conquista Ltda.

Assunto: Requer indicação de novo Responsável Técnico

À Câmara Especializada de Agronomia,

**I - Histórico:**

A empresa interessada é registrada no Conselho sob nº 0263710, desde 01/06/1982. Com endereço no Município de Itirapina, SP.

Verifica-se no expediente de fls. 172 (RAE), tratar-se de dupla anotação pretendida como Responsável Técnico pelo Eng. Agrônomo Marco Antonio Gava, registrado sob nº 5060488614, atuando de 2ªs às 5ªs feiras das 8:00 às 11:00 horas.

É contratado pela interessada pelo valor de R\$ 788,00 conforme instrumento de fls. 193 a 196.

O mesmo já está anotado como Responsável Técnico, pela empresa Qualiciclo Agrícola Ltda, no município de Limeira, SP, onde trabalha de 2ªs às 6ªs feiras, das 13:00 às 18:00 horas.

Cabe destacar:

De fls. 197 – ART de Cargo/função nº 92221220150078977 do Eng. Agrônomo Marco Antonio Gava pela interessada.

Cabe ainda destacar que a interessada possui como objetivo social de fls. 178, com destaque para “.....exploração de atividades agropecuárias em geral, aquicultura, o comércio de produtos agropecuários, fabricação de óleos, toratas, farinhas e farelos, para uso na alimentação animal,.....importação e exportação, exploração de pesqueiros.....o desenvolvimento e exploração de atividades ecológicas e esportivas relacionadas ao meio ambiente.

A UOP de Descalvado, conforme fls. 207 e verso, já concedeu a anotação requerida à interessada, e envia o processo para análise e referendo.

**II – Parecer:**

Artigo 59 da Lei Federal nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, artº 59 – “As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico”.

Conforme Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989, do CONFEA, a interessada se enquadra-se para efeito de registro, no art. 1º - CLASSE A – “De prestação de serviços, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.”

Conforme Regimento do CREA –SP:

“Art. 1º O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, com sede e foro na cidade de São Paulo e jurisdição no Estado de São Paulo, instituída pela Resolução nº 2, de 1º de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA****Julgamento de Processos****REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.*

*Art. 2º No desempenho de sua missão, o CREA é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição."*

*Art. 7º - Os Conselhos Regionais, atendendo às peculiaridades de cada região, e de acordo com as condições das atividades neles desenvolvidas pelas pessoas jurídicas, poderão, através de atos próprios, fixar casos de dispensa de registro.*

*Destacamos a Instrução nº 2.141/91 do Crea-SP - Dispõe a respeito da permissão da excepcionalidade autorizada pelo parágrafo único do artigo 18 da Resolução n.º 336, do CONFEA.*

*3. Os pedidos de anotação de profissionais como responsáveis técnicos por mais de uma pessoa jurídica serão deferidos por despacho do Diretor, Gerente ou Chefe da Seção respectiva, com delegação para tal fim, "ad referendum" da Câmara Especializada correspondente e do Plenário, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, devendo ser observadas as seguintes condições:*

*1.3 Se o profissional indicado for sócio de pelo menos uma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido sem prazo de revisão.*

*1.4 Caso o profissional não seja sócio de nenhuma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido com prazo de revisão de 01 (um) ano.*

*4. Os pedidos que não se enquadrarem nas situações acima apontadas, inclusive, tripla responsabilidade técnica serão encaminhados aos Senhores Coordenadores das Câmaras Especializadas para análise, apreciados pela Câmara e, em seguida, submetidos a apreciação do Plenário.*

**III – Voto:**

*Em virtude do exposto, e da legislação vigente, face as atividades da interessada e o constante no processo, somos pelo referendo da dupla anotação, por acatar a dupla responsabilidade técnica pretendida pelo Eng. Agrônomo Marco Antonio Gava em conformidade à Instrução nº 2141/91 do Crea-SP*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI SÃO CARLOS****Nº de  
Ordem Processo/Interessado**

<b>20</b>	<b>F-4483/2015</b> JOÃO BATISTA DE SOUZA ME
<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo n.º: F – 4483/2015 .

Interessado: João Batista de Souza ME.

Assunto: Requer registro

À Câmara Especializada de Agronomia,

**I - Histórico:**

A interessada requer registro no CREA-SP, indicando como Responsável Técnico, o Engº Agrônomo Giuliano Hildebrand Cardinali.

Verifica-se no expediente de fls. 02 (RAE), tratar-se de dupla anotação pretendida como Responsável Técnico pelo Eng. Agrônomo Giuliano Hildebrand Cardinali, registrado sob nº 5061850402-SP atuando de 2ªs, 3ªs e 4ªs feiras das 13:00 às 17:00 horas, no município de São Carlos, SP.

O profissional indicado, é contratado pela interessada pelo valor de R\$ 1.000,00 conforme instrumento de fls. 10.

O mesmo já está anotado como Responsável Técnico, pela empresa TWG Construtora e Engenharia Ltda, no município de São Carlos, SP, onde trabalha de 2ªs às 6ªs feiras, das 8:00 às 12:00 horas.

Cabe destacar:

De fls. 08 consta ART de Cargo/função nº 92221220151578889 do Eng. Agrônomo Giuliano Hildebrand Cardinali pela interessada.

Cabe ainda destacar que a interessada possui como objetivo social de fls. 04, “os serviços de jardinagem como o plantio de gramas, plantas e árvores, bem como a poda de árvores, para prédios, praças e residências.”

Consta de fls. 07, o CNPJ da interessada, onde consta como descrição da atividade econômica principal – 81.30-3-00 “atividades paisagísticas”.

O registro já foi concedido “ad referendum” da CEA pela UGI de São Carlos, conforme consta de fls. 19, Certidão de Registro de Pessoa Jurídica – Certidão nº CI – 1237987/2015.

O processo é encaminhado para análise e referendo.

**II – Parecer:**

Artigo 59 da Lei Federal nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, artº 59 – “As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico”.

Conforme Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989, do CONFEA, a interessada se enquadra-se para efeito de registro, no art. 1º - CLASSE A – “De prestação de serviços, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.”

Conforme Regimento do CREA –SP:

“Art. 1º O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, com sede e foro na cidade de São Paulo e jurisdição no Estado de São Paulo,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*instituída pela Resolução no 2, de 1º de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.*

*Art. 2º No desempenho de sua missão, o CREA é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição."*

*Art. 7º - Os Conselhos Regionais, atendendo às peculiaridades de cada região, e de acordo com as condições das atividades neles desenvolvidas pelas pessoas jurídicas, poderão, através de atos próprios, fixar casos de dispensa de registro.*

*Destacamos a Instrução nº 2.141/91 do Crea-SP - Dispõe a respeito da permissão da excepcionalidade autorizada pelo parágrafo único do artigo 18 da Resolução n.º 336, do CONFEA.*

*3. Os pedidos de anotação de profissionais como responsáveis técnicos por mais de uma pessoa jurídica serão deferidos por despacho do Diretor, Gerente ou Chefe da Seção respectiva, com delegação para tal fim, "ad referendum" da Câmara Especializada correspondente e do Plenário, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, devendo ser observadas as seguintes condições:*

*1.3 Se o profissional indicado for sócio de pelo menos uma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido sem prazo de revisão.*

*1.4 Caso o profissional não seja sócio de nenhuma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido com prazo de revisão de 01 (um) ano.*

*4. Os pedidos que não se enquadrarem nas situações acima apontadas, inclusive, tripla responsabilidade técnica serão encaminhados aos Senhores Coordenadores das Câmaras Especializadas para análise, apreciados pela Câmara e, em seguida, submetidos a apreciação do Plenário.*

*III – Voto: Em virtude do exposto, e da legislação vigente, face as atividades da interessada e o constante no processo, somos pelo referendo do registro da interessada, e por acatar a dupla responsabilidade técnica pretendida pelo Eng. Agrônomo Giuliano Hildebrand Cardinali, em conformidade à Instrução nº 2141/91 do Crea-SP.*

**UGI SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

**Nº de  
Ordem** **Processo/Interessado**

<b>21</b>	<b>F-21142/1998 V2</b> GEMMAN INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA
	<b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo nº: F – 21142/1998 V2.

Interessado: Gemman Incorporação e Construção Ltda

Assunto: Requer registro

\*\*\* RELATO ANEXO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

**UOP ATIBAIA**

---

**Nº de  
Ordem** **Processo/Interessado**

<b>22</b>	<b>F-2822/2013</b> <i>DANREAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA</i>
<b>Relator</b>	PATRICIA GABARRA MENDONÇA

**Proposta***Processo n.º: F-2822/2013**Interessado: DANREAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA**Assunto: Requer Registro*\*\*\* *RELATO EM ANEXO.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UOP COSMOPOLIS**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>23</b>	<b>F-1615/2012</b> G.A.C. DE SOUZA - ME <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
-----------	---

**Proposta**

Processo n.º: F-1615/2012

Interessado: G.A.C. de Souza – ME.

Assunto: Requer registro

À Câmara Especializada de Agronomia,

**I - Histórico:**

Trata-se de empresa que está registrada no Conselho sob nº 2883/12, desde 11/04/2012, estando sem responsável técnico da modalidade de agronomia.

Tem como Responsável Técnico, o Eng. Mecânico Marcos David Tizziani, portador da atribuições do artigo 12 da Resolução nº 218/73 do CONFEA.

Verifica-se de fls. 16, expediente emitido pela interessada, informando que a empresa só atua no âmbito da modalidade do profissional Eng. Mecânico Marcos David Tizziani, apesar do objetivo social ser mais amplo, e que está ciente das penalidades a serem imputadas, se vier a exercer atividades de outras modalidades.

Verifica-se no objetivo social da interessada às fls 03, além de atividades da área de Engª Mecânica e de Engª Civil, as atividades de limpeza, manutenção e conservação de....."parques, jardins" e congêneres. De fls. 05, no CNPJ da empresa, não constam atividades específicas do âmbito da agronomia.

Às fls. 24, verifica-se Certidão de Registro de PJ, a qual foi fornecida com restrição ao âmbito das atividades do Responsável Técnico.

O processo já analisado pela CEEMM, teve indicação de encaminhamento à CEEC, CEEE, e Agronomia. Verifica-se de fls. 39, Decisão CEEC/SP nº1936/2014, onde a CEECivil aprovou que nada tem a se manifestar.

Também analisado pela CEEE, conforme Decisão CEEE/SP nº 1226/2015, foi aprovado o referendo do registro concedido, bem como pelo envio do processo à CEAgromia.

De fls. 46, o processo é enviado a CEA para análise.

**II – Parecer:**

Artigo 59 da Lei Federal nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, artº 59 – “As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico”.

Conforme Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989, do CONFEA, a interessada se enquadra-se para efeito de registro, no art. 1º - CLASSE A – “De prestação de serviços, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.”

Conforme Regimento do CREA –SP:

“Art. 1º O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, com sede e foro na cidade de São Paulo e jurisdição no Estado de São Paulo, instituída pela Resolução no 2, de 1º de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.

Art. 2º No desempenho de sua missão, o CREA é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição.”

Art. 7º - Os Conselhos Regionais, atendendo às peculiaridades de cada região, e de acordo com as condições das atividades neles desenvolvidas pelas pessoas jurídicas, poderão, através de atos próprios, fixar casos de dispensa de registro.

Destacamos a Instrução nº 2.141/91 do Crea-SP - Dispõe a respeito da permissão da excepcionalidade autorizada pelo parágrafo único do artigo 18 da Resolução n.º 336, do CONFEA.

3. Os pedidos de anotação de profissionais como responsáveis técnicos por mais de uma pessoa jurídica serão deferidos por despacho do Diretor, Gerente ou Chefe da Seção respectiva, com delegação para tal fim, "ad referendum" da Câmara Especializada correspondente e do Plenário, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, devendo ser observadas as seguintes condições:

1.3 Se o profissional indicado for sócio de pelo menos uma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido sem prazo de revisão.

1.4 Caso o profissional não seja sócio de nenhuma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido com prazo de revisão de 01 (um) ano.

4. Os pedidos que não se enquadrarem nas situações acima apontadas, inclusive, tripla responsabilidade técnica serão encaminhados aos Senhores Coordenadores das Câmaras Especializadas para análise, apreciados pela Câmara e, em seguida, submetidos a apreciação do Plenário.

III – Voto:

Em virtude do exposto, e da legislação vigente face as atividades da interessada e o constante no processo, entendo por referendar o registro da interessada, tendo em vista, o expediente informando que a mesma só atua no âmbito da modalidade do profissional Eng. Mecânico Marcos David Tizziani, apesar do objetivo social ser mais amplo, e que está ciente das penalidades se vier a exercer atividades de outras modalidades, o que também foi catado pelas Câmaras de Engª Civil e Engª Mecânica.

**UOP ITAPETININGA**

Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>24</b>	<b>F-1707/1985 V2</b> RESIFLOR AGRO-FLORESTAL LTDA <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
-----------	--

**Proposta**

Processo nº: F – 1707/1985 - V2.

Interessado: Resiflor Agro Florestal Ltda.

Assunto: Requer registro

\*\*\* RELATO ANEXO.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

***V - PROCESSOS DE ORDEM PR***

**V . I - GEORREFERENCIAMENTO**

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI BOTUCATU**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>25</b>	<b>PR-33/2015</b> <i>FABIO AVILA NOSSACK</i> <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
-----------	--

**Proposta**

Processo n.º: PR-33/2015

Interessado: Fabio Avila Nossack

Assunto: Anotação de Especialização em Geoprocessamento e Georreferenciamento

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I – Histórico:**

Trata-se de do Engº Florestal Fabio Avila Nossack, o qual solicita anotação de especialização atribuições para atuar na área de Geoprocessamento e Georreferenciamento de imóveis rurais e urbanos.

Às fls. 05, consta o Certificado emitido pela Faculdade Dr. Francisco Maeda –FAFRAM - Ituverava, cujo Curso de Pós Graduação foi concluído em 26 de maio de 2012, perfazendo um total de 551 horas.

O interessado é portador das atribuições do artigo 10º da Resolução nº 218/73 do Confea,

Apresenta histórico escolar de fls. 06/08, onde consta o currículo do curso realizado.

O processo já foi analisado pela Câmara Especializada de Engª de Agrimensura, cujo parecer foi “: (1) Aprovar o parecer do Conselheiro Relator (fls. 18 a 20), pela anotação do curso de Geoprocessamento e Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos no SIC do Engenheiro Florestal Fábio Ávila Nossack; (2) Que a anotação de curso não implica no acréscimo de atribuições profissionais; (3) Pelo indeferimento da Certidão de Inteiro Teor de Georreferenciamento de Imóveis Rurais emitida ao Engenheiro Florestal Fábio Ávila Nossack, considerando ser vedado ao Engenheiro Florestal realizar o Georreferenciamento de Imóveis Rurais, em decorrência do artigo 25 da Resolução nº 218/1973 do Confea, que estabelece: “Art. 25 - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade”; (4) Pela realização de diligências para revogar a Certidão nº 225/2014 – UGI Botucatu, de 28/01/2015; (5) Pelo protocolamento da comunicação de revogação da referida Certidão no sistema do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais do INCRA; (6) Pela realização de diligências para apuração de exorbitância das atribuições, com providências cabíveis ao Gerente Regional – GRE 11, Engenheiro Civil Marcos de Almeida Pernambuco Filho, responsável pela mencionada certidão, o qual concedeu as atribuições profissionais de Georreferenciamento de Imóveis Rurais (1.6.5.04.05) ao Engenheiro Florestal Fábio Ávila Nossack, o qual, para amparar sua decisão, citou as Decisões PL-2087/2004 e PL-1347/2008 do Confea, conforme Decisão CEEA nº 160/2015, de fls. 21.

O processo é encaminhado pela Câmara de Agrimensura à Câmara Especializada de Agronomia, uma vez que o profissional pertence a esta modalidade, para após emissão de parecer da CEA, o processo deverá ser analisado pelo Plenário

**II – Parecer:**

Conforme Decisão PL-nº 1347/2008 do CONFEA, alínea “d”, quando os profissionais não forem Engenheiros/Tecnólogos ou Técnicos da área da Agrimensura, as solicitações serão apreciadas pela Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, pela Câmara especializada da modalidade do profissional e posteriormente pelo Plenário do Conselho.

Da PL- 1347/2008, do Confea, destacamos:

(...), DECIDIU, por unanimidade: 1) Recomendar aos Creas que: a) as atribuições para a execução de atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais somente poderão ser concedidas ao profissional que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*comprovar que cursou, seja em curso regular de graduação ou técnico de nível médio, ou pós-graduação ou qualificação/aperfeiçoamento profissional, todos os conteúdos discriminados no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, e que cumpriu a totalidade da carga horária exigida para o conjunto das disciplinas, qual seja 360 (trezentas e sessenta) horas, conforme está estipulado no inciso VII do item 2 dessa mesma decisão do Confea; b) embora haja a necessidade de o profissional comprovar que cursou, nas condições explicitadas no item anterior, todas as disciplinas listadas no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, não há a necessidade de comprovação de carga horária por disciplina; c) para os casos em que os profissionais requerentes forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia ou Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados somente pela Câmara Especializada de Agrimensura; serão, entretanto, remetidos ao Plenário do Regional quando forem objetos de recurso; e d) para os casos em que os profissionais requerentes não forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia nem Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados pela Câmara Especializada de Agrimensura, pela câmara especializada pertinente à modalidade do requerente e, por fim, pelo Plenário do Regional.*

*A Decisão PL- 2087/04, do CONFEA que consigna sobre conferência de atribuições para algumas modalidades profissionais, define a carga horária mínima do curso (360 horas) e elenca os conteúdos formativos das disciplinas ou ementas de disciplinas, para que o interessado possa assumir a atividade de georreferenciamento de imóveis rurais e conseqüentemente seu cadastramento no INCRA deverá cumprir, no mínimo, 360 horas do seguinte conteúdo: "(...) a) Topografia aplicada ao georreferenciamento; b) Cartografia; c) Sistemas de referência; d) Projeções cartográficas; e) Ajustamentos; f) Métodos e medidas de posicionamento geodésico. II. Os conteúdos formativos não precisam constituir disciplinas, podendo estar incorporadas nas ementas das disciplinas onde serão ministrados estes conhecimentos aplicados às diversas modalidades do Sistema" (grifo nosso).*

*Para que um curso seja considerado senso lato, deve seguir o que estabelece a Resolução nº 1, de 08 de junho de 2007 do Ministério da Educação – CNE/CES, onde os candidatos devem possuir curso de graduação ou curso superior, além disso, diplomados em cursos senso lato devem apresentar uma monografia ou trabalho de conclusão de curso, devendo tanto o título do trabalho e a área de conhecimento do curso serem mencionados no certificado.*

*"Art. 1º Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução.*

*§ 1º Incluem-se na categoria de curso de pós-graduação lato sensu aqueles cuja equivalência se ajuste aos termos desta Resolução.*

*§ 2º Excluem-se desta Resolução os cursos de pós-graduação denominados de aperfeiçoamento e outros.*

*§ 3º Os cursos de pós-graduação lato sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino." (grifo nosso)*

*(...)*

*Conforme a Lei 5.194/1966:*

*"Art. 10 - Cabe às Congregações das escolas e faculdades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia indicar ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por elas diplomados.*

*Art. 11 - O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características."*

*A Resolução 1007/2003, do CONFEA determina:*

*(...)*

*Art. 45. A atualização das informações do profissional no SIC deve ser requerida por meio de preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução, nos seguintes casos:*

*I – anotação de outros cursos de nível superior ou médio, graduação ou educação profissional em seus níveis técnico ou tecnológico, realizados no País ou no exterior;*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*II – anotação de cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado ou doutorado, e de cursos de pós-graduação lato sensu, especialização ou aperfeiçoamento, nas áreas abrangidas pelo Sistema CONFEA/Crea, realizados no País ou no exterior, ministrados de acordo com a legislação educacional em vigor;”*

A Resolução 1016/2006, do CONFEA, que incluiu o anexo III na Resolução 1010/2005, do CONFEA, no artigo 2º, que trata do cadastramento das instituições de ensino e seus cursos determina:

“Art. 2º O cadastramento institucional é a inscrição da instituição de ensino que oferece cursos regulares no âmbito das profissões inseridas no Sistema CONFEA/Crea nos assentamentos do Crea em cuja circunscrição encontrar-se sua sede, em atendimento ao disposto nos arts. 10, 11 e 56 da Lei nº 5.194, de 1966.

(...)

§ 2º O cadastramento institucional é constituído pelo cadastramento da instituição de ensino e pelo cadastramento individual de cada curso regular por ela oferecido.

§ 3º Para efeito deste Regulamento, os cursos de extensão e de atualização não são considerados cursos regulares”.

Essa mesma Resolução em seu artigo 8º consigna:

“Art. 8º A extensão da atribuição de títulos, atividades e competências profissionais pode ser requerida pelo portador de diploma ou certificado de cursos regulares no âmbito das profissões inseridas no Sistema CONFEA/Crea nos seguintes casos:

I – no momento de seu registro profissional no Crea, em decorrência de aquisição de habilidades e competências complementares às adquiridas exclusivamente no âmbito do perfil de formação padrão do curso anotado no SIC; e

II - após seu registro profissional no Crea, em decorrência da aquisição de novas habilidades e competências no processo de educação profissional continuada, por meio da anotação de cursos de especialização, pós-graduação lato sensu e estrito sensu.”

Também cabe ressaltar a Resolução nº 1057/2014 do Confea que revoga às atribuições conferidas pelas Resoluções 262 e 278, ambas do Confea.

A Decisão Plenária PL 0574/2010, que trata de cadastramento dos cursos de georreferenciamento nos CREAs exsurge clara quando define na sua argumentação:

(...)

“considerando que, à luz dos normativos do Sistema Educacional Brasileiro, os cursos de extensão não são considerados cursos regulares e, conseqüentemente, não poderão ser cadastrados para efeito de atribuição de competências e atividades profissionais, segundo o normativo supracitado deste Federal; considerando que os cursos de georreferenciamento de que trata a Decisão nº PL-2087/2004, ainda em vigor, são oferecidos, na forma de pós-graduação, para profissionais graduados e, na forma de qualificação/aperfeiçoamento profissional, para os técnicos industriais e agrícolas; considerando que as condições de oferta de cursos de pós-graduação de georreferenciamento, quanto aos conteúdos e à carga horária mínima de 360 horas, exigidos na Decisão nº PL-2087/2004 para atribuição de competências e atividades nessa área da Agrimensura aos profissionais graduados, atendem à Resolução CNE/CES nº 1, de 2007, do MEC, que trata da regularidade dos cursos de pós-graduação; considerando que, à luz do § 2º do art. 7º da Resolução CNE/CEB nº 4, de 1999, do MEC, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, que reza: “Poderão ser organizados cursos de especialização de nível técnico, vinculados à determinada qualificação ou habilitação profissional, para o atendimento de demandas específicas”, os conteúdos de georreferenciamento exigidos na Decisão nº PL-2087/2004 para atribuição de competências e atividades nessa área da Agrimensura aos profissionais técnicos industriais e agrícolas, atendem a esse normativo do MEC; considerando que os cursos de georreferenciamento de que trata a Decisão nº PL-2087/2004, desde que regulares junto ao Sistema Educacional Brasileiro, são considerados apenas para a extensão das atribuições iniciais profissionais” (...).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*III – Voto:*

*Em virtude do exposto nosso voto é pela anotação em carteira do Curso de Pós Graduação em Georreferenciamento de Imóveis Rurais, pela concessão da Certidão requerida e o acréscimo de atribuições, implícito no requerimento do Engº Florestal Fabio Avila Nossack.*

---





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI PIRASSUNUNGA**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>26</b>	<b>PR-488/2014</b>	DOUGLAS TAKETO TANABE
	<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo n.º: PR-488/2014

Interessado: Douglas Taketo Tanabe

Assunto: Anotação em carteira de formação continuada em georreferenciamento de imóveis rurais

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I – Histórico:**

Trata-se de processo do Engº Agrº Douglas Taketo Tanabe registrado no CREA-SP sob nº 0800458664, o qual solicita anotação em carteira para atuar em Georreferenciamento, para atuar junto ao INCRA, no CNIR – Cadastramento de Imóveis Rurais.

O interessado é portador das atribuições do artigo 5º da Resolução nº 218/73 do Confea.

Às fls. 04, apresenta Certificado de Curso de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, realizado no período de 30/08/2013 a 26/07/2014, perfazendo carga horária total de 480 horas, emitido pela Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Pirassununga.

De fls. 10, consta Certidão CI – 970345/2014, emitida ao interessado pela UGI de Pirassununga.

Às fls. 14, consta Certidão nº 1187/2014, também, emitida pela UGI Pirassununga.

O processo já foi analisado pela Câmara Especializada de Engª de Agrimensura, cujo parecer foi :

“”, Aprovar o parecer do Conselheiro Relator (fls. 17 a 19), conforme segue: (1) Pelo deferimento da anotação do Curso de Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, vedado o acréscimo de atribuições, incluindo Levantamentos Geodésicos e/ou Atividades/Serviços de Georreferenciamento; (2) Pelo indeferimento da emissão de Certidão de Inteiro Teor para fins de assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, requerido pelo Engenheiro Agrônomo Douglas Taketo Tanabe, CREA-SP 0800458664, conforme Decisão CEEA nº 164/2015, de fls. 20.

O processo é encaminhado pela Câmara de Agrimensura à Câmara Especializada de Agronomia, uma vez que o profissional pertence a esta modalidade, para após emissão de parecer da CEA, o processo deverá ser analisado pelo Plenário.

**II – Parecer:**

Conforme Decisão PL-nº 1347/2008 do CONFEA, alínea “d”, quando os profissionais não forem Engenheiros/Tecnólogos ou Técnicos da área da Agrimensura, as solicitações serão apreciadas pela Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, pela Câmara especializada da modalidade do profissional e posteriormente pelo Plenário do Conselho.

Da PL- 1347/2008, do Confea, destacamos:

(...), DECIDIU, por unanimidade: 1) Recomendar aos Creas que: a) as atribuições para a execução de atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais somente poderão ser concedidas ao profissional que comprovar que cursou, seja em curso regular de graduação ou técnico de nível médio, ou pós-graduação ou qualificação/aperfeiçoamento profissional, todos os conteúdos discriminados no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, e que cumpriu a totalidade da carga horária exigida para o conjunto das disciplinas, qual seja 360 (trezentas e sessenta) horas, conforme está estipulado no inciso VII do item 2





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

dessa mesma decisão do Confea; b) embora haja a necessidade de o profissional comprovar que cursou, nas condições explicitadas no item anterior, todas as disciplinas listadas no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, não há a necessidade de comprovação de carga horária por disciplina; c) para os casos em que os profissionais requerentes forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia ou Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados somente pela Câmara Especializada de Agrimensura; serão, entretanto, remetidos ao Plenário do Regional quando forem objetos de recurso; e d) para os casos em que os profissionais requerentes não forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia nem Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados pela Câmara Especializada de Agrimensura, pela câmara especializada pertinente à modalidade do requerente e, por fim, pelo Plenário do Regional.

A Decisão PL- 2087/04, do CONFEA que consigna sobre conferência de atribuições para algumas modalidades profissionais, define a carga horária mínima do curso (360 horas) e elenca os conteúdos formativos das disciplinas ou ementas de disciplinas, para que o interessado possa assumir a atividade de georreferenciamento de imóveis rurais e consequentemente seu cadastramento no INCRA deverá cumprir, no mínimo, 360 horas do seguinte conteúdo: "(...) a) Topografia aplicada ao georreferenciamento; b) Cartografia; c) Sistemas de referência; d) Projeções cartográficas; e) Ajustamentos; f) Métodos e medidas de posicionamento geodésico. II. Os conteúdos formativos não precisam constituir disciplinas, podendo estar incorporadas nas ementas das disciplinas onde serão ministrados estes conhecimentos aplicados às diversas modalidades do Sistema" (grifo nosso).

Para que um curso seja considerado *senso lato*, deve seguir o que estabelece a Resolução nº 1, de 08 de junho de 2007 do Ministério da Educação – CNE/CES, onde os candidatos devem possuir curso de graduação ou curso superior, além disso, diplomados em cursos *senso lato* devem apresentar uma monografia ou trabalho de conclusão de curso, devendo tanto o título do trabalho e a área de conhecimento do curso serem mencionados no certificado.

"Art. 1º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução.

§ 1º Incluem-se na categoria de curso de pós-graduação *lato sensu* aqueles cuja equivalência se ajuste aos termos desta Resolução.

§ 2º Excluem-se desta Resolução os cursos de pós-graduação denominados de aperfeiçoamento e outros.

§ 3º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino." (grifo nosso)

(...)

Conforme a Lei 5.194/1966:

"Art. 10 - Cabe às Congregações das escolas e faculdades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia indicar ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por elas diplomados.

Art. 11 - O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características."

A Resolução 1007/2003, do CONFEA determina:

(...)

Art. 45. A atualização das informações do profissional no SIC deve ser requerida por meio de preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução, nos seguintes casos:

I – anotação de outros cursos de nível superior ou médio, graduação ou educação profissional em seus níveis técnico ou tecnológico, realizados no País ou no exterior;

II – anotação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado ou doutorado, e de cursos de pós-graduação *lato sensu*, especialização ou aperfeiçoamento, nas áreas abrangidas pelo Sistema



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*CONFEA/Crea, realizados no País ou no exterior, ministrados de acordo com a legislação educacional em vigor;”*

*A Resolução 1016/2006, do CONFEA, que incluiu o anexo III na Resolução 1010/2005, do CONFEA, no artigo 2º, que trata do cadastramento das instituições de ensino e seus cursos determina:*

*“Art. 2º O cadastramento institucional é a inscrição da instituição de ensino que oferece cursos regulares no âmbito das profissões inseridas no Sistema CONFEA/Crea nos assentamentos do Crea em cuja circunscrição encontrar-se sua sede, em atendimento ao disposto nos arts. 10, 11 e 56 da Lei nº 5.194, de 1966.*

*(...)*

*§ 2º O cadastramento institucional é constituído pelo cadastramento da instituição de ensino e pelo cadastramento individual de cada curso regular por ela oferecido.*

*§ 3º Para efeito deste Regulamento, os cursos de extensão e de atualização não são considerados cursos regulares”.*

*Essa mesma Resolução em seu artigo 8º consigna:*

*“Art. 8º A extensão da atribuição de títulos, atividades e competências profissionais pode ser requerida pelo portador de diploma ou certificado de cursos regulares no âmbito das profissões inseridas no Sistema CONFEA/Crea nos seguintes casos:*

*I – no momento de seu registro profissional no Crea, em decorrência de aquisição de habilidades e competências complementares às adquiridas exclusivamente no âmbito do perfil de formação padrão do curso anotado no SIC; e*

*II - após seu registro profissional no Crea, em decorrência da aquisição de novas habilidades e competências no processo de educação profissional continuada, por meio da anotação de cursos de especialização, pós-graduação lato senso e estrito senso.”*

*Também cabe ressaltar a Resolução nº 1057/2014 do Confea que revoga às atribuições conferidas pelas Resoluções 262 e 278, ambas do Confea.*

*A Decisão Plenária PL 0574/2010, que trata de cadastramento dos cursos de georreferenciamento nos CREAs exsurge clara quando define na sua argumentação:*

*(...)*

*“considerando que, à luz dos normativos do Sistema Educacional Brasileiro, os cursos de extensão não são considerados cursos regulares e, conseqüentemente, não poderão ser cadastrados para efeito de atribuição de competências e atividades profissionais, segundo o normativo supracitado deste Federal; considerando que os cursos de georreferenciamento de que trata a Decisão nº PL-2087/2004, ainda em vigor, são oferecidos, na forma de pós-graduação, para profissionais graduados e, na forma de qualificação/aperfeiçoamento profissional, para os técnicos industriais e agrícolas; considerando que as condições de oferta de cursos de pós-graduação de georreferenciamento, quanto aos conteúdos e à carga horária mínima de 360 horas, exigidos na Decisão nº PL-2087/2004 para atribuição de competências e atividades nessa área da Agrimensura aos profissionais graduados, atendem à Resolução CNE/CES nº 1, de 2007, do MEC, que trata da regularidade dos cursos de pós-graduação; considerando que, à luz do § 2º do art. 7º da Resolução CNE/CEB nº 4, de 1999, do MEC, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, que reza: “Poderão ser organizados cursos de especialização de nível técnico, vinculados à determinada qualificação ou habilitação profissional, para o atendimento de demandas específicas”, os conteúdos de georreferenciamento exigidos na Decisão nº PL-2087/2004 para atribuição de competências e atividades nessa área da Agrimensura aos profissionais técnicos industriais e agrícolas, atendem a esse normativo do MEC; considerando que os cursos de georreferenciamento de que trata a Decisão nº PL-2087/2004, desde que regulares junto ao Sistema Educacional Brasileiro, são considerados apenas para a extensão das atribuições iniciais profissionais” (...).*

*III – Voto:*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*Em virtude do exposto nosso voto é pela anotação em carteira do Curso de Pós Graduação em Georreferenciamento de Imóveis Rurais, pelo referendo da Certidão requerida e o acréscimo de atribuições, implícito no requerimento do Engº Agrº Douglas Taketo Tanabe.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI SÃO JOSÉ DO RIO PRETO****Nº de  
Ordem Processo/Interessado**

<b>27</b>	<b>PR-199/2015</b>	MARCO ANTONIO DE CARVALHO FILHO
	<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo n.º: PR-199/2015

Interessado: Marco Antonio de Carvalho Filho

Assunto: Anotação em carteira de formação continuada em georreferenciamento de imóveis rurais.

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I – Histórico:**

Trata-se de processo do Engº Agrº Marco Antonio de Carvalho Filho, registrado no CREA-SP sob nº 5064044116, o qual solicita anotação em carteira para atuar em Georreferenciamento, para atuar junto ao INCRA, no CNIR – Cadastramento de Imóveis Rurais.

O interessado é portador das atribuições do artigo 5º da Resolução nº 218/73 do Confea.

Às fls. 04, apresenta o Histórico Escolar emitido em 01/02/2013 pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, relativo ao Curso de Agronomia constando as denominações das disciplinas cursadas com respectivas cargas horárias.

O solicitante pleiteia que o Curso de Georreferenciamento e Geoprocessamento do seu histórico escolar de 34 horas, o capacitaria para obter a anotação e certidão solicitada para atuar nas atividades referidas. O processo já foi analisado pela Câmara Especializada de Engª de Agrimensura, cujo parecer foi: Aprovar o parecer do Conselheiro Relator (fls. 16 e 17), pelo indeferimento da emissão de certidão de Responsabilidade Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais ao Engenheiro Agrônomo Marco Antônio de Carvalho Filho, em decorrência do artigo 25 da Resolução nº 218/1973: “Nenhum profissional poderá desempenhar atividades” além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade, conforme Decisão CEEA nº 165/2015, de fls. 18.

O processo é encaminhado pela Câmara de Agrimensura à Câmara Especializada de Agronomia, uma vez que o profissional pertence a esta modalidade, para após emissão de parecer da CEA, o processo deverá ser analisado pelo Plenário.

**II – Parecer:**

Conforme Decisão PL-nº 1347/2008 do CONFEA, alínea “d”, quando os profissionais não forem Engenheiros/Tecnólogos ou Técnicos da área da Agrimensura, as solicitações serão apreciadas pela Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, pela Câmara especializada da modalidade do profissional e posteriormente pelo Plenário do Conselho.

Da PL- 1347/2008, do Confea, destacamos:

(...), DECIDIU, por unanimidade: 1) Recomendar aos Creas que: a) as atribuições para a execução de atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais somente poderão ser concedidas ao profissional que comprovar que cursou, seja em curso regular de graduação ou técnico de nível médio, ou pós-graduação ou qualificação/aperfeiçoamento profissional, todos os conteúdos discriminados no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, e que cumpriu a totalidade da carga horária exigida para o conjunto das disciplinas, qual seja 360 (trezentas e sessenta) horas, conforme está estipulado no inciso VII do item 2 dessa mesma decisão do Confea; b) embora haja a necessidade de o profissional comprovar que cursou,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*nas condições explicitadas no item anterior, todas as disciplinas listadas no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, não há a necessidade de comprovação de carga horária por disciplina; c) para os casos em que os profissionais requerentes forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia ou Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados somente pela Câmara Especializada de Agrimensura; serão, entretanto, remetidos ao Plenário do Regional quando forem objetos de recurso; e d) para os casos em que os profissionais requerentes não forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia nem Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados pela Câmara Especializada de Agrimensura, pela câmara especializada pertinente à modalidade do requerente e, por fim, pelo Plenário do Regional.*

*A Decisão PL- 2087/04, do CONFEA que consigna sobre conferência de atribuições para algumas modalidades profissionais, define a carga horária mínima do curso (360 horas) e elenca os conteúdos formativos das disciplinas ou ementas de disciplinas, para que o interessado possa assumir a atividade de georreferenciamento de imóveis rurais e consequentemente seu cadastramento no INCRA deverá cumprir, no mínimo, 360 horas do seguinte conteúdo: "(...) a) Topografia aplicada ao georreferenciamento; b) Cartografia; c) Sistemas de referência; d) Projeções cartográficas; e) Ajustamentos; f) Métodos e medidas de posicionamento geodésico. II. Os conteúdos formativos não precisam constituir disciplinas, podendo estar incorporadas nas ementas das disciplinas onde serão ministrados estes conhecimentos aplicados às diversas modalidades do Sistema" (grifo nosso).*

*Para que um curso seja considerado senso lato, deve seguir o que estabelece a Resolução nº 1, de 08 de junho de 2007 do Ministério da Educação – CNE/CES, onde os candidatos devem possuir curso de graduação ou curso superior, além disso, diplomados em cursos senso lato devem apresentar uma monografia ou trabalho de conclusão de curso, devendo tanto o título do trabalho e a área de conhecimento do curso serem mencionados no certificado.*

*"Art. 1º Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução.*

*§ 1º Incluem-se na categoria de curso de pós-graduação lato sensu aqueles cuja equivalência se ajuste aos termos desta Resolução.*

*§ 2º Excluem-se desta Resolução os cursos de pós-graduação denominados de aperfeiçoamento e outros.*

*§ 3º Os cursos de pós-graduação lato sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino." (grifo nosso)*  
(...)

*Conforme a Lei 5.194/1966:*

*"Art. 10 - Cabe às Congregações das escolas e faculdades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia indicar ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por elas diplomados.*

*Art. 11 - O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características."*

*A Resolução 1007/2003, do CONFEA determina:*

(...)

*Art. 45. A atualização das informações do profissional no SIC deve ser requerida por meio de preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução, nos seguintes casos:*

*I – anotação de outros cursos de nível superior ou médio, graduação ou educação profissional em seus níveis técnico ou tecnológico, realizados no País ou no exterior;*

*II – anotação de cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado ou doutorado, e de cursos de pós-graduação lato sensu, especialização ou aperfeiçoamento, nas áreas abrangidas pelo Sistema CONFEA/Crea, realizados no País ou no exterior, ministrados de acordo com a legislação educacional em*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

vigor;”

A Resolução 1016/2006, do CONFEA, que incluiu o anexo III na Resolução 1010/2005, do CONFEA, no artigo 2º, que trata do cadastramento das instituições de ensino e seus cursos determina:

“Art. 2º O cadastramento institucional é a inscrição da instituição de ensino que oferece cursos regulares no âmbito das profissões inseridas no Sistema CONFEA/Crea nos assentamentos do Crea em cuja circunscrição encontrar-se sua sede, em atendimento ao disposto nos arts. 10, 11 e 56 da Lei nº 5.194, de 1966.

(...)

§ 2º O cadastramento institucional é constituído pelo cadastramento da instituição de ensino e pelo cadastramento individual de cada curso regular por ela oferecido.

§ 3º Para efeito deste Regulamento, os cursos de extensão e de atualização não são considerados cursos regulares”.

Essa mesma Resolução em seu artigo 8º consigna:

“Art. 8º A extensão da atribuição de títulos, atividades e competências profissionais pode ser requerida pelo portador de diploma ou certificado de cursos regulares no âmbito das profissões inseridas no Sistema CONFEA/Crea nos seguintes casos:

I – no momento de seu registro profissional no Crea, em decorrência de aquisição de habilidades e competências complementares às adquiridas exclusivamente no âmbito do perfil de formação padrão do curso anotado no SIC; e

II - após seu registro profissional no Crea, em decorrência da aquisição de novas habilidades e competências no processo de educação profissional continuada, por meio da anotação de cursos de especialização, pós-graduação lato senso e estrito senso.”

Também cabe ressaltar a Resolução nº 1057/2014 do Confea que revoga às atribuições conferidas pelas Resoluções 262 e 278, ambas do Confea.

A Decisão Plenária PL 0574/2010, que trata de cadastramento dos cursos de georreferenciamento nos CREAs exsurge clara quando define na sua argumentação:

(...)

“considerando que, à luz dos normativos do Sistema Educacional Brasileiro, os cursos de extensão não são considerados cursos regulares e, conseqüentemente, não poderão ser cadastrados para efeito de atribuição de competências e atividades profissionais, segundo o normativo supracitado deste Federal; considerando que os cursos de georreferenciamento de que trata a Decisão nº PL-2087/2004, ainda em vigor, são oferecidos, na forma de pós-graduação, para profissionais graduados e, na forma de qualificação/aperfeiçoamento profissional, para os técnicos industriais e agrícolas; considerando que as condições de oferta de cursos de pós-graduação de georreferenciamento, quanto aos conteúdos e à carga horária mínima de 360 horas, exigidos na Decisão nº PL-2087/2004 para atribuição de competências e atividades nessa área da Agrimensura aos profissionais graduados, atendem à Resolução CNE/CES nº 1, de 2007, do MEC, que trata da regularidade dos cursos de pós-graduação; considerando que, à luz do § 2º do art. 7º da Resolução CNE/CEB nº 4, de 1999, do MEC, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, que reza: “Poderão ser organizados cursos de especialização de nível técnico, vinculados à determinada qualificação ou habilitação profissional, para o atendimento de demandas específicas”, os conteúdos de georreferenciamento exigidos na Decisão nº PL-2087/2004 para atribuição de competências e atividades nessa área da Agrimensura aos profissionais técnicos industriais e agrícolas, atendem a esse normativo do MEC; considerando que os cursos de georreferenciamento de que trata a Decisão nº PL-2087/2004, desde que regulares junto ao Sistema Educacional Brasileiro, são considerados apenas para a extensão das atribuições iniciais profissionais” (...).

III – Voto:

Em virtude do exposto nosso voto é pela não anotação em carteira do Curso de Georreferenciamento de





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*Imóveis Rurais, e concessão da Certidão requerida pelo Engº Agrº Marco Antonio de Carvalho Filho.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI SÃO JOSÉ DO RIO PRETO****Nº de  
Ordem Processo/Interessado**

<b>28</b>	<b>PR-377/2014</b> JOÃO SIZUNIRO AOKI
<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo n.º: PR – 377/2014.

Interessado: João Sizuniro Aoki

Assunto: Anotação em carteira de formação continuada em georreferenciamento de imóveis rurais, e Pos Graduação Lato Sensu em Gestão de Prod. Agrícola no Setor de Bioenergia.

A Câmara Especializada de Agronomia,

*I – Histórico:*

Trata-se de processo Engº Agrº João Sizuniro Aoki, registrado no CREA-SP sob nº 0600598236, o qual solicita anotação em carteira para atuar em Georreferenciamento, para atuar junto ao INCRA, no CNIR – Cadastramento de Imóveis Rurais, e anotação em carteira de Curso de Pos Graduação Lato Sensu.

O interessado é portador das atribuições da Resolução nº 184/69 do Confea.

De fls. 04, apresenta Certificado de Curso de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, realizado no período de 02/06/2004 a 06/04/2005, perfazendo carga horária total de 360 horas, emitido pela Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Pirassununga.

Apresenta também de fls. 07, Certificado de Curso de Pos Graduação Lato Sensu em Gestão da Produção Agrícola no Setor de Bioenergia realizado no período de 15/03/2008 a 29/05/2010, perfazendo carga horária total de 384 horas, emitido pela Fundação Armando Alvares Penteado.

De fls. 18, consta Certidão CI – 937043/2014, emitida ao interessado pela UGI de São José do Rio Preto.

O processo já foi analisado pela Câmara Especializada de Engª de Agrimensura, cujo parecer foi: “Aprovar o parecer do Conselheiro Relator (fls. 22 a 24), conforme segue: (1) Pela anotação no SIC, dos cursos de pós-graduação lato sensu de Georreferenciamento de Imóveis Rurais e de Gestão da Produção Agrícola no setor de Bioenergia do Engenheiro Agrônomo João Sizuniro Aoki, com o destaque de que a anotação dos cursos não implicam no acréscimo de atribuições profissionais; (2) Pelo indeferimento da Certidão de Inteiro Teor de Georreferenciamento de Imóveis Rurais emitida ao Engenheiro Agrônomo João Sizuniro Aoki, considerando ser vedado ao Engenheiro Agrônomo realizar o Georreferenciamento de Imóveis Rurais, em decorrência do artigo 25 da Resolução nº 218/1973 do Confea, o qual estabelece: “Art. 25 - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade”; (3) Pela realização de diligências para revogar a Certidão nº 007/2014 – UGI SJRP, de 01/07/2014; (4) Pelo protocolamento da comunicação de revogação da referida Certidão no sistema do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais do INCRA; (5) Pela realização de diligências para apuração de exorbitância das atribuições, com providências cabíveis ao Engenheiro Agrônomo José Paulo Saes, Chefe da UGI São José do Rio Preto, que concedeu as atribuições profissionais de Georreferenciamento de Imóveis Rurais (1.6.5.04.05) ao Engenheiro Agrônomo João Sizuniro Aoki, o qual, para amparar sua decisão, citou as Decisões PL-2087/2004 e PL-1347/2008 do Confea”, conforme Decisão CEEA nº 163/2015, de fls. 25.

O processo é encaminhado pela Câmara de Agrimensura à Câmara Especializada de Agronomia, uma vez que o profissional pertence a esta modalidade, para após emissão de parecer da CEA, o processo deverá ser analisado pelo Plenário.

*II – Parecer:*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

Conforme Decisão PL-nº 1347/2008 do CONFEA, alínea “d”, quando os profissionais não forem Engenheiros/Tecnólogos ou Técnicos da área da Agrimensura, as solicitações serão apreciadas pela Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, pela Câmara especializada da modalidade do profissional e posteriormente pelo Plenário do Conselho.

Da PL- 1347/2008, do Confea, destacamos:

(...), DECIDIU, por unanimidade: 1) Recomendar aos Creas que: a) as atribuições para a execução de atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais somente poderão ser concedidas ao profissional que comprovar que cursou, seja em curso regular de graduação ou técnico de nível médio, ou pós-graduação ou qualificação/aperfeiçoamento profissional, todos os conteúdos discriminados no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, e que cumpriu a totalidade da carga horária exigida para o conjunto das disciplinas, qual seja 360 (trezentas e sessenta) horas, conforme está estipulado no inciso VII do item 2 dessa mesma decisão do Confea; b) embora haja a necessidade de o profissional comprovar que cursou, nas condições explicitadas no item anterior, todas as disciplinas listadas no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, não há a necessidade de comprovação de carga horária por disciplina; c) para os casos em que os profissionais requerentes forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia ou Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados somente pela Câmara Especializada de Agrimensura; serão, entretanto, remetidos ao Plenário do Regional quando forem objetos de recurso; e d) para os casos em que os profissionais requerentes não forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia nem Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados pela Câmara Especializada de Agrimensura, pela câmara especializada pertinente à modalidade do requerente e, por fim, pelo Plenário do Regional.

A Decisão PL- 2087/04, do CONFEA que consigna sobre conferência de atribuições para algumas modalidades profissionais, define a carga horária mínima do curso (360 horas) e elenca os conteúdos formativos das disciplinas ou ementas de disciplinas, para que o interessado possa assumir a atividade de georreferenciamento de imóveis rurais e consequentemente seu cadastramento no INCRA deverá cumprir, no mínimo, 360 horas do seguinte conteúdo: “(...) a) Topografia aplicada ao georreferenciamento; b) Cartografia; c) Sistemas de referência; d) Projeções cartográficas; e) Ajustamentos; f) Métodos e medidas de posicionamento geodésico. II. Os conteúdos formativos não precisam constituir disciplinas, podendo estar incorporadas nas ementas das disciplinas onde serão ministrados estes conhecimentos aplicados às diversas modalidades do Sistema” (grifo nosso).

Para que um curso seja considerado *senso lato*, deve seguir o que estabelece a Resolução nº 1, de 08 de junho de 2007 do Ministério da Educação – CNE/CES, onde os candidatos devem possuir curso de graduação ou curso superior, além disso, diplomados em cursos *senso lato* devem apresentar uma monografia ou trabalho de conclusão de curso, devendo tanto o título do trabalho e a área de conhecimento do curso serem mencionados no certificado.

“Art. 1º Os cursos de pós-graduação *latu sensu* oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução.

§ 1º Incluem-se na categoria de curso de pós-graduação *latu sensu* aqueles cuja equivalência se ajuste aos termos desta Resolução.

§ 2º Excluem-se desta Resolução os cursos de pós-graduação denominados de aperfeiçoamento e outros.

§ 3º Os cursos de pós-graduação *latu sensu* são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.” (grifo nosso)

(...)

Conforme a Lei 5.194/1966:

“Art. 10 - Cabe às Congregações das escolas e faculdades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia indicar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por elas diplomados.

Art. 11 - O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características.”

A Resolução 1007/2003, do CONFEA determina:

(...)

Art. 45. A atualização das informações do profissional no SIC deve ser requerida por meio de preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução, nos seguintes casos:

I – anotação de outros cursos de nível superior ou médio, graduação ou educação profissional em seus níveis técnico ou tecnológico, realizados no País ou no exterior;

II – anotação de cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado ou doutorado, e de cursos de pós-graduação lato sensu, especialização ou aperfeiçoamento, nas áreas abrangidas pelo Sistema CONFEA/Crea, realizados no País ou no exterior, ministrados de acordo com a legislação educacional em vigor;”

A Resolução 1016/2006, do CONFEA, que incluiu o anexo III na Resolução 1010/2005, do CONFEA, no artigo 2º, que trata do cadastramento das instituições de ensino e seus cursos determina:

“Art. 2º O cadastramento institucional é a inscrição da instituição de ensino que oferece cursos regulares no âmbito das profissões inseridas no Sistema CONFEA/Crea nos assentamentos do Crea em cuja circunscrição encontrar-se sua sede, em atendimento ao disposto nos arts. 10, 11 e 56 da Lei nº 5.194, de 1966.

(...)

§ 2º O cadastramento institucional é constituído pelo cadastramento da instituição de ensino e pelo cadastramento individual de cada curso regular por ela oferecido.

§ 3º Para efeito deste Regulamento, os cursos de extensão e de atualização não são considerados cursos regulares”.

Essa mesma Resolução em seu artigo 8º consigna:

“Art. 8º A extensão da atribuição de títulos, atividades e competências profissionais pode ser requerida pelo portador de diploma ou certificado de cursos regulares no âmbito das profissões inseridas no Sistema CONFEA/Crea nos seguintes casos:

I – no momento de seu registro profissional no Crea, em decorrência de aquisição de habilidades e competências complementares às adquiridas exclusivamente no âmbito do perfil de formação padrão do curso anotado no SIC; e

II - após seu registro profissional no Crea, em decorrência da aquisição de novas habilidades e competências no processo de educação profissional continuada, por meio da anotação de cursos de especialização, pós-graduação lato sensu e estrito sensu.”

Também cabe ressaltar a Resolução nº 1057/2014 do Confea que revoga às atribuições conferidas pelas Resoluções 262 e 278, ambas do Confea.

A Decisão Plenária PL 0574/2010, que trata de cadastramento dos cursos de georreferenciamento nos CREAs exsurge clara quando define na sua argumentação:

(...)

“considerando que, à luz dos normativos do Sistema Educacional Brasileiro, os cursos de extensão não são considerados cursos regulares e, conseqüentemente, não poderão ser cadastrados para efeito de atribuição de competências e atividades profissionais, segundo o normativo supracitado deste Federal; considerando que os cursos de georreferenciamento de que trata a Decisão nº PL-2087/2004, ainda em vigor, são oferecidos, na forma de pós-graduação, para profissionais graduados e, na forma de qualificação/aperfeiçoamento profissional, para os técnicos industriais e agrícolas; considerando que as condições de oferta de cursos de pós-graduação de georreferenciamento, quanto aos conteúdos e à carga horária mínima de 360 horas, exigidos na Decisão nº PL-2087/2004 para atribuição de competências e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA****Julgamento de Processos****REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*atividades nessa área da Agrimensura aos profissionais graduados, atendem à Resolução CNE/CES n.º 1, de 2007, do MEC, que trata da regularidade dos cursos de pós-graduação; considerando que, à luz do § 2º do art. 7º da Resolução CNE/CEB n.º 4, de 1999, do MEC, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, que reza: "Poderão ser organizados cursos de especialização de nível técnico, vinculados à determinada qualificação ou habilitação profissional, para o atendimento de demandas específicas", os conteúdos de georreferenciamento exigidos na Decisão n.º PL-2087/2004 para atribuição de competências e atividades nessa área da Agrimensura aos profissionais técnicos industriais e agrícolas, atendem a esse normativo do MEC; considerando que os cursos de georreferenciamento de que trata a Decisão n.º PL-2087/2004, desde que regulares junto ao Sistema Educacional Brasileiro, são considerados apenas para a extensão das atribuições iniciais profissionais" (...).*

**III – Voto:**

*Em virtude do exposto nosso voto é pela anotação em carteira do Curso de Pós Graduação em Georreferenciamento de Imóveis Rurais, pela concessão da Certidão requerida e o acréscimo de atribuições, implícito no requerimento do Engº Agrº João Sizuniro Aoki, bem como pela anotação do Curso de Pos Graduação Lato Sensu em Gestão de Prod. Agrícola no Setor de Bioenergia.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

### **V . II - ATRIBUIÇÕES**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI CAMPINAS**

Nº de Ordem	Processo/Interessado
----------------	----------------------

29	PR-476/2014	ISABELLA MENUZZO LUCON
	Relator	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo: PR-476/2014.

Interessado: Isabella Menuzzo Lucon

Assunto: Anotação em Carteira

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I – Histórico:**

Processo que trata de solicitação de Registro e anotação em carteira, por parte da Eng<sup>a</sup> Agrícola Isabella Menuzzo Lucon, registrada no CREA-SP sob nº 5062299054.

A interessada requer anotação para curso de Mestrado em Agricultura Tropical e Subtropical, concluso no Instituto Agrônomo, concluído em 26 de abril de 2012, anexado de fls. 09.

A documentação necessária está devidamente autenticada, e está relacionada à folha 21, pelo Sr. Chefe da UGI Campinas.

O processo segue a CEA para análise da documentação, e possibilidade de anotação do Curso em questão.

**II- Parecer:**

Cabe ressaltar quanto à legislação:

1 – Lei 5.194/66, que Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, em especial os itens transcritos abaixo:

Art. 46. São atribuições das Câmaras Especializadas:

d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região;

Art. 55 - Os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta Lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 67 - Embora legalmente registrado, só será considerado no legítimo exercício da profissão e atividades de que trata a presente Lei o profissional ou pessoa jurídica que esteja em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

2 – Resolução Nº 1.007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências, em especial os itens transcritos abaixo:

Art. 4º O registro deve ser requerido pelo profissional diplomado no País ou no exterior, brasileiro ou estrangeiro portador de visto permanente, por meio do preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução.

§ 1º O requerimento de registro deve ser instruído com:

I - os documentos a seguir enumerados:

a) original do diploma ou do certificado, registrado pelo órgão competente do Sistema de Ensino ou revalidado por instituição brasileira de ensino, conforme o caso;

b) histórico escolar com a indicação das cargas horárias das disciplinas cursadas;

c) documento indicando a duração do período letivo ministrado pela instituição de ensino, quando



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016***diplomado no exterior;**d) conteúdo programático das disciplinas cursadas, quando diplomado no exterior;**e) carteira de identidade ou cédula de identidade de estrangeiro com indicação de permanência no País, expedida na forma da lei;**f) Cadastro de Pessoa Física – CPF;**g) título de eleitor, quando brasileiro;**h) prova de quitação com a Justiça Eleitoral, quando brasileiro; e**i) prova de quitação com o Serviço Militar, quando brasileiro;**II – comprovante de residência; e**III – duas fotografias, de frente, nas dimensões 3x4cm, em cores;**§ 2º Os documentos mencionados no inciso I do parágrafo anterior serão apresentados em fotocópia autenticada ou em original e fotocópia.*

...

*Art. 10. Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.**Parágrafo único. O registro do profissional diplomado no País será concedido após sua aprovação pela câmara especializada.**Art. 11. A câmara especializada competente atribuirá o título, as atividades e as competências profissionais em função da análise da qualificação acadêmica do portador de diploma ou certificado, de acordo com os procedimentos e os critérios estabelecidos em resolução específica.**Art. 29. A Carteira de Identidade Profissional conterá o título do profissional, anotado de acordo com a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea instituída por resolução específica.**Parágrafo único. Além do título correspondente ao curso que deu origem ao seu registro, o profissional registrado pode requerer a inclusão em sua Carteira de Identidade Profissional de outros títulos obtidos em cursos de nível superior ou médio, desde que o respectivo diploma encontre-se anotado no SIC..**Art. 45. A atualização das informações do profissional no SIC deve ser requerida por meio de preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução, nos seguintes casos:**I – anotação de outros cursos de nível superior ou médio, graduação ou educação profissional em seus níveis técnico ou tecnológico, realizados no País ou no exterior;**II – anotação de cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado ou doutorado, e de cursos de pós-graduação lato sensu, especialização ou aperfeiçoamento, nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, realizados no País ou no exterior, ministrados de acordo com a legislação educacional em vigor;**III – alteração de dados cadastrais; e**IV – comunicação de falecimento do profissional.**Art. 48. No caso de anotação de curso de pós-graduação stricto sensu ou lato sensu realizado no País ou no exterior, o requerimento deve ser instruído com:**I – diploma ou certificado, registrado ou revalidado, conforme o caso; e**II - histórico escolar com a indicação das cargas horárias das disciplinas cursadas e da duração total do curso.**§ 1º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela Autoridade Consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado.**§ 2º A instrução e a apreciação do requerimento de anotação de curso de pós-graduação devem atender aos procedimentos e ao trâmite previstos nesta Resolução.**§ 3º A anotação de curso de pós-graduação somente será efetivada após a anotação no SIC do respectivo diploma ou certificado.**§ 4º O título do profissional será anotado no SIC de acordo com o título indicado no diploma ou no certificado.**III – Voto:**Considerando o processo está devidamente informado, e cópias autenticadas pela UGI de Campinas, e em conformidade à legislação vigente, não havendo óbice quanto a anotação em carteira solicitado pela*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*requerente, somos pelo entendimento da consecução da anotação do curso de Mestra em Agricultura Tropical e Subtropical a Engª Agrícola Isabella Menuzzo Lucon.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI OESTE**

Nº de Ordem	Processo/Interessado
----------------	----------------------

<b>30</b>	<b>PR-22/2016</b>	ELAINE GANGUSSU DE SOUZA ALVES
	<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo: PR-22/2016.

Interessado: Elaine Cangussu de Souza Alves.

Assunto: Anotação em Carteira – Mestre em Engenharia Agrícola

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I – Histórico:**

Processo que trata de solicitação de registro e anotação em carteira, por parte da Eng<sup>a</sup> Agrícola, e Eng<sup>a</sup> Civil, Elaine Cangussu de Souza Alves, registrada no CREA-SP sob nº 506929819.

Requer a interessada, anotação para curso de Mestre em Engenharia Agrícola na área de Máquinas Agrícolas, concluso na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, concluído em 08 de setembro de 2011, anexado de fls. 04.

Segue relacionada às fls. 11, a documentação devidamente autenticada, pelo Chefe da UGI Oeste.

O processo foi encaminhado a CEA para análise da documentação, objetivando a anotação do Curso em questão.

**II- Parecer:**

Cabe ressaltar quanto à legislação:

1 – Lei 5.194/66, que Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, em especial os itens transcritos abaixo:

Art. 46. São atribuições das Câmaras Especializadas:

d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região;

Art. 55 - Os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta Lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 67 - Embora legalmente registrado, só será considerado no legítimo exercício da profissão e atividades de que trata a presente Lei o profissional ou pessoa jurídica que esteja em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

2 – Resolução Nº 1.007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências, em especial os itens transcritos abaixo:

Art. 4º O registro deve ser requerido pelo profissional diplomado no País ou no exterior, brasileiro ou estrangeiro portador de visto permanente, por meio do preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução.

§ 1º O requerimento de registro deve ser instruído com:

I - os documentos a seguir enumerados:

a) original do diploma ou do certificado, registrado pelo órgão competente do Sistema de Ensino ou revalidado por instituição brasileira de ensino, conforme o caso;

b) histórico escolar com a indicação das cargas horárias das disciplinas cursadas;

c) documento indicando a duração do período letivo ministrado pela instituição de ensino, quando diplomado no exterior;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

- d) conteúdo programático das disciplinas cursadas, quando diplomado no exterior;  
 e) carteira de identidade ou cédula de identidade de estrangeiro com indicação de permanência no País, expedida na forma da lei;  
 f) Cadastro de Pessoa Física – CPF;  
 g) título de eleitor, quando brasileiro;  
 h) prova de quitação com a Justiça Eleitoral, quando brasileiro; e  
 i) prova de quitação com o Serviço Militar, quando brasileiro;  
 II – comprovante de residência; e  
 III – duas fotografias, de frente, nas dimensões 3x4cm, em cores;  
 § 2º Os documentos mencionados no inciso I do parágrafo anterior serão apresentados em fotocópia autenticada ou em original e fotocópia.

...

Art. 10. Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.

Parágrafo único. O registro do profissional diplomado no País será concedido após sua aprovação pela câmara especializada.

Art. 11. A câmara especializada competente atribuirá o título, as atividades e as competências profissionais em função da análise da qualificação acadêmica do portador de diploma ou certificado, de acordo com os procedimentos e os critérios estabelecidos em resolução específica.

Art. 29. A Carteira de Identidade Profissional conterá o título do profissional, anotado de acordo com a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea instituída por resolução específica.

Parágrafo único. Além do título correspondente ao curso que deu origem ao seu registro, o profissional registrado pode requerer a inclusão em sua Carteira de Identidade Profissional de outros títulos obtidos em cursos de nível superior ou médio, desde que o respectivo diploma encontre-se anotado no SIC..

Art. 45. A atualização das informações do profissional no SIC deve ser requerida por meio de preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução, nos seguintes casos:

I – anotação de outros cursos de nível superior ou médio, graduação ou educação profissional em seus níveis técnico ou tecnológico, realizados no País ou no exterior;

II – anotação de cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado ou doutorado, e de cursos de pós-graduação lato sensu, especialização ou aperfeiçoamento, nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, realizados no País ou no exterior, ministrados de acordo com a legislação educacional em vigor;

III – alteração de dados cadastrais; e

IV – comunicação de falecimento do profissional.

Art. 48. No caso de anotação de curso de pós-graduação stricto sensu ou lato sensu realizado no País ou no exterior, o requerimento deve ser instruído com:

I – diploma ou certificado, registrado ou revalidado, conforme o caso; e

II – histórico escolar com a indicação das cargas horárias das disciplinas cursadas e da duração total do curso.

§ 1º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela Autoridade Consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado.

§ 2º A instrução e a apreciação do requerimento de anotação de curso de pós-graduação devem atender aos procedimentos e ao trâmite previstos nesta Resolução.

§ 3º A anotação de curso de pós-graduação somente será efetivada após a anotação no SIC do respectivo diploma ou certificado.

§ 4º O título do profissional será anotado no SIC de acordo com o título indicado no diploma ou no certificado.

III – Voto:

Considerando o processo está devidamente informado, com cópias autenticadas pela UGI Oeste, e em conformidade à legislação vigente, não havendo óbice quanto a anotação em carteira solicitado pela requerente, somos pelo entendimento da consecução da anotação do curso de Mestra em Engenharia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*Agrícola na área de Máquinas Agrícolas à Engª Agrícola, e Engª Civil Elaine Cangussu de Souza Alves.*

---





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UOP CATANDUVA**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>31</b>	<b>PR-549/2015</b> LEONARDO APARECIDO CITOLINO <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
-----------	--

**Proposta**

Processo n.º: PR – 549/2015.  
 Interessado: Leonardo Aparecido Citolino.  
 Assunto: Revisão de atribuições

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I – Histórico:**

Processo que trata de solicitação a esta Câmara Especializada de Agronomia pela UGI São José do Rio Preto, de pedido de Revisão de atribuições, solicitada por Leonardo Aparecido Citolino, Técnico em Agropecuária, registrado neste CREA-SP sob o nº 5069621243, portador de atribuições referidas às fls. 15. O interessado requer revisão para que possa emitir receitas agrônômicas.

Da documentação apresentada pelo interessado destacamos:

- Expediente solicitando revisão de atribuições, (fl. 03/07)
- Diploma do Curso de Técnico em Agropecuária, ( fl 12).
- Histórico Escolar emitido pelo Colégio Técnico Agrícola “ José Bonifácio ” (fl. 13).
- Procuração ao Advogado Jair Custódio( fls. 07)

De fls. 15, constam os dados cadastrais do interessado junto ao CREA-SP.

De fls. 16, Despacho da UGI São José do Rio Preto, encaminhando o processo para análise.

**II – Parecer:**

>Informação do SUPJUR-REB do Advogado Humberto Marques de Jesus, comunicando Decisão liminar para cumprimento imediato, referente Processo n.º 0012882-51.2013.403.6100/SP - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO- ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS AGRICOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-ATAESP, onde é destacado que..” todos os atos e procedimentos que representem a redução de atribuições profissionais dos técnicos Agrícolas deverão ser suspensos, especialmente eventual condição que esteja sendo estabelecida quanto à exigência de análises curriculares como condição para a validade das atribuições previstas em Lei e no Decreto Federal ..”

Destacamos o informado pelo Advogado Humberto Marques de Jesus que a liminar foi é válida para os Técnicos agrícolas.

>Resolução nº 1051/2013 do Confea- Suspende a aplicabilidade da Resolução nº 1010/05 do Confea.

Destacamos:

\* A Decisão PL - 1307, de 01 de setembro de 2011, do Confea, analisada na reunião ordinária da CEA nº 480, de 22 de setembro de 2011. Com base nesta análise foi aprovada a Decisão CEA/SP nº 221/11 ( fls 21/22), citando o 1º parágrafo, da referida Decisão:

As atribuições do profissional Técnico de Nível médio, deverão ser aquelas que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam contemplados no Projeto Pedagógico do curso.

Portanto, “Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, de acordo com as atividades de 14



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

a 18, conforme a Resolução N.º 218 e com o projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional”

Obs: As UGIs deverão ser orientadas neste sentido.

\* Ofício Circular do Confea, nº 2001, encaminhado pelo Presidente do Crea-SP, Eng. Francisco Kurimori à este Coordenador, onde cita Promoção de Arquivamento nº 664/2012 - Mandado de Segurança nº 0016828-02.2011.403.6100, referente Decisão PL -1307, de 01 de setembro de 2011, do Confea, que recomenda:

No item 1) suspensão dos efeitos da Decisão PL- 0145/2006, nos exatos termos da sentença exarada no mandado de segurança nº 200634.00.026658-8.....,

No item 2) Orienta os Regionais a cumprir os exatos termos e a sentença exarada.....e que o Confea se abstenha de reduzir as atribuições aos Técnicos Agrícolas citadas no Decreto nº 90922/85.

obs: a PL - 0145/2006 dava prerrogativas, de restringir atribuições com base na análise de seus currículos escolares, respeitados seus títulos de sua formação.

Por meio do Memorando nº 0035/12 – CEA, à Superintendência de Colegiados e o Gabinete da Presidência, foram informados que a Câmara Especializada de Agronomia, vem cumprindo a Decisão Plenária PL – 1307/2011.

\* Parecer do Advogado Humberto Marques de Jesus (Memorando nº 16/2010-Supjur/Rebouças, a análise foi efetuada com base no Memorando nº 110/09 - CEA: “Solicitação do Coordenador da CEA relacionada ao fornecimento de cópia do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.026625-8 e de esclarecimentos quanto a validade da referida Decisão para os Técnicos de 2º grau, registrados antes da data da concessão da segurança e se ainda existe instância recursal possibilitando o cancelamento da Decisão Judicial, Destacamos, no 2º parágrafo ( fls 12), a seguinte manifestação do SUPJUR: “Conforme podemos observar acima, a Lei n. 5.524/66 e o Decreto 90.922/85, com as alterações efetuadas pelo Decreto n. 4.560/02, possibilitam a Câmara Especializada impor limitações as atribuições profissionais, desde que elas estejam pautadas em Decisão devidamente fundamentada, levando em consideração o currículo escolar do profissional e os conhecimentos técnicos adquiridos pelo profissional. Por fim, reitero, o já informado acima, que contra a Decisão proferida pela 22ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal foi apresentado recurso de apelação, ainda está em fase de julgamento.”

Ressaltamos que:

As atividades de estudo relativas a Defesa Sanitária Vegetal, em especial a prescrição de Receita Agrônoma (indicação de produto a ser utilizado, dosagem, forma de preparo, forma de aplicação, épocas e intervalos de aplicação, para um determinado problema de uma determinada cultura) só poderão ser seguramente exercidas por profissionais que tenham cursado disciplinas que cubram o seguinte conteúdo programático:

1.FITOPATOLOGIA – conceito, sintomatologia, etiologia e controle de doenças de plantas. Moléstias: etiologia, epifitologia, métodos de controle. Principais fungicidas e seu manejo e emprego. Doenças típicas causadas por fungos, bactérias, vírus, nematoides e agentes não parasitários. Moléstias das principais plantas cultivadas e seu controle. Máquinas aparelhos e prática da aplicação de fungicidas.

2.ENTOMOLOGIA – posição dos insetos entre os artrópodes. Ecologia aplicada à entomologia. Biologia, anatomia externa, anatomia interna. Fisiologia. Sistemática dos insetos. Identificação biológica e combate das principais pragas de plantas de valor econômico. Praguicidas: princípio ativo; máquinas de aplicação. Práticas de pulverização, polvilhamentos, fumigações e outros métodos de combate às pragas.

3.FISIOLOGIA VEGETAL – Fisiologia celular, propriedades físico-químicas, nutrição mineral; relações raiz solo. Metabolismo: relações hídricas, fotossíntese, translocação, respiração. Crescimento e desenvolvimento: atividades meristemáticas. Controles hormonais: produção de frutos, germinação de sementes por hormônios e fitoreguladores de crescimento.

4.MEIO AMBIENTE – Princípios de ecologia. A planta e o animal no ecossistema (com destaque para cultivos e criações de valor econômico). Resistência ao frio e ao calor. Resistência à seca e relações hídricas. Tolerância das culturas às altas concentrações salinas. Proteção aos recursos naturais renováveis (solo, água, fauna e flora). Poluição causada por defensivos agrícolas e seu controle. Bases ecológicas para experimentação agrícola.

5.MORFOLOGIA VEGETAL – Citologia vegetal (composição química do hialoplasma), substâncias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

ergásticas e organelas. *Histologia vegetal* (tecidos meristemático, fundamental, de revestimento, de condução, de sustentação e de secreção). *Organografia*: raiz, caule, folha, flor, fruto e semente.

6. **SISTEMÁTICA VEGETAL** – Conhecimento básico da estrutura e das relações sistemáticas das plantas de interesse agrícola. Princípios e técnicas de identificação e classificação. Considerações sobre mecanismos evolutivos e sistemas filogenéticos. Estudo das ordens e principais espécies de interesse agrícola.

7. **SANIDADE VEGETAL** – Conceito de moléstia e praga. Métodos de controle das pragas e doenças. Controle Químico, toxicologia dos defensivos agrícolas. Aplicação dos defensivos. Resistência aos praguicidas. Controle integrado. Métodos de levantamento para alguns insetos de importância agrícola. Planejamento do controle de moléstias e pragas. Métodos de levantamento de algumas moléstias de importância agrícola.

8. **MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA** – Morfologia, citologia e fisiologia de fungos e bactérias patogênicas aos vegetais. Vírus que causam danos aos vegetais.

9. **ANATOMIA E FISIOLOGIA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS** – Anatomia comparada dos bovinos, equinos, suínos e aves. Elementos de osteologia, artrologia, miologia, esplanenologia, neurologia e estesiologia. Estudo das funções e processos dos aparelhos digestivos e reprodutores, glândulas mamárias e glândulas de secreção interna de bovinos, equinos, suínos e aves.

10. **QUÍMICA ORGÂNICA** – Estrutura: ligação, isomerismo, configuração e conformação. Grupos funcionais. Hidrocarbonetos: nomenclatura dos compostos orgânicos oxigenados: álcoois, éteres, aldeídos, cetonas, ácidos carboxílicos, hidratos de carbono. Compostos orgânicos nitrogenados.

11. **QUÍMICA ANALÍTICA** – Análise volumétrica, acidimetria e alcalimetria, volumetria e precipitação, oxidimetria. Complexometria. Análise gravimétrica. Espectrometria. Permutadores de íons. Dissociação eletrolítica. Equilíbrio químico. Reações iônicas. Lei da ação das massas e suas aplicações no equilíbrio iônico. Constantes de ionização de ácidos e bases. Efeito de íons comuns. Produto iônico e pH. Determinação de constantes de hidrólise. Preparação e conservação de reativos. Operações gerais de análise. Reações de caracterização de cátions e ânions.

12. **BIOQUÍMICA BÁSICA** – Química e importância biológica de carboidratos, lipídeos e proteínas. Enzimas, coenzimas e vitaminas. Energética bioquímica. Metabolismo de glicídios, lipídios, aminoácidos, e proteínas. Inter-relação e regulação metabólica. Bases moleculares da expressão gênica.

Esse conteúdo programático só é encontrado nos currículos dos cursos superiores de Engenharia Agrônoma Agronomia e Engenharia Florestal, não estando contemplado nos currículos dos cursos de Nível Médio.

>Memorando nº 123/2013 – SUPJUR Rebouças de fls. 23 a 25, da Advogada Denise Rodrigues, comunicando **SUSPENSÃO DE MEDIDA LIMINAR CONCEDIDA** nos autos do Mandado de Segurança Impetrado pela ATAESP - Processo n.º 0012882-51.2013.403.6100/SP - **MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO- ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS AGRICOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-ATAESP**, onde é destacado que..” todos os atos e procedimentos que representem a redução de atribuições profissionais dos Técnicos Agrícolas deverão ser suspensos, especialmente eventual condição que esteja sendo estabelecida quanto à exigência de análises curriculares como condição para a validade das atribuições previstas em Lei e no Decreto Federal ....”

Destaque para o informado pelo Advogado Humberto Marques de Jesus que a liminar foi válida somente para Técnicos agrícolas.

>Memorando nº 010/2014 – SUPJUR Rebouças, de fls. 26, informando da manutenção da decisão proferida pelo Desembargador Federal Newton de Lucca, referida no Memorando nº 123/2013 – SUPJUR Rebouças.

Cabe destacar que recebemos em 24 de junho de 2015, o Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, encaminhado pela Advogada Denise Rodrigues, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo*

*No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito.*

*Em virtude do contido no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, recebido e de informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam, consultamos a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão, a qual informa:*

*“De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]*

*Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16*

*Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br*

*Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato*

*A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas.*

*No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”.*

*Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.*

*Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”*

*Em virtude do Exposto, a resposta do Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, foi pautada e discutida na Reunião Ordinária da CEA de 02 de julho de 2015, sendo aprovada a Decisão CEA/SP nº 167/2015, (ref ao Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR):*

*“EMENTA: Mandado de Segurança Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo – ATAESP- DECISÃO - A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 02 de julho de 2015, considerando o Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR –Mandado de Segurança ATAESP - 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR (Advogada Denise Rodrigues), a qual informa que Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo. No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito; considerando informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam; considerando em virtude do exposto nova consulta a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão; considerando que a mesma informou: “De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br], Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16 Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br - Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato – “A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas. No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

modalidades”. Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições. Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”; considerando o exposto em referência, e colocada a questão em discussão, DECIDIU: por unanimidade de votos que O Técnico Agrícola possui atribuição específica, e não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, o que deve ser encaminhado à Dra Denise Rodrigues, objetivando avaliação da Decisão da CEA pela mesma. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Antonio de Pádua Sousa, Eng. Agr. Benito Saes Junior, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, Eng. Agr. Gisele Herbst Vazquez, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Antonio Galbiatti, Eng. Agr. João Domingos Biagi, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Eduardo Abramides Testa, Eng. Agr. José Otávio Machado Menten, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marcos Roberto Furlan, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson Barbosa Machado Neto, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Paulo Roberto Arbex Silva, Eng. Agr. Pedro Henrique Lorenzetti Losasso, Eng. Agr. Ricardo Alves Perri, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Taís Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valter Francisco Hulshof, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. Cientifique-se e cumpra-se. São Paulo, de julho de 2015. Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Creasp nº 0601936083 Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia”.

Por meio do Memorando nº 029/15 – CEA e anexos, de fls. 385 a Decisão CEA/SP nº 167/2015, foi encaminhada Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para a devida avaliação, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.

Recebemos o Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01-00.

Ressaltamos que em 24/11/15, recebemos da Secretaria geral do CREA-SP, Dr. Nivaldo Bósio, o Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100.

Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que “a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional”.

A CEA em reunião de 03/12/2015 aprovou a Decisão CEA/SP nº 320/2015, cujo requerente para prescrever receita agrônômica, deve ter pedido individual por processo de ordem PR, e comprovar filiação à ATAESP.

A SUPFIS – Superintendencia de Fiscalização, deverá orientar as UGIs, UOPs, Postos de Atendimento, que os formandos para a prescrição de receita agrônômica, deverão requerer individualmente, por processo PR, devendo comprovar que são filiados à ATAESP “

Segue anexado de fls. 17 a 22, Memorando nº 398/2015 – PROJUR, e 5 páginas anexas.

III - Voto:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Em virtude da documentação apresentada pelo interessado, em conformidade a Decisão CEA/SP nº 320/2015, a legislação vigente, da documentação apresentada pelo interessado, somos por sugerir, até que comprove sua filiação à ATAESP, somos pela concessão ao requerente, das atribuições, em conformidade a Decisão CEA/SP nº 221/11, o que não lhe permite a prescrição de receitas agrônomicas: Do artigo 3º do Decreto 90.922/85:*

*Art. 3º - Os Técnicos Industriais e Técnicos Agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:*

- I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;*
- II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;*
- III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;*
- IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;*
- V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.*

*Do artigo 6º do Decreto 90.922/85 alterado pelo Decreto 4.560/02:*

*Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:*

- I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;*
- II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo e divulgação técnica;*
- III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino;*
- VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:*
  - a) coleta de dados de natureza técnica;*
  - b) desenho de detalhes de construções rurais;*
  - e) manejo e regulagem de máquinas e implementos agrícolas;*
  - f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários.*
  - g) administração de propriedades rurais; comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação.*

*VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;*

*IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;*

*XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;*

*XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;*

*XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;*

*XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;*

*XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;*

*XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.*

*§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto.*

*§ 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. (NR)*

*Do artigo 7º do Decreto 90.922/85:*

*Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UOP SÃO MANUEL**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>32</b>	<b>PR-6/2016</b> <i>ELVIS SANTIAGO ROSA</i> <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
-----------	---

**Proposta**

Processo n.º: PR – 06/2016.

Interessado: Elvis Santiago Rosa.

Assunto: Revisão de Atribuições

A Câmara Especializada de Agronomia,

I – Histórico:

Trata-se de solicitação do Técnico em Agropecuária Elvis Santiago Rosa registrado sob nº 5060741229, o qual solicita anotação de atribuições para atuar na área de topografia e desenho topográfico, conforme expediente de fls. 04.

Requer o interessado, acréscimo de atribuições, referente ao artº 6, do Decreto 90922/85, alterado pelo decreto 4560/02, itens IV, para a alínea “b” e item XXVIII.

Informa o requerente que tendo em vista que a topografia e desenho topográfico fazer parte da grade de matérias cursadas, que desde 1999, até a presente data, atua em empresas de engenharia, elaborando projeto, levantamentos topográficos de todo tipo e processos administrativos e judiciais em todos seus aspectos e fase em conformidade à legislação vigente.

O mesmo encaminha documentos pessoais, cópia da carteira de trabalho às fls. 11, onde verifica-se foi contratado como auxiliar de topógrafo.

Às fls. 12, segue o histórico escolar do Curso de Técnico em Agropecuária, realizado na ETAE Prof. Luiz Pires Barbosa, em Marília, SP.

De fls. 13, no cadastro CREAMET, verifica-se nos dados do interessado que possui:

1) Título Profissional como Técnico em Agropecuária (cód. 313-05-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA).

2) Atribuições em conformidade a Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011 - “Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução Nº 218 e a competência contemplada no projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional, portanto o interessado possui as seguintes atribuições:

Art. 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:

I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Do artigo 6º do Decreto 90.922/85 alterado pelo Decreto 4.560/02:

Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;

II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo e divulgação técnica;

III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:*

- a) coleta de dados de natureza técnica;*
- b) desenho de detalhes de construções rurais;*
- e) manejo e regulagem de máquinas e implementos agrícolas;*
- f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários.*
- g) administração de propriedades rurais; comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação.*

*VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;*

*IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;*

*XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;*

*XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;*

*XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;*

*XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;*

*XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;*

*XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.*

*§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto.*

*§ 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. (NR)*

*Do artigo 7º do Decreto 90.922/85:*

*Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.*

*Conforme Despacho da UOP São Manuel, o processo é encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia, para apreciação e emissão de parecer, sobre a possibilidade de atendimento ao requerido.*

**II – Parecer:**

*Apesar da requisição do interessado ser para atuar na área de topografia e desenho topográfico, e não na prescrição de receitas agrônoma, devido a importância do assunto, e a analogia de análise, também cabe ressaltar:*

*>Informação do SUPJUR-REB do Advogado Humberto Marques de Jesus, comunicando Decisão liminar para cumprimento imediato, referente Processo n.º 0012882-51.2013.403.6100/SP - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO- ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS AGRICOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-ATAESP, onde é destacado que..” todos os atos e procedimentos que representem a redução de atribuições profissionais dos técnicos Agrícolas deverão ser suspensos, especialmente eventual condição que esteja sendo estabelecida quanto à exigência de análises curriculares como condição para a validade das atribuições previstas em Lei e no Decreto Federal ..”*

*Destacamos o informado pelo Advogado Humberto Marques de Jesus que a liminar foi é válida para os Técnicos agrícolas.*

*>Resolução nº 1062/2014 do Confea- Suspende a aplicabilidade da Resolução nº 1010/05 do Confea.*

**Destacamos:**

*\* A Decisão PL - 1307, de 01 de setembro de 2011, do Confea, analisada na reunião ordinária da CEA nº 480, de 22 de setembro de 2011. Com base nesta análise foi aprovada a Decisão CEA/SP nº 221/11 ( fls 21/22), citando o 1º parágrafo, da referida Decisão:*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

As atribuições do profissional Técnico de Nível médio, deverão ser aquelas que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam contemplados no Projeto Pedagógico do curso.

Portanto, "Ao ser deferido o registro aos Técnicos de 2º Grau - Modalidade Agronomia, formados por escolas sediadas no Estado de São Paulo, serão conferidas as atribuições que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, de acordo com as atividades de 14 a 18, conforme a Resolução N.º 218 e com o projeto pedagógico do Curso, consequentemente compatíveis com sua formação educacional"

Obs: As UGIs deverão ser orientadas neste sentido.

\* Ofício Circular do Confea, nº 2001, encaminhado pelo Presidente do Crea-SP, Eng. Francisco Kurimori à este Coordenador, onde cita Promoção de Arquivamento nº 664/2012 - Mandado de Segurança nº 0016828-02.2011.403.6100, referente Decisão PL -1307, de 01 de setembro de 2011, do Confea, que recomenda:

No item 1) suspensão dos efeitos da Decisão PL- 0145/2006, nos exatos termos da sentença exarada no mandado de segurança nº 200634.00.026658-8.....,

No item 2) Orienta os Regionais a cumprir os exatos termos e a sentença exarada.....e que o Confea se abstenha de reduzir as atribuições aos Técnicos Agrícolas citadas no Decreto nº 90922/85.

obs: a PL - 0145/2006 dava prerrogativas, de restringir atribuições com base na análise de seus currículos escolares, respeitados seus títulos de sua formação.

Por meio do Memorando nº 0035/12 – CEA, à Superintendência de Colegiados e o Gabinete da Presidência, foram informados que a Câmara Especializada de Agronomia, vem cumprindo a Decisão Plenária PL – 1307/2011.

\* Parecer do Advogado Humberto Marques de Jesus (Memorando nº 16/2010-Supjur/Rebouças, a análise foi efetuada com base no Memorando nº 110/09 - CEA: "Solicitação do Coordenador da CEA relacionada ao fornecimento de cópia do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.026625-8 e de esclarecimentos quanto a validade da referida Decisão para os Técnicos de 2º grau, registrados antes da data da concessão da segurança e se ainda existe instância recursal possibilitando o cancelamento da Decisão Judicial, Destacamos, no 2º parágrafo ( fls 12), a seguinte manifestação do SUPJUR: "Conforme podemos observar acima, a Lei n. 5.524/66 e o Decreto 90.922/85, com as alterações efetuadas pelo Decreto n. 4.560/02, possibilitam a Câmara Especializada impor limitações as atribuições profissionais, desde que elas estejam pautadas em Decisão devidamente fundamentada, levando em consideração o currículo escolar do profissional e os conhecimentos técnicos adquiridos pelo profissional. Por fim, reitero, o já informado acima, que contra a Decisão proferida pela 22ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal foi apresentado recurso de apelação, ainda está em fase de julgamento."

>Memorando nº 123/2013 – SUPJUR Rebouças de fls. 23 a 25, da Advogada Denise Rodrigues, comunicando SUSPENSÃO DE MEDIDA LIMINAR CONCEDIDA nos autos do Mandado de Segurança Impetrado pela ATAESP - Processo n.º 0012882-51.2013.403.6100/SP - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO- ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-ATAESP, onde é destacado que.. " todos os atos e procedimentos que representem a redução de atribuições profissionais dos Técnicos Agrícolas deverão ser suspensos, especialmente eventual condição que esteja sendo estabelecida quanto à exigência de análises curriculares como condição para a validade das atribuições previstas em Lei e no Decreto Federal ...."

Destaque para o informado pelo Advogado Humberto Marques de Jesus que a liminar foi válida somente para Técnicos agrícolas.

>Memorando nº 010/2014 – SUPJUR Rebouças, de fls. 26, informando da manutenção da decisão proferida pelo Desembargador Federal Newton de Lucca, referida no Memorando nº 123/2013 – SUPJUR Rebouças.

>Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, encaminhado pela Advogada Denise Rodrigues, o qual dispõe que sobre o andamento processual do Mandado de Segurança impetrado pela ATAESP, contra restrição de atribuição profissional aos Técnicos Agrícolas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo*

*No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito.*

*Em virtude do contido no Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, recebido e de informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam, consultamos a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão, a qual informa:*

*“De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br]*

*Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16*

*Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br*

*Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato*

*A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas.*

*No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas modalidades”.*

*Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria “uma espécie de gênero” do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições.*

*Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR”*

*Em virtude do Exposto, a resposta do Memorando nº 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR, foi pautada e discutida na Reunião Ordinária da CEA de 02 de julho de 2015, sendo aprovada a Decisão CEA/SP nº 167/2015, (ref ao Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR):*

*“EMENTA: Mandado de Segurança Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo – ATAESP- DECISÃO - A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 02 de julho de 2015, considerando o Memorando nº 151/2015 UCC/DJO/SUPJUR –Mandado de Segurança ATAESP - 151/2015 – UCC/DJO/SUPJUR (Advogada Denise Rodrigues), a qual informa que Todos os profissionais associados à ATAESP, que requererem registro profissional, revisão de atribuições, ou anotação de responsabilidade técnica por pessoas jurídicas deverão ter anotadas as atribuições relativas à prescrição de receituários agrônômicos, à responsabilidade técnica na compra, venda e utilização de agrotóxicos e a sua vinculação a empresas que comercializam agrotóxicos, devendo ser consignado, expressamente, que as referidas atribuições foram concedidas: “por ordem judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 0012882-51.2013.403.6100 impetrado pela ATAESP – Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo. No que se refere a decisão favorável proferida nos autos do pedido de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela – SLAT, informada no Memorando nº 010/2014, perdeu seu efeito; considerando informação anterior do advogado Humberto Marques de Jesus que só os Técnicos Agrícolas teriam direito às atribuições referidas, sendo que as demais titulações constantes da Resolução nº 473/02, tabela anexa, Agronomia, Grau médio, não o teriam; considerando em virtude do exposto nova consulta a Advogada Dra. Denise Rodrigues sobre a questão; considerando que a mesma informou: “De: Denise Rodrigues [mailto:denise3278@creasp.org.br], Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2015 10:16 Para: andre.sanches1848@creasp.org.br; Cc: renata.casale3850@creasp.org.br - Assunto: RES: ENC: comunica liminar caso ATAESP para cumprimento imediato – “A sentença estabelece sua aplicabilidade aos Técnicos Agrícolas. No entanto, desconhecemos se essas outras profissões, para as quais foram estabelecidos os Títulos pelo Confea, estão inseridas na modalidade Técnico Agrícola, até porque, no próprio Decreto 90.922/85, em seu artigo 6º, há menção de “Técnico Agrícola, em suas diversas*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

modalidades". Assim, para respondermos à questão apresentada, precisamos saber se o Técnico Agrícola seria "uma espécie de gênero" do qual decorrem as demais profissões que você menciona e que estão na Tabela de Títulos do Confea, já que o Decreto 90.922/85, art. 6º, não dispõe expressamente sobre essas outras profissões(\*), mas consiste no fundamento legal principal para definição de suas atribuições. Atenciosamente, Denise/UCC/SUPJUR"; considerando o exposto em referência, e colocada a questão em discussão, DECIDIU: por unanimidade de votos que O Técnico Agrícola possui atribuição específica, e não é um gênero ou modalidade, portanto as atribuições referidas que devem ser anotadas por decisão judicial, só fazem jus aos Técnicos Agrícolas (código 313-0100 da tabela de códigos – Resolução nº 473/02 do Confea) filiados a ATAESP, o que deve ser encaminhado à Dra Denise Rodrigues, objetivando avaliação da Decisão da CEA pela mesma. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Antonio de Pádua Sousa, Eng. Agr. Benito Saes Junior, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, Eng. Agr. Gisele Herbst Vazquez, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Antonio Galbiatti, Eng. Agr. João Domingos Biagi, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Eduardo Abramides Testa, Eng. Agr. José Otávio Machado Menten, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marcos Roberto Furlan, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson Barbosa Machado Neto, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Paulo Roberto Arbex Silva, Eng. Agr. Pedro Henrique Lorenzetti Losasso, Eng. Agr. Ricardo Alves Perri, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Taís Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valter Francisco Hulshof, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. Cientifique-se e cumpra-se. São Paulo, de julho de 2015. Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez. Creasp nº 0601936083 Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia".

Por meio do Memorando nº 029/15 – CEA e anexos, a Decisão CEA/SP nº 167/2015, foi encaminhada Ao Sr. Secretário Geral, objetivando dar subsidio ao SUPJUR, para a devida avaliação, do aprovado pela Câmara Especializada de Agronomia.

Recebemos o Memorando nº 236/2015-Projur (responde Memorando nº 029/15 CEA encaminha Decisão CEA/SP nº 167/2015 - Mandado Segurança ATAESP), de que mandado impetrado é somente para Técnicos Agrícolas – código 313 – 01-00.

Ressaltamos que em 24/11/15, recebemos da Secretaria geral do CREA-SP, Dr. Nivaldo Bósio, o Memorando nº 398/2015 – PROJUR, onde comunica o recebimento do Mandado de Intimação expedido nos autos do Processo 0021797-21.2015.403.6100, Mandado de Segurança nº 0012882-51.2013.403.6100.

Trata-se de ordem judicial expedida nos autos do Mandado de Segurança movido pela ATAESP em face do Presidente do CREA-SP, por meio do qual foi determinado que este Regional cumpra integralmente a ordem mandamental no sentido de não obstar que o técnico agrícola assine receituários agrônômicos, consignando que "a decisão judicial se aplica a todos os técnicos agrícolas associados da impetrante, independentemente da modalidade ou ênfase da graduação profissional".

A CEA em reunião de 03/12/2015 aprovou a Decisão CEA/SP nº 320/2015, cujo requerente para prescrever receita agrônômica, deve ter pedido individual por processo de ordem PR, e comprovar filiação à ATAESP.

A SUPFIS – Superintendencia de Fiscalização, deverá orientar as UGIs, UOPs, Postos de Atendimento, que os formandos para a prescrição de receita agrônômica, deverão requerer individualmente, por processo PR, devendo comprovar que são filiados à ATAESP “

III – Voto:

Em virtude do exposto, em conformidade a legislação vigente, da documentação apresentada pelo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*interessado, e por analogia aos pareceres de solicitações de atribuições que ocorrem na questão da prescrição de receita agrônoma, voto pela não concessão ao requerente, das atribuições pretendidas, em conformidade a Decisão CEA/SP nº 221/11, permanecendo as atribuições as quais, o Técnico em Agropecuária Elvis Santiago Rosa já é possuidor.*

---





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

**V . III - Cancelamento de Registro**

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UOP ITAPETININGA**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>33</b>	<b>PR-596/2015</b> LUDMILA GARROSSINO DA COSTA <b>Relator</b> PATRÍCIA GABARRA MENDONÇA
-----------	--

**Proposta**

Processo n.º: PR-596/2015

Interessado: LUDMILA GARROSSINO DA COSTA.

Assunto: **INTERRUPÇÃO DE REGISTRO.****Histórico:**

O processo inicia-se quando a interessada, LUDMILA GARROSSINO DA COSTA, Tecnóloga em Silvicultura, requer a baixa de registro profissional (BRP), por não mais exercer atividades nessa área de atuação, em 19.08.2013 (fls. 02/03).

Apresenta cópias da CTPS, constando o registro do contrato de trabalho com a Empresa MARTINS EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA, atuando no cargo de Analista de Sustentabilidade (fls. 04/07). O empregador apresenta declaração (fls.08), com informações sobre a função exercida pela interessada, em tarefas com fins Administrativos na Área Social e de Relacionamento com Partes Interessadas, conforme solicitação de nosso contratante FIBRIA, sendo que a mesma não exerce função ou executa trabalhos que necessitem de "ART", tanto para a NC Martins Empreendimentos Florestais como para Fibria, empresa na qual desenvolve suas funções.

A Empresa Fibria Celulose S/A, apresenta informações contidas às fls. 09, com a descrição de cargo, onde as principais responsabilidades como Analista de Sustentabilidade consistem em: Acompanhar o desenvolvimento dos projetos e programas sociais desenvolvidos ou apoiados pela empresa; Gerir o sistema SISPART - Sistema de Partes Interessadas; Realizar Treinamentos de operacionalização dos sistemas internos de Gestão de Investimento Social; Elaborar relatórios e apresentações de projetos e programas de sustentabilidade, assim como resultados da área; Acompanhar os indicadores e metas da área; Desenvolver ferramentas facilitadoras do relacionamento institucional, como a participação em reuniões com público externo e; a participação em eventos de interesse público.

Foi extraído do sistema informatizado, o "Resumo de Profissional", às fls. 10, não encontrando Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) emitidas pela profissional.

Em decorrência de dúvida técnica quanto ao cargo exercido pela profissional e suas atribuições em face de suas atividades executadas, em 19.10.2015 (fls. 11), foi encaminhado à CEA para "análise e deliberação quanto à interrupção do registro da profissional".

**Parecer:**

Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, em especial os itens transcritos abaixo:  
"Art. 7º - As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA****Julgamento de Processos****REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.*

*Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.*

*(...)*

*“Art. 45 - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.”*

*“Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas:*

*(...)*

*d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região;”*

*(...)*

*“Art. 55 - Os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta Lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.”*

*Resolução Confea nº 1.007, de 5 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências, em especial os itens transcritos abaixo:*

*“Art. 30. A interrupção do registro é facultado ao profissional registrado que não pretende exercer sua profissão e que atenda às seguintes condições:*

*I – esteja em dia com as obrigações perante o Sistema Confea/Crea, inclusive aquelas referentes ao ano do requerimento;*

*II – não ocupe cargo ou emprego para o qual seja exigida formação profissional ou para cujo concurso ou processo seletivo tenha sido exigido título profissional de área abrangida pelo Sistema Confea/Crea; e*

*III – não conste como autuado em processo por infração aos dispositivos do Código de Ética Profissional ou das Leis n.os 5.194, de 1966, e 6.496, de 7 de dezembro de 1977, em tramitação no Sistema Confea/Crea.”*

*“Art. 31. A interrupção do registro deve ser requerida pelo profissional por meio de preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução.*

*Parágrafo único. O requerimento de interrupção de registro deve ser instruído com os documentos a seguir enumerados:*

*I – declaração de que não exercerá atividade na área de sua formação profissional no período compreendido entre a data do requerimento de interrupção e a da reativação do registro; e*

*II – comprovação da baixa ou da inexistência de Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, referentes a serviços executados ou em execução, registradas nos Creas onde requereu ou visou seu registro.”*

*“Art. 32. Apresentado o requerimento devidamente instruído, o órgão competente da estrutura auxiliar do Crea efetuará a análise da documentação e encaminhará o processo à câmara especializada competente.*

*Parágrafo único. Caso o profissional não atenda às exigências estabelecidas nesta Resolução, seu requerimento de interrupção de registro será indeferido.”*

*Voto:*

*Em virtude do exposto, e da legislação vigente, delibero pela interrupção do registro da profissional.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

### **V . IV - INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI PRESIDENTE PRUDENTE**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>34</b>	<b>PR-689/2015</b> <i>LEONARDO HENRIQUE ESCARELLI</i> <b>Relator</b> GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ
-----------	---

**Proposta**

Processo n.º: PR-00689/2015

Interessado: Leonardo Henrique Escarelli

Assunto: Interrupção de registro

À Câmara Especializada de Agronomia

**I – Histórico:**

Trata o presente de solicitação de Interrupção de Registro do profissional do Engenheiro Florestal Leonardo Henrique Escarelli, em virtude de não estar atuando na área técnica.

Para o pleito são apresentados os documentos (cópia), referidos a seguir:

Consta de fls. 07 - CTPS do Profissional onde consta seu registro como funcionário da FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, Cargo de Técnico em Desenvolvimento Fundiário, quando admitido em 13/05/2002.

Consta de fls. 08, - CTPS onde consta seu registro no Cargo de Tutor, em 01/04/2013, IECAP - INSTITUTO EDUCAR.

De fls. 10 e 12, destaque para as atividades do interessado, conforme declaração do empregador.

Síntese de Atividades:

- Auxílio na organização de trabalhos de coleta de documentos ao Cadastro Técnico de Ação discriminatória e procedimentos administrativos de Legitimação de Posse e elaboração do rol de ocupantes.
- Auxiliar e subsidiar a confecção de informações em processos administrativos e judiciais tais como: ação discriminatória, legitimação de posse, revidicatória e defesa do estado.
- Identificar e reconhecer em campo, elementos simples através de fotografias aéreas ou cartas.
- Auxiliar na elaboração de cálculos de áreas por figuras geométricas
- Auxiliar na elaboração de memoriais descritivos, utilizando informações dos levantamentos topográficos e geodésicos
- Elaborar material de apoio para identificação da malha fundiária
- Auxiliar na análise e interpretação de documentos cartoriais objetivando lançar elementos técnicos em material cartográfico
- Auxiliar na pesquisa da cadeia dominial de imóveis para a propositura de ações discriminatórias e procedimentos administrativos de Legitimação de Posse
- Auxiliar na composição de processos administrativos através da elaboração do rol de ocupantes e confrontantes
- Auxiliar nos cálculos de levantamentos topográficos, áreas de quadras, lotes, reservas florestais, matas ciliares e área construída.
- Identificar por meio de cartas, fotos aéreas e restituição de elementos físicos geográficos, para caracterização do espaço geográfico ( limite de município, perímetros, imóveis rurais )
- Percorrer divisas, identificando os vértices dos imóveis e orientando quanto à abertura de picadas e clareiras
- Proceder o levantamento cadastral de imóveis urbanos, valendo-se de trenas e balizas e baseando-se em levantamento topográfico pré-executado.
- Cadastrar os ocupantes de áreas em processo administrativo de Legitimação de Posse e de Discriminatórias de Terras, com a aplicação de laudos de Identificação
- Fundiária ( LIF) em imóveis rurais e de Boletins de Informações Cadastrais ( BIC) em imóveis urbanos.
- Auxiliar na realização de vistorias em áreas de interesse para arrecadação e regularização e em áreas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*de conflito fundiário*

*Consta de fls. 14, Ofício nº 2044/2015 – UGIPP, ao interessado foi comunicando do indeferimento pelo motivo de estar exercendo cargo ou função nas áreas fiscalizadas pelo Sistema Confea/Creas.*

*Às fls. 16 a 21, o Engenheiro Florestal Leonardo Henrique Escarelli, encaminha recurso contra a decisão proferida ref. ao cancelamento solicitado, onde em síntese alega que:*

- Face Certidão anexada de fls. 20/21, onde consta atividades que exerce, como Técnico de Desenvolvimento Fundiário no apoio a regularização fundiária e cadastro físico, no ITR, entende que não há nenhuma atividade que se submeta a fiscalização do CREA-SP.*
- Informa que a Fundação ITESP, que é vinculada à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Governo do Estado, certificou também que o requerente, que ingressou por meio de concurso público 01/2000, foi admitido para exercer cargo que não indica a obrigatoriedade de registro no CREA.*

*Solicita reconsideração da decisão quanto ao indeferimento do pedido de cancelamento de registro. O processo está sendo encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para manifestação.*

*II – Parecer:*

*Considerando a informação acima; Considerando o que determina a legislação - Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011; Resolução Confea nº 1.007, de 05 de dezembro de 2003 e Instrução nº 2560, do CREA-SP; Considerando que a existência de débito referente à anuidade de 2014 não impede a interrupção solicitada; e considerando, entretanto, que as atividades da função exercida pela interessada incluem atividades técnicas próprias do Engenheiro Agrônomo;*

*III – Voto:*

*Pelo indeferimento da interrupção do registro conforme solicitado e, adoção das medidas administrativas cabíveis para cobrança da anuidade de 2015 e 2016, do interessado, e, em processo à parte, apurar eventual descumprimento da Lei nº 4950-A, por parte do empregador.*

---





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

### ***VI - PROCESSOS DE ORDEM R***

**VI . I - Requer Registro**

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI PIRACICABA**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>35</b>	<b>R-27/2013 V2 E</b> <b>ORIGINAL</b> <b>Relator</b> JOÃO DOMINGOS BIAGI	VERONICA LORENA DOVIS
-----------	--	-----------------------

**Proposta**

Processo n.º: R-000027/2013

Interessada: VERÓNICA LORENA DOVIS

Assunto: REQUER REGISTRO DE ESTRANGEIRO (DEFINITIVO)

Senhor Coordenador da CEA,

**Histórico:**

Processo encaminhado a CEA pela Sra. VERÓNICA LORENA DOVIS de nacionalidade Argentina, graduada pela Facultad de Ciencias Agrarias, da Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe, Argentina. Solicita o registro de estrangeira neste Conselho.

No presente processo há um parecer por mim elaborado às fls. 184 a 187 – V1 no qual conclui:

“Considerando que é atribuição da Câmara Especializada competente apreciar e julgar o pedido de registro de profissional, atribuindo o título profissional, as atividades e as competências profissionais em função da análise da qualificação acadêmica. Considerando que conforme informado, a interessada não apresentou os documentos necessários para o requerimento de registro. Pelo atendimento da legislação vigente, Resolução CONFEA nº 1007/2003, artigo 4; Decisão Normativa 12/83 e retorno do processo à UGI Piracicaba para o complemento da documentação para a continuidade da análise da solicitação da interessada. Pela inclusão de cópia do documento emitido pela Universidade Federal de São Carlos informando o curso, e a respectiva grade curricular, utilizado para a revalidação do diploma.”. Em sua reunião número 514 de 09/10/2014, a CEA aprovou o parecer e o voto fundamentado na forma apresentada, conforme Decisão CEA nº 556/2014 (fls. 188 V1).

O processo foi dirigido à UGI de Piracicaba, é expedido em 07/05/2015 o ofício UGIPIRA número 3784/2015, fls 189 V1, à Sra. Verónica Lorena Dovis, requerendo o encaminhamento da documentação conforme aprovado pela CEA.

Em resposta, a interessada em 06/07/2015 encaminha, (fls 190 V1), “Documentos complementares referentes ao processo de registro profissional de estrangeiro”, constam: Ofício nº 048/15 – DiGRA da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – (fls 191V1) informando que através do processo nº 23112.003336/2012-12, a Sra. Verónica Lorena Dovis teve seu diploma de graduação revalidado em Engenharia Agrônoma na UFSCar, anexa o parecer final da Comissão Avaliadora composta por respeitáveis professores da UFSCar (fls 192 a 194V1) e o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônoma, Campus de Araras/SP, no qual consta toda a sua grade curricular (fls 198 a 269V2).

Considerando a decisão da CEA, não constam informações com relação ao atendimento da legislação vigente, Resolução CONFEA nº 1007/2003, artigo 4, “§ 4º “Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela Autoridade Consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado”.

Considerando as informações contidas no Relatório e Parecer da Comissão de Professores de 08/01/2013 (fls 193 e 194 V1), constituída pela UFSCar para analisar o processo de revalidação do diploma da Engenheira Agrônoma Verónica Lorena Dovis, emitido pela Universidad Nacional del Litoral – UNL – Argentina:

- “Apresenta toda a documentação solicitada na portaria da UFSCar referente a revalidação de diplomas, sendo que o documento de identidade apresentado é o passaporte e o protocolo de solicitação de permanência definitiva com base na Lei 9815/80 e o artigo 7 da Resolução Normativa 36/99 CNI (cônjuge brasileiro).”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

-“A grade curricular do curso de engenharia agrônômica da UNL compõem de disciplinas quadrimestrais e anuais. Considerando cada quadrimestre possui 15 semanas letivas, o curso é ministrado em 3945 horas.”.

-“Quanto aos aspectos a serem analisados para a equivalência plena, observamos que a afinidade entre o curso da UNL e o ministrado na UFSCar, bem como também na qualificação, pois os dois cursos concede diploma de engenharia agrônômica. Quanto à correspondência da grade curricular, esta foi analisada pelos conteúdos programáticos, pois em termos de disciplinas, o curso da UNL perfaz um total de 37, enquanto o da UFSCar exige que o aluno curse 62 disciplinas, diferindo as mesmas nas cargas horárias e no conteúdo das mesmas. Alguns pontos abordados em disciplinas do curso da UFSCar não são abordados nas disciplinas da UNL, bem como o inverso também ocorre.”.

-“A comissão, após a análise criteriosa da grade curricular do curso da UNL, conclui que foram atendidos os princípios fundamentais da formação do engenheiro agrônomo e que este apresenta correspondência com o curso ministrado na UFSCar. Portanto o parecer da comissão é de que pode ser efetuada a revalidação do diploma da eng. Agr. Verônica Lorena DAVIS, como equivalente ao emitido pela UFSCar.”. Documentos e informações incluídos no processo, já informados no primeiro parecer:

-Requerimento de Profissional (original – folha 02).

-Cópia do diploma de “Ingeniera Agrónoma”, obtido junto à Facultad de Ciencias Agrarias, da Universidad Nacional del Litoral, em 06 de junho de 2001 (folha 03).

-Tradução, por Tradutor Público, do Diploma acima (folha 10).

-Histórico Escolar (em espanhol), emitido pela Facultad de Ciencias Agrarias, da Universidad Nacional del Litoral (folhas 05 a 08).

-Tradução, por Tradutor Público, do Histórico Escolar acima (folhas 10 a 13).

-Diploma, com revalidação, feita pela Universidade Federal de São Carlos como Engenheira Agrônômica em 16/04/2013. (3 – verso)

-Certificado de participação do Curso de Legislação Profissional realizado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em 08/05/2013. (22).

-Justificativa da interessada para não apresentar tradução, por tradutor juramentado, das ementas das matérias cursadas (folha 23).

-Ementas das matérias cursadas, em Espanhol (folhas 24 a 165).

Adicionalmente não há evidência de que os documentos em língua estrangeira tenham sido legalizados pela Autoridade Consular Brasileira, conforme determina a Resolução nº 1007/2003, do CONFEA, artigo 4, § 4º.”.

A folha 177, consta recurso da interessada esclarecendo porque não pode apresentar tradução juramentada do conteúdo das matérias cursadas e não informou sobre falta da carga horária total de cada matéria cursada e solicita a continuidade da análise de seu pedido (protocolo 105344).

Às folhas 179 a 183 informações do DAP/SUPCOL, com base na legislação vigente: Resolução nº 1007/2003; Decisão Normativa 12/83 e Resolução CNE/CES nº 1 de 2006 e na documentação apresentada conclui: “Não foi possível elaborar uma proposta de cotejo, em atendimento ao que determina a DN 12/83, uma vez que nem todas as matérias cursadas apresentam a carga horária cumprida e aquelas que trazem essa informação a expressam apenas em termos de “carga semanal” não se sabendo quantas semanas foram cursadas” (fls 180 e 181).

Parecer:

Com relação a legislação mencionada pela interessada em seu recurso (fl 177) Lei nº 9.394, de 20/12/1996 Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) artigo 48º e Parecer CNE/CEB 18/2002 de 06/06/2002 publicado no DOU em 07/06/2002, seção 1, p 28, trata da revalidação de diplomas emitidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior por uma universidade pública que tenha curso do mesmo nível e quando registrados terão validade nacional.

A Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, em especial o “Art.46. São atribuições das Câmaras Especializadas: d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região.”. Considerando e respeitando a decisão da Comissão de Professores da UFSCar que com base na



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*legislação vigente na UFSCar, aprovaram a revalidação do diploma da eng. Agr. Verónica Lorena Dóvis, como equivalente ao emitido pela UFSCar.*

*Porém, a concessão de atribuições só poderá ser analisada pela CEA, após o atendimento da legislação vigente.*

*Voto:*

*Considerando que é atribuição da Câmara Especializada competente apreciar e julgar o pedido de registro de profissional, atribuindo o título profissional, as atividades e as competências profissionais em função da análise da qualificação acadêmica.*

*Considerando que a Decisão CEA nº 556/2014 de 09/10/2014 não foi atendida Sra. VERÓNICA LORENA DOVIS.*

*Pelo atendimento da legislação vigente, Resolução CONFEA nº 1007/2003, artigo 4 - §4º; Decisão Normativa 12/83 e retorno do processo à UGI Piracicaba para o complemento da documentação pela interessada para a continuidade da análise de sua solicitação de registro de estrangeira neste Conselho.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

## **CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

### ***VII - PROCESSOS DE ORDEM SF***

**VII . I - Manutenção AIN - INFRAÇÃO AO ARTIGO 59 DA LEI 5.194/66**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI ARAÇATUBA****Nº de  
Ordem Processo/Interessado**

<b>36</b>	<b>SF-2346/2015</b>	PROTEX COMÉRCIO DE VENENOS - CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA
	<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo: SF – 2346/2015.

Interessado(a): PROTEX Com de Venenos – Controle de Pragas Urbanas Ltda.

Assunto: Infração ao artº 59 da Lei 5.194/66

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I – Histórico:**

Este processo, foi instaurado contra a interessada PROTEX Com de Venenos – Controle de Pragas Urbanas Ltda. por não possuir registro neste Conselho.

Conforme fls. 07, a interessada foi notificada à registro por atuar na área de “imunização e controle de pragas urbanas, atividades de limpeza não especificadas”.

Não houve atendimento à notificação.

Às fls. 11, consta auto de notificação e infração nº 14854/2015 por infração ao artigo 59 da Lei 5194/66.

A mesma não efetuou o pagamento da multa ou encaminhou de defesa, sendo que o processo será julgado à revelia, da interessada.

Conforme fls. 15, o processo é encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia, para emissão de parecer fundamentado, à revelia da autuada, acerca ou não do aludido auto, opinando sobre a sua manutenção ou cancelamento, em conformidade ao disposto na Resolução nº 1008/2004, do CONFEA, face artigos abaixo referidos.

Art. 16. Na câmara especializada, o processo será distribuído para conselheiro, que deve relatar o assunto de forma objetiva e legalmente fundamentada.

Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes.

Parágrafo único. O autuado será notificado a cumprir os prazos dos atos processuais subsequentes.

**II – Parecer:**

II.1 – Lei 5.194/66, que Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, da qual destacamos:

Art. 6º - Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

(...)

e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do Art. 8º desta Lei.

Art. 7º - As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

*Parágrafo único* - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.

*Art. 8º* - As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.

*Parágrafo único* - As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas no Art. 7º, com exceção das contidas na alínea "a", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta Lei lhe confere.

*Art. 45* - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.

*Art. 46.* São atribuições das Câmaras Especializadas:

- a) julgar os casos de infração da presente lei, no âmbito de sua competência profissional específica;
- (...)

*II.2 – Resolução Nº 1008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades, da qual destacamos:*

*Art. 2º* Os procedimentos para instauração do processo têm início no Crea em cuja jurisdição for verificada a infração, por meio dos seguintes instrumentos:

(...)

*IV – iniciativa do Crea, quando constatados, por qualquer meio à sua disposição, indícios de infração à legislação profissional.*

*Parágrafo único.* No caso dos indícios citados no inciso IV, o Crea deve verificá-los por meio de fiscalização ao local de ocorrência da pressuposta infração.

*Art. 5º* O relatório de fiscalização deve conter, pelo menos, as seguintes informações:

*I – data de emissão, nome completo, matrícula e assinatura do agente fiscal;*

*II – nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica fiscalizada, incluindo, se possível, CPF ou CNPJ;*

*III - identificação da obra, serviço ou empreendimento, com informação sobre o nome e endereço do executor, descrição detalhada da atividade desenvolvida e dados necessários para sua caracterização, tais como fase, natureza e quantificação;*

*IV – nome completo, título profissional e número de registro no Crea do responsável técnico, quando for o caso;*

*V – identificação das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs relativas às atividades desenvolvidas, se houver;*

*VI – informações acerca da participação efetiva do responsável técnico na execução da obra, serviço ou empreendimento, quando for o caso;*

*VII - descrição minuciosa dos fatos que configurem infração à legislação profissional; e*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*VIII – identificação do responsável pelas informações, incluindo nome completo e função exercida na obra, serviço ou empreendimento, se for o caso.*

*Parágrafo único. O agente fiscal deve recorrer ao banco de dados do Crea para complementar as informações do relatório de fiscalização.*

*Art. 9º Compete ao agente fiscal a lavratura do auto de infração, indicando a capitulação da infração e da penalidade.*  
(...)

*Art. 10. O auto de infração é o ato processual que instaura o processo administrativo, expondo os fatos ilícitos atribuídos ao autuado e indicando a legislação infringida, lavrado por agente fiscal, funcionário do Crea, designado para esse fim.*

*Parágrafo único. Da penalidade estabelecida no auto de infração, o autuado pode apresentar defesa à câmara especializada, que terá efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados da data do recebimento do auto de infração.*

*Art. 11. O auto de infração, grafado de forma legível, sem emendas ou rasuras, deve apresentar, no mínimo, as seguintes informações:*

*I – menção à competência legal do Crea para fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;*

*II – data da lavratura, nome completo, matrícula e assinatura do agente fiscal;*

*III – nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica autuada, incluindo, obrigatoriamente, CPF ou CNPJ;*

*IV – identificação da obra, serviço ou empreendimento, com informação sobre a sua localização, nome e endereço do contratante, indicação da natureza da atividade e sua descrição detalhada;*

*V – identificação da infração, mediante descrição detalhada da irregularidade, capitulação da infração e da penalidade, e valor da multa a que estará sujeito o autuado;*

*VI – data da verificação da ocorrência;*

*VII – indicação de reincidência ou nova reincidência, se for o caso; e*

*VIII – indicação do prazo de dez dias para efetuar o pagamento da multa e regularizar a situação ou apresentar defesa à câmara especializada*

*§ 1º A infração somente será capitulada, conforme o caso, nos dispositivos das Leis n.os 4.950-A e 5.194, ambas de 1966, e 6.496, de 1977, sendo vedada a capitulação com base em instrumentos normativos do Crea e do Confea.*

*§ 2º Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais.*

*§ 3º Não será permitida a lavratura de novo auto de infração referente à mesma obra, serviço ou empreendimento, antes do trânsito em julgado da decisão relativa à infração.*

*Art. 15. Anexada ao processo, a defesa será encaminhada à câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida, para apreciação e julgamento.*

(...)

*§ 2º Caso sejam julgadas relevantes para a elucidação dos fatos, novas diligências deverão ser requeridas durante a apreciação do processo.*

*Art. 16. Na câmara especializada, o processo será distribuído para conselheiro, que deve relatar o assunto de forma objetiva e legalmente fundamentada.*

*Art. 17. Após o relato do assunto, a câmara especializada deve decidir explicitando as razões da manutenção da autuação, as disposições legais infringidas e a penalidade correspondente ou as razões do arquivamento do processo, se for o caso.*

*Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Parágrafo único. O autuado será notificado a cumprir os prazos dos atos processuais subsequentes.*

*II.3 Decisão Normativa nº 0074, de 27 de agosto de 2004.*

*Dispõe sobre a aplicação de dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, relativos a infrações.*

*Art. 1º Os Creas deverão observar as seguintes orientações quando do enquadramento de profissionais, leigos, pessoas jurídicas constituídas ou não para executarem atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea, por infringência às alíneas “a” e “e” do art. 6º, arts. 55, 59 e 60 da Lei nº 5.194, de 1966:*

*I - profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea executando atividades sem possuir o registro no Crea estarão infringindo o art. 55, com multa prevista na alínea “b” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966;*

*II - pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea “a” do art. 6º, com multa prevista na alínea “d” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966;*

*III - pessoas jurídicas com objetivo social relacionado às atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea, sem registro no Crea, estarão infringindo o art. 59, com multa prevista na alínea “c” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966;*

*Cabe ressaltar:*

*O registro da interessada deve estar em conformidade ao artigo 59 da Lei Federal nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, artº 59 – “As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico”.*

*A anotação do Responsável Técnico, deve atender ao artigo 1º da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980 – “O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros”.*

*Conforme Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989, do CONFEA, a interessada se enquadra-se para efeito de registro, no art. 1º - CLASSE A – “De prestação de serviços, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.”, face as letras a) e i), do objeto social, principalmente no que se refere a prescrição de receita agrônoma, para os produtos que comercializa, em conformidade a Lei Federal 7802/90 e Decreto Federal 4074/02.*

*Deve atender a Resolução nº 336/89, Artº 9º - Só será concedido registro à pessoa jurídica cuja denominação for condizente com suas finalidades e quando seu ou seus responsáveis técnicos tiverem atribuições coerentes com os objetivos sociais da mesma.*

*Ressaltamos o Regimento do Crea-SP:*

*“Art. 1º O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, com sede e foro na cidade de São Paulo e jurisdição no Estado de São Paulo, instituída pela Resolução no 2, de 1º de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.*

*Art. 2º No desempenho de sua missão, o CREA é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

---

**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA****Julgamento de Processos****REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

---

*Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição.”.*

*Em conformidade ao exposto, ressaltamos a Decisão Normativa nº 067, de 16 de Junho de 2000, do Confea.*

*“Art. 1º Toda pessoa jurídica que executa serviços de desinsetização, desratização e similares, só poderá iniciar suas atividades depois de promover o competente registro no CREA, bem como o dos profissionais de seu quadro técnico.*

*Art. 2º Todo serviço de desinsetização, desratização ou similar somente será executado sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado e registrado no CREA, de acordo com as atividades discriminadas na Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA..”.*

*Do Manual de Fiscalização da CEA, destacamos:*

*Em 16/06/00, o plenário do CONFEA aprovou Decisão Normativa 067/00, onde obriga ao registro, e a anotação de responsabilidade técnica das empresas e dos profissionais prestadores de serviços de desinsetização, desratização e similares, inclusive definindo os profissionais habilitados face as atividades:*

*I – Formulação de produtos domissanitários: Engº Agrônomo, Engº Florestal, Engº Químico e Engº sanitaria; e*

*II - Supervisão ao manuseio e à aplicação de produtos domissanitários: Engº Agrônomo, Engº Florestal, Engº Químico, Engº Sanitarista, Tecnólogos e os Técnicos destas áreas de habilitação.*

*III – Voto:*

*Em virtude do exposto, em conformidade a legislação vigente, voto:*

*1)Pela manutenção do auto de notificação e infração nº 14854/2015 por infração ao artigo 59 da Lei 5194/66, lavrado contra a interessada.*

*2)Pela obrigatoriedade de registro, e anotação de Responsável Técnico Eng. Agrônomo e/ou Eng. Florestal.*

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016****UGI PRESIDENTE PRUDENTE**Nº de  
Ordem **Processo/Interessado**

<b>37</b>	<b>SF-2294/2015</b> COMERCIAL INDUSTRIAL BRANCO PERES DE CAFÉ LTDA
<b>Relator</b>	GLAUCO EDUARDO PEREIRA CORTEZ

**Proposta**

Processo: SF-2294/2015

Interessado(a): COMERCIAL INDUSTRIAL BRANCO PERES DE CAFÉ LTDA

Assunto: Infração ao artº 59 da Lei 5.194/66

A Câmara Especializada de Agronomia,

**I – Histórico:**

Cabe ressaltar que a empresa Comercial Industrial Branco Peres de Café Ltda não possui registro neste Conselho.

Este processo foi instaurado, originado do processo SF - 8624/05 – incidência, o qual segue de página 01 a 11. Tratou de processo de autuação contra a interessada pelo artigo 59 da Lei 5194/66, o qual foi à instância de recurso ao CONFEA, por parte da interessada, onde por meio da Decisão PL – 0363/2014 do CONFEA, foi mantida a obrigatoriedade de registro, e pagamento do auto de infração nº 665558, o qual foi quitado.

De fls 12/13, verifica-se que foi efetuada nova diligência, e preenchido Relatório de Fiscalização junto à interessada de fls. 03, onde verifica-se que as atividades da empresa são a compra e beneficiamento de café.

Às fls. 14 a 20, constam Notas Fiscais de Produtor, comprovando as atividades de beneficiamento de café.

Às fls. cartão de CNPJ, consta como atividade principal “ moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente, o que se repete às fls. 22, na SINTEGRA/ICMS.

Às fls. 23, consta notificação nº 4975/2015, para que a interessada regulariza-se sua situação.

Às fls. 25 a 48, a mesma apresenta expediente contestando a exigência do registro, porém às fls. 38, verifica-se no objeto social da empresa...” ...benefício,,,torrefação, moagem....de café, amendoim, e outros produtos agrícolas em geral, açúcar indistrializado, pêssegos em calda.

Às fls. 49, consta informação da fiscalização da UGI Presidente Prudente, onde entre outros, após apuração “in loco” à interessada, emitiu o Auto de Infração nº 14423/2015, de fls. 50, pela mesma capitulação anterior.

Novamente a interessada encaminha os mesmo documentos, agora em instância de defesa de multa, os quais seguem anexados de fls. 52 a 70.

O processo é encaminhado pela UGI Presidente Prudente à Câmara Especializada de Agronomia, para opinar pela manutenção ou não do Auto de Infração nº 14423/2015, de fls. 50, em conformidade aos artigos 15 e 16 da Resolução nº 1008/04 do Confea.

**II – Parecer:**

II.1 – Lei 5.194/66, que Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, da qual destacamos:

Art. 6º - Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

(...)

e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do Art. 8º desta Lei.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Art. 7º - As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:*

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;*
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;*
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;*
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;*
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;*
- f) direção de obras e serviços técnicos;*
- g) execução de obras e serviços técnicos;*
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.*

*Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.*

*Art. 8º - As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.*

*Parágrafo único - As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas no Art. 7º, com exceção das contidas na alínea "a", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta Lei lhe confere.*

*Art. 45 - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.*

*Art. 46. São atribuições das Câmaras Especializadas:*

- a) julgar os casos de infração da presente lei, no âmbito de sua competência profissional específica;*
- (...)*

*II.2 – Resolução Nº 1008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades, da qual destacamos:*

*Art. 2º Os procedimentos para instauração do processo têm início no Crea em cuja jurisdição for verificada a infração, por meio dos seguintes instrumentos:*

*(...)*

*IV – iniciativa do Crea, quando constatados, por qualquer meio à sua disposição, indícios de infração à legislação profissional.*

*Parágrafo único. No caso dos indícios citados no inciso IV, o Crea deve verificá-los por meio de fiscalização ao local de ocorrência da pressuposta infração.*

*Art. 5º O relatório de fiscalização deve conter, pelo menos, as seguintes informações:*

- I – data de emissão, nome completo, matrícula e assinatura do agente fiscal;*
- II – nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica fiscalizada, incluindo, se possível, CPF ou CNPJ;*
- III - identificação da obra, serviço ou empreendimento, com informação sobre o nome e endereço do executor, descrição detalhada da atividade desenvolvida e dados necessários para sua caracterização, tais como fase, natureza e quantificação;*
- IV – nome completo, título profissional e número de registro no Crea do responsável técnico, quando for o caso;*
- V – identificação das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs relativas às atividades desenvolvidas, se houver;*
- VI – informações acerca da participação efetiva do responsável técnico na execução da obra, serviço ou*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA****Julgamento de Processos****REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*empreendimento, quando for o caso;*

*VII - descrição minuciosa dos fatos que configurem infração à legislação profissional; e*

*VIII – identificação do responsável pelas informações, incluindo nome completo e função exercida na obra, serviço ou empreendimento, se for o caso.*

*Parágrafo único. O agente fiscal deve recorrer ao banco de dados do Crea para complementar as informações do relatório de fiscalização.*

*Art. 9º Compete ao agente fiscal a lavratura do auto de infração, indicando a capitulação da infração e da penalidade.*

*(...)*

*Art. 10. O auto de infração é o ato processual que instaura o processo administrativo, expondo os fatos ilícitos atribuídos ao autuado e indicando a legislação infringida, lavrado por agente fiscal, funcionário do Crea, designado para esse fim.*

*Parágrafo único. Da penalidade estabelecida no auto de infração, o autuado pode apresentar defesa à câmara especializada, que terá efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados da data do recebimento do auto de infração.*

*Art. 11. O auto de infração, grafado de forma legível, sem emendas ou rasuras, deve apresentar, no mínimo, as seguintes informações:*

*I – menção à competência legal do Crea para fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;*

*II – data da lavratura, nome completo, matrícula e assinatura do agente fiscal;*

*III – nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica autuada, incluindo, obrigatoriamente, CPF ou CNPJ;*

*IV – identificação da obra, serviço ou empreendimento, com informação sobre a sua localização, nome e endereço do contratante, indicação da natureza da atividade e sua descrição detalhada;*

*V – identificação da infração, mediante descrição detalhada da irregularidade, capitulação da infração e da penalidade, e valor da multa a que estará sujeito o autuado;*

*VI – data da verificação da ocorrência;*

*VII – indicação de reincidência ou nova reincidência, se for o caso; e*

*VIII – indicação do prazo de dez dias para efetuar o pagamento da multa e regularizar a situação ou apresentar defesa à câmara especializada*

*§ 1º A infração somente será capitulada, conforme o caso, nos dispositivos das Leis n.os 4.950-A e 5.194, ambas de 1966, e 6.496, de 1977, sendo vedada a capitulação com base em instrumentos normativos do Crea e do Confea.*

*§ 2º Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais.*

*§ 3º Não será permitida a lavratura de novo auto de infração referente à mesma obra, serviço ou empreendimento, antes do trânsito em julgado da decisão relativa à infração.*

*Art. 15. Anexada ao processo, a defesa será encaminhada à câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida, para apreciação e julgamento.*

*(...)*

*§ 2º Caso sejam julgadas relevantes para a elucidação dos fatos, novas diligências deverão ser requeridas durante a apreciação do processo.*

*Art. 16. Na câmara especializada, o processo será distribuído para conselheiro, que deve relatar o assunto de forma objetiva e legalmente fundamentada.*

*Art. 17. Após o relato do assunto, a câmara especializada deve decidir explicitando as razões da manutenção da autuação, as disposições legais infringidas e a penalidade correspondente ou as razões do arquivamento do processo, se for o caso.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Julgamento de Processos

**REUNIÃO N.º 528 ORDINÁRIA DE 18/01/2016**

*Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes.*

*Parágrafo único. O autuado será notificado a cumprir os prazos dos atos processuais subsequentes.*

*III – Voto:*

*Em virtude do exposto, em conformidade a legislação vigente, e especificamente a Decisão PL – 0363/2014, do CONFEA, voto pela manutenção Auto de Infração nº 14423/2015, constante de fls. 50, bem como pela obrigatoriedade de registro, com indicação de responsável técnico Eng. Agrônomo.*

**VII . II - Manutenção AIN - INFRAÇÃO A ALINEA "e" DO ART. 6 DA LEI Nº 5.194/66****UGI SUL**

**Nº de  
Ordem** **Processo/Interessado**

<b>38</b>	<b>SF-1318/2014</b> OPER SYSTEM DESENTUPIDORA E DEDETIZADORA LTDA EPP
<b>Relator</b>	FABIO OLIVIERI DE NOBILE

**Proposta**

Processo SF-1318/2014

Interessado: OPER SYSTEM DESENTUPIDORA E DEDETIZADORA LTDA EPP

Assunto: INFRAÇÃO À ALÍNEA "e" DO ARTIGO 6º DA LEI 5.194/66

\*\*\* RELATO ANEXO.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

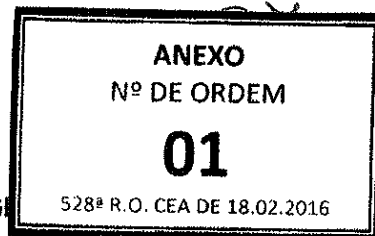
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

# **ANEXOS DA PAUTA**

**Relato para Julgamento  
RO nº 528 de 18/02/2016**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRICULTURA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CREA-SP**



**Processo: A-000625/1994 V6**

**Interessado: JOSÉ FLÁVIO MACHADO CESAR LEÃO**

**Assunto: REQUER CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO – CAT  
PROTOCOLO A20150113942, DO WEB ATENDIMENTO**

**Ao Excelentíssimo Engenheiro Agrônomo Glauco Eduardo Pereira Cortez  
M. D. Coordenador da Câmara Especializada d Agronomia do CREA - SP**

## **1. HISTÓRICO**

Trata-se de pedido, por meio da WEB Atendimento, de Certidão de Acervo Técnico com registro de Atestado da atividade concluída pelo Engenheiro Agrônomo José Flávio Machado Cesar Leão, possuidor das atribuições do art. 5º da Resolução 218/73 do CONFEA.

A fls. 04: consta Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de nº 92221220150360801 do requerente responsável por atividades técnicas: "Elaboração do Diagnóstico da Situação dos Resíduos Sólidos da Construção Civil no Município de Araras - SP";

A fls. 05: consta o Atestado Técnico emitido pela Prefeitura Municipal de Araras e assinado por profissional do sistema CONFEA/CREA;

A fls. 9: consta Anotação de Responsabilidade Técnica – ART retificadora de nº 92221220150942176 do requerente responsável por atividades técnicas: "Elaboração do Diagnóstico da Situação dos Resíduos Sólidos da Construção Civil no Município de Araras - SP", para correção da data de previsão da data do término do serviço.

A fls. 10 a 11 (verso), o profissional apresenta a Proposta de prestação de Serviços para a Elaboração do Diagnóstico da Situação dos Resíduos Sólidos da Construção Civil no Município de Araras - SP".

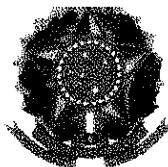
O processo foi encaminhado pela UOP de Atibaia, para análise com destaque para a observância da Resolução nº 1025/09 do CONFEA, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências.

### **1.1. COM RELAÇÃO À LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

No Brasil, a preocupação com resíduos sólidos urbanos, de uma maneira geral, é relativamente recente. A Resolução nº. 307 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA (2002), em vigor desde 02 de janeiro de 2003, vem direcionando normas que disciplinam as atividades econômicas e de desenvolvimento urbano responsáveis por esse quadro de degradação. Em decorrência desta resolução, os municípios estão desenvolvendo um plano integrado de gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (RCD) que estabelece a responsabilidade dos órgãos geradores, sejam públicos ou privados, de implantarem uma política de manuseio desses resíduos. Alterada pela Resolução no 348 de 2004 (Brasil, 2004), determinou que o gerador seria o responsável pelo gerenciamento desses resíduos. Esta determinação representou um avanço legal e técnico, estabelecendo responsabilidades aos geradores, tais como a segregação dos resíduos em diferentes classes e o seu encaminhamento para reciclagem e disposição final adequada.

Além disso, a resolução estabeleceu que as áreas destinadas para essas finalidades devem passar pelo processo de licenciamento ambiental e ser fiscalizadas pelos órgãos ambientais competentes.

Assim, o diagnóstico da situação atual dos RCC busca levantar a geração destes resíduos por meio de dados quantitativos existentes para a escala nacional, regional, estadual e municipal, bem como, identificar dados sobre coleta, tratamento e disposição final dos RCC. O diagnóstico inclui, ainda, a delimitação dos principais instrumentos legais existentes nas diferentes esferas da Federação.



mcl

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CREA-SP

Marilda de Paula Soares  
Agente Administrativo  
Nº 4030 - UCP/EUPCOL

Processo: A-000625/1994 V6

Interessado: JOSÉ FLÁVIO MACHADO CESAR LEÃO

Assunto: REQUER CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO – CAT  
PROTOCOLO A20150113942, DO WEB ATENDIMENTO

No Diagnóstico dos Resíduos Sólidos da Construção Civil – do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, site abaixo, há informações importantes para que os Municípios gerenciem tais Resíduos. Destacamos aqui um parágrafo da Introdução desse Boletim: *“Para a implementação de ações que visam o aumento da sustentabilidade socioeconômica e ambiental na questão dos resíduos sólidos, é necessário um diagnóstico que inclua a identificação dos tipos de resíduos gerados, o levantamento dos aspectos legais e técnicos relacionados ao tema, representando o conjunto de informações necessário para o planejamento destas propostas”.*

[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatorio\\_pesquisa/120911\\_relatorio\\_construcao\\_civil.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatorio_pesquisa/120911_relatorio_construcao_civil.pdf)

Instrumentos legais e normativos de abrangência nacional:

Decreto no 7.404/2010 - Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a PNRS, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos sistemas de logística reversa, e dá outras providências.

Lei Federal no 12.305/2010 - Institui a PNRS, altera a Lei no 9.605 de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Lei Federal no 11.445/2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis no 6.766, de 19 de dezembro de 1979, no 8.036, de 11 de maio de 1990, no 8.666, de 21 de junho de 1993 e no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

Resolução no 348/2004 - Altera a Resolução Conama no 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.

Resolução no 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos RCC.

Lei Federal no 10.257/2001 - Estatuto das Cidades: regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Lei Federal no 9.605/1998 - Lei de Crimes Ambientais: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei Federal no 6.938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

## 2. PARECER

- Considerando a Lei nº 12305/10, em seu artigo 3º: inciso X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

- Considerando o Código de Ética Profissional, onde em seu Art. 8º, do objetivo da Profissão, consta “ I - A profissão é bem social da humanidade e o profissional é o agente capaz de exercê-la, tendo como objetivos maiores a preservação e o desenvolvimento harmônico do ser humano, de seu ambiente e de seus valores”; e artigo 9º - Dos deveres: V - Ante ao meio: a. orientar o exercício das atividades profissionais pelos preceitos do desenvolvimento sustentável; b. atender, quando da elaboração de projetos, execução de obras ou criação de novos produtos, aos princípios e recomendações de conservação de energia e de minimização dos impactos ambientais; c. considerar em todos os planos, projetos e serviços as diretrizes e disposições concernentes à preservação e ao desenvolvimento dos patrimônios sociocultural e ambiental.

- Considerando o artigo 5º da Resolução nº 218/73, destacando-se o desempenho de atividades relacionadas a “recursos naturais”;

- Considerando que o PGRSCC está relacionado ao manejo do material resultante da construção civil, incluindo recomendações técnicas de armazenamento desses resíduos e destinação adequada, e que a gestão inadequada de resíduos sólidos ocasionam impactos ao meio ambiente, e conseqüentemente a qualidade de vida do ser humano;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CREA-SP

Fls. Nº 39

Marilda de Paula Soares  
Agente Administrativo  
Reg. 4030 - UCP/SUPCOL

Processo: A-000625/1994 V6

Interessado: JOSÉ FLÁVIO MACHADO CESAR LEÃO

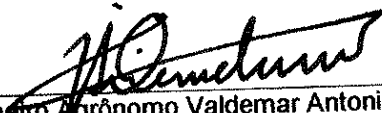
Assunto: REQUER CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO – CAT  
PROTOCOLO A20150113942, DO WEB ATENDIMENTO

- Considerando que conhecimentos relativos a manejo são adquiridos em sua formação por todos os profissionais da Engenharia e Agronomia;
- Considerando que o no Objetivo Social da PROPARK a fls. 13 reza: Elaboração de estudos e projetos de paisagismo e conservação ambiental;

### 3. VOTO

Pela concessão da Certidão de Acervo Técnico – CAT ao profissional Engenheiro Agrônomo José Flávio Machado Cesar Leão, após o atendimento às exigências da Res. Nº1025.

Piracicaba, 27 de janeiro de 2016

  
Engenheiro Agrônomo Valdemar Antonio Demétrio  
CREA - SP Nº 0600279156  
Conselheiro da CEA





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CREA-SP**

ANEXO  
Nº DE ORDEM

**08**

528ª R.O. CEA DE 18.02.2016

Processo nº: **C- 869/2015 FS**

Interessado: **Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito.**

Assunto: **Cadastro/Exame de Atribuições – Curso TECNOLOGIA EM AGROINDÚSTRIA.**  
**als**

**À CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

**I – Histórico:**

Processo de **Cadastramento de Curso Novo, e concessão de título e atribuições para os formandos do Curso de Tecnologia em Agroindústria**, da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito, concluintes dos anos letivos de 2014-2, 2015-1, e para os concluintes que se formarão em 2015 – 2, 2016-1, 2016-2, 2017-1 e 2017-2.

Verifica-se constar da tabela de títulos anexa da Resolução nº 473/02, o título de Técnico em Agroindústria (código 312-22-00)

De fls 89, Despacho da UGI Sorocaba, considerando a Instrução 2565/14, fixa "ad referendum" da CEA, , atribuições provisórias dos artigos 3º e 4º da Resolução nº 313/1986 do CONFEA, no âmbito da modalidade cursada, enviando o processo à CEA, para análise e manifestação.

Em conformidade a Instrução nº 2312, que "Dispõe sobre procedimentos para cadastramento de instituições de nível superior ou médio, bem como de seus respectivos cursos, no CREA-SP", relacionamos os documentos apresentados:

**1.2. ESCOLA TÉCNICAS DE NÍVEL SUPERIOR**

1.2.a- ofício com timbre da escola solicitando o seu cadastramento e de seus cursos na área do crea, e informando quando se formaram ou se formarão as primeiras turmas	02/03
1.2.b- cópia do regimento escolar obs.: para cadastrar somente o curso, quando a escola já está cadastrada, dispensar o item "1.1.b"	-----
1.2.c- cópia da publicação no diário oficial do estado sobre a autorização de funcionamento da escola e de seus cursos (	05 a 10
1.2.d- grades curriculares e conteúdo programático das disciplinas	37 a 47
1.2.e- relação nominal do corpo docente de cada curso informando a disciplina que cada professor ministra e o número de crea dos que possuírem, conforme anexo	48/49

Do processo destacou-se:

O título de Técnico em Agroindústria (código 312-22-00 ) está inserido na tabela anexa a Resolução 473, do CONFEA.

A carga horária total do curso citada às fls. 11 ( trabalho de graduação + estágio) é de 2800 horas, atendendo, portanto, à Decisão PL - 1333/2015, que estabelece a carga horária mínima de 2400 horas para os cursos de Tecnologia.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CREA-SP**

Eng. Agr. André Luis Sanches  
Assistente Técnico - UCT/DAC/GUPCO  
CREASP Nº 0601402272

Processo nº: **C- 869/2015 FS**

Interessado: **Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito.**

Assunto: **Cadastro/Exame de Atribuições – Curso TECNOLOGIA EM AGROINDÚSTRIA.**  
**als**

Apresenta, ainda, os formulários **A** e **B**, às fls. 56 e 58, respectivamente, em cumprimento a Resolução 1010/05, do CONFEA, apesar de suspensão;

**II – Parecer:**

**\*Resolução nº 313, de 26 de setembro de 1986.**

Art. 1º - Os Tecnólogos, egressos de cursos de 3º Grau cujos currículos fixados pelo Conselho Federal de Educação forem dirigidos ao exercício de atividades nas áreas abrangidas pela Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, terão os seus registros e atribuições regulados por esta Resolução.

Art. 2º - É assegurado o exercício da profissão de Tecnólogo a que se refere o Art. 1º:

- a) aos que possuam, devidamente registrado, diploma de nível superior expedido pela conclusão de curso reconhecido pelo Conselho Federal de Educação;
- b) aos que possuam, devidamente revalidado e registrado no País, diploma de instituição estrangeira de ensino técnico superior, bem como aos que tenham exercício profissional, no País, amparado por convênios internacionais.

Art. 3º - As atribuições dos Tecnólogos, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional, e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

- 1) elaboração de orçamento;
- 2) padronização, mensuração e controle de qualidade;
- 3) condução de trabalho técnico;
- 4) condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- 5) execução de instalação, montagem e reparo;
- 6) operação e manutenção de equipamento e instalação;
- 7) execução de desenho técnico.

Parágrafo único - Compete, ainda, aos Tecnólogos em suas diversas modalidades, sob a supervisão e direção de Engenheiros, Arquitetos ou Engenheiros Agrônomos:

- 1) execução de obra e serviço técnico;
- 2) fiscalização de obra e serviço técnico;
- 3) produção técnica especializada.

Art. 4º - Quando enquadradas, exclusivamente, no desempenho das atividades referidas no Art. 3º e seu parágrafo único, poderão os Tecnólogos exercer as seguintes atividades:

- 1) vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
- 2) desempenho de cargo e função técnica;
- 3) ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, extensão.

Parágrafo único - O Tecnólogo poderá responsabilizar-se, tecnicamente, por pessoa jurídica, desde que o objetivo social desta seja compatível com suas atribuições.

Art. 5º - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características do seu currículo escolar, consideradas em cada caso apenas as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade.

Parágrafo único - Serão discriminadas no registro profissional as atividades constantes desta Resolução.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CREA-SP**

Eng. Agr. André Luis Sanches  
Assistente Técnico - UGT/DAC/SUPCOL  
CREASP Nº 0001402272

Processo nº: C- 869/2015 FS

Interessado: Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito.

Assunto: Cadastro/Exame de Atribuições – Curso TECNOLOGIA EM AGROINDÚSTRIA.  
als

**\*Resolução nº 1052/2014 do CONFEA-** Suspende a aplicabilidade da Resolução nº 1010/05 do CONFEA.

**\*Resolução nº 473/02 do Confea** – Tabela de títulos profissionais.

**\*Decisão PL-425/03, do CONFEA,** observa que: "O CREA analisará o projeto pedagógico do curso, verificando o conteúdo curricular e título profissional a ser conferido, sendo que o conteúdo curricular deve ser caracterizado pela extensão e o grau de profundidade com que as disciplinas e conteúdos são tratados, assim como a orientação dada no sentido da aplicação dos conhecimentos e prática da profissão."

No caso de escolha do novo título, ainda de acordo com a Decisão PL-0423/05, do CONFEA, após a manifestação e aprovação desta Câmara e parecer da assessoria jurídica, a UGI deverá encaminhar cópia deste processo ao CONFEA, para a inclusão do título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema CONFEA/CREAs, anexa à Resolução 473/02.

**\*Instrução 2312 do CREA -SP** que trata do cadastramento de Cursos no CREA-SP.

**Cabe ressaltar:**

Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Agroindústria - fls . 12 a 36.

Perfil Profissional – fls 12.

Tecnólogo em Agroindústria planeja, executa e controla a qualidade das etapas do processo de produção agroindustrial, contemplando a obtenção, o processamento e a comercialização de matérias primas de diversas origens, insumos e produtos finais.

Este profissional atua em empresas de beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal, colaborando em estudos de implantação e desenvolvimento de projetos economicamente viáveis, ocupando-se ainda, da gestão de atividades referentes ao emprego adequado de equipamentos agroindustriais, em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas para aproveitamento de produtos e subprodutos agropecuários, sempre contemplando o aspecto ambiental.

Competências – dispostas de fls 12 a 16.

**III - Voto:**

Em virtude do exposto, em conformidade a legislação, s.m.j, **voto:**

1) Pelo cadastramento do curso de Tecnologia em Agroindústria da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito.

2) Pelo referendo da concessão do título Tecnólogo em Agronegócios (código 312-22-00), aos concluintes dos anos letivos de 2014-2, 2015-1, constante na tabela de títulos profissionais, anexa à Resolução nº 473/02 do Confea.



Eng. Agr. André Luis Sanches  
Assistente Técnico - UCT/DAC/SUPCOL  
CREASP Nº 0601402872  
Reg. 1340

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CREA-SP**

Processo nº: C- 869/2015 FS

Interessado: Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito.

Assunto: Cadastro/Exame de Atribuições – Curso TECNOLOGIA EM AGROINDÚSTRIA.  
als

3) Pelo referendo da concessão de atribuições aos concluintes dos anos letivos de 2015 – 2, 2016-1, 2016-2, 2017-1 e 2017-2 em conformidade à Resolução nº 313/86 do Confea, bem como ao Perfil Profissional e Competências.

Art. 3º - As atribuições dos Tecnólogos, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional, e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

- 1) elaboração de orçamento;
- 2) padronização, mensuração e controle de qualidade;
- 3) condução de trabalho técnico;
- 4) condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- 5) execução de instalação, montagem e reparo;
- 6) operação e manutenção de equipamento e instalação;
- 7) execução de desenho técnico.

Parágrafo único - Compete, ainda, aos Tecnólogos em suas diversas modalidades, sob a supervisão e direção de Engenheiros, Arquitetos ou Engenheiros Agrônomos:

- 1) execução de obra e serviço técnico;
- 2) fiscalização de obra e serviço técnico;
- 3) produção técnica especializada.

Art. 4º - Quando enquadradas, exclusivamente, no desempenho das atividades referidas no Art. 3º e seu parágrafo único, poderão os Tecnólogos exercer as seguintes atividades:

- 1) vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
- 2) desempenho de cargo e função técnica;
- 3) ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, extensão.

Parágrafo único - O Tecnólogo poderá responsabilizar-se, tecnicamente, por pessoa jurídica, desde que o objetivo social desta seja compatível com suas atribuições.

Art. 5º - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características do seu currículo escolar, consideradas em cada caso apenas as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade

- 4) Para as turmas 2016-1, 2016-2, 2017-1 e 2017-2, apesar do informado de fls. 02/03, aguardar 2016, devendo o processo retornar a CEA, com a ratificação da Instituição de Ensino, de que não há alteração curricular aos períodos anuais conclusos.
- 5) À UGI Botucatu.

São Paulo, 22 de dezembro de 2015.

Engº Agrônomo Glauco Eduardo Pereira Cortez  
Creasp nº 0601936083  
Coordenador da CEA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE**  
**SÃO PAULO**  
**CREA-SP**

Processo : C – 534/2015.

Interessado: ETAE Orlando Guagliato

Assunto: Exame de Atribuições – Cadastro Curso Técnico em Piscicultura.

À Câmara Especializada de Agronomia,

**I – Histórico:**

Processo encaminhado a esta Câmara Especializada de Agronomia, objetivando o cadastro neste Crea-SP do Curso Novo de **Técnico em Piscicultura** ministrado pela ETAE Orlando Guagliato, cuja primeira turma concluiu o curso no 1º semestre de 2006, e a segunda no 2º semestre de 2007.

De fls.30, consta Despacho da UGI/UOP de Ourinhos, enviando Processo a esta Câmara Especializada de Agronomia, para análise.

Relaciona a documentação apresentada para a análise necessária:

Fls.03 a 04, dispositivos legais de autorização e funcionamento do Curso.

Fls.05 a 06, Grade Curricular com carga horária.

Fls. 24 a 25 - Relação nominal do corpo docente.

Não constam os formulários A, B em cumprimento a Resolução 1010/05, do CONFEA. (suspensa pela Resolução nº 1062/2015).

Em conformidade à Instrução nº 2312, deste Crea-SP, que dispõe sobre o cadastro de escolas e alunos, relacionamos abaixo os documentos apresentados:

**1.2. ESCOLA TÉCNICAS DE NÍVEL PLENO**

1.2.a- ofício com timbre da escola solicitando o seu cadastramento e de seus cursos na área do crea, e informando quando se formaram ou se formarão as primeiras turmas	fls.02
1.2.c- cópia da publicação no diário oficial do estado sobre a autorização de funcionamento da escola e de seus cursos	fls.03/04
1.2.d- grades curriculares e conteúdo programático das disciplinas (ementa)	fls.05/06
1.2.e- relação nominal do corpo docente de cada curso informando a disciplina que cada professor ministra e o número de crea dos que possuírem, conforme anexo	fls.24/27

Quanto ao disposto na *Decisão Plenária 423/05, do Confea, que aprova a sistemática para inserção de novos títulos profissionais e de títulos existentes no cadastro dos Conselhos Regionais na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, estabelecendo a apresentação de documentos e procedimentos específicos, abaixo relacionados:*

<b>DOCUMENTOS (item 2.1)</b>	<b>Sim - não</b>	<b>fls.</b>
a)finalidades e objetivos do curso	Sim	11
b)perfil do concludente	Sim	14
c)ato de reconhecimento do curso ministrado nas áreas de formação	Sim	03/04



Fls. nº

36  
Andréia Maria Guerra  
Reg. 3780  
Chefe de Unidade  
UCP/SUPCOL

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE**  
**SÃO PAULO**  
**CREA-SP**

Processo : C – 534/2015.

Interessado: ETAE Orlando Guagliato

Assunto: Exame de Atribuições – Cadastro Curso Técnico em Piscicultura.

profissional abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, expedido pelo órgão competente do sistema de ensino e publicado na Imprensa Oficial		
d) currículo pleno proposto com ementário das disciplinas e atividades com suas respectivas cargas horárias	Sim	05/06
e) relação dos profissionais docentes aptos pelo Crea, que ministram disciplinas profissionalizantes de áreas de formação abrangidas pelo Sistema Confea/Crea	Sim	24/25
<b>PROCEDIMENTOS</b>		<b>SIT</b>
2.2. a 2.5. 2.2) O Crea analisará o projeto pedagógico do curso, verificando o conteúdo curricular e título profissional a ser conferido, sendo que o conteúdo curricular deve ser caracterizado pela extensão e o grau de profundidade com que as disciplinas e conteúdos são tratados, assim como a orientação dada no sentido da aplicação dos conhecimentos e prática da profissão. 2.3) A análise efetuada pelo Crea deverá ser feita individualmente por disciplina, quantificando a distribuição da carga horária e avaliando o tipo de abordagem. 2.4) A titulação profissional será definida pelo respectivo elenco de disciplinas e atividades de formação profissional e somente estas, descartando, por seu pequeno significado, os conteúdos que completam conhecimento ou dão apenas entrelaçamento com outras áreas profissionais; 2.5) Quando a titulação acadêmica provém de diferentes modalidades profissionais, deve ser identificada no projeto pedagógico a modalidade de sua origem ou de maior grau de aprofundamento.		
2.6. O processo deverá ser encaminhado ao Conselho Federal com a manifestação da assessoria jurídica e aprovação da respectiva câmara especializada.		
3.1 a 3.5. O Crea deverá fazer um levantamento de todos os títulos profissionais existentes no seu cadastro e ainda não inseridos na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea; 3.2) Formalizar um processo para cada categoria e modalidade profissional instruído com as seguintes informações: a) relação de títulos profissionais nas categorias e modalidades a qual se encontram vinculados (Engenharia: civil, eletricitista, mecânica e metalúrgica, química, geologia e minas, e agrimensura; Arquitetura e Urbanismo ou Agronomia); b) número de profissionais registrados com o respectivo título profissional; e c) instituições de ensino que outorgaram o título acadêmico. 3.3) O processo será encaminhado à câmara especializada competente para análise e enquadramento nos títulos profissionais constantes na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea; 3.4) Após o enquadramento pela câmara especializada, os profissionais serão registrados na forma do título constante da Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea; 3.5) Não havendo título profissional correspondente na Tabela de Títulos Profissionais, os títulos não enquadrados deverão ser encaminhados ao Conselho Federal, formalizado em processo específico instruído com as informações do item 3.2, contendo a manifestação e aprovação da respectiva		





Fls. nº 37

André de Almeida Guerra  
Reg. 3780  
Chefe de Unidade  
UCP/SUPCOL

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE**  
**SÃO PAULO**  
**CREA-SP**

Processo : C – 534/2015.

Interessado: ETAE Orlando Guagliato

Assunto: Exame de Atribuições – Cadastro Curso Técnico em Piscicultura.

câmara especializada.

Cumpre-nos destacar:

De fls. 06, a carga horária total (disciplinas obrigatórias + disciplinas optativas + atividades complementares) do curso é de 1160 horas, não atendendo, portanto, à Decisão PL – 1333/2015 ( revoga a PL - 087/2004) que estabelece a carga horária mínima de 1200 horas para os cursos técnicos de nível médio.

O título Técnico em Piscicultura está inserido na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Creas, anexa à Resolução 473/02, do Confea.( código 313-20-00)

**II – Parecer:**

Da legislação cabe ressaltar:

&gt;Instrução nº 2312, que dispõe sobre o cadastramento de cursos.

&gt;Instrução nº 2405, de 23.03.2005, que “dispõe sobre os procedimentos para registro de profissional”;

&gt; Resolução 218/73, do Confea;

&gt; Resolução nº 1048/3013 do Confea – Consolida as áreas de atuação, as atribuições e as atividades profissionais relacionadas nas leis, nos decretos-lei e nos decretos que regulamentam as profissões de nível superior abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Ressaltamos também:

&gt;Memorando nº 234/2010 – SUPJUR, que tem como assunto: Concessão de Antecipação de Tutela em Ação Civil Pública – Ministério Público Federal x Crea/SP e Confea – Processo 0018401-12.2010.403.6100 – 9ª Vara Federal de São Paulo/SP;

&gt;Memorando nº 240/2010 – SUPJUR, referente: Despacho – Memorando 234 – SUPJUR;

&gt;Memorando nº 71/10 – SUPTEC, que tem como assunto: Cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos da Ação Pública movida pelo Ministério Público Federal em face do Crea-SP (Autos nº 0018401-12.2010.403.6100 – 9ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo).

&gt;Decisão PL-0423/2005

&gt;Decisão PL –1333/2015

Considerando:

Que o título de Técnico em Piscicultura está inserido na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Creas, anexa à Resolução 473/02, do Confea.( código 313-20-00)

Que no período de cadastro a unidade escolar, encaminhou os formulários a resolução 1.010, “A”(fl n.º 07 e fl n.º 08) e “B”(fl n.º 09 e fl n.º 10) legalmente preenchidos, mas apenas enviou o Plano de Curso (fls n.º 11 a fl n.º 23), onde consta as Competências e Áreas de Atividades para o 1.º e 2.º módulo, dificultando a análise de atribuição, pois não consta no



Fls. nº 38 *Opine*  
André Luiz da Guerra  
Reg. 3780  
Chefe de Unidade  
UCP/SUPCOL

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE**  
**SÃO PAULO**  
**CREA-SP**

Processo : C – 534/2015.

Interessado: ETAE Orlando Guagliato

Assunto: Exame de Atribuições – Cadastro Curso Técnico em Piscicultura.

ementário informações sobre as bases tecnológicas aplicadas por disciplinas e respectivas cargas horárias, estas, apresentadas nas fls n.º05 e fl n.º 06;

O pedido se faz para turmas específicas, uma iniciada no 2.º semestre de 2005 e concluída ao final do 1.º semestre de 2006 e a outra iniciada no 2.º semestre de 2006 e concluída ao final do semestre de 2007;

Considerando o princípio estabelecido pelo art. 25 da Resolução nº 218, de 1973, que nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar; Considerando que o artigo 24 da Resolução nº 218, de 1973, estabelece as competências do técnico de grau médio circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais.

Que o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos atribui carga horária mínima de 1000 horas para curso "similar" Técnico em Aquicultura (produção de organismos aquáticos).

Que embora a Decisão Plenária Confea- PL n.º1333 estabelece carga horária mínima para Cursos Técnicos em 1200 horas, explana nos itens da decisão: 1) Revogar as Decisões Plenárias PL-0087/2004 e PL-1570/2004; 2) Esclarecer aos Creas que quando do cadastramento de cursos devem ser observadas as cargas horárias estabelecidas pelos normativos do Ministério da Educação em vigor, respeitando-se os períodos de transição quando previstos nas resoluções (Resolução CNE/CES nº 02, de 2007, Catálogo nacional de Cursos Superiores e Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; 3) Orientar aos Regionais a, em se verificando curso autorizado ou reconhecido com carga horária abaixo do estipulado pelo Ministério da Educação, consultar o órgão de ensino competente.

Que a Tabela de Convergência do CNCT coloca o curso de Técnico em Piscicultura entre os tratados sob o título Geral de Técnico em Aquicultura. Para estes, o CNCT estabelece uma carga horária mínima de 1000 horas. Portanto, o curso com 1160 horas atende ao estabelecido naquela Decisão Plenária.

A consulta ao arquivo/documento: Plano de Curso de Piscicultura de 2004 (completo) pode-se verificar que o referido curso em dois módulos atingiu o máximo de 1160 horas/aulas (966,6 horas/relogio) com a previsão de acréscimo de Horas/estágio (complementar), não especificando o número mínimo de horas;

Que o curso tem 40 horas a menos na grade curricular do que o estipulado na Decisão Plenária Confea n.º1333; As turmas cursaram: 2.º semestre de 2005 a 1.º semestre de 2006(formando) e 2.º semestre de 2006 ao 1.º semestre de 2007(formando), portanto em plena aplicação da resolução 1.010 de 22 de agosto de 2010, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades e competências.

Que as competências e atividades atribuídas a esses profissionais segundo Plano de Curso de técnico em Piscicultura(2004), fls 14 a 23, no artigo 3.1 - O Técnico em Piscicultura é o profissional que planeja, executa, administra e comercializa a produção de seres aquáticos



Fls. nº 39 *Aguiar*  
André Luiz da Guerra  
Reg. 3780  
Chefe de Unidade  
UCP/SUPCOL

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE**  
**SÃO PAULO**  
**CREA-SP**

Processo : C – 534/2015.

Interessado: ETAE Orlando Guagliato

Assunto: Exame de Atribuições – Cadastro Curso Técnico em Piscicultura.

(piscicultura, ranicultura, ostreicultura, mitilicultura, carcinicultura), desde o processo de reprodução de alevinos e sua engorda até o atingimento do tamanho padrão comercial. Implementa a construção da infra-estrutura necessária para a produção aquícola; fornece assistência técnica a produtores, assim como treina e gerencia equipes de trabalho. Que ao concluir o curso, os egressos deverão saber: Analisar e avaliar os aspectos técnicos, econômicos e sociais da cadeia produtiva dos recursos pesqueiros; Monitorar o uso da água com vistas à exploração dos recursos pesqueiros; Planejar, orientar e acompanhar as operações de captura, de criação e de despesca; a legislação e as normas ambientais, pesqueiras e sanitárias vigentes, além de outras inerentes à área; Acompanhar obras de construções e instalações de aquícultura; Montar, operar e manter petrechos, máquinas e equipamentos de captura e de aquícultura; Realizar procedimentos laboratoriais e de campo; Elaborar, acompanhar e executar projetos; Executar atividades de extensão e gestão na cadeia produtiva; O técnico em piscicultura deverá também realizar as seguintes atividades: A - Preparar viveiros, tanques e baias para cultivo: Construir tanques de decantação; Construir estrutura para pedilúvio; Drenar viveiros, tanques e baias; Esterilizar viveiros, tanques e baias; Calear viveiros e tanques; Gradejar solo de viveiros; Adubar viveiros e tanques; Colocar telas em viveiros, tanques, baias e comportas; Vedar comportas de viveiros, tanques e baias; Abastecer viveiros, tanques e baias com água; Montar equipamentos de aeração; Salinizar tanques. B - Supervisionar manejo e produção aquícola: Supervisionar uso de máquinas e equipamentos; Supervisionar desova; Supervisionar dosagem de insumos; Supervisionar destino final de embalagens de defensivos e insumos; Supervisionar povoamento de tanques de larvas e alevinos; Supervisionar controle de pragas e predadores; Supervisionar alimentação da criação; Supervisionar despesca; Supervisionar transporte da produção. C - Controlar produção aquícola: Controlar estoques de insumos; Controlar armazenamento da produção; Medir qualidade da água; Controlar densidade populacional da criação; Controlar sanidade da criação; Controlar conversão alimentar; Controlar causa de mortalidade de produção; Medir produtividade por área; Medir rendimento de mão-de-obra; Medir rendimento de equipamentos; Controlar causa de falhas em equipamentos; Controlar eficácia de insumos; Verificar satisfação do cliente. D - Treinar pessoal da área aquícola: Participar de cursos de aperfeiçoamento; Preparar material didático; Ensinar técnicas de segurança; Ensinar técnicas de trabalho; Ensinar uso de máquinas e equipamentos; Indicar funcionários para cursos de aperfeiçoamento; Realizar palestras e reuniões; Guiar pessoas em visitas técnicas. E - Providenciar manutenção de equipamentos aquícolas: Solicitar manutenção preventiva; Monitorar lubrificação de máquinas e equipamentos; Inspeccionar manutenção de equipamentos; Identificar falhas em peças e equipamentos; Solicitar assistência técnica; Solicitar peças de reposição e lubrificantes; Solicitar substituição de equipamentos; Monitorar vida útil de peças e equipamentos. F - Elaborar documentação aquícola; Prestar contas; Elaborar planilhas; Elaborar relatórios de produção; Elaborar gráficos; Elaborar relatórios de controle de qualidade; Elaborar relatórios de pessoal; Elaborar orçamentos. G - Demonstrar competências pessoais: Trabalhar em equipe; Respeitar meio ambiente; Intermediar relação patrão-empregado; Liderar equipes; Manifestar dinamismo; Adaptar-se a mudanças e Intermediar relação empresa-comunidade.



Fls. nº 40 *Opine*  
Anelise Maria Guerra  
Reg. 3780  
Chefe de Unidade  
UCP/SUPCOL

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, E AGRONOMIA DO ESTADO DE**  
**SÃO PAULO**  
**CREA-SP**

Processo : C – 534/2015.

Interessado: ETAE Orlando Guagliato

Assunto: Exame de Atribuições – Cadastro Curso Técnico em Piscicultura.

Que o atual plano de Curso (2015) de Técnico em Aquicultura do CPS(Centro Paula Souza-ETEC), prevê neste caso 120 Horas/Aula ou 100 horas de Trabalho de Conclusão de Curso(TCC), resultando num total de 1022 horas em 3 módulos(três semestres).

Que o corpo docente é formado em sua maioria (Área técnica) por profissionais do sistema CREA/CONFEA, transmitindo seus conhecimentos técnicos.

Que apenas surge duvidas sobre o docente da disciplina de Construções de Barragens e de Instalações hidráulicas em Aquicultura, disciplinas estas ligadas aos profissionais do sistema CREA/CONFEA, e que não estão referenciadas.

**III - Voto:**

Em virtude do exposto, e que o curso Técnico em Piscicultura é a antiga denominação para o curso atual de Técnico em Aquicultura e como prevê o CNCT que estabelece uma carga horária mínima de 1000 horas. Portanto, o curso com 1160 horas atende ao estabelecido naquela Decisão Plenária, meu entendimento é:

- 1) Pelo cadastramento do Curso de Piscicultura.
- 2) Pela concessão do Título de Técnico em Piscicultura inserido no anexo da Resolução 473/02, do Confea.( código 313-20-00) às turmas específicas, uma iniciada no 2.º semestre de 2005 e concluída ao final do 1.º semestre de 2006 e a outra iniciada no 2.º semestre de 2006 e concluída ao final do semestre de 2007
- 3) Pela concessão de atribuições às turmas específicas, uma iniciada no 2.º semestre de 2005 e concluída ao final do 1.º semestre de 2006 e a outra iniciada no 2.º semestre de 2006 e concluída ao final do semestre de 2007, ou seja além de respectivas horas/ aula atribuídas ao aluno, também prevê-se as pratica profissionais suplementares das disciplinas e estagio supervisionado, por meio de simulações, experiências, ensaios e demais técnicas de ensino onde, as atribuições são inerentes a atividade auxiliar de engenharia, agronomia, bem como de Medicina Veterinária., portanto sendo as seguintes planejar, executar, administrar e comercializar a produção de seres aquáticos (piscicultura, ranicultura, ostreicultura, mitilicultura, carcinicultura), desde o processo de reprodução de alevinos e sua engorda até o atendimento do tamanho padrão comercial. Implementar a construção da infra-estrutura necessária para a produção aquícola; fornecer assistência técnica a produtores, assim como treinar e gerenciar equipes de trabalho
- 4) À UGI Ourinhos.

São Paulo, 06 de dezembro de 2015

Hélio Perecin Junior  
Eng. Agr. Cons.  
CREA/SP n.º 060504519-9

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA**  
**SÃO PAULO – CREA-SP**

**ANEXO**  
**Nº DE ORDEM**

**21**

528ª R.O. CEA DE 18.02.2016

Processo nº: F – 21142/1998 V2.  
 Interessado: Gemman Incorporação e Construção Ltda.  
 Assunto: Requer registro.

als

**À Câmara Especializada de Agronomia,**

**I - Histórico:**

Trata-se de empresa que requer indicação de novo responsável técnico, que pretende assumir tripla responsabilidade técnica.  
 O indicado é o Engenheiro Agrônomo Paulo Cesar Melo Matos, registrado sob nº 5060198211, portador das atribuições previstas no artigo 5º da Resolução. 218, do Confea, sem prejuízo às do Decreto Federal 23196/33.  
 O mesmo é indicado como responsável técnico pela interessada, as fls. 160.  
 A empresa encontra-se registrada neste Conselho desde 24/09/1998.  
 Tem como objetivo social: "Incorporação de empreendimentos imobiliários; construção de edifícios, manutenção elétrica e hidráulica, manutenção e instalação de serviços de comunicação, TV por assinatura, telefone, INTERNET e conservação de áreas verdes, extração e reflorestamento de árvores plantadas, atividades paisagísticas".  
 De fls. 161, consta contrato de prestação de serviços entre a empresa e o profissional.  
 As fls. 162 consta ART nº 92221220151533169 de desempenho de cargo e função do profissional.

O processo foi encaminhado pela UGI São José dos Campos, para análise e deliberação.  
 Resumo das responsabilidades:

Empres	Horário de trabalho						Vínculo/ salário	Local
	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sab.		
Interessada Pretendida	Das 15:00 as 17:00	Das 15:00 as 17:00	Das 15:00 as 17:00	Das 15:00 as 17:00	Das 15:00 as 17:00	Das 15:00 as 17:00	Contratado por prazo determinado - 6 S.M.V.	São José dos Campos / SP
	Total semanal: 12:00 horas							
Aliança Prest Serviços EMTEC EM. AMB	Das 9:00 as 10:00	Das 9:00 as 10:00	Das 9:00 as 10:00	Das 9:00 as 10:00	Das 9:00 as 10:00	Das 9:00 as 10:00	Pró labore	São José dos Campos / SP
	Total semanal: 6:00 horas							
Gemman Serviços e Manutenção Ltda	Das 11:00 as 13:00	Das 11:00 as 13:00	Das 11:00 as 13:00	Das 11:00 as 13:00	Das 11:00 as 13:00	Das 11:00 as 13:00	Contratado por prazo determinado - 6 S.M.V.	São José dos Campos / SP
	Total semanal: 12:00 horas							

Serviço Público Federal

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO – CREA-SP

Fl. nº 1  
Assistente Técnico - UCT/DAC/SUPCOL  
CREASP Nº 0001452/72  
Reg. 1810

Processo nº: F – 21142/1998 V2.

Interessado: Gemman Incorporação e Construção Ltda.

Assunto: Requer registro.

Observa-se que o objetivo social da empresa e as atribuições do profissional indicado como responsável técnico são compatíveis, inclusive que os horários e locais de trabalho não inviabilizam a atuação do profissional nas três empresas pelas quais está anotado; em conformidade ao artigo 18 da Resolução 336, do Confea, e Instrução nº 2141 do CREA-SP.

**II – Com relação à legislação:**

>Lei Federal nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, artº 59 – “As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico”.

Conforme Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989, do CONFEA, a interessada se enquadra-se para efeito de registro, no art. 1º - CLASSE A – “De prestação de serviços, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.”  
Conforme Regimento do CREA –SP:

“Art. 1º O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, com sede e foro na cidade de São Paulo e jurisdição no Estado de São Paulo, instituída pela Resolução no 2, de 1º de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.

Art. 2º No desempenho de sua missão, o CREA é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição.”

Art. 7º - Os Conselhos Regionais, atendendo às peculiaridades de cada região, e de acordo com as condições das atividades neles desenvolvidas pelas pessoas jurídicas, poderão, através de atos próprios, fixar casos de dispensa de registro.

>Instrução nº 2.141/91 do Crea-SP - Dispõe a respeito da permissão da excepcionalidade autorizada pelo parágrafo único do artigo 18 da Resolução n.º 336, do CONFEA.

3. Os pedidos de anotação de profissionais como responsáveis técnicos por mais de uma pessoa jurídica serão deferidos por despacho do Diretor, Gerente ou Chefe da Seção respectiva, com delegação para tal fim, “ad referendum” da Câmara Especializada correspondente e do Plenário, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, devendo ser observadas as seguintes condições:

1.3 Se o profissional indicado for sócio de pelo menos uma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido sem prazo de revisão.

1.4 Caso o profissional não seja sócio de nenhuma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido com prazo de revisão de 01 (um) ano.

4. Os pedidos que não se enquadrarem nas situações acima apontadas, inclusive, tripla responsabilidade técnica serão encaminhados aos Senhores Coordenadores das Câmaras Especializadas para análise, apreciados pela Câmara e, em seguida, submetidos a apreciação do Plenário.



Serviço Público Federal

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO – CREA-SP

Fl. 02  
Eng. Agr. André L...

Assistente Técnico ...  
CREASP Nº 1.001.000/...

Reg. 11-12

Processo nº: F – 21142/1998 V2.

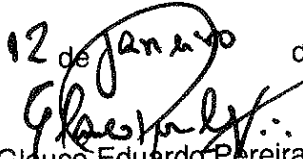
Interessado: Gemman Incorporação e Construção Ltda.

Assunto: Requer registro.

als

**III – Voto:** Em virtude do exposto, e da legislação vigente, face as atividades da interessada e o constante no processo, somos pelo deferimento da anotação, por acatar a tripla responsabilidade técnica pretendida pelo pretendida pelo Engenheiro Agrônomo Paulo Cesar Melo Matos, em conformidade à Instrução nº 2141/91 do Crea-SP. Após, ao Plenário do CREA-SP, para continuidade da tramitação do processo.

São Paulo, 12 de janeiro de 2016.

  
Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez  
CREASP nº 0601936083  
Coordenador da CEA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ANEXO  
Nº DE ORDEM

22

528ª R.O. CEA DE 18.02.2016

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Processo nº: F-002822/2013.

Interessado: DANREAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Assunto: REQUER REGISTRO.

**Histórico:**

O processo inicia-se quando a interessada protocolou RAE, em 19.08.2013 (fls. 02/03), solicitando seu registro e indicando como Responsável Técnico, o Engenheiro Agrônomo, LUIZ AUGUSTO HIDEKI MORI, registrado no CREA-SP, sob o nº 5060487097, com as atribuições do artigo 5º da Resolução 218/73, do CONFEA SEM PREJUÍZO DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO Decreto nº 23.196/33.

A interessada apresentou alteração de contrato onde constava como objeto social: *"Indústria, Comércio e Representação Comercial de Rações para Aves em Geral, Revenda de Sementes, Adubos, Artigos para Jardinagem e Produtos Destinados à Agricultura, Inclusive Inseticidas, Formicidas, Baraticidas, Raticidas, Saneantes e Domissanitários."* (fls. 05).

Apresentou cópias da alteração do Contrato Social (fls. 04/09), Contrato de Prestação de Serviços Técnicos firmado com o Engenheiro Agrônomo Luiz Augusto Hideki Mori (fls. 11/13) e ARTs de Cargo e Função nº 92221220131044766 e 92221220131092436 (fls. 14/15).

O Agente Administrativo detectou discrepâncias entre a RAE e o Contrato de Prestação de Serviços, determinando que fossem corrigidas (fls. 20 – verso).

Considerando que as exigências não foram atendidas, o processo foi encaminhado, em 25.08.2014, à UGI de Jundiaí, para providências (fls. 21). Considerando que o endereço da interessada é em São Paulo, a UGI Jundiaí, em 26.05.2015, encaminhou o processo à UGI Oeste (fls. 22). Esta, em 27.07.2015, notificou a interessada a corrigir as divergências (Notificação nº 4349 112/2015 – fls 23).

Em resposta a essa notificação a interessada protocolou documento, datado de 09.09.2015, onde esclarece que havia desistido da alteração contratual informada e que estava registrada no CRMV, apresentando o Certificado de Regularidade de Pessoa Jurídica (fls. 25), justificando não manter mais vínculo com o Eng. Agr. Luiz Augusto Hideki Mori, por esses motivos pediu o arquivamento do pedido de registro e da notificação em questão (fls. 24).

Feita a pesquisa da ficha cadastral da interessada (fls. 28/29), obtida do site da JUCESP (fls. 28/29), informa, como Objeto Social vigente da interessada: *"Fabricação de alimentos para animais; comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas; comércio atacadista de alimentos para animais; comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; comércio varejista de plantas e flores naturais."*

Em decorrência de toda tramitação do processo discriminado acima, em 29.09.2015 (fls. 27), foi encaminhado à CEA para *"análise e emissão de parecer fundamentado"*.

**Parecer:**

*Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, em especial os itens transcritos abaixo:*

*CPV*



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

“Art. 59. As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.”

§ 1º - O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral só será concedido se sua denominação for realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

§ 2º - As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem qualquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente Lei.

§ 3º - O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste Artigo deverão preencher para o seu registro.

Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, em especial o item transcrito abaixo:

“Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, **em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros;** (g.n.)

Resolução Cofea nº 336, de 27 de outubro de 1989, que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, resolve, em especial os itens transcritos abaixo:

Art. 1º - A pessoa jurídica que se constitua para **prestar** ou executar **serviços** e/ou obras ou que exerça qualquer **atividade ligada ao exercício profissional** da Engenharia, Arquitetura, **Agronomia**, Geologia, Geografia ou Meteorologia enquadra-se, para efeito de registro, em uma das seguintes classes: (g.n.)

CLASSE A - De **prestação de serviços**, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de **atividades reservadas aos profissionais** da Engenharia, Arquitetura, **Agronomia**, Geologia, Geografia ou Meteorologia; (g.n.)

CLASSE B - De produção técnica especializada, industrial ou agropecuária, cuja atividade básica ou preponderante necessite do conhecimento técnico inerente aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia;

CLASSE C - De qualquer outra atividade que mantenha seção, que preste ou execute para si ou para terceiros serviços, obras ou desenvolva atividades ligadas às áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.

Art. 3º - O registro de pessoa jurídica é ato obrigatório de inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia onde ela inicia suas atividades profissionais no campo técnico da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Art. 9º - Só será concedido registro à pessoa jurídica cuja denominação for condizente com suas finalidades e quando seu ou seus responsáveis técnicos tiverem atribuições coerentes com os objetivos sociais da mesma.

Art. 10 - As pessoas jurídicas registradas na forma desta Resolução, sempre que efetuarem alterações nos seus objetivos, no seu quadro técnico ou na atividade de seus profissionais, deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, comunicar ao CREA. Parágrafo único - Serão efetivadas novas ARTs, caso haja alterações nas atividades dos profissionais do seu quadro técnico.

Art. 11 - Somente ao profissional habilitado é facultado constituir-se em firma individual para a prestação de serviços profissionais, ou execução de obras, desde que proceda o registro no CREA, nos moldes desta Resolução.

Art. 12 - A responsabilidade técnica por qualquer atividade exercida no campo da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia é sempre do profissional dela encarregado, não podendo, em hipótese nenhuma, ser assumida pela pessoa jurídica.


Art. 13 - Só será concedido registro à pessoa jurídica na plenitude de seus objetivos sociais de sua ou dos objetivos de suas seções técnicas, se os profissionais do seu quadro técnico cobrirem todas as atividades a serem exercitadas.

Parágrafo único - O registro será concedido com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições dos profissionais, até que a pessoa jurídica altere seus objetivos ou contrate outros profissionais com atribuições capazes de suprir aqueles objetivos.

**Voto:**

Em virtude do exposto, e da legislação vigente, a exigência de registro e a necessidade da contratação de um Responsável Técnico Engº Agrº e/ou Engº Florestal, deverão ser mantidos.

São Paulo, 03 de dezembro de 2015

  
Eng. Agrônoma Patrícia Gabarra Mendonça  
CREA – SP nº 5060097070  
Conselheira da CEA

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA**  
**SÃO PAULO – CREA-SP**

<b>ANEXO</b> <b>Nº DE ORDEM</b> <span style="font-size: 2em; font-weight: bold;">24</span> <small>528ª R.O. CEA DE 18.02.2016</small>
--

66  
cites  
/SUPCOL  
2

Processo nº: F – 1707/1985 - V2.  
Interessado: Resiflor Agro Florestal Ltda.  
Assunto: Requer registro.

Reg. 1848

als

**À Câmara Especializada de Agronomia,**

**I - Histórico:**

Trata-se de empresa que requer nova indicação do Engenheiro Florestal José Pinto da Rocha Jorge Ferreira, portador das atribuições previstas no artigo 10 da Resolução. 218, do Confea, indicado como responsável técnico pela interessada.

Esta empresa encontra-se registrada neste Conselho desde 09/08/1985;

Tem como objetivo social: "Aproveitamento e produção florestal, inclusive de mudas; florestamento e reflorestamento; a extração de madeiras, resinas e outros produtos de extração vegetal, bem como sua comercialização; a agropecuária em geral e o arrendamento de áreas e florestal.

A empresa esteve sem responsável técnico anotado desde 08/08/2011:

As fls. 106 a 107 do processo original, constou o contrato de prestação de serviços entre a empresa e o profissional.

As fls. 108, do processo original, constou ART de desempenho de cargo e função.

O processo original, foi encaminhado À CEA, para análise e deliberação.

Face o exposto, conforme Decisão CEA/SP nº 224/2011, de fls. 158 do presente processo ( fls. 123 do processo original), a CEA, decidiu, aprovar o parecer do relator: "Somos de parecer e voto pelo deferimento da anotação do Engenheiro Florestal José Pinto da Rocha Jorge Ferreira, com prazo de revisão, conforme a citada Instrução nº 2141."

Conforme DESPACHO da UGI Botucatu, de fls. 162, o processo retorna, face requerimento da interessada de fls. 141, onde apresenta nova ART do Engenheiro Florestal José Pinto da Rocha Jorge Ferreira, de nº 92221220151332813, de fls. 150.

Destaca que a data de vínculo do profissional passa a ter o início de 30/09/15 e término em 30/09/19.

Consta de fls. 148/149, o Contrato atual de prestação de serviços técnicos da interessada com o Engenheiro Florestal José Pinto da Rocha Jorge Ferreira.

Quanto às responsabilidades técnicas do profissional acima, informamos, que a única alteração registrada, em relação à anterior, ocorreu junto a empresa Agro Florestal São Bento Ltda, onde às 5ªs feiras, passou a cumprir o horário das 7:00 às 11:00 h.

Empres	Horário de trabalho						Vínculo/ salário	Local
	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sab.		
Interessada	Das 8:00	Das 8:00	.....	.....	.....	.....	Contratado por prazo/ determinado - 6 S.M.V.	Guareí SP
a	as 12:00	eas 12:00						
Pretendid	das 13:00	hs						
a	as 17:00	hs						
	Total semanal: 12:00 horas							
Agro Florestal São Bento Ltda	.....	.....	Das 8:00 as 12:00 das 13:00 as 17:00 hs	Das 7:00 as 11:00	.....	.....	Contratado por prazo/ determinado - 6 S.M.V.	Itai SP
	Total semanal: 12:00 horas							
SLB Soc	.....	.....	.....	Das	Das 8:00	.....	Contratado	Mandur

*[Assinatura]*

Serviço Público Federal

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP

Fl. nº 267

Eng. Agr. André Luis Marches

Assistente Técnico - UCT/DAC/SUPCOL

CREASP Nº 0601402272

Reg. 1848

Processo nº: F – 1707/1985 - V2.  
Interessado: Resiflor Agro Florestal Ltda.  
Assunto: Requer registro.

Luso Bras				14:00 as	as 12:00	por prazo - SP	
Extr Com				18:00 hs	e das	determinado	
Resina					13:00 as	- 6 S.M.V.	
Ltda					17:00 hs		
Total semanal: 12:00 horas							

Observa-se que o objetivo social da empresa e as atribuições do profissional indicado como responsável técnico são compatíveis, inclusive que os horários e locais de trabalho não inviabilizam a atuação do profissional nas três empresas pelas quais está anotado; em conformidade ao artigo 18 da Resolução 336, do Confea, e Instrução nº 2141 do CREA-SP.

II – Com relação à legislação:

>Lei Federal nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, artº 59 – “As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico”.

Conforme Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989, do CONFEA, a interessada se enquadra-se para efeito de registro, no art. 1º - CLASSE A – “De prestação de serviços, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.”

Conforme Regimento do CREA –SP:

“Art. 1º O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, com sede e foro na cidade de São Paulo e jurisdição no Estado de São Paulo, instituída pela Resolução no 2, de 1º de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.

Art. 2º No desempenho de sua missão, o CREA é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição.”

Art. 7º - Os Conselhos Regionais, atendendo às peculiaridades de cada região, e de acordo com as condições das atividades neles desenvolvidas pelas pessoas jurídicas, poderão, através de atos próprios, fixar casos de dispensa de registro.

>Instrução nº 2.141/91 do Crea-SP - Dispõe a respeito da permissão da excepcionalidade autorizada pelo parágrafo único do artigo 18 da Resolução n.º 336, do CONFEA.

3. Os pedidos de anotação de profissionais como responsáveis técnicos por mais de uma pessoa jurídica serão deferidos por despacho do Diretor, Gerente ou Chefe da Seção respectiva, com delegação para tal fim, “ad referendum” da Câmara Especializada correspondente e do Plenário, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, devendo ser observadas as seguintes condições:

1.3 Se o profissional indicado for sócio de pelo menos uma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido sem prazo de revisão.



Serviço Público Federal

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO - CREA-SP

Fl. nº 108  
Eng. Agr. André Luis Sanches

Assistente Técnico - UCT/DAC/SUPCOL

CREASP Nº 0601402272

Reg. 1848

Processo nº: F - 1707/1985 - V2.  
Interessado: Resiflor Agro Florestal Ltda.  
Assunto: Requer registro.

als  
1.4 Caso o profissional não seja sócio de nenhuma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido com prazo de revisão de 01 (um) ano.

4. Os pedidos que não se enquadrarem nas situações acima apontadas, inclusive, tripla responsabilidade técnica serão encaminhados aos Senhores Coordenadores das Câmaras Especializadas para análise, apreciados pela Câmara e, em seguida, submetidos a apreciação do Plenário.

**III - Voto:** Em virtude do exposto, e da legislação vigente, face as atividades da interessada e o constante no processo, somos pelo deferimento da anotação, por acatar a tripla responsabilidade técnica pretendida pelo pretendida pelo Engenheiro Florestal José Pinto da Rocha Jorge Ferreira, em conformidade à Instrução nº 2141/91 do Crea-SP. Após, ao Plenário do CREA-SP, para continuidade da tramitação do processo.

São Paulo, 22 de dezembro de 2015.

Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortez  
CREASP nº 0601936083  
Coordenador da CEA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ANEXO  
Nº DE ORDEM

38

528ª R.O. CEA DE 18.02.2016

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Processo nº: SF – 001318/2014

Interessado: OPER SYSTEM DESENTUPIDORA E DEDETIZADORA LTDA. EPP.  
Assunto: INRAÇÃO À ALÍNEA “e” DO ARTIGO 6º DA 5.194/66.

**I – Histórico**

Em 05/08/2014 a interessada recebe notificação para regularizar a situação de exercer atividades sem anotação e Eng. Agrônomo ou Eng. Florestal (Folhas 4, 5 e 6).

Em 20/08/2014 a interessada apresentou recurso administrativo, alegando estar regularmente registrada no CRQ (Conselho Regional de Química) e solicitando a dispensa do registro no CREA-SP (Folhas 7, 8 e 9).

Em 15/09/2014 lavrou-se contra a interessada Ato de Infração n. 3477/2014, por INRAÇÃO À ALÍNEA “e” DO ARTIGO 6º DA 5.194/66, recebido em 23/09/2014 (Folhas 17, 18 e 19).

Até o presente momento a interessada não havia regulado a situação que ensejou o ato de infração e não houve pagamento da multa imposta (Folhas 23 e 24).

**II – Parecer**

**LEI FEDERAL Nº 5.194, DE 24 DEZEMBRO 1966**

Que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências

“Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas:

a) julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica;

b) julgar as infrações do Código de Ética;

c) aplicar as penalidades e multas previstas;

...”

“Art. 59 - As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

...”

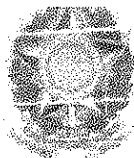
**RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.008, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2004**

Que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades.

“Art. 11. O auto de infração, grafado de forma legível, sem emendas ou rasuras, deve apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

I – menção à competência legal do Crea para fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;

II – data da lavratura, nome completo, matrícula e assinatura do agente fiscal;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

III – nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica atuada, incluindo, obrigatoriamente, CPF ou CNPJ;

IV – identificação da obra, serviço ou empreendimento, com informação sobre a sua localização, nome e endereço do contratante, indicação da natureza da atividade e sua descrição detalhada;

V – identificação da infração, mediante **descrição detalhada da irregularidade**, capitulação da infração e da penalidade, e valor da multa a que estará sujeito o atuado;

VI – data da verificação da ocorrência;

VII – indicação de reincidência ou nova reincidência, se for o caso; e

VIII – indicação do prazo de dez dias para efetuar o pagamento da multa e regularizar a situação ou apresentar defesa à câmara especializada.

Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o atuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes.

Art. 47. A nulidade dos atos processuais ocorrerá nos seguintes casos:

IV - falhas na descrição dos fatos observados no auto de infração, que devido à insuficiência de dados, impossibilita a delimitação do objeto da controvérsia e a plenitude da defesa;

**RESOLUÇÃO CONFEA Nº 336, DE 27 DE OUTUBRO DE 1989,**  
Que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Art. 1º - A pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia enquadra-se, para efeito de registro, em uma das seguintes classes:

CLASSE A - De **prestação de serviços, execução de obras ou serviços** ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia;

CLASSE B - De produção técnica especializada, industrial ou agropecuária, cuja atividade básica ou preponderante necessite do conhecimento técnico inerente aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia;

CLASSE C - De qualquer outra atividade que mantenha seção, que preste ou execute para si ou para terceiros serviços, obras ou desenvolva atividades ligadas às áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.

§ 1º - As empresas públicas e sociedades de economia mista serão enquadradas, para o registro, nas classes estabelecidas neste artigo, conforme a atividade desenvolvida.

§ 2º - Uma pessoa jurídica pode ser enquadrada simultaneamente em mais de uma das classes relacionadas neste artigo.

§ 3º - As pessoas jurídicas enquadradas na classe "C" deverão proceder ao registro da seção técnica mantida na mesma



*[Assinatura]*

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**III – Voto**

Favorável à manutenção do Ato de Infração n. 3477/2014 e indicação de responsável técnico Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal regularizar a situação de exercer atividades sem anotação e Eng. Agrônomo ou Eng. Florestal.

Barretos, 10 de novembro de 2015

Eng. Agron. Fabio Olivieri de Nobile  
Conselheiro

*[Assinatura de Fabio Olivieri de Nobile]*